

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIÉSSIKA COSTA SILVA

**DEMOCRACIA NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO NA PASSAGEM DO
IMPÉRIO À REPÚBLICA**

**UBERLÂNDIA
2026**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIÉSSIKA COSTA SILVA

**DEMOCRACIA NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO NA PASSAGEM DO
IMPÉRIO À REPÚBLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção de título de mestre em História.

Linha de pesquisa: Territorialidades, Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

**UBERLÂNDIA
2026**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 Silva, Diéssika Costa, 1992-
2026 DEMOCRACIA NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO NA
PASSAGEM DO IMPÉRIO À REPÚBLICA [recurso eletrônico] /
Diéssika Costa Silva. - 2026.

Orientador: Gilberto César de Noronha.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.311>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Noronha, Gilberto César de, 1979-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.
III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 44, PPGHI				
Data:	Vinte e oito de maio de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	15:40:00
Matrícula do Discente:	12412HIS007				
Nome do Discente:	Diéssika Costa Silva				
Título do Trabalho:	Democracia no jornal <i>O Estado de São Paulo</i> na passagem do Império à República				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Territorialidades, Cultura e Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Ciganos em Portugal e no Brasil: composições modernas				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **História**, assim composta: Professores Doutores: Prof.^a Dr.^a Rejane Meireles Amaral Rodrigues (UNIMONTES); Prof. Dr. Radamés Vieira Nunes (UFCAT); Prof. Dr. Gilberto Cezar de Noronha orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Prof. Dr. Gilberto Cezar de Noronha, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação

interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Cezar de Noronha, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/05/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rejane Meireles Amaral Rodrigues, Usuário Externo**, em 29/05/2026, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Radamés Nunes, Usuário Externo**, em 29/05/2026, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7248491** e o código CRC **2F064D45**.

Referência: Processo nº 23117.026292/2026-46

SEI nº 7248491

DIÉSSIKA COSTA SILVA

DEMOCRACIA NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO NA PASSAGEM DO
IMPÉRIO À REPÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Aprovada em: __ de _____ de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha (Orientador) - UFU

Profa. Dra. Rejane Meireles Amaral Rodrigues - UNIMONTES

Prof. Dr. Prof. Dr. Radamés Vieira Nunes UFCAT

Suplente: Profa. Dra. Cleusa Teixeira de Sousa - SEDUC-GO

Suplente: Prof. Dr. Maicon da Silva Camargo - SEDUC-GO

“A democracia é atividade criadora dos cidadãos e aparece em sua essência quando existe igualdade, liberdade e participação.” (Marilena Chauí. Brasil de Fato. Curitiba (PR), 22 de maio de 2018.)
Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/22/vivemos-hoje-a-privatizacao-dos-direitos-sociais-diz-chaui-em-aula-na-ufpr/>.

Agradecimentos

Começo este agradecimento falando um pouco sobre a minha trajetória dentro do curso de história, do qual me orgulho muito. Iniciei na graduação em Ituiutaba/MG e entrei com o intuito de estudar política, sempre foi meu sonho. No primeiro período percebi que não era o que eu imaginava. Ninguém falava de política em pleno 2019, ano que um presidente que prometia acabar com as universidades, tinha ganhado as eleições, e isso sempre ecoava na minha cabeça “por que ninguém fala disso no primeiro período? Por que não é relevante esse momento tão difícil para nós? Será que só eu que penso que isso é importante? Será que é porque as matérias não se propõem a falar de política ou porque política é tema reservado às matérias de Brasil?” Tantos questionamentos e nenhuma resposta... até que um professor disse em sala de aula que não se estudava política do tempo presente na história... Até hoje consigo sentir o gosto amargo daquelas palavras. No mês seguinte, entretanto, uma professora chegou na sala e mostrou o livro “Brasil uma Biografia” da Heloísa Starling e da Lilia Schwarcz. Fiquei um tempo com o livro em mãos e me senti apaixonada, tirei foto da capa e do sumário e sonhei com aquele livro porque era exatamente o que queria fazer e pensei: “existe esperança de realizar meu sonho de historiadora”. Anos mais tarde, quando terminei a graduação ganhei o livro de presente, do Wagner, meu companheiro, e para minha surpresa consegui uma dedicatória da professora Heloísa, depois de ter aceitado falar comigo e aproveitei para agradecê-la por ter me recebido na UFMG em julho de 2024, pelas dicas, por ter sido tão simpática. Saiba que esse livro e nossa conversa me deram forças para continuar esse trabalho.

Quando transferi a graduação para Uberlândia/MG, fui procurar algum professor da UFU que havia orientado trabalhos de história política e encontrei o professor Gilberto Cezar de Noronha, que orientou um trabalho de mestrado sobre o ex-presidente Collor. Fiquei muito feliz! No mesmo dia mandei um email perguntando se ele podia me aceitar no grupo de estudos Nephispo e ele me respondeu prontamente para marcarmos uma conversa. Nessa conversa, eu disse que queria que ele me orientasse na Iniciação Científica, porque parecia que ele me entendia, entendia meus anseios e vontades, pela primeira vez um professor olhou minha proposta de trabalhar símbolos nacionais durante o governo Bolsonaro. Não recusou, não disse que não daria certo, muito pelo contrário, ele acolheu a ideia, me ajudou e esteve sempre presente quando precisei. Gilberto, muito obrigada pelo apoio, compreensão, por me

ouvir, me ensinar, pela parceria, sempre com muito respeito, dedicação e também pela liberdade de pensamento que foi fundamental para a finalização deste e de outros tantos trabalhos que desenvolvemos juntos.

Já na pós-graduação novamente queria fazer um trabalho sobre o tempo presente. Gilberto e eu conversamos e fechamos o trabalho em 1889, ano da Proclamação da República, foi muito difícil para mim. Era um período “antigo” para quem estava acostumada a trabalhar com o tempo presente, mas faço das palavras de Marc Bloch, em “Apologia da História ou o ofício do historiador”, minhas palavras “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.”¹ Marc Bloch juntamente com Lucien Febvre fundaram a escola dos Annales em 1929. Jacques Le Goff escreveu no prólogo do mesmo livro: “Marc Bloch refletiu sobre os acontecimentos no calor da hora e o analisou praticamente sem dispor de qualquer arquivo, qualquer documentação a princípio necessária ao historiador; fez, entretanto, obra de história e não de jornalista”². Sim, Marc Bloch foi um grande historiador e não um jornalista e me faço a mesma pergunta toda vez que estudo história política do império e da república: por que eu também não posso fazer história do tempo presente se grandes historiadores fizeram e fazem isso? Enfim, essa pesquisa foi cansativa e cercada de grandes questionamentos, mas eu não desisti e não desistirei de ser historiadora política do tempo presente, que é como me intitulo. Quando falo de 1889, passando por 1930, 37, 1963... devo reconhecer: não tiro os olhos de 2026...

Agradeço também a minha família, em especial ao meu pai Creusair que criou uma mulher que sonha e que fala muito (ele vive falando: “Diéssika você fala demais, minha filha”, mas sempre sorrindo). Agradeço-o por sempre ter incentivado minha criatividade, por não ter tirado meu direito de “dar aulas” com 8 anos e escrever nas paredes e no quadro durante horas falando sozinha. Agradeço à minha mãe Márcia, que sempre contava sorrindo que eu “dava aula o dia todo” e por ter me criado. Agradeço ao meu irmão James, que me deu duas luzes, que são meus sobrinhos. Agradeço a Sophia minha luz na escuridão, que me faz sorrir até nos dias mais difíceis, a criança mais doce que já conheci, obrigada minha filha por ser tão carinhosa e terna. Ao Miguel, outra luz no mundo, obrigada pelo seu sorriso e por me fazer feliz, principalmente quando você me implica e fala “rapaize” kkkkk. Que sua alegria e

¹ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.65.

² Ibid., p. 17.

o seu sorriso nunca cessem, vocês iluminam minha vida. Agradeço ao Wagner, meu companheiro de longa data que esteve presente antes, durante e depois de todas as lutas, me ouviu, me aguentou chorando e reclamando sobre como era terrível estudar história “tão antiga”. Agradeço pelo companheirismo, pelas conversas e pelo apoio que foi dado em todos os trabalhos exaustivos realizados ao longo da graduação e da pós-graduação. Você foi fundamental para realização da monografia e da dissertação, agradeço pelo apoio.

Agradeço também às amigas que fiz na graduação, Letícia que mesmo longe está sempre perto, sempre me ouvindo reclamar, me ajudando e me apoiando, muito obrigada pelo seu suporte e pelas leituras de trechos e conversas sobre meu trabalho, você é muito importante para mim. Agradeço também a Milena que conheci na graduação em Ituiutaba, mas não tive muito contato e que, agora na pós-graduação tive oportunidade de conhecer melhor e descobrir que é uma pessoa incrível, meiga e companheira. Obrigada Milena por ter compartilhado comigo essa fase difícil, onde fizemos trocas de ideias. Foi muito bom ter você junto comigo nessa jornada. E por último, de forma especial, agradeço ao Douglas por todas as nossas risadas e por todas as palavras de carinho e apoio. Vocês fizeram diferença.

Depois de todo esse desabafo sobre a graduação e a pós-graduação é de extrema importância dizer que eu não mudaria nada. Tudo que passei foi fundamental para meu crescimento como historiadora e professora. Como historiadora, melhorei a forma de enxergar o mundo e também de escrever sobre ele. Aprendi que ser historiadora é mais do que contar historinhas e repetir o que já foi dito por tantos outros historiadores renomados, ser historiadora é saber utilizar a fonte como seu guia e também como sua melhor amiga (aquela que merece uma crítica severa quando necessário!), mesmo que seja uma fonte impressa como *O Estado de São Paulo*, que foi escolhida justamente por ser o oposto de tudo aquilo que acredito, um jornal de direita no tempo presente e que aos poucos descobri seu posicionamento no século XIX. Aliás, o jornal não mudou muito, as coisas podem mudar os modelos, os layouts, as tiragens, mas permanecem em outros moldes. Escrever sobre uma fonte impressa não é tão simples como imaginamos, sempre é um caixinha de surpresas, nem sempre a hipótese de pesquisa vai ser concretizada e isso é mais incrível de ser historiador.

Como professora também me desenvolvi, a vivência em sala de aula é mágica, atuei no ensino fundamental, onde consegui com que compreendessem a matéria proposta, recebi cartinha de agradecimento, quanto tive que interromper as atividades para assumir a bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a quem agradeço o

apoio financeiro. Ah! como sinto saudade das minhas crianças. Atuei como professora do ensino médio dando aulas de história e sociologia nos 1º, 2º e 3º anos e fui muito bem recebida, um carinho sem igual, ganhava presentes todos os dias e sempre era um doce. E por fim dei aulas de história e sociologia para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), alunos muito queridos. Todas essas experiências me fizeram ver que a Diéssika criança sentiria orgulho da pessoa que se tornou, realizei meu sonho de ser professora e isso é o meu “eterno retorno” que segundo o filósofo Friedrich Nietzsche em “A Gaia Ciência” o eterno retorno é a ideia que cada momento se repetirá eternamente e a reação a essa ideia seja ela de pavor ou de aceitação revela a atitude do indivíduo em relação a vida. Se alguém aceita essa possibilidade com alegria e entusiasmo, isso demonstra a afirmação da vida. E quando entrei em sala de aula percebi que faria aquilo até o fim da minha vida, repetidas vezes até meu último suspiro.

Enfim, este é o caminho que trilhei e ainda estou trilhando para que eu seja reconhecida como historiadora política do tempo presente. O meu objetivo é mostrar que é possível fazer história no calor do momento e que isso não me faz menos historiadora e mais socióloga, muito pelo contrário, continuo sendo historiadora e continuarei lidando com aquilo que é importante para mim e para a sociedade brasileira, para que todas as cidadãs e cidadãos consigam ter acesso aos escritos dos historiadores e que não fiquem apenas nas leituras históricas transmitidas por jornalistas. É importante ter consciência e senso crítico para verificar os acontecimentos de perto e ter voz ativa nas decisões políticas para que todos os brasileiros e brasileiras possam participar ativamente da política, até porque isso é um direito de todos, isso se chama Democracia.

Resumo

Este trabalho investiga os sentidos atribuídos à democracia que circularam no jornal *O Estado de São Paulo* no contexto da transição do regime monárquico para a República no Brasil, entre os anos de 1889 e 1890. A análise parte da premissa de que os periódicos oitocentistas, ao mesmo tempo em que informavam, desempenhavam papel ativo na formulação de discursos políticos e na construção simbólica de regimes e valores. A pesquisa tem como objetivo identificar como o termo “democracia” foi mobilizado nas páginas do jornal, considerando suas múltiplas interpretações e implicações históricas, políticas e ideológicas. A metodologia adota as abordagens qualitativa e quantitativa, com análise documental de fontes primárias disponíveis no acervo digital do periódico. Através do levantamento sistemático de ocorrências do termo “democracia”, foram mapeados os usos e os sentidos atribuídos ao conceito, apontando suas conexões com a defesa da república, a crítica ao regime imperial e a noção de participação política limitada às elites letradas e o medo da democracia. Para a compreensão desses sentidos, encontrados nas fontes, o estudo dialoga com debates teóricos sobre democracia na filosofia, ciência política, linguística e história, refletindo sobre as continuidades e rupturas que atravessam o imaginário democrático brasileiro desde o século XIX até os desafios contemporâneos. Além da análise do contexto de 1889 e 1890, a pesquisa amplia a discussão para a história política brasileira entre 1945 e 2023, examinando como o medo da democracia, o anticomunismo, os golpes e as rupturas institucionais foram ressignificados da República de 1946 à redemocratização e ao bolsonarismo, tendo como marco recente os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023.

Palavras-chave: Democracia; A Província de São Paulo; Brasil; Proclamação da República.

Abstract:

This study investigates the meanings attributed to democracy as they appeared in the newspaper *O Estado de São Paulo* during the transition from monarchy to the Republic in Brazil, between 1889 and 1890. The analysis is based on the premise that nineteenth-century periodicals, while informing readers, also played an active role in shaping political discourse and in the symbolic construction of regimes and values. The main objective is to identify how the term “democracy” was mobilized in the newspaper’s pages, taking into account its multiple interpretations and historical, political, and ideological implications. The methodology combines qualitative and quantitative approaches, drawing on documentary analysis of primary sources available in the newspaper’s digital archive. By systematically surveying occurrences of the term “democracy,” the research maps the uses and meanings attributed to the concept, highlighting its connections to the defense of the Republic, criticism of the imperial regime, the notion of political participation restricted to literate elites, and the fear of democracy itself. To interpret these findings, the study engages with theoretical debates on democracy in philosophy, political science, linguistics, and history, reflecting on the continuities and ruptures that have shaped the Brazilian democratic imagination from the nineteenth century to contemporary challenges. In addition to analyzing the context of 1889 and 1890, this study expands the discussion to Brazilian political history between 1945 and 2023, examining how the fear of democracy, anti-communism, coups, and institutional ruptures were reinterpreted from the 1946 Republic through the process of redemocratization and the rise of Bolsonaro, culminating in the events of January 8, 2023.

Keywords: Democracy; *A Província de São Paulo*; Brazil; Proclamation of the Republic.

Lista de Figuras

Figura 1: Seções do jornal em que aparece a palavra democracia 1889 e 1890	29
Figura 2: Gráfico democracia acervo.....	35
Figura 3: Gráfico 1889 democracia acervo.....	35
Figura 4: Gráfico 1890 democracia acervo.....	36
Figura 5: Seções do jornal em que aparece a palavra democracia e república (1889-1890)...	36
Figura 6: Primeira página 31 de dez 1889.....	56
Figura 7: Primeira página 01 jan 1890.....	56
Figura 8: 14 de julho de 1890.....	58
Figura 9: Intervenção O Estado de S. Paulo.....	99
Figura 10: O Estado de S. Paulo 2016.....	134
Figura 11: Protesto contra Dilma 2014.....	136
Figura 12: Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro contestam resultado de eleição presidencial.....	144
Figura 13: Presidente Lula e representantes da população na rampa do Palácio do Planalto	146
Figura 14: Golpistas em frente ao Congresso Nacional.....	147
Figura 15: Gráfico Proclamação da República (1990-2026).....	153
Figura 16: Distribuição de editoriais em 1970.....	154

Lista de Tabelas

Tabela 1: Tiragens 1889 e 1890.....	27
Tabela 2: Campo semântico da democracia (1889).....	77
Tabela 3: Campo semântico da democracia (1890).....	79

Lista de Siglas

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

PRP - Partido Republicano Paulista

APESP- Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo

DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda

UDN- União Democrática Nacional

PSD- Partido Social Democrático

ABI- Associação Brasileira de Imprensa

PEI- Política Externa Independente

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

IPEC- Inteligência em Pesquisa e Consultoria

PMDF- Polícia Militar do Distrito Federal

GLO- Garantia da Lei da Ordem

SUMÁRIO

Introdução

1- Da Província ao Estado de São Paulo 1889-1890

1.1 - Democracia no jornal A Província de São Paulo 1889

1.2 - Democracia no jornal O Estado de São Paulo 1890

2- As diferentes abordagens e interpretações do conceito(s) de democracia(s)

2.1 - Democracia ou democracias?

2.2 - Democracia e Imprensa

3- Quem tem medo da democracia?

3.1 - A democracia restrita: elites, exclusão e a República sem povo (1889-1945)

3.2 - O medo como arma: anticomunismo, golpes e rupturas institucionais (1945–1985)

3.3. O medo ressignificado: antipetismo, bolsonarismo e os limites da democracia contemporânea (1985–2023)

3.4 - Guardiões da democracia? O Estadão entre a autocelebração e o esquecimento estratégico

Considerações finais

Referências

Fontes

Bibliografias

Introdução

O regimen do governo republicano é a formula pratica da democracia. Unitario ou federal, esse regimen presuppõe o governo do povo pelo povo.³

Este trabalho tem como objetivo compreender a ideia de democracia nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo* na passagem do Império à República. Analisa especificamente as ideias de democracia que circularam no periódico. Seu ponto de partida são os registros produzidos no ano da Proclamação da República (1889) pelo jornal, na época, intitulado como “*A Província de São Paulo*” e atual “*Estado de S. Paulo*”, para identificar as concepções de democracia na passagem do Império à República. Ao explorar o espaço apertado da democracia nesse periódico, esta pesquisa pretende dar sua contribuição para a compreensão mais ampla sobre o papel social da imprensa na história das ideias da democracia brasileira: uma questão contemporânea urgente que mobiliza fervorosas paixões políticas e que transcende o período inicialmente considerado.

Interessa-nos analisar como o jornal *A Província de São Paulo* engendra a ideia de democracia no ano da Proclamação da República (1889). As motivações para revisitar esse tema, no século XIX, residem em nossos dilemas contemporâneos quando os limites e a sobrevivência da democracia são colocados em questão, principalmente desde 2018, quando o Brasil elegeu nas urnas de forma democrática um presidente com fortes tendências antidemocráticas. O interesse pela democracia surgiu, especificamente, de um trabalho de iniciação científica intitulado “Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas: sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro”⁴, que se propunha a analisar como Jair Bolsonaro maneja os signos emocionais e fez a gestão das paixões políticas tendo em vista a corrosão da democracia desde sua campanha eleitoral, acompanhando sua trajetória política desde que se tornou vereador do Rio de Janeiro em 1988 até a sua chegada à presidência da república, em 2018, comparando com outros momentos da história política brasileira. Em 2014, Jair Messias Bolsonaro figurava no jornal *A Folha de São Paulo*, usando os símbolos nacionais e aparecia com os seus filhos em manifestações contra a reeleição da

³ Ao Partido republicano brasileiro. Editorial. *A Província de São Paulo*, 24 mai 1889. N. 4242, ANNO: XV. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890524-4242-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 03 fev 2025.

⁴ Os resultados podem ser acessados em: SILVA, Diéssika Costa, NORONHA, Gilberto Cezar de. **Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas: sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/18552>. Acesso em: 05 dez 2025.

ex-presidente Dilma.⁵ Sob aplausos, seu filho Eduardo Bolsonaro se identificava como “alguém de uma família que luta muito para mudar o Brasil”.⁶ Nesse período, pelas páginas do jornal, percebemos o início da associação mais intensa e deliberada dos símbolos nacionais à figura de Bolsonaro, ainda que à época ele liderasse protestos com pouco mais de 150 pessoas em que pedia pelo impeachment de Dilma fazendo elogios ao regime militar⁷, o que, no clima de mobilização das ruas, causou divisões entre manifestantes e políticos presentes nos eventos.⁸ Após as eleições de 2014, com a reeleição da presidente Dilma, o sentimento patriótico irrompeu. No aniversário da República, os símbolos nacionais e as cores do Brasil tomaram as ruas. Uma onda de protestos contra o PT (Partidos dos Trabalhadores) tomou o Brasil embalados pelas notícias das investigações do chamado “Petrolão”. Em 2015 e 2016, os protestos se reafirmaram e clamaram contra Dilma e a corrupção no Brasil, enquanto isso, Bolsonaro, que continuava suas manifestações pela ditadura, se aproveitou do momento de fragilidade da nação para se promover como um verdadeiro “líder populista”.⁹

As questões da iniciação científica nos levaram à análise das eleições de 2022 no trabalho de monografia “Artifícios da política: a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022”¹⁰ que tinha como objetivo compreender o uso dos símbolos nacionais na gestão das paixões políticas identificando como os candidatos os mobilizam em períodos eleitorais e analisou a utilização da Bandeira Nacional nas campanhas eleitorais para presidente da república de 2018 e 2022, através da investigação comparativa dos artifícios da política para a mobilização da população. Nas eleições de 2022 o tema democracia foi usado com maior intensidade nas campanhas eleitorais na TV, como por exemplo, na propaganda eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: no dia 06 de setembro de 2022, um dia antes do bicentenário da independência do Brasil, no horário eleitoral, o candidato afirmava que: “[...] Eles [a direita] ameaçam a nossa soberania, e

⁵ Ibid., p. 9.

⁶ URIBE, Gustavo. Seis dias após o 2º turno, protesto em São Paulo pede saída de Dilma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 nov 2014. Caderno: Primeiro caderno, p.A14. Disponível em: <https://bitly.com/AqTLYW>. Acesso em: 15 jun 2021.

⁷ Capitais reúnem mais de 10 mil em atos contra governo. **Folha de S Paulo**. Brasília, São Paulo, Rio, 16 nov 2014. Caderno: Primeiro Caderno, p.A15. Disponível em: <https://bitly.com/tXKVAY>. Acesso em: 15 jun 2021.

⁸ SILVA, Diéssika Costa, NORONHA, Gilberto Cezar de. **Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas**: sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/18552>. Acesso em: 05 dez 2025. p.08

⁹ Ibid., p. 9.

¹⁰ SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política**: a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37177>. Acesso em: 06 dez 2025.

soberania é a defesa do nosso território e nossas riquezas. É respeito à democracia [...]”¹¹. O candidato a vice-presidente também aparece no vídeo para falar sobre a soberania e a democracia: “Viva o 7 de setembro, viva a nossa independência. Porém vivemos um momento grave: nossa democracia e soberania estão sob ameaça.”¹² Além disso, Jair Bolsonaro usou o discurso para inflar ataques à democracia. O candidato, desde 2018, colocava em dúvida o sistema eleitoral brasileiro e em julho de 2021 declarou que poderia não aceitar o resultado das eleições de 2022, defendendo o voto impresso e afirmando que Aécio Neves (PSDB) teria derrotado Dilma Rousseff (PT) nas eleições de 2014.¹³ As ameaças de golpe à democracia se materializaram em 8 de janeiro de 2023, quando cerca de quatro mil apoiadores extremistas de Bolsonaro invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, em reação à vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022. Vestidos de verde e amarelo e carregando bandeiras do Brasil, esses manifestantes agiram impulsionados por anos de ataques à democracia e por discursos ambíguos sobre uma possível intervenção militar. Bolsonaro, por sua vez, não reconheceu publicamente a derrota e deixou o país antes mesmo da posse do presidente eleito. Essa postura pode ter reforçado a crença, entre seus apoiadores, de que um golpe ainda seria possível.¹⁴

Entretanto, esse fenômeno recente de erosão democrática não é um evento isolado, mas parte de uma persistente insegurança brasileira quanto ao exercício da soberania popular. Para compreendermos as raízes dessa fragilidade quanto ao exercício da soberania popular, nos propusemos a interrogar não os alçozes verborrágicos da democracia que se valem dela para corroê-la, mas os seus pretensos enunciadores na arena pública, que não raro, ficam inseguros quando ela é exercida, procurando atentar para os próprios sentidos da democracia, não apenas para os contemporâneos que reivindicam-na como valor universal, mas na passagem do Império à República, momento em que ela parece ser tão frágil tanto no discurso quanto na prática. Essa pauta já se manifestava na imprensa do século XIX, como demonstra o jornal *O Estado de S. Paulo*, fundado em 1875 como *A Província de São Paulo*. Torna-se fundamental, portanto, compreender as ideias de democracia mobilizadas pelo periódico no

¹¹ Propaganda Eleitoral (Presidente) - 06/09/2022. Lula (PT). **OHF News**. YouTube, 06 set 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=20jm6QmDFxQ>. Acesso em: 06 set 2022. (Cf. SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política**: a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023. p. 51.)

¹² Ibid., p. 52.

¹³ Bolsonaro diz que pode não aceitar o resultado de 2022 e volta a mentir sobre eleições de 2014. **Carta Capital**. 07 jul 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-pode-nao-aceitar-o-resultado-de-2022-e-volta-a-mentir-sobre-eleicoes-de-2014/>. Acesso em: 18 jan 2023. (Cf. SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política**: a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023. p. 63.)

¹⁴ Ibid., p.68.

ano de 1889, identificando como o termo era disputado e qual concepção de regime emergia naquele cenário de mudança profunda.

A pauta da democracia brasileira parece ter tido início ainda no tempo do império, como demonstra o jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado em 1875 de “*A Província de São Paulo*”. E por esse motivo se torna importante compreender as ideias de democracia mobilizadas pelo/no jornal no ano da Proclamação da República, identificando os usos do termo democracia em 1889 e investigar a concepção nesse período de mudança de regime político. Como a democracia era vista pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1889-1890? Quais são os sentidos e os usos do termo democracia evocado nas páginas do periódico? Onde, quando, como, por que, por quem e para que a democracia figura nas páginas do Jornal *O Estado de S. Paulo*? Eis os termos mais amplos desta proposta de revisitar esta questão urgente das discussões na história política contemporânea.

A metodologia usada é a pesquisa direta em fontes primárias no jornal *O Estado de S. Paulo*¹⁵, desde 1889, no ano da Proclamação da República, bem como procedimentos metodológicos descritivos, analíticos, qualitativos e quantitativos. Pesquisa bibliográfica e análise de referências teóricas sobre democracia no Brasil e imprensa. A pesquisa foi realizada por meio da imprensa no jornal *O Estado de S. Paulo*, no acervo digital disponível no *site*, através do mecanismo de busca avançada pela palavra “democracia” em todos os catálogos. Foram identificadas 101 ocorrências da palavra “Democracia” no ano de 1889. Sistematizamos as fontes atentando para a disposição e usos das palavras nos textos dentro do jornal, fazendo um inventário e selecionando as páginas colunas em que apareciam, armazenadas em arquivo virtual para leitura, fichamento e análise. O recorte temporal inicial da pesquisa, na qual buscamos entender os sentidos da palavra democracia no jornal *A Província de São Paulo*, restringiu-se aos anos de 1889 e 1890. As questões que o interpelam, no entanto, decorrem das inquietações de uma historiadora que assistiu ao ataque de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, e que busca responder às perguntas de pesquisa, hipóteses e objetivos voltados à compreensão do espaço da democracia no Brasil pelas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* no contexto da Proclamação da República. Investigamos apenas a passagem do Império para a República, um ano antes e um ano depois, já que a maior incidência da palavra democracia desde o início do jornal concentrou-se em 1889, com 101 menções. Essa constatação despertou a inquietação acerca de como o jornal abordava o tema da democracia no ano da Proclamação da República e no período imediatamente posterior,

¹⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*. Acervo do Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo/1/1870/>. Acesso em: 25 fev 2023.

especialmente considerando que, em 1890, as menções caíram drasticamente para 63 palavras. Cabe lembrar que, à época, o jornal denominava-se “*A Província de São Paulo*”. Ao retomá-lo, revisitamos também, de forma mais ampla, a história da democracia, buscando compreender historicamente como o termo tem sido utilizado na gestão dos sentimentos políticos desde o Império, passando pela República, até as questões contemporâneas.

É importante ressaltar que os dois anos analisados foram selecionados estrategicamente para oferecer um vislumbre de como a democracia foi abordada em um período que deveria ser democrático. Destaca-se ainda que examinar o jornal aqui estudado como um todo não foi possível neste momento, visto que pretendemos, em etapas posteriores, analisar períodos mais propriamente democráticos deste periódico e finalizamos com uma visada sobre como, em outros momentos, o jornal rememorou, em seus editoriais, este acontecimento para reafirmar sua identidade política e mediar crises contemporâneas. Através de uma seletividade histórica, o periódico alterna entre o silêncio em períodos autoritários, como em 1972, e a exaltação de um mito fundacional em momentos de ataque institucional, como em 2019 e 2023. Essa narrativa busca legitimar um modelo de democracia liberal-conservadora que prioriza a ordem e a técnica institucional em detrimento da participação popular efetiva. A escolha desta fonte e desta temática não foi aleatória. Na pesquisa realizada na iniciação científica, intitulada “Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas: sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro”¹⁶, havíamos analisado um veículo distinto, a *Folha de S. Paulo*, em sua totalidade, desde a primeira vez que o nome Bolsonaro nela aparece, em 1973, na lista dos aprovados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Diferente daquela experiência anterior, este trabalho atual foca no jornal *O Estado de S. Paulo*, para contribuir com a compreensão do papel da democracia na sociedade brasileira, em busca de orientação histórica.

Em nosso referencial teórico apoiamo-nos nas discussões sobre a democracia no Brasil que aparecem em trabalhos de diversos campos como na linguística, na ciência política, na sociologia, na filosofia e na história. Na linguística, ao fazer uma análise de democracia, Patrick Charaudeau reflete que a política é o que mantém o cerne da sociedade e a esperança de um futuro melhor. O discurso político é onde se misturam esperanças e ações, onde se efetua o acordo social ideal entre líderes e cidadãos. A política exige um discurso que obedeça a duas lógicas: uma simbólica que funda esse ideal nos princípios da vida política, falando de

¹⁶ SILVA, Diéssika Costa, NORONHA, Gilberto Cezar de. **Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas:** sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/18552>. Acesso em: 05 dez 2025.

valores coletivos que servem ao bem comum e que devem justificar a ação política; e uma lógica pragmática que sugere o caminho e os meios de gestão do poder para alcançar o bem-estar social.¹⁷ Mariana Jantsch de Souza, também linguista, quando fala do discurso de ódio à democracia observa o hábito como a democracia se torna uma questão, um debate, como ela entra nos discursos, como são introduzidos e que efeitos de sentido são criados na relação Democracia e Direitos Fundamentais.¹⁸

Na Ciência política Francisco Weffort nos inspira a entender não apenas o conceito de democracia, mas como o conservadorismo brasileiro legou uma concepção de democracia autoritária e uma ideia de golpe de Estado como ideia de Revolução. O autor atesta que essa mistura de democracia e conservadorismo vem do fundo da história brasileira, embaralhando todas as ideias que herdamos do passado sobre as relações entre sociedade e o Estado, sobre as relações entre o poder e a liberdade.¹⁹ Christian Edward Cyril Lynch, outro cientista político se detém ao conceito de democracia e acredita que no Brasil ela se dá por uma correspondência entre os marcos formais de advento do regime liberal democrático e sua prática²⁰. Paulo Bonavides, por sua vez, atento ao sistema representativo, considera-a como um conjunto de instituições que definem uma certa maneira de ser ou de organização do Estado.²¹ Ana Julia Bonzanini Bernardi e Alexsander Dugno Chiodi, cientistas políticos, tratam da ameaça antidemocrática entre 2019 e 2021 no governo Bolsonaro, que segundo os autores manteve o conflito e a ameaça à democracia como elemento constante na gestão pública e relação com os demais poderes²². O sociólogo Tiago Cruz Spinelli destaca que a discussão acerca da democracia implica numa vasta literatura, desde a concepção filosófica aristotélica, que enxergava a democracia como o mau governo da maioria, ou o governo dos pobres, que representava um perigo às liberdades políticas.²³

¹⁷ CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. Trad: Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2016. p. 19

¹⁸ SOUZA, Mariana Jantsch De. **O discurso de ódio na democracia brasileira**: uma análise discursiva do processo de rejeição e de destituição da presidenta Dilma Rousseff. Tese (doutorado em Letras). Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pelotas, 2017. p. 34

¹⁹ WEFFORT, Francisco. C. **Por que democracia?**. Ed. brasiliense s.a. São Paulo, 1984. p. 32-33.

²⁰ LYNCH, Christian Edward Cyril. Do Despotismo da Gentinha à democracia da Gravata Lavada: História do Conceito de Democracia no Brasil (1770 - 1870). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, no 3, 2011, p. 355 a 390.

²¹ BONAVIDES, Paulo. O sistema representativo. **Revista de Informação Legislativa**, v. 7, n. 26, p. 69-100, abr./jun. 1970. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180895>. Acesso em: 10 mar 2023.

²² BERNARDI, Ana Julia; CHIODI, Alexsander Dugno. A ameaça antidemocrática como instrumento de barganha no governo Jair Bolsonaro (2019-2021). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, jul. 2023. p.131.

²³ SPINELLI, Tiago Cruz. **Racionalidade democrática do voto**: uma análise do estudo eleitoral brasileiro. Dissertação (mestrado em ciências sociais) Universidade Federal de São Carlos. Programa de pós-graduação em ciências sociais. Departamento de ciências sociais. São Carlos/SP, 2007. p. 30.

Os filósofos em diferentes espaços e tempos têm se interessado pelo estudo da democracia para compreender a liberdade e a igualdade em um governo. Poderíamos evocar Jean-Jacques Rousseau que acreditava que apenas em um governo onde todos governam (democracia direta) existe igualdade, ao contrário de uma monarquia que apenas um governa, na democracia todos governam e todos têm o mesmo poder político.²⁴ Norberto Bobbio, por sua vez, aborda o tema da democracia definindo-a como um conjunto de regras para a tomada de decisões coletivas que prevejam e estimulem a mais ampla participação possível das partes interessadas²⁵. Marilena Chauí, filósofa brasileira, entende que democracia é reduzida a um regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais.²⁶ A autora ressalta que a democracia deveria ter cada vez mais participação popular, e a participação popular só “será política e democrática se puder produzir as próprias leis, normas, regras e regulamentos que dirijam a vida sócio-política.”²⁷ Na concepção da autora, se isso é democracia estamos muito longe dela, porque vivemos em uma sociedade violenta e autoritária.²⁸

Já no campo da história, em empreendimento semelhante ao nosso, Flávia Millena Biroli Tokarski procura entender os sentidos da democracia e da modernidade no jornal *Correio da Manhã* e *Folha de São Paulo* dos anos 1950, nos lembra (com Robert Darnton e Olivier Duhamel) que a democracia é uma luta contínua e nunca um fato consumado e que são poucos aspectos desse fenômeno político que podem ser tomados como pressupostos pelo pesquisador, que seria a livre escolha de governantes pelo povo e o respeito dos direitos humanos pelos governantes.²⁹ Em sua análise dos periódicos, a autora faz articulações entre a modernidade e o progresso entre 1945 a 1964 e investiga a democracia como conceito e regime³⁰. A pesquisa teve como um de seus resultados reconhecer que os jornais não possibilitaram o aumento da participação popular e da legitimidade de suas escolhas, mas que

²⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Trad: Pietro Nassetti. 3ª Ed. São Paulo. Martin Claret, 2011. p. 61-66.

²⁵ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 13ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 98 e 99.

²⁶ CHAUI, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 149 - 161, jul./dez. 2012. p. 149.

²⁷ CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**, (1): 53-76, junio 2008. p.70.

²⁸ Idem.

²⁹ TOKARSKI, Flávia Millena Biroli. **Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950**. Tese (doutorado em história). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2003. p.219.

³⁰ TOKARSKI, 2003.

resultou, historicamente, no aumento das restrições da atividade jornalística como processo interpretativo e opinativo.

Rodrigo Patto Sá Motta, também historiador, evidencia que os estudos da democracia ganharam força na área com a renovação da história política dos anos 1980 e 1990.³¹ Nesse sentido, o uso do conceito de cultura política tenderam a idealizar a liberal-democracia como modelo superior não raro contrapondo a perspectiva nacional e a matriz pluralista. Por sua vez, Eliane Santoro de Lacerda, salienta o processo de construção de um conceito de democracia adequado aos propósitos da ordem política instaurada no Brasil no Estado Novo, onde procura determinar de que maneira o tema está sendo discutido pelos teóricos do autoritarismo e constrói uma determinada concepção de governo, apresentada como a “verdadeira” ou “autêntica” democracia em oposição à democracia representativa liberal³². O que nos ajudará a entender como foi o processo de produção da democracia liberal e a forma de manutenção do poder tanto na República quanto na história política do tempo presente.

Apesar da relevância do tema, o estudo da democracia representativa liberal no Brasil tem sido limitado na historiografia brasileira. São abordados sobretudo em discussões sobre participação política do povo na República, consolidação da democracia entre 1945-1964 e a democracia na cultura política do Brasil. Por isso, este trabalho sustenta sua justificativa também no lugar comum do “preenchimento de uma lacuna”, embora sua intenção principal seja movimentar as discussões de como a democracia se comporta no imaginário social e como a política brasileira e os jornais manejam o seu processo de manutenção. Abordamos uma fonte do século XIX, um tema de longa duração, uma ferida contemporânea.

Optamos por analisar historicamente a ideia de democracia nas páginas do jornal privilegiando um momento de ruptura institucional no ano de 1889 dando foco no período Imperial nas páginas do jornal e estabelecendo relação com o período contemporâneo que nos faz refletir sobre os sentidos da democracia. É válido lembrar que, em dias mais recentes, quando presenciamos o ataque de 8 de janeiro de 2023, considerado por muitos jornais um ato antidemocrático, o próprio jornal *O Estado de S. Paulo*, que havia festejado o golpe da República, tratou os eventos como “ataques golpistas”³³, o discurso pode alterar o fato em si, confere legitimidade aos ataques e tem potencial de construção ao longo de toda a trajetória

³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018. p. 110-113

³² LACERDA, Eliane Santoro. **A democracia através do espelho**: uma investigação sobre o conceito de democracia nas páginas de Cultura Política. (Dissertação mestrado em história social). Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2007.

³³ 8 de janeiro: O que se sabe sobre os ataques golpistas em Brasília após um mês da invasão. **Estadão/Política**. 08 fev 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/8-janeiro-mes-ataques-golpistas-invasao-brasil-que-se-sabe/>. Acesso em: 22 abr 2024.

do jornal, delineia o que é democracia no Brasil, inflama sentimentos políticos e produz um imaginário de democracia. Por isso, buscamos compreender qual é a distância entre os sentidos atribuídos à democracia pelos sujeitos que viveram e publicaram o jornal no século XIX e aqueles que circulam no tempo presente.

Sabendo da importância das fontes, sejam elas digitais ou impressas, inicialmente identificamos a coleção completa no acervo do jornal *A Província de São Paulo*³⁴, atual *Estado de S. Paulo*, que foi fundado em 04 de janeiro de 1875 e conta com um conjunto monumental de informações sobre a democracia no Brasil. Ao considerar a mídia como um objeto de estudo na história, é imprescindível avaliar como a imprensa impacta nas empresas e como os políticos influenciam e são influenciados pelos meios de comunicação social, também é importante verificar a contribuição da imprensa na criação de um clima favorável ou na criação de uma crise para um determinado governo ou política pública, quem financia a imprensa e as suas ligações políticas e comerciais.³⁵ Os meios de comunicação operam em duas áreas que se complementam: econômico, pois é uma empresa que produz um produto destinado a ser comercializado e destinado a gerar lucro; e simbólico, já que seu produto busca participar da construção da opinião pública. O jornal é um intermediário que relaciona os acontecimentos antes de publicá-los em forma de notícia ou opinião, ou seja, o jornal tem a dupla função de formação e informação.³⁶ Segundo Tânia de Luca, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu digno de chegar até o público.”³⁷

Tendo isso como base, observamos no primeiro capítulo o jornal *A Província de São Paulo*, em dois momentos importantes em termos de democracia: no ano de 1889, ano da Proclamação da República o que nos dará o vislumbre de como estavam os preparativos para o golpe em 15 de Novembro, e no ano de 1890, quando o jornal substitui o nome *A Província* por *O Estado de S. Paulo*, o que nos ajudará a entender o conceito e o sentido da palavra democracia no século XIX.

No segundo capítulo, discutimos os diferentes sentidos atribuídos à democracia entre 1889 e 1890, recuperando seus sentidos históricos e a forma como foi interpretada no Brasil do século XIX. Examinaremos a associação grega à igualdade e as formulações modernas,

³⁴ Jornal **O Estado de S. Paulo**. Acervo do Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo/1/1870/>.

³⁵ GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. **Dimensões**, v. 40, jan.-jun. 2018, p. 199-223. p. 201.

³⁶ Ibid., p. 203.

³⁷ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio de periódicos. In: **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadora) – 2.ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2008. p. 139.

destacando como, no contexto brasileiro, as limitações da democracia pelas práticas marcadas por fraudes eleitorais, clientelismo e exclusão da maioria, mas também como espaço de negociação e legitimação política.

Já no terceiro capítulo, analisamos como a sociedade tem concebido a democracia, colocando em perspectiva o período do Império e a contemporaneidade. Partimos da compreensão de que a noção de democracia não se apresenta de forma estática, mas como uma construção histórica que se reconfigura no tempo. Mais do que um conceito político, a democracia mobiliza paixões, constitui pauta recorrente nos processos eleitorais e atravessa a concepção da identidade nacional, se sustentando, muitas vezes, em dinâmicas de poder marcadas pelo medo da sua própria existência e manutenção como prática política efetiva.

Na rememoração dos acontecimentos da Proclamação da República feita pelo jornal, observamos que o 15 de novembro não é tratado apenas como um evento pretérito, mas como um tribunal permanente da maturidade cívica brasileira. O periódico utiliza a data para reforçar a ideia de que a República foi um “gesto de predestinação” que exigia, em contrapartida, um constante aperfeiçoamento técnico e moral das instituições. Nesse sentido, a memória construída pelo *O Estado de S. Paulo* opera em duas frentes: por um lado, exalta a transição incruenta de 1889 como prova de uma suposta vocação nacional para a ordem, por outro, evoca os fantasmas da ingovernabilidade e da corrupção administrativa para justificar a imposição de limites à soberania popular. Ao rememorar a Proclamação sob a ótica da necessidade de estancar a administração, como no editorial de 1930, ou de celebrar a compatibilidade do regime com os sentimentos democráticos em 1955, o jornal acaba por instituir uma democracia tutelada. Para o periódico, o progresso civilizatório do país é medido pela capacidade das instituições de conterem o que classifica como excessos, transformando o medo da desordem no fio condutor que une o receio de Deodoro em 1891 à condenação do populismo em 1962.

1- Da Província ao Estado de São Paulo 1889-1890

Eu não lembro qual livro. Jesus Cristo não foi totalmente passivo. Expulsou os vendilhões do templo. Se tivesse arma de fogo, seria usada. (Jair Bolsonaro, São Paulo, 2018)³⁸

A religião, longe de condenar, aceita e justifica todas as formas de governo, desde que sejam legitimamente constituídas; Deus dá o poder ao povo e este escolhe o seu depositario e o modo que deve ser governado: quando o depositario do poder delle abusa em detrimento do povo, este tem todo direito de destitui-lo e de escolher um outro de sua confiança; enfim, o povo pode, quando julgar necessario para o bem commum, mudar a forma de governo, mesmo independente de abuso por parte do representante do poder. (Conego Miguel, São Paulo, 1889)³⁹

A história do jornal *O Estado de São Paulo* remonta a 4 de janeiro de 1875, quando na redação, administração e oficinas instaladas em um sobrado da Rua do Palácio, n.º 11, antiga Rua das Casinhas, atualmente Rua do Tesouro, esquina com a Rua do Comércio (atual Álvares Penteado), no Centro velho de São Paulo, nasceu como o nome *A Província de São Paulo*. Tinha apenas quatro páginas e uma tiragem de 2025 exemplares, em uma São Paulo de 31 mil habitantes.⁴⁰ Praticamente um exemplar para cada dois alfabetizados, considerando-se a média nacional de 18% de alfabetizados no país. Teve como principais articuladores Américo Brasiliense, atuando em São Paulo, e Campos Sales, futuro presidente da república. Este último, enquanto estudante de direito, tornou-se militante do Partido Liberal do Império e atuou como publicista em órgãos de divulgação do partido, simultaneamente a atuação de sua formação e a atividade de jornalista, deu início a carreira política, e se elegeu para a cadeira na Assembleia Provincial de São Paulo em 1867.⁴¹ Ambos eram fazendeiros de café do Oeste Novo paulista.

A mudança da sede do jornal para a Rua da Imperatriz ocorreu em 1º de janeiro de 1880, endereço que passou a figurar regularmente em suas páginas ao longo da década seguinte. No entanto, entre os dias 16 e 20 de novembro de 1889, imediatamente após a Proclamação da República, observa-se a remoção completa dessa referência espacial: o jornal

³⁸ AMIN, Júlia; BRÊTAS, Polyanna; CORRÊA, Hudson; EVELIN, Guilherme; Bolsonaro diz que Bíblia prega armamento. *O Globo*. 18 ago 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-biblia-prega-armamento-22991102>. Acesso em: 07 dez 2025.

³⁹ MARTINS, Cónego Miguel. A República e a Religião. *A Província de São Paulo*, 05 out 1889. p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891005-4353-nac-0002-999-2-not/busca/democracia>. acesso em: 07 abr 2025.

⁴⁰ O Estado de S. Paulo. *CPDOC FGV*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO.%20O.pdf>. Acesso em: 26 jun 2024.

⁴¹ SALES, Campos. *CPDOC FGV*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SALES,%20Campos.pdf>. Acesso em: 28 set 2025.

circula sem indicar seu endereço. Esse silenciamento coincide com o momento em que a Rua da Imperatriz teve seu nome alterado para Rua 15 de Novembro, seis dias após o novo regime ser instaurado, num gesto simbólico que apagava marcas do Império do espaço urbano.⁴² A propósito, a Imperatriz D. Thereza Christina morreu pouco tempo depois, no dia 28 de dezembro de 1889, conforme informava o próprio jornal *A Província de São Paulo* publicada no dia 31 do mesmo mês. O editorial relata que “A ex-imperatriz faleceu quasi repentinamente, e, apesar do seu estado de saúde não ser satisfatório, ninguém esperava por esse desfecho fatal.”⁴³ Segundo o próprio jornal, a imperatriz faleceu em decorrência de uma congestão pulmonar associada a uma lesão cardíaca.⁴⁴ Não poderíamos afirmar categoricamente que a queda da monarquia e a subsequente mudança do nome das ruas, processo observado em diversas localidades do Brasil, certamente não contribuiu para que a saúde da imperatriz melhorasse.

Ao longo do ano que antecedeu a Proclamação da República, o jornal apresentou um crescimento gradual e consistente de sua tiragem, indicando a ampliação de seu público leitor. Nas semanas imediatamente anteriores ao 15 de novembro, esse movimento de alta manteve-se, mas foi interrompido por um salto excepcional nos dias que se seguiram à mudança de regime, quando a circulação atingiu seu pico. Esse aumento abrupto esteve diretamente associado à intensa demanda por informações sobre o novo cenário político. Superado o impacto inicial do evento, a tiragem recuou e se estabilizou em patamares superiores aos do período anterior, mantendo-se relativamente constante nos meses seguintes, com novo e discreto crescimento ao longo do ano seguinte. Esse comportamento sugere que a Proclamação da República não apenas produziu um aumento conjuntural no consumo do jornal, mas contribuiu para a consolidação de um público leitor mais amplo e permanente.⁴⁵

Tabela 1: Tiragens 1889 e 1890

Tiragens 1889-1890		
Mês	1889	1890

⁴² Acervo Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>. Acesso em: 08 dez 2025.

⁴³ D. Thereza Christina. *A Província de São Paulo*. Anno XV, N: 4.426. 31 dez 1889, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891231-4426-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 16 dez 2025.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Durante a qualificação, foi levantada a hipótese de que a qualidade do papel poderia ter se deteriorado em função do aumento da tiragem nos dias que se seguiram à Proclamação da República. No entanto, a análise dos dados de circulação não sustenta essa interpretação. Embora tenha havido um crescimento excepcional e pontual da tiragem no contexto imediato do evento, esse aumento foi limitado no tempo e insuficiente, em termos quantitativos, para explicar uma eventual mudança estrutural na qualidade do material utilizado. Idem.

Tiragens 1889-1890		
Janeiro	4200	6000
Fevereiro	4200	6500
Março	4500	7000
Abril	4500	7000
Maio	4500	7000
Junho	4600	7000
Julho	4600	7000
Agosto	4800	7000
Setembro	4800	7000
Outubro	4900	7000
Novembro - (dia 1 ao 15)	4900	7000
Novembro - (dia 18 ao 21)	8000	-
Novembro - (dia 22-30)	6000	-
Dezembro	6000	7000

Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*.⁴⁶ Elaborado pela autora.

O jornal tinha um corpo de colaboradores de 18 membros⁴⁷, entre eles estavam Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, que eram donos da maior parte do capital e por isso eram responsáveis por todas as ações praticadas pelo periódico em nome da sociedade. Por sua vez, José Maria Lisboa, que morava com a família nos fundos do prédio, era quem administrava o Jornal.⁴⁸ *A Província de São Paulo* foi pioneira na venda avulsa impulsionado pelo imigrante francês Bernard Gregoire, que saía às ruas montado em um cavalo tocando corneta para chamar a atenção do público, anunciando as notícias do dia.⁴⁹

⁴⁶ Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo>. Acesso em: 15 jul 2025.

⁴⁷ O Estado de S. Paulo. CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>. Acesso em: 26 jun 2024.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ História do grupo estado nos anos 1870. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. Acesso em: 26 jun 2024.

No final do século XIX, já era considerado o maior jornal de São Paulo, superando o *Correio Paulistano* lançado no dia 26 de junho de 1854.⁵⁰ Embora a maioria do grupo comanditário fossem favoráveis à república, mostrava-se cauteloso diante da possibilidade da queda da monarquia. Ao invés de se mostrar porta-voz do Partido Republicano Paulista (PRP), o jornal decidiu adotar uma linha política independente “intervindo de maneira autônoma na discussão dos assuntos políticos e sociais”.⁵¹

A plataforma d’*A Província de São Paulo* foi anunciada no editorial de estreia, 4 de janeiro de 1875 onde se afirmava que o jornal teria sido fundado com o propósito de se constituir em um espaço de debate sobre temas relativamente importantes sobre “economia e o social”⁵² da província de São Paulo, tendo em vista contribuir para o progresso do país e colaborar com outros órgãos da imprensa da capital paulista, visando o interesse da causa pública. O jornal era vendido avulso, por assinatura anual e por assinatura semestral, o valor avulso era de 200 rs, anual de 14\$000 e semestral de 7\$000. Colocava-se como “um veículo independente de partidos e facções políticas e de imposições governamentais e livre de interesses, sendo imparcial”⁵³, o que não significava omissão, ou seja, o jornal não omitiria sua opinião acerca dos problemas sociais e políticos. Os pontos centrais do editorial de estreia foram retomados a partir de 1876 em todos os editoriais comemorativos de aniversários, sempre deixando o leitor ciente do compromisso de pôr em pauta o que atendesse o interesse geral da opinião pública.⁵⁴ Foi mantido de 1875-1889 o desenho gráfico, a distribuição de conteúdo e seções. O jornal trazia o Editorial, o Folhetim, Letras e Artes (coluna literária), Exterior (notícias internacionais curtas), Crônica Política, Seção Científica, Questões Sociais,

⁵⁰Correio Paulistano. CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20PAULISTANO.pdf>. Acesso em: 12 mai 2025.

⁵¹ Idem.

⁵²História do grupo estado nos anos 1870. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. Acervo: 26 jun 2024.

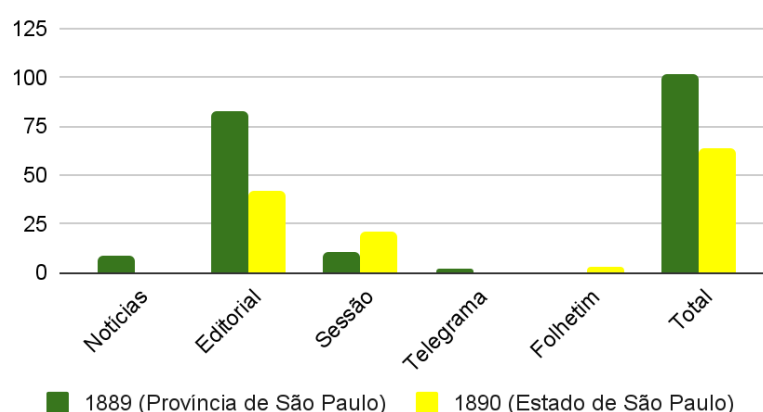
⁵³ Imparcial: adjetivo de dois gêneros. Que não é parcial, isento de parcialidade. 1- que se abstém de tomar partido ao julgar ou ao constituir-se em julgamento; que julga sem paixão. Ex.: juiz, juízo i. 2 - que não sacrifica a verdade ou a justiça a considerações particulares. Ex.: nem por comodidade nem por conveniência deixará de ser i. Etimologia: lat.*impartiális,e conexo neg. do lat.tar. partiális,e 'parcial'. Datação da palavra: 1768. (Cf. HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** [CD-ROM]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Verbetes: “imparcial”).

⁵⁴ A opinião pública, é frequentemente uma construção discursiva utilizada pela imprensa para legitimar interesses específicos sob a máscara do interesse coletivo. Ela não deve ser entendida como a manifestação direta e espontânea do pensamento de toda a sociedade, mas sim como um conceito articulado pelos jornais (especialmente nos editoriais) para criar uma aparência de consenso. Na prática, essa “opinião” pode atuar como um recurso retórico cínico, onde o veículo de comunicação se coloca na posição de porta-voz da população para defender pautas que, na verdade, beneficiam apenas grupos restritos em vez da maioria. (Cf. CAUDURO, Douglas Hinterholz. **A opinião do Estado de S. Paulo nos impeachments dos presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff**. 2018. Dissertação (Pós Graduação de Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2018.p. 56.).

Seção Livre e Noticiário. A última página era destinada a anúncios. Em 19 de outubro de 1879, foi publicado o primeiro anúncio colorido, estampando a quarta página.⁵⁵

Neste capítulo, analisaremos a palavra democracia no periódico em dois momentos da história do Brasil, em 1889, ano da Proclamação da República, momento importante para o país e de extrema relevância política quando a palavra democracia aparece 101 vezes, sendo elas: 8 vezes na Sessão Notícias; 82 vezes no Editorial; 10 vezes na Secção Livre e 1 vez em Telegramas. E no ano de 1890, quando o Brasil já se constituía como uma República Federativa, a palavra democracia aparece apenas 63 vezes, sendo elas: 41 vezes no Editorial; 20 vezes na Secção Livre e 2 vezes no Folhetim.

Figura 1: Seções do jornal em que aparece a palavra democracia 1889 e 1890



Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*.⁵⁶. Elaborado pela autora.

É notória a redução da quantidade de vezes que o termo democracia aparece em 1890, em relação a 1889, ano da Proclamação da República, o que nos levou a fazer essa interrogação ao jornal: porque a palavra tinha maior incidência em 1889, se o movimento republicano prometia mais democracia? Por qual motivo essa queda repentina de evocação do termo, justamente quando a república é proclamada? Em qual contexto estava sendo usada? Qual o intuito do jornal? Este capítulo tem a função de responder essas perguntas e nos levar à reflexão sobre o sentido da palavra democracia entre o Império e a República.

⁵⁵ Primeiro anúncio colorido. História do grupo Estado nos anos 1870. **A Província de São Paulo**. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. acesso em: 04 jul 2024.

⁵⁶ Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo>. Acesso em: 15 jul 2025.

1.1 - Democracia no jornal A Província de São Paulo 1889

A primeira vez que a palavra democracia apareceu nas páginas do Jornal *A Província de São Paulo*, refletindo sobre o Brasil e demonstrando seu posicionamento, foi em seu número 48, publicado no dia 05 de março de 1875,⁵⁷ quando Américo de Campos e F. Rangel Pestana davam sua opinião sobre o contencioso administrativo⁵⁸ de 1875, sobre a junção dos poderes moderadores.

[...] O exemplo historico, tirado do velho regimen portuguez e citado pelo contemporaneo, tinha mais merecimento que esse outro apresentado como typo de uma bôa administração, mais accomodada ás necessidades dos povos e amoldada pelos «sãos principios da sciencia politica moderna, ensinados pelos publicistas versados em nosso direito publico e a par da desenvolvimento juridico do seculo.» Sim, aquele systema valia alguma cousa, impunha-se pela franqueza ainda que fosse pela tyrannia organizada; mas este — o que parece ser o do nosso honrado contradictor — mantem-se pelo sophisma, pela inobservancia das leis naturaes e pela corrupção; é a hypocrisia organizada. A democracia, porém, só tem um termo para definir a ambos: o despotismo.⁵⁹

Em seu editorial, Campos e Rangel defendem a divisão dos poderes, o governo do povo e pelo povo (democracia moderna) e consideram que o poder centralizador destrói todos os elementos de riqueza do país. Os redatores se posicionam contra a monarquia e demonstram que suas aspirações estão mais próximas da democracia americana, que segundo “O Federalista” James Madison, Alexander Hamilton e Jhon Jay, a pura democracia “é composta de um pequeno número de cidadãos que reúnem todos e governam por si mesmos”⁶⁰, sendo assim a república distingue-se da democracia em dois aspectos fundamentais: além de abranger um corpo político mais amplo, nela os poderes são conferidos a um grupo restrito de representantes escolhidos pelo povo. Diferentemente da democracia direta, em que os cidadãos exercem o governo por si mesmos, na república a escolha recai

⁵⁷ CAMPOS, Américo de; PESTANA, F. Rangel. O contencioso administrativo. *A Província de São Paulo*, Anno I, N. 48. 05 mar 1875. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18750305-48-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 22 abr 2024.

⁵⁸ Contencioso administrativo é um sistema de controle de legalidade dos atos administrativos que têm por objetivo julgar os conflitos de interesse entre vários órgãos da Administração Pública ou entre estes e os particulares. Constitui-se, em um sistema de justiça administrativa, em que a própria administração institui órgãos públicos para efetivar este julgamento. (Cf. PAULA, Edylcéa Nogueira de. **Contencioso administrativo**. R. Inf. Legisl. Brasília a. 16 n.62 abr/jun 1979. Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181131/000365783.pdf?sequence=3>. acesso em: 22 abr 2024)

⁵⁹ CAMPOS, Américo de; PESTANA, F. Rangel. O contencioso administrativo. *A Província de São Paulo*, Anno I, N. 48. 05 mar 1875. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18750305-48-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 22 abr 2024.

⁶⁰HAMILTON, Alexander; MADISON, James; Jhon JAY. **O Federalista**. Belo Horizonte: Ed. Líder, 2003. [versão online]. p.62

sobre indivíduos encarregados de agir em nome da coletividade, orientados pelo compromisso com a pátria,⁶¹ do que da democracia grega onde a composição do governo era definida por sorteio, cabendo ao júri deliberar, e as decisões finais eram tomadas pela maioria dos votos em escrutínio secreto, realizado publicamente e sem debates prévios. Podiam participar desse processo apenas cidadãos atenienses, como por exemplo, comerciantes, aristocratas, camponeses, artesãos ou marinheiros. As únicas exceções recaem sobre mulheres, estrangeiros e pessoas escravizadas.⁶² Defendem que todo cidadão tenha igualdade perante a lei e todos sejam submetidos igualmente ao império e suas leis com direitos iguais, os cidadãos também tinham acesso ao exercício da função pública mediante sorteios e tinham o direito de fazer o uso da palavra nas assembleias populares⁶³.

O jornal expõe a democracia representativa, do povo, onde o cidadão tem legitimidade de participar ativamente da política. Essa ideia de democracia representativa⁶⁴ não ia de encontro com o ponto de vista das outras grandes mídias que circulavam no mesmo período, assim como o *Diário de São Paulo*, conforme tratavam o chamado contencioso administrativo.

“O contencioso administrativo não póde ser considerado como um enxerto do direito publico francez, é antes a consequencia necessaria do systema representativo; porquanto, sem elle, tornar-se-hia completamente illusoria e vã a independencia dos poderes, visto como o executivo ficaria sujeito ao judiciario, ou pelo menos totalmente subordinado, dependente e com os braços ligados.”⁶⁵

Na prática, a “neutralidade” que *A Província de São Paulo* afirmava manter foi sendo abandonada ao longo dos anos 1880, quando o jornal passou a assumir uma posição partidária, sustentada por notas e colunas fixas, como “Boletim Republicano” e “Política Republicana”, publicadas até abril de 1890. Além disso, seu redator, Rangel Pestana, foi eleito deputado provincial pelo partido republicano nos biênios 1882-1883 e 1886-1887, o que reforça o alinhamento político assumido pelo periódico.

Apesar disso, *A província de São Paulo* mantinha relativamente fixo o quadro de colonistas e não se percebe grandes alterações na diagramação do jornal. Apenas em 1888,

⁶¹ Ibid., p.63.

⁶² FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna**. Tradução de Waldéa Barcellos, Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1988. p.133-135.

⁶³ PINTO, Renata de Sousa. A democracia antiga e a moderna. **Prim@ Facie**, ano 2, n. 3, jul./dez. 2003. p. 58-60.

⁶⁴ A expressão “democracia representativa” significa genericamente as decisões coletivas que se dizem respeito à coletividade inteira e não só pelas pessoas que parte por serem eleitas para esta finalidade. (Cf. BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. [versão online] p.44.)

⁶⁵ SANTOS, Joaquim Octaviano dos. Contencioso Administrativo. **Diário de São Paulo**, Anno X, N. 2793. 03 mar 1875. p. 1. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/709557/per709557_1875_02793.pdf. acesso em: 22 abr 2025.

aconteceu uma mudança na composição do jornal, com a entrada de Júlio Mesquita. Nascido em Campinas e formado pela Academia de Direito de São Paulo, vinha, desde janeiro de 1885, colaborando como a coluna “De Lisboa”, como correspondente em Portugal.⁶⁶ Mesmo com essa alteração na redação, é notável que o programa político republicano do jornal não se altera. Júlio Mesquita assumiu a função de diretor em 1888 e permaneceu até a mudança do nome do jornal para *O Estado de S. Paulo*, que ocorreu em janeiro de 1890, logo após a Proclamação da República. Desde então, *A Província de São Paulo* começou a pautar sua linha editorial fundamentalmente em assuntos nacionais, e se posicionando criticamente às instituições e políticas monárquicas, o que não era novidade, já que desde sua fundação em 1875 já realizava esse combate.⁶⁷

A partir do dia 16 de novembro de 1889, os nomes de Francisco Rangel Pestana e Júlio Mesquita deixaram de constar no cabeçalho do jornal. No dia 22 de dezembro de 1889, pouco mais de um mês depois da Proclamação da República, o jornal noticiava o risco que a República corria, no editorial “A Ditadura e os Conspiradores”⁶⁸, com alguns integrantes políticos conspirando nos passos imperiais, uns contra os outros, ou seja, conspiradores e traidores da república que agiam para conseguir cargos no governo estabelecido⁶⁹ e regularmente o jornal chamava o povo para a defesa da república recém proclamada. Percebe-se que o jornal tem um tom mais partidário, mesmo que continue negando isso.

A Província de São Paulo concedia à monarquia termos como regime de “privilégio, corrupção, despótico, atraso, anacrônico, anarquia mental” tentando depreciar o opositor por meio da linguagem: conceitos linguísticos opostos que, segundo Reinhart Koselleck em seu livro “Futuro passado”, são usados intencionalmente por um grupo, para se impor diante de outro grupo: “são especialmente apropriados para conformar as múltiplas relações, de fato e intenções entre os diversos grupos”.⁷⁰ *A província de São Paulo* se apoia no vocabulário político e põe em prática o combate linguístico sendo o principal suporte de escrita e leitura no Brasil oitocentista.

⁶⁶ CORRÊA, Rubens Arantes. *A Província de São Paulo (1875-1889). A trajetória de um jornal na transição monarquia-república. Projeto História*, São Paulo, v.78, pp. 122 -157, Set.-Dez., 2023.p. 145.

⁶⁷ MESQUITA, Julio César Ferreira. *Estado de S. Paulo*. 18 ago 1862. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/personalidades/julio-mesquita/?srsltid=AfmBOorhvaFlzveSx3xxPSAzSm4TUbOGuC5H2R-MPBRBqewvNIwyqrUR>. Acesso em: 22 set 2025.

⁶⁸ A ditadura e os conspiradores. *A Província de São Paulo*. ANNO: XV, 22 de dez 1889. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891222-4418-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 24 set 2024.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006, p. 194.

Maria Tereza Chaves de Melo em seu artigo “A República e o Sonho” identifica a importância da introdução de novas palavras, assim como “república, progresso, ciência”, que era uma visão de mundo oposta ao conjunto de ideias e teorias do sistema simbólico imperial.⁷¹ Segundo Heloisa Starling e Christian Edward Cyril Lynch em “República/Republicanos”, foi depois de 1792, que a palavra república começou a ser usada no sentido restrito de governo popular e se fixa nesse período no Brasil um sentido de república claramente para além daquele consagrado pela tradição clássica, isto é, da república romana, conforme definida por Cícero em “A República”⁷², quando afirma: “[...] a república é a coisa do povo, mas não de todos os homens reunidos de qualquer maneira [...]”.⁷³ Nesse novo contexto, a república passou a ser entendida como sinônimo de democracia, associada à ideia de um governo dos iguais. Era também o principal símbolo das leis francesas, representando uma promessa de ordem jurídica igualitária e racional.⁷⁴ A República era o principal sinônimo de leis francesas que significava uma garantia de governo dos iguais.⁷⁵ Percebemos pela transcrição feita nesse trabalho que o jornal traz palavras como República e democracia para demonstrar seu posicionamento diante dos acontecimentos do período, tanto que *A Província de São Paulo* se classificava como um jornal republicano, o que ampliou uma nova cultura pela sociedade brasileira letrada, uma cultura democrática e científica, no qual colocava o regime republicano como inevitável na história e penetrou na sociedade brasileira no final do império.⁷⁶

Do ponto de vista diacrônico, o conceito de democracia no Brasil sofreu mutações em três momentos. Segundo a periodização de Lynch, em “Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil”. Até 1792, a democracia é considerada uma forma de governo da Antiguidade Clássica e possui conotação histórica. Após a Revolução Francesa, a democracia passa a ser considerada uma forma de governo sinônimo de república, governo do povo pelo povo, uma *res pública*. Na década de 1820, o sentido da palavra democracia é inspirado nos Estados Unidos, pela ausência de aristocracia hereditária, na forma de federação é compatível com uma monarquia democrática. Em 1830, a palavra teria caído em descrédito no Brasil

⁷¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o Sonho. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, jan./jun. 2011, p.122-123.

⁷² CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Brasília: Senado Federal, 2019. (Edições do Senado Federal; v. 250).

⁷³ CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Brasília: Senado Federal, 2019. (Edições do Senado Federal; v. 250). Livro I, p.35-36.

⁷⁴ STARLING, Heloisa e LYNCH, Christian. República/Republicanos. In: FERES JÚNIOR, João do. (org.) **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil** - 2. ed. rev. ampl. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014. p. 191-204.

⁷⁵ idem.

⁷⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o Sonho. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, jan./jun. 2011, p.122-139.

durante a reação da monarquia unitária pelo modelo de governo misto. Em 1870, o conceito ganha significado adicional cujos desdobramentos estão além do período contemplado.⁷⁷

Segundo Koselleck, os conceitos são fundamentais para a preservação do passado na linguagem, pois integram experiências históricas, formas linguísticas e práticas sociais⁷⁸. Não há experiência histórica que possa ser compreendida sem os conceitos, assim como não existem conceitos desvinculados das experiências.⁷⁹ Dessa forma, os conceitos funcionam como mediadores entre o vivido, o pensado e o dito, estruturando tanto a percepção quanto a ação dos sujeitos históricos. Embora os acontecimentos históricos sejam sempre específicos, suas condições e estruturas tendem a se repetir de modo mais ou menos contínuo. É justamente essas repetições semânticas e pragmáticas que se tornam possíveis para identificar a inovação e a mudança histórica. Assim, novos significados só podem emergir em planos hermenêuticos específicos, isto é, sob determinadas condições históricas que tornam inteligível a introdução de novos conceitos ou a ressignificação de conceitos já existentes.⁸⁰ Ao investigar as transformações conceituais, é importante considerar que os padrões da mudança histórica são desiguais: enquanto alguns elementos se transformam rapidamente, outros acontecem de maneira mais lenta. Nesse processo, podem surgir tensões e atritos quanto ao uso da linguagem, explícitos em frases, textos, discursos e nos repertórios de sentido que os sustentam. Uma palavra pode, em determinado momento, adquirir novos significados, enquanto outros permanecem inalterados. É o que ocorre, por exemplo, com o conceito de democracia, cuja análise exige atenção às variações de sentido ao longo do tempo. Portanto, se torna indispensável interrogar se essas significações se mantêm, se se transformam ou se coexistem de forma contraditória em diferentes contextos históricos, permitindo uma análise mais precisa de sua permanência, mutação ou ruptura.⁸¹

A busca pela palavra democracia foi realizada em todo o acervo do jornal e demonstra que o termo possui grande relevância desde os primeiros anos da publicação, como indica a Figura 2. A base de dados do *O Estado de S. Paulo* informa que, entre 1875 e 2010, há 113.750 ocorrências do termo. Entretanto, o gráfico correspondente se estende até 2020, o que evidencia uma inconsistência na descrição da base. Assim, inferimos que as 113.750 menções

⁷⁷ LYNCH, Christian. Democracia. In: FERES JÚNIOR, João do. (org.) **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil** - 2. ed. rev. ampl. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014. p. 253-254.

⁷⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. tradução Markus Hediger. 1. ed. - Rio de Janeiro : Contraponto, 2020.

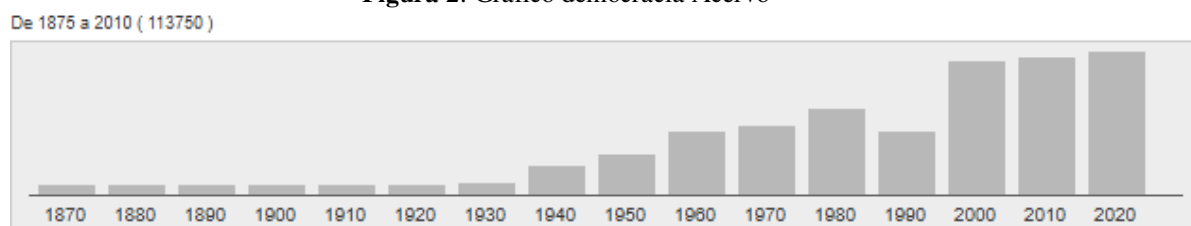
⁷⁹ *Ibid.*, p.75.

⁸⁰ *Ibid.*, p.76.

⁸¹ *Ibid.*, p.77.

dizem respeito, na verdade, ao período 1875-2020, conforme apresentado na Figura 2, que representa o universo da pesquisa (todo o acervo).

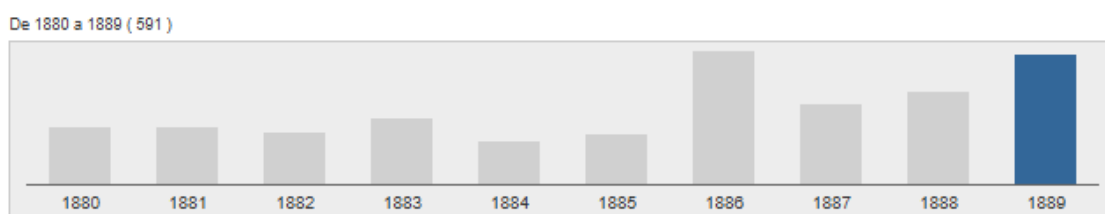
Figura 2: Gráfico democracia Acervo



Fonte: Acervo *O Estado de S.Paulo*.⁸²

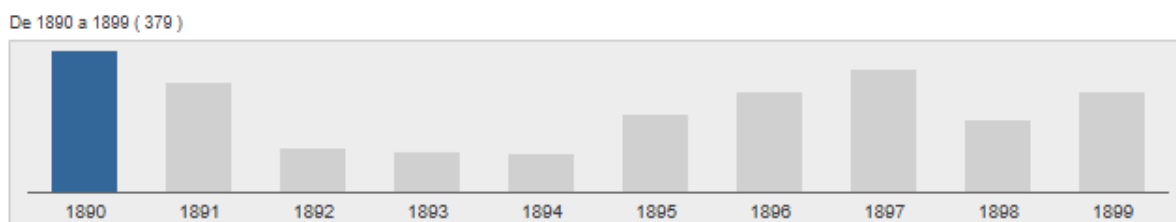
As Figuras 3 e 4, por sua vez, apresentam os recortes temporais que compõem a amostra efetivamente analisada neste trabalho, delimitada segundo critérios históricos e analíticos específicos, permitindo observar a incidência do termo democracia em períodos mais restritos e diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Figura 3: Gráfico 1889 democracia acervo



Fonte: Acervo *O Estado de S.Paulo*.⁸³

Figura 4: Gráfico 1890 democracia acervo



Fonte: Acervo *O Estado de S.Paulo*.⁸⁴

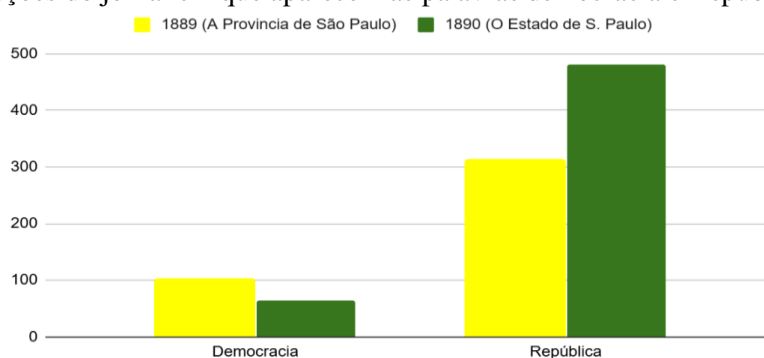
⁸²Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo/1/1890/1890//>. Acesso em: 08 dez 2025.

⁸³Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo/1/1890/1890//>. Acesso em: 08 dez 2025.

⁸⁴Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo/1/1890/1890//>. Acesso em: 08 dez 2025.

Fazendo jus à sua classificação como jornal republicano, que pode ter sido utilizado como sinônimo de democracia, *A Província de São Paulo* conta com muitas publicações que têm como tema a democracia (ou a falta dela) no período imperial (1889), contando com 101 publicações e no período republicano (1890) com 63 publicações que evocam a palavra. Por sua vez, o termo República tem utilização inversamente proporcional: 311 vezes em 1889 e 481 vezes em 1890.

Figura 5: Seções do jornal em que aparecem as palavras democracia e República (1889 e 1890)



Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*.⁸⁵ Elaborado pela autora.

O periódico tem interesse em se fazer republicano e, para isso, utiliza o conceito de democracia de forma ampla. Essa estratégia do jornal tinha a intenção de fazer com que aqueles que se identificassem com a pauta democrática abandonassem os compromissos com a monarquia. Os redatores não queriam apenas rechaçar a autonomia do poder da monarquia, mas exigia a descentralização política em proveito das províncias. O que prevalece durante o período é a democracia entendida como liberdade e quase nunca como igualdade, sobretudo era entendida como descentralização. À medida que o jornal se fazia cada vez mais republicano, evocava menos a democracia. Ser republicano, portanto, poderia ser uma continuidade do ser liberal, bem mais do que ser um democrata. A própria biografia de Campos Sales mostra essa trajetória: muitos dos chamados “Luzias”, liberais do Império, tenderam a se tornar republicanos. Mantiveram uma linha de coerência ao se oporem à centralização do poder, característica da monarquia. Não surpreende, então, que essa tradição política desembocasse no municipalismo da Primeira República, embora, na prática, esse municipalismo tenha assumido feições oligárquicas, e não democráticas. Do mesmo modo o

⁸⁵ Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo>. Acesso em: 15 jul 2025.

conceito de povo que *A Província de São Paulo* evoca é a parcela esclarecida da população. Aqueles 18% dos alfabetizados que passariam a ter o direito ao voto, a trabalhar pelo povo.

«O Povo, por isso, precisa de saber bem o que é Republica, o que é Democracia. Deve ouvir a voz dos oradores populares, dos propagandistas republicanos. Assim pensando, o *Club Republicano* convida o Povo desta cidade a reunir-se hoje ás 6 horas da tarde, na casa em que o mesmo funciona, afim de encorporado, acompanhar o velho democrata dr. José da Costa Machado e Souza á casa do respeitavel cidadão Jeremias Sandoval, e alli assistir á conferencia politica que faz aquelle illustre orador. Trabalha-se para o Povo e pelo Povo [não exatamente com o povo]. Todo o patriota, portanto, deve tractar da salvação da Patria, tristemente humilhada pelo desgoverno, pela prepotencia, pela corrupção dos Braganças-Orleans [...].»⁸⁶

O *Club Republicano*, foi criado após a Guerra do Paraguai (1864-1870), em protesto contra o centralismo da monarquia e em defesa da implantação de uma República Federativa, inspirada no modelo dos Estados Unidos da América. Havia vários clubes republicanos espalhados pelo Brasil, mas o mais importante foi o de São Paulo, que deu origem ao Partido Republicano Paulista. Seus principais líderes eram o jornalista Quintino Bocaiúva e o deputado e advogado Joaquim Saldanha Marinho.⁸⁷ Destaca-se também como membro do clube o advogado José da Costa Machado e Souza, com atuação em Minas Gerais e em São Paulo, suplente geral entre 1857-1860, deputado provincial em São Paulo de 1862-1863 e nomeado presidente de Minas Gerais em outubro de 1867, cargo que exerceu até 1868,⁸⁸ considerado pelo editorial um velho democrata.

Como já é sabido, um golpe não acontece de um dia para a noite e não existem antecedentes necessários para que ocorra. O jornal *A Província de São Paulo*, já dava indícios de insatisfação com a monarquia desde seu início em 1875, por ser um jornal Republicano e por medo de que a monarquia se tornasse um governo misto/monarquia constitucional, que segundo Norberto Bobbio são os Estados apresentados como modelo por sua estabilidade, como por exemplo, a monarquia Inglesa, atribuída ao governo misto⁸⁹. De um lado, estaria a

⁸⁶ Ao povo. Conferências Republicanas. *A Província de São Paulo*, 10 jan 1889. Anno: XV, N. 4133. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890110-4133-nac-0001-999-1-not/busca/Democracia>. Acesso: 13 jan 2025.

⁸⁷ SILVA, Beatriz Coelho. Clube Republicano. CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLUBE%20REPUBLICANO.pdf>. Acesso em: 13 jan 2025.

⁸⁸ PINHEIRO, Luciana. José da Costa Machado e Sousa. CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Jos%C3%A9%20da%20Costa%20Machado%20e.pdf>. Acesso em 05 out 2025.

⁸⁹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. p. 556.

monarquia e de outro lado as leis, que modelam este governo com três formas, que são elas: a monarquia, a aristocracia e a democracia, com a ideia de que existisse equilíbrio entre as três formas e que pudessem fluir de maneira igual⁹⁰.

Em busca de compreensão das razões para que o jornal retratasse a manutenção da monarquia como uma ameaça e defender alternativas republicanas, retomemos brevemente o processo de consolidação do regime monárquico no Brasil.

A monarquia foi o sistema de governo que já se estabelecia no Brasil e com a chegada de D. João VI em 1808 se fortaleceu, quando este determinou algumas mudanças tais como a abertura dos portos às nações amigas desfazendo o monopólio do comércio exterior pela metrópole.⁹¹ De acordo com Alberto da Costa e Silva, em 1808, o Rio de Janeiro, de um dia para o outro, virou a capital de Portugal que recebia ordens e instruções do Rio de Janeiro, e isso fez o poder centralizar.⁹² Em 1818, D. João VI instado a voltar a Portugal, deixando o seu filho D. Pedro com amplos poderes para governar o Brasil, ficou decidido que as duas cortes estariam subordinadas a Lisboa. Assim, o Brasil não apenas perdia suas cortes, mas também se fragmentava. O sonho de uma América Portuguesa unificada já não era mais uma realidade. Em 8 de Janeiro de 1822, D. Pedro I decidiu ficar no Brasil e convocou uma assembleia com deputados de todas as províncias, opondo-se às tentativas de dividir o país, procurando personificar “a vontade geral do Brasil” de proclamar “à face do universo sua independência política”.⁹³ O grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, tornou-se, com o passar dos anos, um símbolo da independência do Brasil e da construção da identidade nacional. A aclamação de D. Pedro I como imperador ocorreu em 12 de outubro, seguida por sua coroação em 1º de dezembro, consolidando de forma evidente a separação entre Brasil e Portugal.⁹⁴ A monarquia se consolidou após a coroação do novo Imperador do Brasil independente.

Ao reconhecer a independência e a soberania do Brasil, D. João VI transferiu a autoridade a seu filho, embora D. Pedro mantivesse para si o título de imperador da nova nação. Contudo, para que o Brasil alcançasse a independência formal, era preciso elaborar uma Carta Magna. Para a confecção deste documento foi reunida a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa. Ao abri-la, D. Pedro logo se posicionou acima dos representantes da nação ao repetir que “proclamará sua coroação: juraria, sim, a liberal Constituição, se

⁹⁰ Ibid., p. 557.

⁹¹ SILVA, Alberto da Costa e. As marcas do período. Crise Colonial e Independência. 1808- 1830. In: **História do Brasil Nação 1808-2010**. Objetiva, Rio de Janeiro, V.1. 2011. p.25.

⁹² Ibid., p. 26.

⁹³ Ibid., p. 28.

⁹⁴ Ibid., p. 28 - 29.

digna do Brasil e de seu imortal defensor, ou seja, ele mesmo.”⁹⁵ Podemos observar que ele repetia o gesto feito por Luís XVIII, após a derrota de Napoleão. Desde 1822, com ideias importadas de Lisboa que usavam exemplos de países como Inglaterra e Estados Unidos, o novo país tinha a divisão dos três poderes, sendo eles: Executivo, Legislativo e Judiciário. O poder Legislativo seria composto pelo rei e de um conselho que era responsável pela aprovação das leis e o rei além de aprovar ou não, assinava os tratados.⁹⁶

Como um remendo autoritário ao projeto de Montesquieu em “O Espírito das Leis”⁹⁷, segundo o qual “existem em cada Estado três tipos de poder: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito dos agentes e o poder executivo daquelas que dependem do direito civil”⁹⁸, a Carta Magna de 1824 introduziu uma alteração significativa no sistema de poderes ao instituir o chamado “quarto poder”, o Poder Moderador. Ao contrário do modelo proposto por Montesquieu, que previa a separação e o equilíbrio entre os poderes delegados pela nação, a Constituição de 1824 concentrou no Imperador um poder que se sobrepunha aos demais.⁹⁹ Ele exercia a governança através de seus ministros, que eram ainda considerados como “responsáveis”. O mesmo “líder” atuaria como “Moderador” na visão de Benjamin Constant.¹⁰⁰ Desta forma, a Constituição de 1824, dava ao Imperador um papel singular, com a capacidade de intervir e atuar como mediador no contexto político. A Constituição de 1824 permitia uma certa autonomia na atuação política das Províncias, ao estabelecer suas funções de maneira abrangente. Ela reconhecia, como parte dos direitos individuais, o direito dos cidadãos de se envolverem em assuntos provinciais que afetassem seus interesses.¹⁰¹ Seria essa uma forma sutil de “democracia”, em 1824? Democracia para quem? Para os homens brancos e a elite/nobreza? Ou seria apenas uma maneira de controlar ainda mais as Províncias? Em suma, segundo José Murilo de Carvalho, a monarquia

⁹⁵ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: **História do Brasil Nação 1808-2010**. Objetiva, Rio de Janeiro, V.1. 2011. p. 101.

⁹⁶SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). tese (doutorado em história) Programa de Pós-graduação em história social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. p.122.

⁹⁷MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. Apresentação de Renato Janine Ribeiro; tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁹⁸Ibid., p. 167.

⁹⁹ Ibid., p. 123.

¹⁰⁰SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). tese (doutorado em história) Programa de Pós-graduação em história social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. p. 131.

¹⁰¹ Ibid., p.133.

brasileira, inspirada pelo Vintismo português¹⁰², consolidou um acordo político que articulava representação popular e divisão de poderes. Foi dentro desse arranjo que se estabeleceu o movimento pendular entre liberais e conservadores, oscilando entre demandas de autonomia e a defesa da centralização.

O Período Regencial (1831-1840) iniciou-se com a abdicação de D. Pedro I, que deixou o trono a seu filho de apenas cinco anos. Coube então às elites políticas brasileiras a tarefa de dar continuidade à construção de um governo constitucional em um país amplo, pouco integrado e privado da figura legitimadora do monarca no exercício do poder. Nesse cenário, estavam em risco não apenas a estabilidade do regime monárquico, mas também a própria unidade territorial do país, ameaçada por revoltas separatistas.¹⁰³ A abdicação foi resultado de uma grave crise política. D. Pedro I enfrentava pressões, como: conflitos sucessórios em Portugal após a morte de D. João VI; a derrota brasileira na Guerra da Cisplatina (1828); a pressão britânica pelo fim do tráfico de escravizados; revoltas militares no Rio de Janeiro e o acirramento dos conflitos entre brasileiros e portugueses, resultando nas Noites das Garrafadas, em março de 1831. A instabilidade se agravou quando o imperador recuou da decisão de manter um ministério exclusivamente brasileiro, o que provocou forte reação popular.¹⁰⁴ Em 7 de abril de 1831, uma grande mobilização no Campo de Santana reuniu deputados, militares, jornalistas, trabalhadores, libertos e escravizados, o que se tornou uma das manifestações políticas mais extensas e participativas do período imperial. A notícia da abdicação gerou incerteza quanto ao futuro político do país, abrindo possibilidades de permanência de D. Pedro I à Proclamação da República. Contudo, prevaleceu a aclamação de D. Pedro II, conduzida pelo general Lima e Silva, em um ato que pode ser compreendido como a experiência política mais democrática do Império, ainda que restrita à capital.¹⁰⁵ Esse episódio evidencia tanto os limites quanto às possibilidades da participação política no Brasil oitocentista. A abdicação não resultou de uma ruptura institucional radical, mas de uma negociação política mediada pela pressão popular. Assim, o Primeiro Reinado, iniciado com o “Fico”, se encerrou simbolicamente com o “vou-me embora”, marcando a transição para um

¹⁰² Sobre o periodismo vintista e as contribuições da imprensa vintista à semântica dos tempos históricos no contexto da Independência. (Cf. ELYEL, Jhonatas.; NORONHA, Gilberto César de. *Gazetas do tempo: documentos para a história? As contribuições da imprensa vintista à semântica dos tempos históricos no contexto da Independência*. *Acervo*, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 1–24, 2022. DOI: 10.64729/an.acervo.v35i3.1847. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1847>). Acesso em: 1 nov. 2025.

¹⁰³ BASILE, Marcello. **A politização nas ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências**. Brasília : Senado Federal, 2022. p.15-57

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.

período de instabilidade, experimentação institucional e redefinição das bases da autoridade política no Brasil.¹⁰⁶

Já no Segundo Reinado (1840-1889) o debate constitucional centrou-se na natureza do Poder Moderador, não no questionamento de sua existência, e na responsabilidade atribuída aos ministros. José Murilo de Carvalho considera que o sistema político imperial poderia ser denominado de monarquia presidencial. Era uma monarquia porque o trono era hereditário e era presidencial porque acumulava na mesma pessoa a chefia do Estado e do governo. Pedro II, não era tão autoritário quanto seu pai e aos poucos caminhava cada vez mais para o parlamentarismo, obedecendo às maiorias parlamentares na escolha de seus ministros.¹⁰⁷ Com o passar do tempo, entretanto, foram crescendo as queixas sobre o Poder Moderador e as acusações de despotismo foram minando o poder do Imperador. Além disso, a ausência de um eleitorado amplo e independente fazia com que Republicanos e Liberais tentassem tomar o poder para si, isso não significa necessariamente uma democracia, mas a eleição de Chefe de Estado.¹⁰⁸

O jornal *A Província de São Paulo* evocava a ausência de um eleitorado amplo em seus editoriais desde sua fundação como já citado aqui. Em 1889, o desconforto com o poder moderador era evidente nos textos dos redatores do periódico e dos intelectuais ligados às ideias republicanas, que externavam o medo de um terceiro reinado, visando a possível popularidade da Princesa Isabel legitimada pela assinatura da lei áurea instituída em 13 de maio de 1888, (enquanto o rei regente, seu pai, D. Pedro II estava na Europa em tratamento de saúde) a princesa apoiou abertamente a causa da abolição.¹⁰⁹ O abolicionismo foi a primeira causa no Brasil a reunir “a regente Isabel, políticos dos três partidos, o Liberal, o Conservador e o Republicano, intelectuais, liberais, jornalistas, estudantes, operários, libertos e escravos”.¹¹⁰ O jornal *A Província de São Paulo*, no dia 15 de maio de 1888, na sua primeira página no editorial da espaço para quatro títulos sobre a abolição, que são eles: “A patria livre”; “13 de maio de 1888”; “Treze de maio” e “Gloria ao povo”¹¹¹, fazendo referência às

¹⁰⁶Idem.

¹⁰⁷ELYEL, Jhonatas.; NORONHA, Gilberto César de. Gazetas do tempo: documentos para a história? As contribuições da imprensa vintista à semântica dos tempos históricos no contexto da Independência. *Acervo*, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 1–24, 2022. DOI: 10.64729/an.acervo.v35i3.1847. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1847>. Acesso em: 1 nov. 2025.

¹⁰⁸ Ibid., p.28.

¹⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de (coord.). A construção nacional: 1830-1889. In: CARVALHO, José Murilo de. **A vida política**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.2. p. 121.

¹¹⁰ Ibid., p. 122.

¹¹¹ **A Província de São Paulo**, 15 de mai 1888. Anno: XIV, Nº3936. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18880515-3936-nac-0001-999-1-not/busca/regente>. Acesso em: 05 out 2025.

lutas do povo pela libertação e dizendo apenas na primeira notícia “Desde hontem está em vigor o excepcional Decreto da soberania nacional que a princesa regente, em nome do imperador, sancionou e seus ministros o fizeram publicar”.¹¹² A efusão popular foi tanta que houve comemorações, cantando, as pessoas desfilavam, dançavam, dando vivas à princesa Isabel, a Redentora, o apoio popular foi geral.¹¹³ Segundo Domingues, A princesa Isabel, autora da Lei Áurea, foi homenageada com honras militares e recebeu um buquê de flores. Durante as celebrações, participou da missa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.¹¹⁴ A Princesa Isabel entra na história como a redentora, título que foi dado por José do Patrocínio (jornalista negro e abolicionista), a libertação ganha proporção religiosa e faz analogia da Redenção da Pátria, assim como Cristo, que é aquele que resgata, liberta ou salva¹¹⁵. Teria ela abraçado a causa da abolição em parte devido às suas crenças religiosas, mas também como uma estratégia política. Ademais, a princesa era vista com desconfiança devido à sua profunda religiosidade e ao seu esposo francês, Conde d'Eu. O conde, além de não ser brasileiro nato, era surdo, tinha dificuldade em falar português e era acusado de explorar negócios de aluguel de moradias populares. Os republicanos propagavam rumores, atualmente considerados misóginos, de que a princesa estava sob o domínio do marido.¹¹⁶

A primeira vez que o jornal demonstra estar preocupado com uma terceira monarquia comandada pelo Conde d'Eu, colocando-se como arauto da república liberal, evocando para si a luta pela democracia, foi no editorial “Despotismo e Democracia” em 14 de janeiro de 1889, profetiza que:

Vae se recolhendo aos poucos o sol do segundo reinado e o governo pressuroso já tirou das nossas veias o sangue com que ha de fazer os rubores da aurora do terceiro. Enquanto uma doença incuravel vae matando lentamente o corpo alquebrado do velho imperador, o Conde d'Eu, aventureiro sem patria, vae sorrateiramente lançando mão ao sceptro imperial para que esse symbolo de commando não role sem dono pelo chão.¹¹⁷

E continua:

¹¹² Idem.

¹¹³ DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48. 2011. p.22-23.

¹¹⁴ Ibid., p. 25.

¹¹⁵ DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora dos escravos”**: um estudo das representações sobre a princesa. Dissertação (mestrado em história). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2001. p.93.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Despotismo e Democracia. **A Província de São Paulo**, 14 jan 1889., Anno: XV, N.4137. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890114-4137-nac-0001-999-1-not/busca/DEMOCRACIA>. Acesso em: 13 jan 2025.

Estamos até convencidos de que no actual momento é impossível um governo francamente liberal. Enquanto o conde d'Eu não tiver bem firme em sua cabeça a corôa deste imperio a Reacção não pôde dormir. Sejam de que parcialidade forem os ministerios que, em futuro mais ou menos proximo, se organisarem - hão de ser todos perseguidores violentos das liberdades populares [...] Hoje no Brazil, só ha logar para dois partidos: — o partido protector do Orleans ambiciosos e o grande partido nacional, o partido da Republica liberal e tolerante. Contra a dictadura da Reacção, que é forte, organizemos activamente o exercito da Democracia, que será invencível, e marchemos afoitamente para a lucta [...]

Diante dessa tensão, o imperador pouco atuava em benefício da proteção da monarquia. Ele esteve à frente do país por 49 anos, sem que houvesse qualquer tentativa de degradação. O prestígio que a monarquia possuía através dele contribuía para manter a coesão nacional. Sua fixação pelo cumprimento das obrigações constitucionais, juntamente com seu senso de justiça e equilíbrio, fazia com que o Brasil se tornasse um modelo de estabilidade institucional, com eleições regulares e liberdade de imprensa. D. Pedro II também não tomou medidas para estabelecer fundamentos que sustentassem seu governo ou a monarquia. Não formou uma corte ao seu redor, não assegurou o apoio dos militares como seu pai fez, não envolveu o povo, nem se preocupou em garantir a monarquia para sua filha, parecendo estar certo da iminente chegada da República.¹¹⁹ A ideia de que Isabel fosse sucessora do trono era malvista; ela e seu marido, Conde d'Eu, não conseguiram o apoio da elite. Para essa elite patriarcal, o gênero era o problema. A elite política era constituída por homens e totalmente desacostumada a ver uma mulher detendo autoridade. No Brasil, nunca houve uma mulher na monarquia (D. Maria I era considerada “a louca”, e nunca governou de fato) e o mundo masculino era hostil. Já o conde D'eu, o grande problema para a elite era sua nacionalidade, ele era um nobre francês, apesar de ser culturalmente próximos dos franceses, a elite brasileira era nacionalista quando se tratava da família real.¹²⁰

Em 1889, de acordo com Skidmore os republicanos estavam concentrados em Minas Gerais e São Paulo e o partido republicano e liberal estavam mais interessados em nomeações de funcionários para o governo do que na forma de governo em si. Apesar dos republicanos terem conseguido pouco apoio da elite, obteve grande sucesso entre os militares descontentes.¹²¹ O exército da democracia era, na verdade, o exército da monarquia, ou mais precisamente, dos monarquistas dissidentes. *A Província de São Paulo*, publicava sucessivas

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ CARVALHO, José Murilo de (coord.). A construção nacional: 1830-1889. In: CARVALHO, José Murilo de. **A vida política**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.2. p. 126.

¹²⁰ SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Trad: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 107.

¹²¹ Ibid., p. 107-108

adesões ao partido republicano no editorial, como forma de propaganda política, assim como no dia 26 de junho de 1889.

Adesões — Do Espírito-Santo do Pinhal recebemos a seguinte comunicação:
«Adheriram ao partido republicano os eleitores Ovidio de Avila Pereira Soares, José Tavares de Menezes e Alfredo Galvão, aqueles conservadores e este liberal. Adesão estas muito valiosas para a democracia. Espera-se brevemente que muitos outros declarem-se republicanos.»¹²²

As notícias de adesões vinham acompanhadas de palavras como “democracia” e “liberal”. É válido observar que o uso da palavra democracia pelo jornal está ligado a um sentimento liberal e parece ser um pano de fundo para pintar o quadro político e fomentar a adesão de mais pessoas para compor seu campo político, os republicanos em prol da queda da monarquia a favor de uma democracia, como se via na França na mesma época¹²³.

Apesar das efusivas notas sobre adesões ao movimento, é válido observar que os republicanos eram minoria em 1889. Após o golpe de 15 de novembro de 1889, não por acaso, assumiram a função de modelar as novas instituições: Francisco Rangel Pestana, dono do jornal *A Província de São Paulo*, que por indicação de Américo de Campos, passou a integrar um triunvirato¹²⁴ para governar São Paulo, a primeira província a aderir ao golpe da República brasileira, com Prudente de Moraes e o coronel Joaquim de Sousa Mursa.¹²⁵

No dia 16 de novembro de 1889, o jornal noticiava o recebimento de um telegrama informando que havia sido proclamada a República e o governo provisório seria organizado por Deodoro da Fonseca e Quintino Bocayuva. O ministério teria sido obrigado a assinar sua demissão. Consta também que o Barão de Ladário (José da Costa Azevedo 1825-1904), que foi ministro da marinha, havia sido baleado e corria risco de vida, atingido mais por imprudência sua do que por intuito agressivo dos republicanos.¹²⁶ O verniz era de um movimento pacífico, mas a notícia informava que o barão havia sido baleado em razão da sua resistência à ordem de prisão emitida pelo novo governo republicano e sobreviveu.¹²⁷ Do

¹²² Adesões. *A Província de São Paulo*, 26 jun 1889. Anno XV. n.4267. p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890626-4267-nac-0002-999-2-not/busca/democracia>. Acesso em: 04 fev 2025.

¹²³ COELHO, Latino. Confrontos. *A Província de São Paulo*, 12 jan 1889. N. 4135, ANNO: XV. pag.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890112-4135-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso: 13 jan 2025.

¹²⁴ Triunvirato: Governo exercido por três indivíduos. Cf. **Dicionário Michaelis Online**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=9oBkO>. Acesso em: 10 jul 2025.

¹²⁵ RIBEIRO, Antônio Sérgio. Atuação na República. In: Francisco Rangel Pestana. **CPDOC FGV**. p. 05. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>. Acesso em: 10 jul 2025.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Ministro da marinha resiste a voz de prisão e acaba baleado. **Folha online**, 15 nov 1889. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2001/republica/ministro_da_marinha.shtml. Acesso em: 15 out 2024.

mesmo modo, o periódico se esforça para enunciar que a Proclamação da República nasceu “da livre manifestação popular e que república significa a paz, o progresso e a felicidade.”¹²⁸, seriam estes os primeiros sentimentos/desejos veiculados no jornal. Vale ressaltar que *A Província de São Paulo*, neste momento, já não se declarava “neutra” apenas até 1880, quando assumiu uma posição partidária, mantendo notas e colunas fixas como “o Boletim Republicano” e “Política Republicana”.

Além disso, o jornal enfatizava que “nunca uma República foi proclamada com tanto brilhantismo e tanta paz”¹²⁹ e honra o exército brasileiro por completar uma ação benéfica iniciada em 1831, mostrando o caminho do exílio a um tirano. Ainda na mesma página Júlio de Mesquita escrevia que o povo permanecia em constante atividade agitando as ruas, inquietos e ansiosos à espera do reconhecimento da República em São Paulo.¹³⁰ *A Província de São Paulo* também informava sobre o recebimento de telegramas de outras regiões como de Santos, dando vivas ao exército e a armada por instalar o governo provisório e foram dadas diversas salvas de 21 tiros, anunciando a vitória do movimento¹³¹. Além do verniz da paz, ensaiava o verniz do apoio popular. Na coluna intitulada “Proclamação”, o jornal conclama aos “Cidadãos! Revive a Nação! Pelo seu orgam o mais autorizado — o Povo ! — foi proclamada a Republica no paiz!”¹³² Júlio de Mesquita também evoca a generosidade do povo brasileiro, e o seu suposto amor à ordem, “o espírito brasileiro já garante a paz, a justiça e a tranquilidade completa”¹³³. Fala também de liberdade, justiça, igualdade e fraternidade aos membros desta grande nação.¹³⁴

É válido lembrar que o regime político anterior não terminava de uma hora para outra, ele já passava por transformações antes do Golpe do dia 15 de novembro, em relação às forças

¹²⁸ MESQUITA, Julio. Glorioso centenario da grande revolução. *A Província de São Paulo*, 16 de nov 1889. p.2. Acesso em: 15 out 2024. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891116-4373-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 15 out 2024.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ MESQUITA, Julio. Glorioso centenario da grande revolução. *A Província de São Paulo*, 16 de nov 1889. p.2. Acesso em: 15 out 2024. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891116-4373-nac-0002-999-2-not>. acesso em 15 out 2024.

¹³¹ O Centro de Comunicação Social do Exército também informa que, no Brasil, durante o Império, assim como na Inglaterra, o imperador fazia jus à salva de 101 tiros. A salva de 21 tiros, a maior depois da oferecida ao imperador, era destinada à imperatriz, à família real e aos arcebispos e bispos em suas dioceses. Com o advento da República, a salva de 21 tiros passou a ser privativa dos presidentes da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Foi em 1983, no governo de João Baptista Figueiredo, que a execução das salvas de gala tomou a forma atual. (Cf. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/27/entenda-o-significado-dos-21-tiros-de-canhao-que-serao-disparados-na-abertura-dos-trabalhos-legislativos>). Acesso em: 15 out 2024.

¹³² MESQUITA, Julio. Glorioso centenario da grande revolução. *A Província de São Paulo*, 16 de nov 1889. p.2. Acesso em: 15 out 2024. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891116-4373-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 15 out 2024.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

sociais do país. O Partido Republicano de São Paulo e os grupos abolicionistas estavam em plena atividade. O governo se deparava com crescentes crises políticas, incluindo a “questão religiosa”¹³⁵ e a “questão militar”¹³⁶. Os militares, pela primeira vez, se posicionaram contra o governo, incorporando símbolos de grande importância para os militares como “honra” e “brio”, gerando simpatia pelo movimento.¹³⁷ Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892) era o comandante militar da guarnição mais poderosa do país, que havia galgado posições no exército graças às suas habilidades militares, evidenciadas em batalhas. Em 15 de novembro de 1889, Deodoro declarou que o Exército sofria maus-tratos dos políticos, apesar de serem os únicos prontos para se entregar à nação. O governo não teria demonstrado interesse em realizar reformas e modernização do exército.¹³⁸

No dia 15 de novembro, nem Benjamin Constant nem Deodoro da Fonseca estavam presentes, Deodoro estava de cama, “agoniado pelas dispneias terríveis”¹³⁹ e Benjamin foi até sua casa para pressioná-lo a realizar a sessão de protesto.¹⁴⁰ Na madrugada do dia 15, foram à residência de Benjamin para instá-lo a liderar as tropas rumo ao quartel-general. A falta de Deodoro era alarmante, pois somente ele possuía poder sobre a tropa. Apesar de Deodoro estar gravemente doente, ao ser informado sobre a movimentação, levantou-se e se dirigiu ao encontro das tropas, que já estavam em marcha, assumindo o comando. Com ele não estava o povo. Do lado do governo, em Ouro Preto, tentavam sem sucesso organizar uma resistência. No começo da manhã, as forças rebeldes chegaram ao Campo de Santana. Eram 600 homens, abrangendo os três regimentos da 2ª Brigada e os alferes-estudantes da Escola Superior de Guerra. Os estudantes da escola militar da Praia Vermelha só chegaram quando o problema já estava solucionado. De acordo com Castro, tratava-se de uma força bastante problemática,

¹³⁵ A “Questão Religiosa” ocorreu quando a Igreja voltou a atuar na política e passou a vivenciar internamente um movimento de reforma influenciado pelas ideias conservadoras do pontificado de Pio IX. Essa atuação refletia uma reação corporativa e ultramontana contra o regalismo do Império. Já não se tratava da presença individual de padres na política, mas do esforço da hierarquia eclesiástica em estabelecer uma posição própria da Igreja diante do Estado. Essa iniciativa acabou gerando o conflito conhecido como “questão religiosa” e resultou na prisão de bispos. (Cf. CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. p.187.)

¹³⁶ A “Questão Militar” foi o nome dado a uma sequência de desentendimentos entre o Exército e o governo, iniciada em agosto de 1886 e que durou até 1887. O conflito começou após o governo punir dois coronéis, Cunha Matos e Sena Madureira, por declarações publicadas na imprensa. O Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, então comandante das Armas e presidente interino da Província do Rio Grande do Sul, acabou se envolvendo ao manifestar apoio aos oficiais. (Cf. CASTRO, Celso. A questão militar. In: **A Proclamação da República**. Ed. Zahar, 2000. p.18)

¹³⁷ CASTRO, Celso. A questão militar. In: **A Proclamação da República**. Ed. Zahar, 2000. p.22.

¹³⁸ Ibid., p.23.

¹³⁹ R. JUNIOR, Magalhaes. **Deodoro**: a espada conta o Império. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1957. p. 21.

¹⁴⁰ LEMOS, Renato. Benjamin Constant. CPDOC. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSTANT%2C%20Benjamin.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 05 out 2025.

sem posições e sem munições para os canhões.¹⁴¹ O tenente-coronel Silva Teles, que ocupava o cargo de comandante interino da Brigada, decidiu se juntar ao movimento de última hora. O major Lobo Botelho, líder do 2º regimento de Cavalaria, desconhecia a natureza republicana do movimento. O visconde de Ouro Preto deu instruções várias vezes, mas Floriano Peixoto não demonstrou interesse em lutar, permitindo que os revoltosos posicionassem seus canhões em frente ao Quartel Geral sem serem perturbados. A inação das forças governamentais ocorreu também devido à insatisfação dos militares e não se observou resistência nesse sentido.¹⁴² A imagem, a propósito, guarda semelhanças incômodas com a posição dos militares do Distrito Federal em 8 de janeiro de 2023, com os devidos distanciamentos históricos, a começar pela ausência de dispositivos móveis para a retirada de sorridentes autorretratos das fileiras da resistência com os revoltosos.

Na manhã de 15 de novembro de 1889, ocorreu um embate entre “militares” e “casacas”, onde os militares saíram vitoriosos. No entanto, seguia o plano de Benjamin e o discurso de Deodoro foi de um militar, não de um republicano. Ele mencionou a Guerra do Paraguai, as injustiças sofridas pelo exército e não mencionou uma mudança de regime ou a dissolução do ministério, mas sim uma conversa com o Imperador para reestruturar o ministério. Na tarde do dia 15, todos estavam preocupados porque a República ainda não havia sido oficialmente estabelecida, alguns civis davam viva à República e Deodoro mandou que se calassem.¹⁴³ Benjamin e Deodoro retornaram para suas residências. Deodoro, adoecido, não proclamou a República. Somente à noite se formalizou a composição do governo Deodoro (presidente) Benjamin (Guerra), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Rui Barbosa (Fazenda), Aristides Lobo (Interior), Campos Sales (Justiça), Eduardo Wandenkolk (Marinha) e Demétrio Ribeiro (Agricultura)¹⁴⁴. E foi assinado o primeiro decreto republicano que dizia em seu artigo 1º: “Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira — A República Federativa.”¹⁴⁵

Apesar do desânimo da população, não é verdade que não se encontrava alguém disposto a morrer pela monarquia. Pouco depois de um mês da queda da monarquia no dia 18 de Dezembro, estourava uma rebelião de soldados do 2º Regimento de Artilharia, justamente uma das unidades que teriam participado do golpe, isso porque a maioria dos militares que participavam não sabiam que seria destituído o governo regente. Houve outras revoltas

¹⁴¹ Ibid., p.45.

¹⁴² Ibid., p.49.

¹⁴³ CARVALHO, José Murilo de. **Pecado original da república**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2017. p. 23

¹⁴⁴ Ibid., p.50

¹⁴⁵ Ibid.,p.52.

também isoladas contra a República em diversos pontos do país, sempre protagonizadas por militares. Por outro lado, muito maior do que a parcela de descontentes e opositores, foram os que de um dia pro outro se tornaram republicanos.¹⁴⁶

Por outro lado, o jornal *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro, publicou normalmente em sua coluna “Governo Provisório” que a República foi proclamada e aceita pela maioria de seus habitantes e supõe que a República deveria ser organizada pelo modelo francês, isto é, unitária, ou pelo modelo norte americano, isto é, a federativa. O jornal carioca chamava o resultado desse levante como revolução nacional de “caracter essencialmente patriótico”¹⁴⁷ e que tem como principal função “garantir a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos.” Interpretava que “o governo provisório temporário é o da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem”.¹⁴⁸ O jornal *Gazeta da tarde* também contava com quatro páginas, sendo duas de notícias e as duas últimas de propaganda, no dia 16 de novembro foi dedicado apenas três colunas da primeira página para informar sobre o novo governo vigente, diferente do jornal *A Província de São Paulo* que dedicou toda a edição do dia 16, em tom comemorativo, à Proclamação da República.

Já a *Revista Illustrada* do dia 16 de Novembro de 1889, na primeira página, na coluna intitulada “A Republica” dizia que o gabinete participou dos acontecimentos do dia 15 de novembro em plena paz e em meio ao regozijo popular de todos os lados “o novo regimen da democracia, do direito e do futuro da America”¹⁴⁹ Na última página trazia a imagem de Maria (Numa referência já à Marianne francesa) e os dizeres “Gloria á patria! Honra aos heroes do dia 15 de novembro de 1889”¹⁵⁰. Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, em a República Consentida,¹⁵¹ a democracia era nada mais que uma fatalidade da história e um emblema de igualdade que completava a liberdade da Revolução. Era o que faltava para o fim do antigo regime, que primeiro visava acabar com o absolutismo e instalar o governo republicano.¹⁵² A autora também afirma que, nesse momento da história, os jornais ajudavam a fixar o sinônimo entre a palavra República e Democracia e essa evidência pode estar atestada nas expectativas

¹⁴⁶Ibid., p. 54.

¹⁴⁷ BRITO, Luiz Ferreira de Moura. Governo Provisório. **Gazeta da Tarde**. 16 de nov 1889. Anno X, nº 311. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&pagfis=10277>. Acesso em: 10 jul 2025.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ AGOSTINI, Angelo. **Revista Illustrada**. Rio de Janeiro, 16 nov 1889. Anno 14. Nº569.p.1. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/332747/per332747_1889_00569.pdf. Acesso em: 07 nov 2024.

¹⁵⁰ AGOSTINI, Angelo. **Revista Illustrada**. Rio de Janeiro, 16 nov 1889. Anno 14. Nº569. p.7. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/332747/per332747_1889_00569.pdf. Acesso em: 07 nov 2024.

¹⁵¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹⁵² MELLO, Maria Tereza Chaves de. República como ciência e evolução: “A razão do futuro”. In: **A República Consentida**. Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.141.

concretas que a República gerou. A palavra Democracia agora não era mais apenas ligada ao liberalismo político ou econômico, era claramente um conceito social, que significava a possibilidade do apagamento da sociedade de privilégios, o regime da igualdade.¹⁵³ Essa concepção, no entanto, estava vinculada a setores da elite. Conforme escreveu André Botelho, “A aspiração democrática que serviu de Base à propaganda republicana no Brasil, perdeu, contudo, progressivamente, a sustentação perante os diferentes grupos sociais nos quais se havia despertado a expectativa de maior participação política”¹⁵⁴

Vale observar que apesar do destaque à república, a palavra democracia sintomaticamente não aparece na edição de 16 de novembro da *A Província de São Paulo*. Uma ausência notável já que era palavra recorrente desde o início do ano de 1889 (figurando 101 vezes). A última vez que a palavra foi evocada antes da Proclamação da República foi na edição do dia 5 de outubro, na Sessão Livre, A República e a Religião, onde o Cônego Miguel Martins escrevia:

[...] Resumindo tudo quanto havemos expedido nos artigos, que escrevemos sob a epigraphe A Republica e a Religião, diremos: A Religião longe de condemnar, acceita e justifica todas as formas de governo, desde que sejam legitimamente constituídas; que Deus dá o poder ao povo e este escolhe o seu depositario e o modo por que deve ser governado: que quando o depositario do poder d'elle abusa em detrimento do povo, este tem todo direito de destitui-lo e de escolher outro de sua confiança: enfim, o povo pode, quando julgar necessario para o bem commum, mudar a forma de governo, mesmo independente de abuso por parte do representante do poder. Aquelles que tem lido nossos humildes artigos, terão com certeza procurado saber qual motivo, qual a causa que nos moveu a fazer uma tão longa demonstração para convencer que a democracia se harmoniza perfeitamente com a religião; vamos, antes de terminar, satisfazer essa grande curiosidade [...]¹⁵⁵

Nesse artigo, o Cônego Miguel Martins se declarava publicamente republicano e dizia que aqueles que têm religião deveriam ser também a favor da democracia e que a República mais dias, menos dias, seria a forma de governo de todos os brasileiros e questiona: “Porque estabelecer um muro de separação entre catholicos e republicanos? Por que atear odiosidade entre os representantes da Igreja e os futuros representantes da patria?” e conclui dizendo que a Santa religião aceita todas as formas de governo. Numa evidente instrumentação da religião

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais** ponto Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.56.

¹⁵⁵ Conego Miguel Martins. Sessão Livre. A Republica e a Religião. *A Província de São Paulo*, 5 out 1889. Anno XV, N. 4353. p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891005-4353-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 15 out 2024.

para fins políticos, o cônego nos lembra políticos hodiernos, como Jair Bolsonaro que, no debate presidencial de 2018 não titubeou em colocar uma arma nas mãos de Jesus.¹⁵⁶ O jornal *A Província de São Paulo* garante ao cônego duas colunas inteiras da sessão, o que indica que os republicanos e a igreja já estavam cientes do golpe. Tão logo nascia, já se cuidava de seu batizado.

A palavra “democracia” permanece ausente, silenciada pelo jornal, até o dia 18 de novembro de 1889, quando volta na primeira página, na sessão “Aos meus amigos correligionarios do 6º districto” onde A. Rodrigues escreve que a Proclamação da República deve reconstruir o país nos moldes da democracia moderna.¹⁵⁷ Essa concepção de democracia moderna, evocada no calor do novo regime, encontra eco nas reflexões de Norberto Bobbio, que a define como um conjunto de regras de procedimento que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e através de quais métodos essas decisões devem ser tomadas. Diferente da democracia direta da Antiguidade, o modelo mencionado pelo jornal e conceituado por Bobbio é essencialmente representativo e fundamenta-se no Estado de Direito. Nele, a soberania é exercida dentro de limites constitucionais que protegem as liberdades civis, como por exemplo, o direito de expressão.¹⁵⁸

À luz das reflexões de Michel Pollak¹⁵⁹, podemos interpretar esse silenciamento nas chamadas zonas de sombra da memória, compostas por esquecimentos, silêncios e “não-ditos”¹⁶⁰. Esse processo segundo o autor contribui para a constituição de uma memória coletiva subterrânea, própria de grupos dominados ou marginalizados da sociedade civil, que se contrapõe a uma memória coletiva organizada e legitimada. Esta última, que parece ser o caso do jornal, tende a condensar e difundir a imagem que a sociedade majoritária ou o Estado desejam projetar e impor, enquanto silencia narrativas dissonantes.¹⁶¹ O silenciamento da democracia revela não apenas um vazio discursivo, mas uma disputa ativa pelos sentidos da memória e da linguagem no momento de transição política.

¹⁵⁶ AMIN, Júlia; BRÊTAS, Polyanna; CORRÊA, Hudson; EVELIN, Guilherme; Bolsonaro diz que Bíblia prega armamento. *O Globo*. 18 ago 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-biblia-prega-armamento-22991102>. Acesso em: 07 dez 2025.

¹⁵⁷ RODRIGUES, A. Candido. Aos meus amigos correligionarios do 6º districto. *A Província de São Paulo*, 18 nov 1889. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891118-4375-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 07 nov 2024.

¹⁵⁸ BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

¹⁵⁹ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol.2, n.3, 1889, p.3-15.

¹⁶⁰ Conforme observa Michel Pollak, as fronteiras entre o esquecimento definitivo e aquilo que é reprimido, consciente ou inconscientemente, não são fixas, mas estão em constante deslocamento, variando conforme os campos sociais e políticos. O silêncio, nesse sentido, não resulta apenas da perda da memória, mas também do medo de não encontrar escuta ou de sofrer punições pelo que é enunciado. *Ibid.*, p.8.

¹⁶¹ *Idem*.

Segundo José Murilo de Carvalho, no ano de 1889, um século desde a Revolução Francesa, a ala jacobina dos republicanos brasileiros acreditava ser este o momento perfeito para a proclamação da República, a ser realizada de maneira revolucionária pelo povo nas ruas e nas barricadas.¹⁶² A Proclamação da República gerou grandes expectativas de renovação política, com um maior envolvimento não só da contra-elite, mas também das camadas anteriormente marginalizadas na arena política.¹⁶³ No entanto, as expectativas de certas parcelas da população em relação à emergência do novo regime vinham de promessas de democratização, proferidas em comícios, conferências públicas e na mídia radical. Democracia então, era uma palavra-força da esperança. Silva Jardim, um dos agitadores populares e figura central de diversas manifestações republicanas, propôs uma visão de cidadania inovadora que se aproximava do modelo rousseauiano: “a visão do povo como entidade abstrata e homogênea, falando numa só voz, defendendo os interesses comuns.”¹⁶⁴

Era quase impossível colocar essa proposta de democracia política em prática, uma vez que os primeiros anos do novo regime foram marcados pela presença dos militares no governo, com agitações, revoltas e guerras civis. A Primeira República não fez jus às promessas de promover a ampliação e a participação política. Existia uma profunda ausência do povo, que deixou marcas na vida política do país.¹⁶⁵ A democracia “era o governo do país por si mesmo, era a soberania popular exercida por sua representação”¹⁶⁶. Existia uma percepção entre os observadores estrangeiros e ativistas assim como Aristides Lobo, que dada a apatia do povo diante das ações que fizeram desmoronar a monarquia, concluía que “A situação funcional desta população pode resumir-se em uma palavra: o Brasil não tem povo”.¹⁶⁷ Havia preconceito por parte dos estrangeiros e também decepção por parte de pessoas como Aristides Lobo e Raul Pompéia, por terem se envolvido na campanha republicana, acreditavam que muita coisa mudaria. No entanto, como observa José Murilo de Carvalho, “havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Só que esse mundo passava ao largo do mundo oficial da política. A cidade não era uma comunidade no

¹⁶²CARVALHO, José Murilo de. **Pecado original da república**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2017. [ebook, n.p]. p. 14.

¹⁶³ CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. In: **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.p.22

¹⁶⁴ Ibid., p. 46-47

¹⁶⁵ Ibid., p. 19-20.

¹⁶⁶CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.141-157, jan/jun 2011.

¹⁶⁷BIGNOTTO, Newton.Uma república sem democracia. In: **O Brasil à procura da democracia**: da proclamação da República ao século XXI (1889-2018). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.36

sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva”¹⁶⁸, uma *res publica*. Por outro lado, a política, num sentido mais estrito, não fazia parte do cotidiano da população da República recém-proclamada, que foi baseada em uma profunda desigualdade e em um déficit de cidadania, isso significa a ausência da participação popular na vida política.¹⁶⁹ Ao dialogar criticamente com José Murilo de Carvalho, Gladys Sabina Ribeiro no seu dossiê “Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal”¹⁷⁰ propõe uma ampliação analítica do conceito de cidadania, ao chamar atenção para formas de participação que não se limitam aos direitos políticos formais. Ao enfatizar o recurso recorrente da população ao Poder Judiciário, a autora defende que a participação democrática no Brasil oitocentista e no início da República não pode ser compreendida apenas a partir da representação eleitoral ou das iniciativas estatais “de cima para baixo”¹⁷¹. Trata-se também de práticas cotidianas de reivindicação e contestação, por meio das quais diferentes grupos sociais disputaram o significado e os limites dos direitos. Logo, a democracia não se apresenta como um regime plenamente consolidado, mas como um processo historicamente de luta, no qual a sociedade civil se apropria da lei e das instituições como espaços de intervenção política.¹⁷²

Ainda assim, essa dinâmica de luta não correspondia às expectativas de grande parte dos intelectuais do período. A decepção por parte dos intelectuais se dava justamente pela falta de democracia, mas afinal de contas, o que é democracia? Democracia não é apenas apoio da população nas decisões republicanas. Um referendo ao golpe. Democracia é sobretudo o governo do povo pelo povo. Isto é, todas as decisões políticas devem estar em conformidade com o desejo do povo. Para que esse desejo seja fruído “são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático” que é essencial para garantir as liberdades fundamentais.¹⁷³ Já a palavra República foi criada pelos romanos e tem origem do latim *Res Publica* que significa “coisa pública” e foi elaborada com base nos princípios de liberdade, igualdade e justiça para todos os cidadãos. O povo elegia seus líderes, encarregados de aplicar as leis e salvaguardar os direitos dos cidadãos.

Os romanos também estabeleciam a divisão dos poderes em três: Executivo, Legislativo e Judiciário. Foram eles também que estabeleceram as bases do direito que serve

¹⁶⁸ CARVALHO, José Murilo. Repúblicas e Cidades. In: **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras. 1987. p.38.

¹⁶⁹ BIGNOTTO, Op. Cit., p. 40.

¹⁷⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal**.

¹⁷¹ Ibid., p.108.

¹⁷² Ibid., p.109-115.

¹⁷³ BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.33

até os dias atuais como base para a maioria dos sistemas modernos de direito.¹⁷⁴ Os romanos foram os responsáveis pelo que conhecemos de democracia moderna no que diz respeito ao direito ao voto e no processo de debate e de decisão de criação de leis. Com o passar dos séculos a democracia vai se adaptando e cada sociedade tem autonomia dentro do seu território para adequá-la de forma que possa garantir os direitos e as liberdades fundamentais de cada cidadão e isso se dá com a criação da constituição.¹⁷⁵

Em suma, fica evidente que a palavra democracia em 1889, estava muito mais voltada para a ideia de República do que para a concepção de democracia moderna. As mídias disponíveis na época, o jornal, divulgou que a República tinha sido proclamada e o sentimento era de “progresso, paz e felicidade”. Nota-se que o jornal tentava estimular ou, talvez, acalmar os ânimos para passar segurança ao sentimento de seus leitores, demonstrando estar em plena comemoração, uma vez que a mudança viria. É importante ressaltar que o redator e fundador do jornal *A Província de São Paulo*, era republicano e foi indicado pela Comissão Permanente do Partido Republicano ao governo provisório para São Paulo. Rangel Pestana foi eleito senador por São Paulo ao Congresso Nacional Constituinte, seu mandato foi de 15 de novembro de 1890 a dezembro de 1893.¹⁷⁶ Francisco Rangel Pestana era a favor de um projeto coletivo, mas, sendo voto vencido, acabou colaborando com Joaquim Saldanha Marinho na elaboração de um anteprojeto, resultando, assim, em três anteprojetos de Constituição¹⁷⁷. O jornal tinha pleno interesse que seus leitores aceitassem a República de forma pacífica e com sentimento de mudança e isso é evidente com o artigo do dia 05 de outubro de 1889, quando o Cônego Miguel Martins escreve que a igreja acredita em todas as formas de governo, colocando a igreja e Deus ao lado de seus interesses republicanos e isso coincide com a ausência da palavra “democracia” que desaparece do noticiário.

Outro ponto que merece destaque é o discurso proferido por Deodoro da Fonseca diante dos militares no dia 15 de novembro. Em nenhum momento o marechal afirmou que aquele episódio representava a queda da monarquia; ao contrário, seu apelo concentrava-se na necessidade de que o governo dispensasse melhor tratamento às Forças Armadas. Essa

¹⁷⁴ ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de; SILVA, Clodoaldo Matias de; STRIBEL, Guilherme Pereira. Os obstáculos de estabelecer a democracia moderna no século XXI: conceito, qualidade e crise. *Nova Hileia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia*. Vol. 13. Nº3, julho-dezembro/2022. ISSN: 2525-4537. p.5-6.

¹⁷⁵ Ibid., p.7.

¹⁷⁶ RIBEIRO, Antonio Sergio. Rangel Pestana. CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>. Acesso em: 09 out 2025.

¹⁷⁷ Congresso Nacional Constituinte de 1890-1891 (AC1891). **Câmara dos Deputados**. Anexo II. 02 set 2022. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/downloads/congresso-nacional-constituente-de-1890-1891.pdf>. Acesso em: 11 out 2025.

postura evidencia que, inicialmente, o movimento não tinha como objetivo explícito a Proclamação da República, mas sim a defesa dos interesses dos próprios militares. Muitos deles não sabiam o real motivo daquele ataque e ficaram insatisfeitos quando perceberam que haviam sido “enganados”. Após a Proclamação é inconfundível o descontentamento da população que não participou em nenhum momento das decisões do novo governo provisório, José Murilo de Carvalho diz que existia uma profunda ausência do povo. A demora para que a constituição fosse promulgada deixava cada vez mais claro que o governo provisório não tinha a intenção de ser democrático em nenhum sentido da palavra, era um golpe e principalmente era um governo militar.

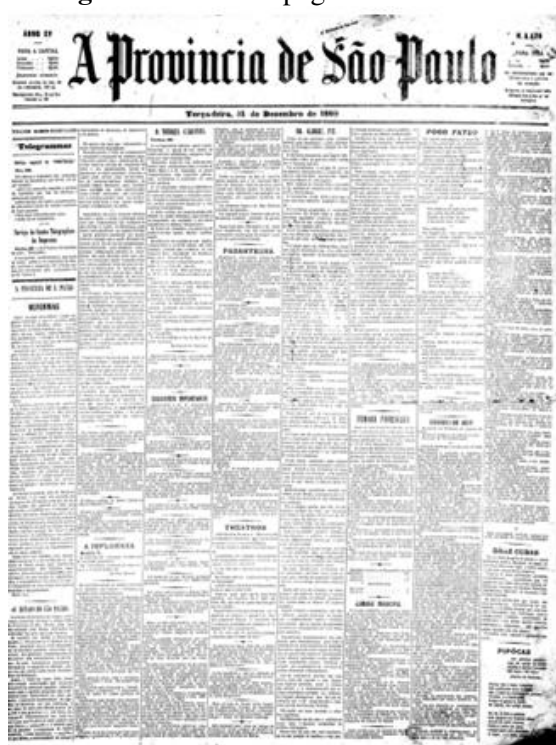
Tendo em vista que a palavra “democracia” aparece com maior frequência no ano de 1889, antes do dia 15 de novembro, do que em 1890, quando gradualmente perde seu sentido e relevância nas páginas do jornal, somos levados a concluir que o governo provisório não se identificava verdadeiramente com os princípios democráticos. O próprio uso decrescente do termo nas publicações d’*O Estado de S. Paulo* evidencia um distanciamento entre o discurso inicial do movimento republicano e a prática política que se estabeleceu após a Proclamação da República. Assim, a análise da frequência lexical demonstra que a democracia não era o conceito que melhor caracterizava o regime nascente, revelando uma dissonância entre as expectativas criadas e a realidade do governo provisório instaurado.

1.2 - Democracia no jornal O Estado de São Paulo 1890

Em 01 de janeiro de 1890, o jornal que antes se chamava *A Província de São Paulo*, com a queda da monarquia e o início da República, mudou de nome: tornando-se *O Estado de São Paulo*. No acervo do *Estadão*, as digitalizações desse período estão em péssimas condições, com cortes nos cantos e imagens borradas, tornando impossível a leitura de alguns trechos, diferentemente das digitalizações de 1889, que se encontram em boas condições. Buscamos digitalizações em outros órgãos públicos, assim como na Hemeroteca Digital e no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), mas eles não possuem a primeira página do editorial. Também solicitamos auxílio do próprio *Estadão*, por telefone e *e-mail*, sendo informados de que o material não está em condições de manuseio. Por esse motivo, não foi possível localizar a notícia sobre a mudança de nome na primeira página do ano.

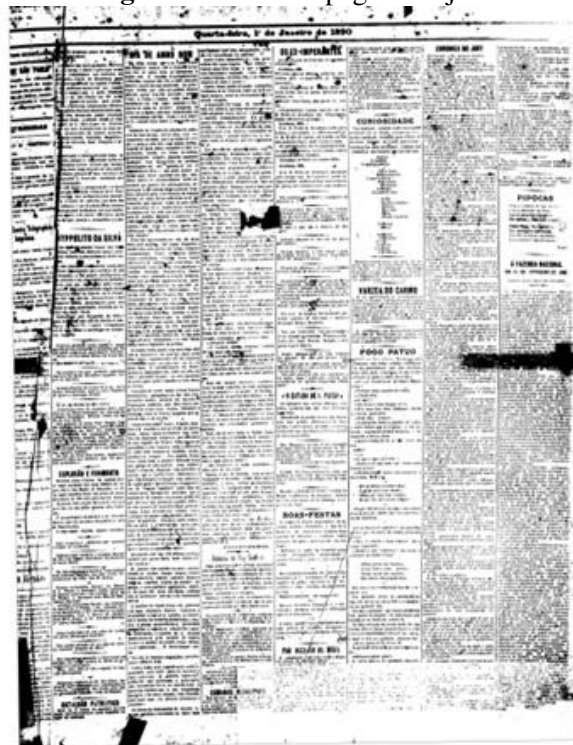
No final do século XIX, os principais jornais diários, como *O Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo* e *O Diário Popular*, modernizaram suas oficinas gráficas e impulsionaram a criação de diversas tipografias e litografias na cidade de São Paulo, mas foram sufocados com as altas taxas de importação de papel.¹⁷⁸ A diferença na qualidade e na conservação do papel pode estar relacionada a fatores materiais e contextuais. Em 1889, o jornal apresenta boa preservação, enquanto em 1890 observa-se deterioração significativa. Essa mudança pode ser explicada pela variação na composição do papel, possivelmente decorrente do uso de matérias-primas de menor qualidade, como polpa de madeira com alto teor de acidez. Além disso, condições ambientais inadequadas de armazenamento, como umidade, temperatura e exposição à luz, podem ter contribuído para o desgaste acelerado do suporte.¹⁷⁹

Figura 6: Primeira página 31 dez 1889



Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*¹⁸⁰

Figura 7: Primeira página 01 jan 1890



Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*¹⁸¹

É possível observar no jornal a grande mudança em termos de qualidade da digitalização como sintoma das dificuldades da República. Esta mudança poderia ter relação

¹⁷⁸ CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo : Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2013. p.50.

¹⁷⁹ PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. A Lei Bancária de 1888. In: **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. IPEA/INPES. Rio de Janeiro, 1976.

¹⁸⁰ O Estado de S. Paulo, 31 dez 1889. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891231-4426-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 05 jun 2025.

¹⁸¹ O Estado de São Paulo, 01 jan 1890. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900101-4427-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 05 jun 2025.

com os agravamentos dos desequilíbrios econômicos internos do país pela política monetária que seguiu o governo provisório instalado após a Proclamação da República. E isto nos leva à conjuntura econômica deste período considerado.

Segundo Celso Furtado em *Formação Econômica Brasileira*,¹⁸² a política monetária do governo imperial, nos anos 1880, foi marcada pela expectativa irreal da chamada “convertibilidade”. Na prática, isso trouxe dois efeitos principais: de um lado, o aumento expressivo da dívida externa; de outro, a manutenção de uma economia constantemente carente de meios de pagamento. Entre 1880 e 1889, enquanto a quantidade de papel-moeda em circulação diminuía, o volume de importações e exportações crescia. Esse contraste mostrou o quanto o sistema monetário vigente era incapaz de sustentar uma economia já baseada no trabalho remunerado.¹⁸³

De acordo com Peláez e Suzigan, as medidas bancárias em 1888 tiveram influência dos agropecuários atingidos pela abolição, dessa forma os fazendeiros pediram uma política monetária expansionista, isso porque a abolição teria causado grandes impactos não só nos agricultores como também na monarquia.¹⁸⁴ A substituição da mão de obra escravizada pela remunerada foi afetada e levou a modificações na política na tentativa de amenizar a crise sobre a classe dominante. Esse período de grande crise financeira após a abolição (1888-1890), o chamado encilhamento, foi de alta especulação na bolsa de valores, que gerou um aumento na taxa de juros e desvalorização cambial e o resultado foi a inflação. Os efeitos da crise só foram totalmente superados em 1901, com as liquidações bancárias.¹⁸⁵

Mas que relação esta conjuntura macroeconômica tem com a qualidade da digitalização de nossa fonte? No início do século XIX, a imprensa brasileira utilizava papéis importados especialmente da França, feitos de trapos velhos de algodão ou linho puro, e isso os tornavam melhores e mais caros do que os papéis feitos de madeira. Na segunda metade do século XIX, a madeira começou a substituir os trapos na fabricação de papel na Europa, que era feito de moagem de madeira e designado de pasta mecânica. Essa foi uma forma de conseguir atender à demanda, mas essas mudanças resultaram na baixa qualidade, isso porque a produção de papel de polpa de madeira, sem tratamento, fez com que esse material se

¹⁸² FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editora Nacional, 2003.

¹⁸³ Ibid., p. 136.

¹⁸⁴ PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. A Lei Bancária de 1888. In: **História monetária do Brasil: Análise da política, comportamento e instituições monetárias**. IPEA/INPES. Rio de Janeiro, 1976. p.150-163.

¹⁸⁵ ALMEIDA, Ian Coelho de Souza; CROCE, Marcus Antônio. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana. **Rev. Econ. do Centro-Oeste**, Goiânia, v.2, n.2, pp.19-36, 2016. p.33.

tornasse ácido e quebradiço.¹⁸⁶ Isso pode ter impactado diretamente o papel utilizado na impressão do jornal *O Estado de S. Paulo* e, consequentemente, na sua preservação, tendo em vista que, para uma boa conservação do papel, é essencial a qualidade da água empregada em sua produção. Nesse sentido, a água europeia, rica em carbonato de cálcio e magnésio, contribui significativamente para a durabilidade e preservação do material.¹⁸⁷

De janeiro a julho de 1890, a qualidade do papel apresentava-se inferior, contudo, a partir do início de julho de 1890, as edições de *O Estado de S. Paulo* voltam a exibir a mesma qualidade observada nas digitalizações de 1889, conforme demonstrado na imagem 8. Portanto, podemos inferir que o problema do suporte físico do Jornal *O Estado de S. Paulo* pode ser relacionado com a crise econômica da república: o encilhamento e a mudança na produção/fornecimento do papel, isso nos ajuda a compreender os seis meses de baixa qualidade observados nas digitalizações. De todo modo, o momento crítico da transição de regime já tinha deixado suas marcas no suporte documental dos arquivos.

Figura 8: 14 de Julho de 1890



Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*¹⁸⁸

¹⁸⁶ CARVALHO, Silmara Küster de Paula; KRÜGER, Eduardo; FRITOI, Clara Landim. História do papel: panorama evolutivo das técnicas de produção e implicações para sua preservação. **RICI: Revista Ibero-americana da Ciência e Informação**. ISSN 1983-5213, Brasília, v. 9, n. 2, p. 475-502, jul./dez. 2016. p.248.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ **O Estado de S. Paulo**, 14 de julho de 1890. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900714-4613-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 15 ago. 2025.

Quanto ao conteúdo dos jornais, entre janeiro e junho de 1890, as notícias relacionadas à democracia eram de teor governamental, de fé republicana e estavam ligados à economia, isto é, tratavam das reformas e da autonomia como conquistas da democracia. O que também demonstra que, em 1889, a ideia de democracia estava diretamente ligada à ideia de república. Já em 1890, o que restava era manter viva entre os cidadãos a ideia de república e de democracia nos Municípios. Observamos isso na coluna do editorial “Medidas transitorias” de 17 de janeiro de 1890¹⁸⁹, onde se diz:

[...] Pensar que a Republica pretenda cercear a autonomia dos municipios é desconhecer totalmente a diferença que existe entre a liberdade e a tyrannia. O governo sabe muito bem que a autonomia municipal é a maior conquista da democracia moderna, o maior reconhecimento, por parte dos governos, da soberania popular. Mas a Republica actual terá forçosamente, até 15 de Novembro futuro, de ser uma republica de excepção.¹⁹⁰

As províncias e municípios buscavam independência econômica e política, especialmente São Paulo, que vivia um crescimento acelerado. O cerceamento dessa autonomia gerava revolta e manifestações na imprensa. Mesmo com a Constituinte em andamento, em janeiro de 1890 essa pauta não era debatida, apesar de Rangel Pestana integrar tanto a Constituinte quanto à redação. O jornal manteve o tom e conservou o termo democracia como ferramenta de promoção da República. Isso porque, segundo Joseph Love, São Paulo possuía uma população grande e relativamente alfabetizada, que representava um componente essencial para a formação de grandes eleitorados estaduais.¹⁹¹ Além disso, os debates do Congresso Constituinte de 1890 apresentaram uma divisão no campo político republicano entre conservadores e liberais, divisão esta que também refletia no Governo Provisório.¹⁹²

Do mesmo modo, os conservadores paulistas e gaúchos defendiam a expansão da competência dos estados além dos limites já estabelecidos por Rui Barbosa. Este que se juntou a Campos Sales, Bernardino de Campos e Prudente de Moraes, presidente do Congresso, para invocar a doutrina da soberania dual, que estabelecia a igual soberania dos Estados e da União em seus respectivos âmbitos de competência, convicção que eles

¹⁸⁹ Medidas Transitorias. **O Estado de S. Paulo**. Anno: XVI, Nº 4441. 17 jan 1890. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900117-4441-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 25 ago 2025.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ LOVE Joseph. O Poder dos Estados. Análise Regional. In: **O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. V. 8. Ed.8. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006. p.61.

¹⁹² LYNCH, Christian Edward Cyril. O Momento Oligárquico: A Construção Institucional da República Brasileira (1870-1891). **Historia Constitucional**, n. 12, 2011.p. 297-325. p. 314.

acreditavam ainda nortear o federalismo norte-americano.¹⁹³ De acordo com Christian Edward Cyril Lynch, a bancada gaúcha estava ligada às ideias de Augusto Comte, segundo as quais todas as nações estavam destinadas a se fragmentar para se tornarem pequenas pátrias. A implantação da federação republicana inverteria a relação entre província e governo geral durante o unitarismo monárquico, fazendo com que a União desse lugar ao predomínio dos Estados.¹⁹⁴

Em 27 de julho o periódico fala de democracia no sentido de “poder do povo” no editorial “Carta Confidencial”¹⁹⁵ onde aborda o ideal da república e a crença na democracia.

[...] Eu creio nos destinos triunfantes da democracia pela intervenção directa do povo em tudo o que diz respeito aos seus interesses e dignidade. Bem sei que é impossível organizar uma sociedade de deuses, como a queria Rousseau para a possibilidade da verdadeira democracia, mas em falta d’eles cumpre que surja uma sociedade morigerada, instruída e conscia de seus diretos e deveres, para que o principio da liberdade e da igualdade tenha neste grande paiz o devido culto, sem paixões e sem vaidades [...].¹⁹⁶

Rousseau acreditava que a democracia precisa de igualdade entre seus membros, sendo assim todo governo é regido por leis que são a soberania da vontade geral. No jornal também podemos verificar o termo “Democracia Pura” em 1890. Para Rousseau o primeiro passo para encontrar a democracia pura seria: um Estado muito pequeno, que seja fácil reunir o povo, sem esforço para conhecer a todos; uma grande simplicidade de costumes que não haja discussões espinhosas; muita igualdade entre as classes e as fortunas e por fim, pouco ou nenhum luxo. A cobiça corrompe o rico e o pobre e entrega a “pátria a frouxidão e à vaidade, subtrai o Estado todos os cidadãos subjuga-los uns aos outros, todos à opinião”.¹⁹⁷ Para Rousseau a democracia pura nunca existiu e provavelmente nunca existirá, mesmo na Grécia antiga, isso não foi possível visto que foi o que mais se aproximou de um governo democrático, porque não tinha a participação de todos dentro do Estado, naturalmente, porque mulheres, crianças, escravos e estrangeiros não tinham participação política.¹⁹⁸ Quando o *Estadão* aborda esse termo é para dizer que se mantém firmes e vigilantes pela causa da

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ FERREIRA, Carlos. Carta Confidencial. **O Estado de S. Paulo**. Anno:XVI. 27 jul 1890. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900727-4626-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 27 ago 2025.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social e Ensaio sobre a origem das línguas**. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.p.151.

¹⁹⁸ GOMES, Fernanda da Silva. **Rousseau - Democracia e Representação**. Dissertação (mestrado em Ética e Filosofia Política). Departamento de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2006. p.45-50.

democracia pura, como por exemplo, o editorial intitulado “Protestamos” do dia 10 de abril de 1890.¹⁹⁹

[...] E’ o Rio Grande, Lá, os nossos antigos correligionarios ainda são os mesmos dos dias asperos da opposição. A aurora do dia 15 de Novembro encontrou-os firmes e vigilantes, de espingarda aos hombros, promptos para a lucta aos primeiro rebate que partisse do campo do inimigo e, cinco mezes depois da victoria, elles ainda se conservam na mesma posição, cada vez mais firmes, cada vez mais vigilantes, cada vez mais dedicados á causa da democracia pura.[...] ²⁰⁰

Aqui o periódico já estava se preparando para as eleições da Constituinte reunida a partir de janeiro de 1890. Em 22 de junho de 1890, por meio do Decreto nº 510, considerado de caráter urgente visando acelerar a organização definitiva da República e dizia formular “[...] sob as mais amplas bases democraticas e liberaes, de accôrdo com as lições da experiencia, as nossas necessidades e os principios que inspiraram a revolução a 15 de novembro, origem actual de todo o nosso direito publico, a Constituição dos Estados Unidos do Brazil[...].”²⁰¹. Esse decreto seria modificado substituindo o texto no dia 23 de outubro de 1890, por meio do decreto nº 914-A²⁰² dizia que em conveniência de atender o sentimento nacional contemplava algumas alterações no texto original.

O anteprojeto era composto por 85 artigos e 12 disposições transitórias, era centralizador e dava pouca autonomia política financeira aos estados e anulava as leis e disposições dos governos estaduais.²⁰³ As previsões pessimistas dos poderes locais se confirmavam, a despeito dos argumentos do jornal que expressavam a posição vencida de seu editor.

Notamos também a relevância da chamada “democracia pura” que para Vasconne,²⁰⁴ não se trata de outro tipo de democracia, pois não tem variação, que é “poder de decisão com o povo”²⁰⁵, são dispositivos necessários para a viabilização da democracia e garantem que os

¹⁹⁹ Protestamos. **O Estado de S. Paulo**. 10 abr 1890, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900410-4521-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 12 mai 2025.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Decreto nº 510, de 22 de Junho de 1890. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-510-22-junho-1890-507621-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 out 2025.

²⁰² FRANCISCO, Henrique Sugahara. Assembleia Nacional Constituinte de 1891. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20CONSTITUINTE%20DE%201891.pdf>. Acesso em: 11 out 2025. p.8.

²⁰³ Ibid., p. 4.

²⁰⁴ VASCONNE, J. **Democracia pura**: teoria e prática do governo com participação direta de todos os cidadãos: história, atualidade e reforma política. [livro eletrônico]. 5. ed. Santo André, SP : Difusão Editora, 2024.

²⁰⁵ Ibid., p.381.

cidadãos tenham condições efetivas de exercer o poder e de controlar aqueles que o detêm. A ideia de democracia pura remete à possibilidade de convocação direta dos cidadãos, como por exemplo, à utilização do sorteio como critério para a composição de conselhos, à seleção de candidatos, à escolha de administradores e à realização de concursos. Assim, ao entender a democracia como regime político em que o povo exerce o autogoverno sem a participação de representantes, se torna fundamental os elementos doutrinários e os mecanismos institucionais indispensáveis à sua estruturação. Nesse sentido, o termo “pura” não deve ser entendido como virtude, mas como expressão da ausência de intermediários entre o poder e o povo, um espaço de relação direta, sem mediações.²⁰⁶

Mas este não era o caso: em agosto de 1890, o jornal começava a noticiar a realização das eleições da Constituinte. Isso porque a passagem do Império a República representou uma consolidação da ordem política e dentro desse sistema a influência dos militares caiu e a dos proprietários rurais aumentou. O Supremo Tribunal Federal seria influenciado por um projeto de Rui Barbosa que teve um papel fundamental na construção da Constituição de 1891.²⁰⁷ O governo provisório vivia ainda (antes de completar 1 ano) um clima de tensão e tinham a percepção de existirem ameaças por parte daqueles que ainda buscavam a volta da monarquia. A principal força do governo nesse ano eram os militares, generais como Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que apesar de alguma adesão ideológica, tendiam mais à ditadura, no sentido do positivismo e (sendo possível ser otimista com a proposição) não no pejorativo como atualmente é usado o termo.²⁰⁸ O *Estado de S. Paulo* utiliza o termo “ditadura” no editorial desde o início de 1890, que se torna mais evidente em 09 de Novembro do mesmo ano.

Já se acham reunidos no Rio de Janeiro, em trabalho preliminar de sessões preparatorias, os eminentes cidadãos que as urnas, em 15 de setembro, encarregaram de pôr um ponto final na dictadura que nos governa desde os primeiros dias de revolução. A solenne promessa do governo provisório de, no prazo relativamente curto de um anno, entregar o paiz á posse de si mesmo, foi fiel e patrioticamente cumprida, porque já agora ninguem pode duvidar de que, no proximo dia 15 de novembro, comecem os trabalhos regulares do Congresso Nacional. O dictador vai ser substituido pelo presidente da Republica indirectamente escolhido pelo povo, e a vida da nação escapando de uma vez á direcção de um poder revolucionario, vai começar a ser normal e definitivamente regularizada pelos preceitos de

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ FELONIUK, Wagner Silveira. **A Criação do Supremo Tribunal Federal em 1890**. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação da Universidade de Direito da Faculdade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. p.92

²⁰⁸ Idem., p.94.

codigo fundamental, que o governo ja tem prompto o que, para ser decretado, precisa apenas da aprovação dos deputados e senadores.[...] ²⁰⁹

Os governantes, em sua maioria militares, defendiam um Executivo fortalecido e com ampla autonomia para conduzir reformas políticas e econômicas, sem respaldo democrático nem participação efetiva do Legislativo. A intenção não era abolir a ideia de democracia, mas a prática: gerir o Estado de modo a assegurar a consolidação da República e viabilizar as mudanças pretendidas.²¹⁰ O projeto da Constituição que teve início em 1890 e concluída em 24 de fevereiro de 1891 tinha forte inspiração na carta constitucional norte americana e sinais da adoção do federalismo, a intensificação do presidencialismo, o estabelecimento dos três poderes, sendo eles: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, para o governo da república estabelecendo a separação entre o Estado e a Igreja e a definição da alfabetização como critério para o direito ao voto.²¹¹

Observamos que, em novembro de 1890, o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe apenas cinco notícias com a palavra democracia. O tema estava ligado à liberdade e à consolidação da democracia. No dia 15 de novembro, data do aniversário da República, não houve manifestações de saudações ou festejos; foi registrada apenas preocupação com o futuro do governo provisório e com os resultados da Constituinte. O ano de 1890 contou com um total de 63 incidências da palavra “democracia”, sendo a maioria delas relacionada à autonomia dos estados e municípios. O mês mais “democrático” foi setembro, com um total de 16 menções, sendo 13 delas provenientes da mesma *Seção Livre* do dia 24 de agosto, que tratava sobre o pleito eleitoral de 15 de setembro. O que demonstra maior preocupação com a estabilidade política e indica que o debate democrático no jornal estava diretamente ligado a momentos eleitorais, isto é, a democracia estava em pauta como prática institucional e não como um valor do dia a dia, sendo vista mais como um ideal institucional e federalista do que como um regime participativo ou social.

Outro ponto essencial é que para alguns autores assim como Ricardo Westin, um país só pode ter moldes da democracia moderna quando promulga a Constituição e isso só

²⁰⁹ O Congresso. **O Estado de São Paulo**. 09 nov 1890. p. 1. Anno XVI, Nº4714. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18901109-4714-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 01 set 2025.

²¹⁰ FELONIUK, Wagner Silveira. **A Criação do Supremo Tribunal Federal em 1890**. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação da Universidade de Direito da Faculdade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. p.94.

²¹¹ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (org.) **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 - Primeira República (1889- 1930)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. [versão digital]. p.32.

aconteceu no Brasil no dia 24 de fevereiro de 1891, um ano e três meses após a Proclamação da República, quando senadores e deputados se reuniram no congresso e entregaram a Carta republicana que até nos dias atuais estabelece as bases políticas: a República, o presidencialismo, os três poderes e o federalismo, de forma democrática.²¹²

Conforme demonstrado neste capítulo, a discussão e a elaboração da nova Constituição em 1890 já se revelavam de caráter democrático. As discussões sobre democracia, contudo, ganharam novas proporções em 1891, o que poderia levar à impressão de que, em 1890, não houvesse sequer manifestações em defesa da democracia ou da própria Constituição. No entanto, as publicações do jornal *O Estado de S. Paulo* indicam o contrário: já em 1890 havia um processo democrático em curso, e em disputa, acompanhado da promulgação de decretos voltados à consolidação da ordem e da própria democracia. Mas afinal, o que é democracia?

²¹² WESTIN, Ricardo. 1ª Constituinte da República teve queixas da Igreja e ausência do povo. **Senado Federal**. 05 fev 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/constituicao-de-1891-ha-130-anos-1a-constituente-da-republica-teve-queixas-da-igreja-e-ausencia-do-povo>. Acesso em: 09 nov 2024.

2- As diferentes abordagens e interpretações do conceito(s) de democracia(s)

A soberania nacional como a única fonte dos poderes legítimos, o sufrágio universal como o instrumento pelo qual a vontade do povo só pode manifestar, esses são os seus fundamentos do regime constitucional republicano, cuja síntese é universalmente expressada por este glorioso lema: liberdade, igualdade, fraternidade. (A Província de São Paulo, São Paulo, 1889)²¹³

“Democracia só existe quando suas Forças Armadas assim o querem” (Jair Messias Bolsonaro, São Paulo, 2019)²¹⁴

O conceito de democracia é rico e multifacetado, sendo abordado e interpretado de diversas formas ao longo do tempo, dependendo do contexto histórico, político e cultural. A seguir, (re)visitaremos algumas abordagens e interpretações da democracia que nos ajudaram a compreender as diferentes dimensões desse conceito presente/ausente nos jornais analisados, quais sejam, a abordagem clássica; a abordagem liberal; a abordagem Marxista e a abordagem contemporânea. É válido lembrar, desde agora que, os diferentes empregos da palavra democracia na época contemporânea, não têm relação direta com sua origem, enquanto conceito e prática política. São vários os sentidos que acompanharam a palavra democracia em seu emprego nas páginas do jornal, entre 1889-1890. Muitos deles são evocados em diferentes conjunturas, simultaneamente: o sentido atribuído aos gregos antigos, por exemplo, não é aquele que caracteriza como governo do povo, segundo Luciano Canfora citado por Luis Uribe Miranda,²¹⁵ Heródoto conta o debate entre os nobres persas (522-521 a.C) sobre a melhor forma de governo e entre elas estava a tentativa de colocar a Pérsia como democracia que tinha como proposta a “igualdade”.²¹⁶

²¹³ Ao Partido republicano brasileiro. A Província de São Paulo, 24 mai 1889. N. 4242, ANNO: XV. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890524-4242-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 03 fev 2025.

²¹⁴ ALESSI, Gil. Bolsonaro: “Democracia só existe quando suas Forças Armadas assim o querem”. *El País*, 07 mar 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/07/politica/1551980781_040595.html#:~:text=Bolsonaro:%20%E2%80%9D%9CDemocracia%20s%C3%B3%20existe%20quando,%E2%80%9D%9D%20%7C%20Brasil%20%7C%20EL%20PA%C3%8DS%20Brasil. Acesso em: 18 dez 2025.

²¹⁵ MIRANDA, Luis Uribe. Propedêutica do conceito de democracia. *Trans/Form/Ação*. Marília, v. 44, n. 3, p. 215-244, Jul./Set., 2021.

²¹⁶ *Ibid*, .p.218.

A palavra democracia deriva do grego “demokratia”, força, poder do povo, como forma de governo popular²¹⁷. Em seu “Dicionário de Política” Norberto Bobbio, definiu democracia como governo do povo, de todos os cidadãos, de todos aqueles que têm direito de cidadania²¹⁸. Isto é, todas as decisões políticas devem estar em conformidade com o desejo do povo. Para que esse desejo seja fruído “são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático” que é essencial para garantir as liberdades fundamentais.²¹⁹

Em comparação a outros países que haviam liderado as primeiras revoluções na América do Norte e na Europa Ocidental (Estados Unidos, França e Inglaterra), o Brasil do século XIX apresentava um processo preambular de “democratização” da sociedade. Alguns autores como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e Euclides da Cunha, acreditavam que no Brasil existia um desnível, entre país legal, organizado de acordo com os preceitos modernos, e o país real, que apresentava óbices à democracia porque era analfabeto, rural, escravista, responsável pelos distúrbios da teoria do sistema político co-institucional e sua prática, como o aumento do poder pessoal do executivo, as fraudes eleitorais e a falta de partidos ideológicos²²⁰. Em 1821, no ambiente constitucionalista pós-revolução do Porto, já se articulava na imprensa a associação entre a monarquia e a democracia, como é possível identificar nos textos do redator e fundador do jornal *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa, que defendia a necessidade de harmonizar os elementos monárquico e democrático, com o justo equilíbrio entre as pretensões de um e outro, evitando a aceleração na fatura das leis e o desejo de inovação, que continha os abusos do Executivo com atribuições mais duradouras e permanentes do que a mera cooperação legislativa²²¹, entendendo a monarquia (imperial) como forma de governo que preza a democracia com equilíbrio.

No Rio de Janeiro de 1821, Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo, redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, mostravam as mesmas preocupações com a forma de governo naquele período. “Quando as Cortes fizerem tudo, a forma de governo será puramente democrático-representativa, e então o rei será um elemento desnecessário na

²¹⁷ NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Segunda triagem do I tomo. Rio de Janeiro, 1955. p.151.

²¹⁸ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. p. 319.

²¹⁹ BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.33

²²⁰ LYNCH, Christian Edward Cyril. Do Despotismo da Gentalha à democracia da Gravata Lavada: História do Conceito de Democracia no Brasil (1770 - 1870). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, no 3, 2011, p. 355 a 390. p.356.

²²¹ RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Companhia editora nacional. São Paulo, 1957. p.303.

Constituição”.²²² Essas ideias permaneceram depois da independência, o Império entendia que apenas um governo austero, misto e representativo poderia garantir a harmonia entre a liberdade e a ordem, preservando os direitos individuais e a unidade do Brasil.²²³ Em 1822, com o fim do antigo regime e a instalação do processo político do qual aflorava o Brasil independente como monarquia constituinte se deu a liberdade de imprensa que foi proclamada, com isso viria à tona o debate público na forma de escritos impressos.

Por conseguinte, na primeira Constituição Política do Império do Brasil, em 1824, D. Pedro I estabelecia uma monarquia constitucional hereditária e representativa que consta no Título 1º do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dynastia, e Religião, no art. 3. “O seu Governo é Monarchico, Hereditario, Constitucional, e Representativo.”²²⁴ Em suma, o governo representativo no Brasil, tinha o mesmo objetivo que os governos representativos que surgiram no mesmo período no ocidente: institucionalizar os conflitos entre os diversos setores da elite. Era um regime de elite, dirigido pela elite, mas com diferentes demandas. Quando se fala em monarquia no Brasil, sabe-se que no processo decisório formal o parlamento era menosprezado, pela existência do Poder Moderador, ou seja, um imperador que poderia a qualquer momento dissolver a Câmara.²²⁵

Desde o início, entretanto, na história do governo representativo do Brasil, o parlamento estabelece negociações entre os diversos grupos de elite dentro do parlamento e do ministério, aprovando projetos de leis, além da importância de legitimar o regime. Isso ocorreu porque o ministério precisava conquistar a maioria parlamentar, que é a governabilidade, e era buscada uma variedade de formas para alcançá-la. Por ser um governo de elite, às vezes predominavam os interesses das províncias, isto é, interesses financeiros, crenças doutrinárias e partidos.²²⁶ A história da democracia, mesmo limitada à nobreza, já está presente na monarquia brasileira do século XIX, e o governo representativo deste período é um mundo para os homens livres, onde existia um grau de participação, assim como na democracia grega que estabeleceu algumas regras para que fosse desempenhada e os cidadãos pudessem acreditar que tinham algum nível de autonomia. Entretanto, as eleições no Brasil

²²² LYNCH, Christian Edward Cyril. Do Despotismo da Gentalha à democracia da Gravata Lavada: História do Conceito de Democracia no Brasil (1770 - 1870). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, no 3, 2011, pp. 355 a 390. p.363.

²²³ Idem.

²²⁴ BRASIL. **Constituição Política Do Imperio Do Brazil (De 25 De Março De 1824)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 15 jul 2023.

²²⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. O governo representativo no Brasil Imperial. In: **Democracia em foco** : um balanço dos desafios da trajetória política brasileira / Jaqueline Porto Zulini (Org.). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p.20.

²²⁶ Ibid., p.21.

eram tratadas como se não valessem nada pelas fraudes, violência e clientelismo. Em outras palavras uma relação entre os homens livres pobres e os proprietários, de absoluto arbítrio dos segundos sobre os primeiros. Na monarquia, as eleições eram importantes como forma de legitimação do regime, era uma participação irrisória em relação ao mundo atual, para manter a ordem escravista. Justamente, porque de certa forma precisava funcionar, ser um espaço de disputa política reconhecido por parte da população pobre com efetiva participação²²⁷.

Já no segundo reinado, com D. Pedro II, o Império passou a apresentar práticas de governo que se aproximavam do modelo parlamentar tradicional que se consolidou com a Lei nº 523, de 20 de julho de 1847²²⁸, que criava o cargo de Presidente do Conselho de Ministros²²⁹. Essa alteração constitucional, entretanto, se deu pela permanência dos poderes do Império e suas atribuições originais. Tratava-se da prevalência do poder pessoal do Imperador no jogo político, em detrimento da Assembleia Geral, o que contraria a base do parlamentarismo, onde o parlamento é o principal ator na cena política. Em outras palavras, a superação desta situação era a Legitimidade democrática e desenvolvimento do poder parlamentar com a representação efetiva na Assembleia Geral e um sistema eleitoral capaz de compor maiorias. Contudo, a Lei da Presidência do Conselho se estendeu até 1889, com a Proclamação da República.²³⁰

O imaginário que sustenta o conceito contemporâneo de democracia foi influenciado ou reivindica a experiência grega, ainda que o modelo atual seja bastante distinto do ateniense. A democracia grega possuía características próprias que não se mantiveram, como o sorteio para ocupação de cargos públicos, a atuação da assembleia popular e a rotatividade nas funções de governo.²³¹ Segundo Manin, citado por Medeiros, a principal diferença entre os modelos democrático antigo e contemporâneo está na representação e na forma como se compreendia o princípio da igualdade política. No modelo contemporâneo, há uma união entre democracia e representação, enquanto o modelo ateniense rejeitava a eleição como método democrático, por considerá-la associada ao princípio oligárquico, e, portanto, distinta da

²²⁷ Ibid., p.22-23.

²²⁸Legislação Informatizada - **Decreto nº 523, de 20 de Julho de 1847** - Publicação original. Câmara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-523-20-julho-1847-560333-publicacaooriginal-83096-pe.html>. Acesso em: 04 abr 2024.

²²⁹ HORBACH, Carlos Bastide. **O parlamentarismo no Império no Brasil (II) representação e democracia**. Brasília a. 44 n. 174 abr./jun. 2007. p.213.

²³⁰ Idem.

²³¹ MIGUEL, Luis Felipe. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 483 a 511. p.483-484.

verdadeira democracia.²³² A democracia, enquanto forma de governo, era considerada corrompida, segundo a classificação aristotélica das seis formas de governo: monarquia, aristocracia, politeia, tirania, oligarquia e democracia. Para Aristóteles, a democracia representava o governo de muitos orientado pelo interesse próprio, enquanto a politeia correspondia ao governo de muitos voltado ao bem comum. Assim, a democracia, ao lado da tirania e da oligarquia, era vista como uma forma degenerada de governo.²³³ Nesse período, a democracia estava associada ao grau de igualdade política, isto é, à possibilidade de participação nas decisões públicas. Com o passar do tempo, essa concepção de democracia foi perdendo espaço, à medida que novas formas de organização política e outras prioridades surgiram. Na Grécia antiga, é possível perceber que a pólis estava profundamente ligada à vida em comunidade. O autor Giovanni Sartori²³⁴ rejeita o termo “Cidade-Estado” para descrever aquele contexto, preferindo vê-la como uma verdadeira “cidade-comunidade”. Vale lembrar que essa forma de convivência era chamada de Koinonia.²³⁵ A politeia representava tanto a cidade quanto a maneira própria de ser da pólis. Com o tempo essa forma de “comunhão” foi se alterando até chegarmos em outras maneiras/teorias de democracias, como por exemplo, a democracia liberal.

A abordagem liberal, diferentemente da democracia grega, é baseada em direitos individuais, liberdade e limitação do poder do Estado. O termo liberalismo surgiu no início do século XIX, primeiro na Espanha e, em seguida, na América do Norte. Passou a expressar um conjunto de ideias políticas que já existiam. A democracia, por sua vez, é uma palavra muito mais antiga, de origem grega, que foi retomada durante a Revolução Francesa como um conceito mobilizador e símbolo das correntes mais radicais daquele movimento.²³⁶

Para Montesquieu a vantagem dos representantes está na capacidade de discutir assuntos e que o povo não é de modo algum capaz, tanto que é nisso que reside um dos inconvenientes da democracia²³⁷ O autor via como um grave defeito das repúblicas antigas o fato de o povo ter o direito de intervir diretamente nas decisões do governo, segundo ele, o

²³² MEDEIROS, Nayara Fátima Macedo de. Democracia clássica e moderna: discussões sobre o conceito na Teoria Democrática. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 6, n. 2, 2015. p.261.

²³³ Idem.

²³⁴ SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Volume II: as questões clássicas. São Paulo, Ática, 1994.

²³⁵ Koinonia é um substantivo do adjetivo koinon “comum” que designa uma sociedade ou mesmo uma comunidade no sentido de convivência e apoio mútuo. (C.f. SILVA, Rodrigo Antonio. Comunhão: breve estudo da utilização do termo Koinonia na cultura helênica e sua incorporação no âmbito cristão do novo testamento e no período patrístico. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. Vol. 10, n. 17, jan/jun, 2016, p. 321-328. p. 321.)

²³⁶ MORAES, João Quartim de. Democracia e liberalismo da ilustração à revolução francesa. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 9. 1997. p.149.

²³⁷ MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins fontes.1996. p. 32.

povo não teria capacidade para executá-las de maneira adequada,²³⁸ o povo só deveria participar para escolher os representantes, ou seja, a participação política deve se restringir ao voto. Igualmente Schumpeter que duzentos anos após sustenta a tese chamando de método democrático, o que Montesquieu caracterizava como não democrático. Ele defendia que o Poder Legislativo deveria ser exercido de forma plena pelos deputados, eleitos para representar o povo com base em uma orientação geral, sem a necessidade de receber instruções específicas sobre cada tema. Admitia que, se o mandato fosse imperativo, ou seja, se os representantes dependessem dessas instruções particulares, as palavras dos deputados refletiriam com mais precisão a vontade da nação. No entanto, isso tornaria o processo legislativo lento e ineficaz, especialmente em momentos que exigissem decisões rápidas.²³⁹

Por conseguinte, Stuart Mill acredita que um indivíduo tem que ter liberdade para tomar decisões que afetem apenas a si mesmo, mas essa liberdade não se aplica quando ele atua em representação de outros, já que os interesses pessoais não se equivalem aos coletivos. Assim, ainda que o Estado deva respeitar a liberdade individual, ele tem o dever de vigiar e controlar qualquer forma de poder que conceda a uma pessoa autoridade sobre as demais.²⁴⁰ Dessa forma, a democracia liberal tem foco no indivíduo, onde existe uma separação entre o interesse público e privado. Posto isto, a liberdade é a proteção contra a tirania dos governantes políticos, isto é, à garantia de que o indivíduo possa agir e tomar decisões sobre sua própria vida sem interferência arbitrária do Estado ou de autoridades políticas. A liberdade, nesse sentido, é entendida como proteção contra abusos de poder, assegurando que ninguém seja subordinado à vontade de outros em assuntos que lhe dizem respeito pessoalmente. Em conjunto ao desenvolvimento da teoria individualista, se consolida o neoliberalismo. Sob uma perspectiva marcadamente econômica, o neoliberalismo passou a ser compreendido como uma ideologia político-econômica que se apresentava em oposição ao modelo keynesiano do Estado de Bem-Estar Social, este, por sua vez, responsável por impulsionar a recuperação econômica após a crise de 1929.²⁴¹ O neoliberalismo tende aos interesses do mercado, ou seja, é necessário cada vez menos intervenção do Estado para que o mercado possa regular de forma autônoma a economia.

²³⁸ Ibid., p. 33.

²³⁹ MORAES, João Quartim de. Democracia e liberalismo da ilustração à revolução francesa. **Revista de Sociologia e Política**. N° 9. 1997. p. 151.

²⁴⁰ MILL, Stuart. **Sobre a liberdade**. Trad: Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. [versão digital], p.93-94.

²⁴¹ BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão; XAVIER, Ítalo Augusto Fonseca. **A disjunção entre neoliberalismo e democracia liberal**: uma análise da relação entre projetos políticos conflitantes no século XXI. (monografia em relações internacionais). Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. 2022. p.8.

A prática neoliberal evidencia a tensão existente entre a experiência democrática e a lógica de acumulação própria do capitalismo. Isso acontece porque o princípio da igualdade política, fundamental à democracia liberal, entra em conflito com os interesses econômicos que conduzem a formulação de políticas em uma conjuntura neoliberal. Dessa forma, a própria sustentação do regime democrático é colocada em descrença, ainda que não necessariamente por meio de rupturas violentas ou perceptíveis.²⁴² Os conflitos de interesse presentes nas democracias liberais, agravados pela adesão de políticas neoliberais que comprometem a renda e enfraquecem direitos sociais e civis, impõe barreiras ao fortalecimento da vida democrática. Além disso, as diferenças, as incertezas e a insegurança, se intensificam pelas crises econômicas e criam um cenário favorável à consolidação dos atuais processos de desdemocratização.²⁴³

A abordagem marxista compreende as formas políticas como expressões das relações de classe e, nesse sentido, entende a democracia liberal como uma forma historicamente limitada de democracia. Embora fundada na igualdade jurídica, ela preserva as desigualdades materiais produzidas pelo modo de produção capitalista, funcionando como um instrumento de reprodução da dominação burguesa. Para Marx, e nas correntes marxistas que se desenvolveram a partir de sua obra, a democracia está vinculada à questão do Estado, especialmente à distinção entre o Estado capitalista e aquele que está presente no período de transição pós-revolucionária.²⁴⁴ O caráter da teoria marxiana reside na análise das diversas formas da luta de classes e de suas manifestações. Assim, categorias como democracia, ditadura e Estado podem ser definidos em relação às forças sociais que dão substância histórica. No marxismo, é realizada uma crítica crucial às experiências em que a limitação da participação política das massas levou à concentração do poder nas mãos de uma burocracia partidária e estatal.²⁴⁵ Nesse sentido, a extinção da vida pública e da pluralidade política não conduz à emancipação, mas ao enfraquecimento da democracia socialista, convertendo a chamada ditadura do proletariado em uma forma de dominação burocrática que bloqueia o desenvolvimento da democracia de massas.²⁴⁶

Na abordagem contemporânea, Bobbio acredita que ao ser definida em termos mínimos como um sistema fundado em regras de procedimento destinadas à formação das decisões coletivas, no qual se busca garantir e ampliar ao máximo a participação daqueles

²⁴²Ibid., p. 11.

²⁴³ Ibid., p. 13.

²⁴⁴ MOTTA, Luiz Eduardo. A respeito da questão da democracia no marxismo (a polêmica entre Althusser e Poulantzas). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 19-51. p.21-24.

²⁴⁵ Ibid., p.25.

²⁴⁶ Ibid., p. 26.

diretamente interessados.²⁴⁷ Em outras palavras, a democracia se organiza a partir de regras que determinam quem decide pelo conjunto da sociedade e quais caminhos tornam essas decisões legítimas. Nesse modelo, a regra da maioria ocupa um lugar principal, funcionando como o critério que organiza a tomada de decisões. A sua utilização só é eficaz quando os indivíduos chamados a decidir, ou a escolher seus representantes, dispõem de alternativas reais e de condições concretas para exercer essa escolha. Isso pressupõe a existência de direitos fundamentais, como as liberdades de opinião, de associação e de expressão, assegurados por uma estrutura constitucional que limita o exercício do poder estatal.²⁴⁸ Dessa maneira, a democracia não se reduz ao simples ato de votar, mas depende de um Estado que exerça sua autoridade dentro do seu território de forma constitucional capaz de proteger os direitos considerados invioláveis. É justamente essa combinação entre regras e garantias de liberdade que torna possível o funcionamento do que o autor denomina “jogo democrático”.²⁴⁹

Já para Touraine, a maneira como a democracia foi compreendida mudou ao longo do tempo. No século XVIII, ela esteve associada à ideia de soberania popular e à construção da nação. No século XIX, passou a ser entendida sobretudo como um poder voltado aos interesses da maioria social.²⁵⁰ Na conjuntura atual, a democracia assume um caráter mais defensivo, marcado pela proteção dos direitos humanos, das minorias e na imposição de limites tanto ao poder do Estado quanto ao poder econômico. O conceito de democracia teria se afastado da noção de sociedade para se aproximar da ideia de sujeito, tendendo a se afirmar como sua expressão política.²⁵¹

As teorias apresentadas neste capítulo evidenciam que a democracia não constitui um conceito homogêneo, mas um campo de significados historicamente construído e permanentemente disputado, ou seja, a democracia aparece como um conceito historicamente móvel, atravessado por disputas de sentido e redefinições sucessivas, essa plasticidade se tornam ainda mais evidente quando observada em seu uso concreto, este sim, historicamente situado. A análise das fontes da Constituinte de 1891 e do periódico *O Estado de S. Paulo* permite compreender como a democracia e a República foram evocadas no debate público do período, não como conceitos estabelecidos, mas como categorias em disputa.

²⁴⁷ BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma Defesa das Regras do Jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.12.

²⁴⁸ Ibid., p.18.

²⁴⁹ Ibid., p.20.

²⁵⁰ TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. 5. ed. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 343

²⁵¹ Ibid., p.344.

É relevante destacar figuras como a de Pestana para a análise dos anais da Câmara e do Senado que podem revelar as tensões internas entre os que defendiam uma República representativa e restrita e os que propunham maior ampliação da cidadania política. Do ponto de vista do *O Estado de S. Paulo*, vale investigar se o jornal operava com distinção clara entre república e democracia ou se os termos eram usados de modo substituível/intercambiável. O levantamento sistemático das ocorrências dessas palavras nas edições de 1889 e 1890 pode indicar se havia uma aproximação semântica entre elas ou se democracia permanecia um termo de menor circulação, substituído por expressões como governo do povo, instituições livres ou regime representativo. Observaremos também as posições políticas dos membros do jornal, alguns deles participantes diretos ou indiretos das discussões constituintes, isso nos pode esclarecer de que modo o discurso da imprensa se articulava ao debate político institucional. Os arquivos originais da Câmara dos Deputados e os anais da Constituinte de 1891, disponíveis no repositório digital do Arquivo Histórico da Câmara²⁵², permitem investigar nomes, discursos e ocorrências de termos, o que pode revelar redes de influência e circulação de ideias entre o campo político e o jornalístico.

2.1 - Democracia ou democracias?

A leitura das fontes documentais como a mensagem de Manoel Deodoro da Fonseca ao Congresso Constituinte, a Constituinte de 1891, as notícias e os editoriais do periódico *O Estado de S. Paulo* revelam que os termos democracia e República eram frequentemente utilizados de forma similar, integrando um mesmo campo semântico. Ambos evocavam sentidos associados à soberania popular, à ruptura com o Império e à construção de uma nova ordem política. No entanto, apesar dessa proximidade discursiva, o conteúdo atribuído a cada termo variava conforme as circunstâncias e os interesses em jogo.

No discurso público do período, a República tinha tendência a denominar uma forma de governo vinculada à ideia de cidadania civil que era contraposta às cidadanias nobiliárquica²⁵³ e confessional do regime monárquico²⁵⁴, nas quais os privilégios de linhagem

²⁵²Indicação do Constituinte Chagas Lobato para que a verificação de poderes dos parlamentares seja feita em conjunto com o Senado Federal. **Arquivo da Câmara.** Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-ac1891-spcd-1-1>. Acesso em: 31 out 2025.

²⁵³ Nobiliarquia: estudo das origens e da história das famílias nobres, seus nomes de família, escudos, armas, brasões etc. 2: livro, registro ou tratado sobre esse assunto; nobiliário. 3: a classe dos nobres, a nobreza. (**Houaiss online.** Nobiliarquia. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php/c58/nobiliarquia#e. Acesso em: 31 out 2025.)

e a submissão aos registros eclesiásticos ditavam a posição do indivíduo na sociedade. Segundo a leitura clássica de Raymundo Faoro²⁵⁵, essa transição foi uma mudança de acomodação e não estrutural. O estamento, que antes possuía caráter aristocrático, se tornou burocrático progressivamente para manter o predomínio do quadro administrativo junto ao foco do poder.²⁵⁶ A nova ordem buscava a legalidade constitucional e a limitação dos poderes do chefe de Estado. A democracia, que era o termo menos recorrente nos primeiros anos do regime, carregava um significado mais amplo e ambíguo, frequentemente associado à participação popular direta e à igualdade política, elementos que despertavam receios e resistências entre setores moderados e conservadores das elites. Portanto, enquanto o termo República era facilmente apropriável por projetos políticos de caráter moderado, a democracia aparecia como uma noção mais instável e potencialmente inovadora, evocando o fantasma da desordem e do excesso de participação. A coincidência desses usos revela que não se tratava de uma democracia única e consensual, mas de múltiplas concepções em disputa, nos quais os sentidos eram negociados/disputados no interior do processo de consolidação do novo regime republicano.

Essa dualidade aparece de forma clara em documentos como a mensagem de Manoel Deodoro da Fonseca ao Congresso Constituinte, de 15 de novembro de 1890.²⁵⁷ O termo democracia e democrática surge sempre articulado a uma noção de ordem e de respeito à autoridade, indicando um esforço de neutralização de seu sentido mais radical. Esses momentos ficam claros, quando ele escreve que: “[...] Aqui, começou para mim o tempo dos grandes perigos, na hora em que por entre aclamações populares os meus ganhos, que não tiveram, felizmente, de suscitar a morte, saudaram a integração democrática da América.”²⁵⁸ Deodoro constrói uma narrativa em que se coloca no papel central, legitimando a adesão coletiva e insere a República brasileira em um cenário internacional, onde a democracia é uma espécie de marcador civilizacional e de modernidade e não uma prática política no sentido restrito do exercício institucional da soberania popular ou da participação cidadã nas decisões do Estado.

²⁵⁴ CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.46.

²⁵⁵ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 3ª Ed, Globo, 2001.

²⁵⁶ Ibid., p.870.

²⁵⁷ Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de Novembro de 1890. **Camara dos Deputados**. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/uploads/r/camara-dos-deputados/c/e/9/ce9f8c5c0d3a60a1edb13bbf224be7ffab80d22ec8fcaedf2f2953d4c2919a0a/c9fe503d-7a3c-4c87-b612-41f523c6ea7b-BR-DFCD-AC1891-SPCN-SSI-23.pdf>. Acesso em: 31 out 2025.

²⁵⁸ Ibid., p. 03.

Na segunda vez em que a palavra aparece no texto, Deodoro argumenta: “[...] Tinham os nossos maiores tal culto pela democracia, que um só elo do despotismo antigo não era quebrado sem que não respondessemos com a adesão armada, celebrando as paschoas da liberdade com o sangue sagrado de patriotas abnegados, sublimes de coragem e resignação na hora do martyrio.”²⁵⁹ Quando coloca democracia como um valor central das gerações anteriores e associando com a “adesão armada” o que pretende legitimar a violência política como meio necessário de libertação e tensiona o próprio sentido que ele atribui a democracia em outros trechos, onde está vinculada a ordem e a estabilidade institucional. A frase também emprega um teor religioso que transforma o conflito político em sacrifício redentor. A democracia é sacralizada, e a violência passa a ser tratada como martírio necessário. Isso faz com que a narrativa se desloque e dificulte a crítica política porque ela sai do campo de ação e passa a ser devoção moral.

Em sua terceira evocação da palavra democracia, no mesmo documento, Deodoro escreve: “[...] A victoria da democracia era tanto mais de esperar-se, quanto era certo que todos os antigos centros de resistencia monarchica estavam de ha muito em adiantado estado de dissolução.”²⁶⁰ Deodoro já apresenta nesse trecho a República como um processo inevitável, ele coloca a monarquia como um sistema já esgotado e a democracia surgindo como um desfecho natural desse processo. E por fim, em seu último emprego do termo, reconhece um tanto otimista demais que, “[...] Felizmente para a causa democratica havia desaparecido completamente a nefanda instituição do trabalho servil, que trazia o senhor e o escravo acorrentados no mesmo grillão, ao qual se prendiam por mil dependencias diversas todas as manifestações da vida economica nacional.”²⁶¹ Nesse trecho, ele relaciona a democracia com o fim da escravidão compreendendo a democracia como um agente purificador da ordem social. Essa concepção dialoga diretamente com o pensamento de Domingo Faustino Sarmiento em sua obra *Facundo*²⁶². Assim como Sarmiento associa a democracia a um dogma consagrado pela revolução que penetra as camadas da sociedade para combater a herança do absolutismo e da barbárie²⁶³, Deodoro utiliza o termo para sinalizar a superação de um passado monárquico e escravocrata. Em ambos os casos, a democracia é

²⁵⁹ Ibid., p.06.

²⁶⁰ Ibid., p.08.

²⁶¹ Ibid., p.09.

²⁶² SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilización y barbarie en las pampas argentinas**. Biblioteca Antológica, 2020. Disponível em: <https://www.biblioteca-antologica.org/es/wp-content/uploads/2020/12/SARMIENTO-Facundo-civilizaci%C3%B3n-o-barbarie.pdf>. Acesso em: 09 jan 2026.

²⁶³ Ibid., p.8.

mobilizada menos como uma dinâmica de participação popular e mais como um imperativo da civilização que organiza a nação sob novos pilares de modernidade.

Nos Anais da 27ª Sessão do Congresso Nacional Constituinte, de 8 de janeiro de 1891, o ideal de integralização democrática adquire contornos mais concretos, sendo articulado a propostas institucionais específicas, como a instituição do júri e a definição da competência originária do Tribunal Federal. O debate evidencia a coexistência de projetos distintos de soberania, nos quais a defesa da autonomia dos Estados se manifesta tanto pela reivindicação da posse das terras devolutas quanto pela afirmação da autonomia municipal.²⁶⁴

Por sua vez, a análise do vocabulário associado ao termo democracia n'A *Província de São Paulo*, às vésperas da queda do Império, revela mais do que uma simples preferência terminológica, aponta para a centralidade do conceito na organização do discurso político de 1889. Ao listar os termos por proximidade semântica, observamos que a democracia não estava isolada: ela se ancorava em termos como: “república” e na figura do “patriota”, enquanto o uso recorrente de “doutrina”, para se referir à democracia (como ideia) sugere uma urgência na difusão desse ideal.

A Republica se aproxima de 1889, ficará na Historia da Humanidade o grande facto da proclamação da Republica no Brazil. A Democracia triumpha neste belo torrão americano que a sombra negra de um throno infelizmente ennodoa. O Povo, por isso, precisa de saber bem o que é República, o que é Democracia. Deve ouvir a voz dos oradores, dos propagandistas republicanos. [...] Todo patriota, portanto, deve tractar da salvação da Patria, tristemente humilhada pelo desgoverno, pela prepotencia, pela corrupção dos Braganças-Orleans.²⁶⁵

[...] o espirito é o mesmo muito embora seja outro o objectivo. Por isso esteve elle na propaganda separatista, esteve na propaganda abolicionista, e hoje muito moço e fecundo para ser um elemento estatico, conservador do passado quando ainda pôde assimilar o futuro que é um exemplo pratico, está praticando naturalismo cuja theoria assimilou facilmente.²⁶⁶

É interessante notar o esforço normativo do jornal ao denominar a expressão “democracia pura”, é uma tentativa de filtrar usos considerados legítimos e desautorizar apropriações rivais, como por exemplo no dia 08 de fevereiro de 1889, no editorial diz:

²⁶⁴ Congresso Nacional Constituinte 1890-1891. Anais da 27ª Sessão do Congresso Nacional Constituinte, em 8 de janeiro de 1891. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-ac1891-disc-1-27-325>. Acesso em: 31 out 2025.

²⁶⁵ Ao povo. Conferências Republicanas. **A Província de São Paulo**, 10 jan 1889. N. 4133, Anno: XV, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890110-4133-nac-0001-999-1-not/busca/Democracia>. Acesso: 13 jan 2025.

²⁶⁶ CARVALHO, Horácio de. “O Chromo” Estudo de temperamentos. O artista. **A Província de São Paulo**, 05 jan 1889. N. 4129, Anno XV, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890105-4129-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso: 13 jan 2025.

«Os republicanos, em obediência á ordem de seus chefes, apresentar-se-ão, com effeito, purante as urmas como caudatarios do partido liberal. Essa attitude, porém, aconselhada pelo directorio da democracia pura, nada teve de espontanea. Foi uma conquista geitosamente alcançada pela estrategia liberal, com sacrificio do dever politico, da lealdade partidaria.»²⁶⁷

Além disso, o sentido do termo era lapidado pelo contraste. Ao ser oposta a “monárquicos” ou ao “despotismo”, como por exemplo em 13 de agosto de 1889, quando é noticiado no editorial “Eis ahi uma instituição de character liberal por sua tradição historica e que no Brazil tornou-se uma força de despotismo, um elemento antipathico á democracia, e causa de grandes soffrimentos do povo”.²⁶⁸ Aqui a democracia deixava de ser descritiva para assumir uma função de combate, operando como um divisor de águas que hierarquizava quem estava dentro e quem estava fora da nova ordem política. Quando posta como monárquicos dizia:

[...] tudo mais é prolongar o máu estar do paiz e adiar crises que não facilitarão o progresso nacional. Esse annunciar de programas de grupos monarchicos, em competencia da democracia, não indica firmeza de opiniões nem justeza de previsões. É avolumar a onda revolucionaria em vez de levantar derivativos para enfraquece-a.²⁶⁹

Desse modo, percebemos que a democracia era mobilizada como um escudo contra o que os republicanos classificavam como o mal-estar do país. Isto é, ao colocar o ideal democrático em oposição direta aos programas monárquicos, o discurso da época buscava convencer o público de que qualquer tentativa de manter a monarquia seria apenas um adiamento de crises inevitáveis. O termo deixava de ser uma definição teórica para se tornar um imperativo de sobrevivência nacional, justificando a ruptura com o passado em nome de um progresso que a monarquia, por sua própria natureza supostamente despótica, não poderia mais oferecer.

Tabela 2: Campo semântico da democracia (1889)

Categoria	Termos Associados (Campos Semânticos)	Função Discursiva no Periódico
------------------	--	---------------------------------------

²⁶⁷ Líderes e republicanos. **A Província de São Paulo**, 08 fev 1889. N. 4156, ANNO: XV. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890208-4156-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em 15 jan 2025.

²⁶⁸ **A Província de São Paulo**, 13 ago 1889. Anno: XV. N.4307. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890813-4307-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 09 jan 2026.

²⁶⁹ Em competência. **A Província de São Paulo**, 23 jun 1889. Anno XV. n.4266. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890623-4266-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 09 jan 2026.

Afirmção (Próximo) “democracia é, ou está próximo de...”	República, Liberdade, Povo Patriota, Progresso, Doutrinar, Legalidade.	Projeta a democracia como a evolução natural e moral da consciência nacional, vinculando o novo regime a valores civilizatórios universais.
Equidistante (Meio-termo)	Conservadores, Partidos, Império.	Funciona como uma ponte estratégica para convencer antigos monarquistas de que a democracia é um sistema flexível, seguro e capaz de manter a ordem social.
Negação (Distante) “Democracia não é... ou está distante de...”	Monarquia, Despotismo, Corrupção, Violência, Escravidão.	Estabelece uma fronteira ética entre o futuro desejado e o passado rejeitado, caracterizando o regime monárquico como um obstáculo arcaico ao desenvolvimento.

Fonte: Elaborada pela autora.

A disposição destes termos na tabela permite verificar que a seleção lexical de *A Província de São Paulo* em 1889, não era aleatória. Notamos que o jornal buscava construir uma moldura interpretativa para o leitor da época. Ao modo que, ao aproximar “democracia” de “patriota”, como por exemplo no dia 14 de janeiro de 1889 no editorial “Despotismo e Democracia”²⁷⁰ diz:

Cessem de uma vez todas as hesitações; esqueçam-se antigos ressentimentos, se por ventura existem; tome cada um, dignamente, a posição difícil e perigosa embora, para onde o chama a sua consciencia de homem, para onde o arrasta o seu dever de patriota: — de um lado, nós, os crentes da Democracia, os partidarios do Movimento; de outro, elles, os defensores do Despotismo, os soldados da Reacção.²⁷¹

O periódico transferia a legitimidade moral do indivíduo para o sistema político que pretendia apoiar. É importante ressaltar que o termo civismo, embora apareça cerca de 14 vezes ao longo do ano de 1889, não surge articulado ao conceito de democracia. Em vez disso, o vocábulo aparece ligado ao sentimento patriótico. Essa distinção reforça a ideia de que a democracia operava como um horizonte civilizacional, enquanto o patriotismo constituía a prática política concreta exigida dos cidadãos para sustentar a transição

²⁷⁰ Despotismo e Democracia. *A Província de São Paulo*, 14 jan 1889. N.4137, ANNO: XV. pag.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890114-4137-nac-0001-999-1-not/busca/DEMOCRACIA>. Acesso em: 13 jan 2025.

²⁷¹ Idem.

republicana. Como no dia 09 de agosto de 1889, na coluna do editorial “Santa Rita do Passa-Quatro”²⁷², onde diz: “Ficaram á margem as paixões partidarias, ressumbrando livre e desaffectedamente os sentimentos patrioticos e o civismo da distincta população”²⁷³. Já no campo equidistante, ou seja, o meio termo para democracia, o jornal usa a palavra “conservadores” como por exemplo no dia 10 de setembro de 1889, no editorial “Lição aproveitavel”²⁷⁴ “[...] E como essas aspirações são comuns a liberaes e conservadores, todos elles em serviço da dynastia procuram combater a republica estragando o character do povo e perturbando o progresso da nação”.²⁷⁵ Do mesmo modo, o termo de negação da democracia, ou seja, distante, entre eles encontramos a monarquia, onde o jornal chama atenção para esse período com um maior número de citações durante esse ano com 165 menções, como é o caso do editorial escrito por Latino Coelho, “A republica futura no Brazil” em 22 de setembro de 1889, onde diz: “Pode-se-ha dizer que a profunda antinomia social da monarchia brasileira com a democracia americana, tem em grande parte as suas raizes na distincção de raças dominantes.[...]”²⁷⁶ Ao articular essas distâncias semânticas, o periódico concluía sua arquitetura retórica, na qual a democracia deixava de ser um conceito abstrato para se tornar o critério de validação da própria identidade nacional. O resultado desse processo foi a cristalização de um discurso onde a adesão ao ideal republicano passava a ser compreendida como a única via capaz de harmonizar o progresso da civilização brasileira, isolando o sistema monárquico em um passado que a linguagem jornalística já havia sentenciado como antiquado.

Ao avançarmos para o ano de 1890, notamos que a seleção lexical deixa de focar apenas na derrubada do antigo regime para priorizar a sua consolidação e purificação. A comparação entre o campo semântico de 1889 e o de 1890 revela uma mudança no horizonte de expectativas do periódico. Se no ano da Proclamação da República a democracia era uma ferramenta de ruptura, uma espécie de arma no conflito entre antigos e modernos, no ano seguinte ela passa a servir como instrumento de qualificação institucional. Termos como “autonomia municipal” e “republicano de sincera convicção” ganham centralidade, indicando

²⁷² Santa Rita do Passa-Quatro. **A Província de São Paulo**, 09 de ago 1889. Anno:XV, N: 4304. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890809-4304-nac-0001-999-1-not/busca/civismo>. Acesso em: 11 jan 2026.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Lição aproveitavel. **A Província de São Paulo**, 10 de set 1889. Anno: XV, N: 4331. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890910-4331-nac-0001-999-1-not/busca/conservadores>. Acesso em: 09 jan 2026.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ COELHO, Latino. A republica futura no Brazil. **A Província de São Paulo**, 22 de set 1889. Anno: XV, N: 4342. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890922-4342-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 09 jan 2026.

que o jornal *O Estado de São Paulo* passa a fiscalizar a “pureza” do regime contra os antigos monarquistas que proclamaram a República, os novos republicanos, que outrora eles festejavam como recém-convertidos à causa e as decisões centralizadoras do governo provisório, como podemos observar na tabela 3.

Tabela 3: Campo semântico do termo democracia (1890)

Categoria	Termos Associados (Campos Semânticos)	Função Discursiva no Periódico
Afirmção (Próximo) “democracia é, ou está próximo de...”	Autonomia dos Municípios, Soberania Popular, Boas Doutrinas, Liberdade, República, Vontade Nacional, Direitos.	Definir a democracia moderna como um sistema descentralizado. A soberania não é mais um conceito abstrato, mas algo exercido na prática pela autonomia dos municípios e pela vontade da nação.
Equidistante (Meio-termo)	Governo Provisório, Ditadura, Medidas Transitórias, Transição, Constituinte.	Legitimar ações centralizadoras ou autoritárias do novo governo sob o argumento de que são ferramentas necessárias e temporárias para proteger a nascente democracia contra retrocessos.
Negação (Distante) “Democracia não é... ou está distante de...”	Monarquia, Tirania, Sistema Centralizador, Império.	Caracterizar o passado monárquico como um sistema centralizador e absorvente que impedia o desenvolvimento da soberania popular, vinculando a monarquia à negação da liberdade.

Fonte: Elaborada pela autora.

A seleção lexical de *O Estado de S. Paulo* em 1890 revela uma organização semântica que sustenta a nova ordem institucional. No campo dos termos próximos, o vocábulo soberania ganha relevo ao fundamentar a transferência da autoridade do monarca para a vontade coletiva. Isso pode ser observado na matéria “O Projecto de Constituição”²⁷⁷, publicada em 04 de dezembro de 1890, ao afirmar que “[...] Acreditando sinceramente em que a maioria do Congresso rejeitara esse artigo, fazendo-o substituir pelo que dê completa idéa

²⁷⁷ O projecto de constituição. *O Estado de S. Paulo*, 04 dez 1890. Anno: XVI. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18901204-4734-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 06 jan 2026.

das homenagens que tributa á soberania popular de um povo que proclama o regimen da democracia [...]”²⁷⁸. Já no campo equidistante, surge o termo ditadura como uma categoria de transição necessária, conforme o editorial “O Congresso”²⁷⁹, de 09 de novembro de 1890, ao destacar que “[...]A dictadura, que aliás era forte, porque a sustentava de uma lado do braço do exercito e de outro o braço da armada, desaparece, por sua propria vontade, sem que contra ella se tenham manifestado symptomas positivos de impaciencia popular.[...]”.²⁸⁰ Por fim, a monarquia permanece como o termo de negação e distanciamento, sendo vista como uma fase superada, conforme aponta o texto “A quem de direito”²⁸¹, de 17 de agosto de 1890: “[...] Proclamada a republica, acceita geralmente, sustentada e servida por homens competentes e patriotas, que surgiram mesmo no seio da monarchia, era meu desejo retirar-me das lutas políticas e procurar na obscuridade o retemperamento das forças [...]”.²⁸²

De acordo com a perspectiva de Koselleck, a estrutura semântica dos conceitos fundamentais não é neutra, ela carrega uma carga voltada para as disputas do presente, ao mesmo tempo em que projeta um horizonte de expectativas para o futuro.²⁸³ Isso acontece porque, em momentos de crise, a disputa para definir o que as palavras significam se torna uma peça central do jogo político. Dessa forma, o que as fontes da época nos mostram é que essa disputa pelos termos não apenas reflete as tensões do momento, mas é o próprio caminho usado para tentar validar um projeto de governo e garantir apoio em meio à incerteza.²⁸⁴

Outro ponto que merece nossa atenção é a articulação entre a análise semântica e a prática legislativa de 1890, no qual revela que o Artigo 7º do Decreto nº 510²⁸⁵ não era apenas uma norma técnica, mas a cristalização da doutrina defendida no periódico. Ao limitar a intervenção da União, o texto legal afastava o fantasma do despotismo, presente no campo de negação da tabela semântica, e institucionalizava a autonomia como suporte da democracia pura. A seleção lexical do jornal preparava o terreno para que o leitor aceitasse a descentralização como a única via legítima de progresso.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ O Congresso. **O Estado de S. Paulo**, 09 nov 1890. Anno: XVI, N: 4714. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18901109-4714-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 01 fev 2026.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ A quem tem direito. **O Estado de S. Paulo**, 17 ago 1890. Anno:XVI, N: 4650, p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900817-4650-nac-0001-999-1-not/busca/patriotas>. Acesso em: 07 fev 2026.

²⁸² Idem.

²⁸³ KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006. p.101.

²⁸⁴ Ibid., p.102.

²⁸⁵ Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 7. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

Primeiramente, a democracia foi colocada no campo semântico do progresso em oposição à monarquia, que era identificada como o antigo regime. O conceito de democracia evoluiu de uma estrutura presente nas antigas cidades-estado para um modelo adaptado aos grandes Estados modernos a partir do século XVIII. Embora tenha mantido princípios fundamentais como o governo das leis e a igualdade, o termo passou por modificações profundas para atender às novas realidades geográficas e políticas.²⁸⁶ Em um segundo momento, o conceito de democracia passou a ser vinculado diretamente à descentralização. Reinhart Koselleck demonstra que a modernidade é definida pela tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Essa separação exige que a política atue para conectar o passado vivido ao futuro desejado. Historicamente, isso resultou na substituição das categorias de Aristóteles por uma nova oposição temporal: o despotismo contra a República.²⁸⁷ Nessa nova lógica, o despotismo simboliza o passado superado, enquanto a República representa o futuro a ser alcançado. O termo República deixou de ser uma descrição neutra para se tornar um objetivo ideal. Com o surgimento do republicanismo, o conceito adquiriu um caráter de movimento. O uso do sufixo “ismo” indica que a palavra agora funciona como um motor da história, servindo para antecipar mudanças e guiar a ação política rumo ao governo das leis.²⁸⁸

A vitória da democracia, mencionada por Deodoro da Fonseca e moldada por Rangel Pestana, passava obrigatoriamente pela proteção das prerrogativas estaduais contra qualquer decisão centralizadora.²⁸⁹ Enquanto Deodoro utilizava a vitória da democracia para celebrar o fim da monarquia e a união nacional em um sentido simbólico, Rangel Pestana deu um sentido prático a essa vitória por meio do Artigo 7º do decreto de junho de 1890.²⁹⁰ Para Pestana, conforme defendido nos editoriais do início de 1890, a democracia só seria vitoriosa se o governo central não pudesse intervir livremente nos estados. Ao limitar a intervenção da União, o texto legal afastava o fantasma do despotismo e institucionalizava a autonomia como suporte da democracia pura. Assim, a seleção lexical do jornal preparava o terreno para que o

²⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006. p. 107.

²⁸⁷ Ibid., p. 325-326.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ FONSECA, Manoel Deodoro da. **Manifesto do Governo Provisório aos Concidadãos**. Rio de Janeiro, 15 de nov. 1889. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227303>. Acesso em: 12 jan. 2026.

²⁹⁰ BRASIL. **Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890**. Dá o Regulamento Provisório para a organização dos Estados, nos termos do art. 7º da Constituição. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1890-1899/decreto-510-22-junho-1890-502621-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2026.

leitor aceitasse a descentralização como a única via legítima de progresso e de exercício político republicano.

[...]É preciso nivelar os brasileiros natos os brasileiros adotivos, abrindo a estes a porta para todas as posições, reconhecendo-lhes o direito de exercer todos os cargos aonde os eleve a capacidade. Ao mesmo tempo, e como consequência desse princípio tão largamente liberal para com todos os que adotarem o Brasil como nova pátria, e preciso restringir certos direitos, aos que, habitando nosso país, se recusem a fazer parte da nossa nacionalidade. A autonomia dos municípios na direção dos seus negócios é forma necessária de organização republicana [...]²⁹¹

O editorial do dia 27 de fevereiro de 1890 reforça a defesa da autonomia municipal²⁹² e qualifica o cidadão como brasileiro, isso nitidamente são as engrenagens da democracia que era idealizada pelo jornal. Podemos observar que o editorial pregava a organização da República por meio da gestão local ou a autonomia do município, o que o Decreto nº 510 de junho do mesmo ano transformava a pregação em estrutura de Estado. Podemos inferir que a disputa semântica travada nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* encontrou um desfecho na norma jurídica, o que garantiu que o novo regime fosse a implementação de um projeto político descentralizado. Segundo Renato Lessa²⁹³, essa institucionalização foi uma resposta estratégica ao federalismo, onde o governo provisório, ao organizar os municípios, convertendo a autonomia local em um pilar de sustentação do regime.²⁹⁴ O Decreto, no artigo 69²⁹⁵, revela também a construção de cidadania e a organização do voto, o que vai de encontro com a notícia de 27 de fevereiro em “Manifesto do centro republicano de Santos”²⁹⁶ onde existe a necessidade de nivelar os brasileiros natos e os adotivos sob o mesmo teto nacional.

²⁹¹ Manifesto do centro republicano de Santos. *O Estado de S. Paulo*. 27 fev 1890. p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900227-4481-nac-0002-999-2-not/busca/democracia>. Acesso em: 08 jul 2025.

²⁹² No Império, a estrutura era baseada na paróquia, funcionava como um mecanismo de filtragem eleitoral e controle social. Os eleitores de paróquia escolhiam os eleitores de comarca que, por sua vez, elegiam os deputados na capital, permitindo que as autoridades provinciais, vinculadas ao poder central, designassem os representantes em uma transação com os núcleos locais. Essa configuração retirava a autonomia política do município, tornando-o um apêndice administrativo da Coroa. A República de 1890 buscou romper com essa "tutela", elevando o município à condição de unidade autônoma da federação e substituindo a paróquia religiosa pelo distrito civil. (Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 436 [versão online]).

²⁹³ LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice / Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

²⁹⁴ Ibid., p. 62-64.

²⁹⁵ Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 69. *Senado Federal*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

²⁹⁶ Manifesto do centro republicano de Santos. *O Estado de S. Paulo*. 27 fev 1890. p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900227-4481-nac-0002-999-2-not/busca/democracia>. Acesso em: 08 jul 2025.

Essa estratégia de criar uma base de apoio para o rompimento monárquico é detalhada por Christian Edward Cyril Lynch²⁹⁷, ao explicar que os republicanos precisavam de colaboração recíproca para atingir objetivos comuns, entre eles, garantir o regime contra a reação monárquica por meio de uma legislação que, se por um lado expandia a nacionalidade, por outro impunha o modelo institucional norte-americano para barrar o grupo positivista e as heranças da monarquia.²⁹⁸

O centro republicano dependia da força da democracia e ao transformar imigrantes em brasileiros de forma automática, o governo provisório buscava criar uma base que apoiava o rompimento com a monarquia. Da mesma forma, o Artigo 69 expandia a nacionalidade para os brasileiros adotivos, o Artigo 70²⁹⁹ restringia o funcionamento político para garantir o que o jornal chamava de “democracia pura”, para os republicanos o voto não era um direito natural, mas uma função que exigia as “boas doutrinas” e a “sincera convicção”. O decreto de 22 de junho de 1890³⁰⁰ ao restringir os analfabetos criava uma exclusão, ou seja, a soberania popular amplamente defendida pelos republicanos era limitada aos que sabiam ler e escrever no novo projeto de nação, por isso, ao excluir os analfabetos, limitava a soberania popular aos letrados.³⁰¹ A autonomia institucional de 1890 avançou também na esfera das liberdades individuais por meio do Artigo 72 (Liberdade e Estado Laico),³⁰² que estabelecia que “nenhum cidadão seja privado de seus direitos por motivos de crença”. Ao desvincular os atos da vida civil e garantir liberdade de culto, o Decreto nº 510 consolidava a luta entre a igreja e o Estado que estava presente no Império. A democracia apresentada pelo jornal em 1890 se apresentava como um regime liberal de consciência e essa liberdade não se traduzia necessariamente em participação política para todos, ou seja, a igualdade. Ao desvincular os atos da vida civil e garantir a liberdade de culto, o Decreto nº 510 consolidava a solução para uma tensão entre a Igreja e o Estado que marcou o Império. De acordo com, Riolando Azzi³⁰³, a proclamação da República encerrou o modelo de “Igreja Nacional”, em que a instituição eclesiástica funcionava como uma repartição do governo submetida ao padroado, isso para

²⁹⁷ LYNCH, Christian Edward Cyril. O Momento Oligárquico: A Construção Institucional Da República Brasileira (1870-1891). **História Constitucional**, n. 12, 2011. p. 297-325.

²⁹⁸ Ibid., p.307- 308.

²⁹⁹ Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 70. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

³⁰⁰ Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 70. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

³⁰¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. O Momento Oligárquico: A Construção Institucional Da República Brasileira (1870-1891). **História Constitucional**, n. 12, 2011. p. 297-325.

³⁰² Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 72. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

³⁰³ AZZI, Riolando. Igreja e Estado no Brasil: Um Enfoque Histórico. **Perspectiva Teológica**, v. 13, n. 29, p. 7-17, 1981.

instituir uma separação onde a Igreja passava a se organizar como uma sociedade hierárquica independente.³⁰⁴ Tendo isso em vista, a democracia idealizada pelo jornal em 1890 se apresentava como um regime liberal. Como destaca Azzi, essa mudança permitiu que a religião fosse deslocada para a esfera da liberdade individual, resolvendo o conflito institucional mas mantendo a participação política restrita, uma vez que o foco do novo regime era a liberdade de culto e não a expansão da soberania popular para todos os estratos da sociedade.³⁰⁵

A implementação do projeto descentralizado enfrentou resistências internas no Governo Provisório, revelando a distância entre a noção de democracia de Rangel Pestana e a de Deodoro da Fonseca. Enquanto Pestana, como membro da “Comissão dos Cinco”, defendia um modelo federativo de autonomias locais, Deodoro preservava traços do unitarismo monárquico.³⁰⁶ Deodoro continuava a exercer a lógica institucional do Império, pressionando pela manutenção de prerrogativas como a possibilidade de dissolução da Câmara dos Deputados por um Chefe de Estado irresponsável, o que seria uma reprodução do Poder Moderador.³⁰⁷ Essa visão colidia frontalmente com o projeto de Pestana e dos juristas civis, uma vez que o Decreto nº 510 acabou por institucionalizar o modelo norte-americano de freios e contrapesos. Na organização dos municípios, o projeto governamental foi mais radical na descentralização do que muitos esperavam, a estratégia de Rui Barbosa e dos juristas paulistas era garantir que a autonomia federativa pudesse “infiltrar-se plenamente no corpo social a ponto de atingir os municípios.”³⁰⁸ Isso impôs limites legais à autoridade do Marechal. Portanto, a “democracia” vitoriosa na norma jurídica foi a de Pestana, e não a de Deodoro da Fonseca.

2.2 - Democracia e Imprensa

Com a Proclamação da República, Francisco Rangel Pestana passou a integrar a Junta Governativa Provisória paulista ao lado de Prudente de Moraes e do Coronel Joaquim de Sousa Mursa. Nesse período inicial, sua atuação foi marcada por uma profunda convicção de que a democracia não se esgotava na mudança da forma de governo, mas exigia uma base

³⁰⁴ Ibid., p. 10-11.

³⁰⁵ Ibid., p. 11.

³⁰⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. O Momento Oligárquico: A Construção Institucional Da República Brasileira (1870-1891). **História Constitucional**, n. 12, 2011. p. 297-325. p.307.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice / Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 64.

educacional sólida. Pestana defendeu junto a Prudente de Moraes que a evolução da nação dependia da instrução pública, o que resultou na proposta de criação de escolas normais e profissionais, além de sua dedicação direta à reforma da Escola Normal de São Paulo.³⁰⁹ A projeção de Pestana como articulador do novo regime se consolidou em sua designação pelo Marechal Deodoro da Fonseca para compor a Comissão de elaboração do anteprojeto da Constituição de 1891. Eleito Senador por São Paulo para o Congresso Nacional Constituinte (1890-1893), sua atuação parlamentar foi pautada pela defesa do federalismo e da autonomia estadual. Entretanto, após a promulgação da Carta Magna, Pestana retornou ao jornalismo no periódico *O Estado de S. Paulo*, onde vivenciou um período de desencanto político. Mesmo após modernizar a estrutura técnica do jornal, se retirou da empresa.³¹⁰ A condução do periódico passou para o jornalista Júlio Mesquita, que em 1902 se tornou o único dono do jornal na qual já exercia a função de redator-chefe desde 1890. Como republicano de convicção, logo após o fim da monarquia em 15 de novembro de 1889, ele foi nomeado no dia seguinte como secretário-geral do novo governo provisório de São Paulo. Mesquita atuou na linha de frente da administração estadual naquele período de transição, colaborando diretamente com o governo paulista em 1889.³¹¹

A vitória do projeto descentralizado sobre o centralismo de Deodoro da Fonseca não significava, para Rangel Pestana, o fim da jornada republicana, mas o início de uma pregação civilizadora. Se a norma jurídica tinha garantido a autonomia dos municípios, caberia agora à instrução pública formar o cidadão capaz de exercer essa liberdade. Pestana, divergindo do pessimismo autoritário que via na “deficiente educação do povo”³¹² uma razão para a tutela militar, defendia que a democracia pura só se consolidava através de uma reforma intelectual. Para o político paulista, a República exigia uma pedagogia do cidadão, caso contrário, a liberdade concedida aos municípios seria facilmente dominada por poderes arbitrários de chefias locais. O sucesso do projeto federativo estava condicionado ao preparo cívico, sem o qual o autogoverno seria apenas uma fachada para a manutenção de antigos despotismos em nível regional.³¹³

³⁰⁹ CÂMARA, Nelson. **Academia Mackenzista de Letras AML**. 1. ed., Barueri, SP: Tira de Letra Editora, 2023. p.174-175.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ RIBEIRO, Antônio Sérgio. Júlio Mesquita. CPDOC. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MESQUITA,%20J%C3%BAlio%20de.pdf>. Acesso em: 08 fev 2026.

³¹² LYNCH, Christian Edward Cyril. O Momento Oligárquico: A Construção Institucional Da República Brasileira (1870-1891). **História Constitucional**, n. 12, 2011. p. 297-325. p.308.

³¹³ LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 60.

Já a visão de Deodoro da Fonseca era marcada pelo militarismo e pelo positivismo e uma ideia de poder centralizar o poder pelas Forças Armadas, diferente de Rangel Pestana que via a democracia como um exercício federalista, Deodoro acreditava que uma República deveria ser construída em cima da ordem. Para ele, o exército era o verdadeiro guardião. O republicanismo defendido pela “mocidade militar”³¹⁴ brasileira no final do século XIX não era apenas uma escolha política, mas era um reflexo de uma cultura científica e positivista. Influenciados pela Terceira República Francesa, esses jovens oficiais viam na “ciência” uma ferramenta ideológica para deslegitimar a monarquia, associando o regime imperial ao atraso mental e social.³¹⁵ Essa visão era uma concepção específica de democracia. Como bem sintetizou Euclides da Cunha, para essa geração, “forma-se um democrata como se faz um geômetra”.³¹⁶ Ou seja, a democracia não era vista como um processo de participação popular espontânea, mas como uma verdade científica a ser aplicada de forma exata e, se necessário, imposta por meio da violência, para serem justificados como fatos naturais da ordem social.

Essa visão de democracia militarizada se consolidou com a emergência do ideal do soldado cidadão. Os militares passaram a reivindicar direitos políticos semelhantes aos dos civis, contestando o antigo regime de obediência passiva e inconsciente que prevalecia no Império. Esse movimento permitiu que o exército deixasse de ser uma instituição composta por cidadãos servis para se tornar uma classe consciente de seu papel no desenvolvimento nacional.³¹⁷ A imprensa republicana desempenhou um papel crucial ao politizar as crises entre os oficiais e a coroa, incentivando os militares a questionarem normas disciplinares em nome de sua consciência política.

O estopim para a crise institucional entre as Forças Armadas e o Império foi a sanção imposta aos coronéis Cunha Matos e Sena Madureira, motivada por manifestações públicas destes oficiais na imprensa. O episódio tomou proporções maiores quando o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, então em exercício na presidência da província do Rio Grande do Sul, interveio em defesa dos militares. Esse alinhamento transformou incidentes disciplinares isolados em um conflito entre os oficiais e o governo civil. Os coronéis foram exonerados por

³¹⁴ A Mocidade Militar foi um grupo formado por jovens cadetes e oficiais de baixa patente (tenentes e capitães) da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, durante as décadas de 1870 e 1880. (Cf. CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 8-10)

³¹⁵ CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 15.

³¹⁶ Ibid., p.16.

³¹⁷ LEMOS, Renato. Deodoro da Fonseca. **CPDOC**. p.7. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>. Acesso em: 16 jan 2026.

Deodoro de suas funções administrativas no Sul, e os oficiais foram transferidos para Corte, no Rio de Janeiro.³¹⁸

Ao contrário de Deodoro da Fonseca, Rangel Pestana tinha uma visão pedagógica e não demorou a confrontar as exigências da política partidária. Para compreender o impasse entre democracia e imprensa, é preciso observar que a independência doutrinária d'A *Provincia de São Paulo* era financiada pela elite cafeeira do Partido Republicano Paulista (PRP)³¹⁹, o vínculo entre o jornal e o projeto republicano era tamanha, que em 17 de novembro de 1889, Pestana e Júlio Mesquita retiraram seus nomes do frontispício do jornal para integrar a Junta Governativa Provisória. É onde Pestana abandona sua “neutralidade” para encarnar o próprio Estado, revelando que estava diretamente ligado à manutenção da ordem e aos interesses da oligarquia paulista.³²⁰ Battistoni define Pestana como um “doutrinário” e “educador”. Ele afirma que, para Pestana, a República não era apenas uma mudança de regime, mas uma “reforma intelectual” necessária para o país.³²¹ Isso fundamenta a ideia de que ele se contrapunha ao modelo de força (militar) de Deodoro da Fonseca por meio de um ideal civilista baseado na instrução.

O ano de 1890 marcou o afastamento definitivo de Pestana das atividades jornalísticas, motivado pelo sentimento de desolação perante os rumos tomados pelo novo regime.³²² Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, renúncia. Isso se deu por conta de um governo fragilizado pela crise econômica do Encilhamento e pelas tensões estruturais da nova República.

Esse período inicial evidenciou o conflito entre as facções oligárquicas estaduais que disputavam o controle político local, marcando o primeiro grande impasse na relação entre o poder federal e os estados.³²³ Demonstrando pouca habilidade política e um viés autoritário, Deodoro nomeou governos provisórios que ignoravam os interesses das elites regionais hegemônicas. Essa postura centralizadora não apenas acirrou as disputas locais, como também tornou insustentável a manutenção de seu mandato diante de um regime que nascia sob a demanda por maior autonomia federativa.³²⁴ As dificuldades nas relações com o Congresso

³¹⁸ CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.18.

³¹⁹ BASTISTONI FILHO, Duílio. Rangel Pestana e o Jornalismo. **Revista Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, nº 192, p. 5-11, jan./mar. 2004. p. 5-6.

³²⁰ Ibid., p.7.

³²¹ Ibid., p.6.

³²² Ibid., p.10.

³²³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.107.

³²⁴ Idem.

levaram Deodoro a decretar o seu fechamento, em 3 de novembro de 1891, no dia seguinte foi lançado o manifesto “O presidente da República aos brasileiros”³²⁵ que apresentava as justificativas para o fechamento. No mesmo dia é divulgado outro manifesto, desta vez por parte dos congressistas “À Nação brasileira” como forma de repúdio a Deodoro.³²⁶ Os governadores dos estados, com exceção do governador do Pará, Lauro Sodré, apoiaram Deodoro. O governador de São Paulo, Américo Brasiliense também manifestou seu apoio e Campos Sales, publicando no *Correio Paulistano* em 09 de setembro de 1891, o seu repúdio à dissolução do Congresso.³²⁷

Rangel Pestana, por sua vez, tinha em mente as instituições democráticas e isso foi posto à prova durante a crise institucional de 3 de novembro de 1891. Diante do fechamento do Congresso Nacional e do decreto de Estado de Sítio por Deodoro da Fonseca, Pestana se posicionou imediatamente contra o golpe.³²⁸ Na residência de Domingos de Moraes³²⁹, ele e outros parlamentares redigiram o manifesto à nação que denunciava a arbitrariedade do Executivo. A sucessão de Floriano Peixoto trouxe novas propostas de ascensão ao poder, as quais Pestana recusou sistematicamente para preservar sua independência. Ele declinou da indicação para Ministro do Supremo Tribunal Federal e da sugestão de candidatura à Presidência da República feita pelo próprio Floriano.³³⁰ Rangel Pestana carregava uma profunda mágoa, fruto de sucessivas decepções e injustiças, o que o levou a falecer em 17 de março de 1903 como um idealista desiludido com a própria prática política que ajudou a institucionalizar.³³¹ Houve também oposições em outros estados a governadores que apoiaram Deodoro. No Rio de Janeiro, a Marinha e o Exército se uniram em revoltas armadas contra o presidente Deodoro da Fonseca. Essa pressão, vinda tanto de militares quanto de políticos

³²⁵ FONSECA, Manuel Deodoro da. Manifesto. **O Presidente da República aos brasileiros**. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/59704/58045>. Acesso em: 18 jan 2026.

³²⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 108.

³²⁷ Idem.

³²⁸ RIBEIRO, Antônio Sérgio. Atuação na República. In: Francisco Rangel Pestana. **CPDOC FGV**. p. 06. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>. Acesso em: 16 jan 2026.

³²⁹ Iniciou sua trajetória parlamentar ainda no período imperial, Domingues de Moraes ocupou o cargo de vereador em São Paulo entre 1887 e 1888. Republicano convicto desde os tempos de formação acadêmica, ele participou ativamente da transição institucional brasileira para a República. Em setembro de 1890, elegeu-se pelo Partido Republicano Paulista (PRP), vindo a ser um dos parlamentares que assinaram a primeira Constituição da República em fevereiro de 1891. Posteriormente, manteve sua atuação na Câmara dos Deputados em mandato ordinário até o final de 1893. (Cf. RIBEIRO, Antônio Sérgio. Domingues de Moraes. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MORAIS,%20Domingos%20de.pdf>. Acesso em: 16 jan 2026.

³³⁰ Idem.

³³¹ BASTTISTONI FILHO, Duílio. Rangel Pestana e o Jornalismo. **Revista Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, nº 192, p. 5-11, jan./mar. 2004. p. 10.

civis, forçou a saída do presidente. Com a renúncia de Deodoro, o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu o comando do país.³³²

No dia 24 de novembro de 1891, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou editorial intitulado “O fim da ditadura”³³³. Nessa publicação é possível observar o posicionamento do jornal, tendo em vista que houve comemorações, como: “Viva a Republica! Viva a legalidade”³³⁴ e completa:

Eram estes os gritos que hontem soltavam as mil boccas populares, ao espalhar-se a noticia de que marechal Deodoro da Fonseca, coagido pela attitude dignissima e pacifica do marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da Republica, resignar o cargo a que o elevava o Congresso Federal, que elle depois dissolveu por meio de um golpe de Estado sem precedente na Historia.³³⁵

O jornal tem a intenção de legitimar a ascensão de Floriano como um ato de salvação nacional e não como uma nova ruptura. Ele tenta apagar que a República foi proclamada por meio de um golpe militar apenas dois anos antes. O editorial mostra a esperança de um governo que respeitasse as instituições que o Congresso ajudou a criar, mas o que se seguiu foi uma institucionalização da violência política. Isso justifica a desilusão de Rangel Pestana e a percepção de que a República trocou a ditadura ofensiva de Deodoro por uma ditadura consolidada sob o manto da legalidade de Floriano. Ele percebeu que a Constituição de 1891, que deveria ser o pilar do novo regime, se tornou um documento descartável assim que contrariou os interesses de quem detinha o poder. O jornal que celebrava a Constituição ignorava o Artigo 42 daquela mesma carta, que exigia novas eleições: Onde diz: “Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”³³⁶. Como Deodoro da Fonseca renunciou antes de completar dois anos de mandato, com apenas nove meses de sua eleição, Floriano tinha a obrigação constitucional de convocar novas eleições. Ao não fazer isso, Floriano agiu à margem da lei que o jornal afirmava defender.

O abandono inicial da democracia pelos protocolos constitucionais inaugurou um ciclo de instabilidade que impediu a plena consolidação democrática no Brasil ao longo do século XX e início do XXI. Longe de se estabilizar após a Primeira República, o regime democrático

³³² Idem.

³³³ O fim da ditadura. *O Estado de S. Paulo*, 24 de nov 1891. ANNO: XVII, N: 5018. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18911124-5018-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 18 jan 2026.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Idem.

³³⁶ BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 21 jan. 2026.

brasileiro enfrentou sucessivos momentos de ruptura e tensão que ecoam o autoritarismo de Deodoro e Floriano. Exemplos disso são: a autoproclamada Revolução de 1930, que encerrou a primeira República; 1945 o período democrático; a tentativa de impedimento de Juscelino Kubitschek em 1955; e a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros em 1961. O ápice desse processo de desgaste institucional resultou no golpe de 1964, que instaurou uma ditadura militar de duas décadas. Mais recentemente, a democracia voltou a ser testada por crises de governabilidade, como o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, seguido pela ascensão de lideranças que são consideradas antidemocráticas, e o oito de janeiro de 2023, demonstrando que o conflito entre o poder de fato e o texto constitucional permanece como uma ferida aberta na história política nacional com especial destaque para as forças armadas.

3- Quem tem medo da democracia?

“A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo.” (Jair Messias Bolsonaro, 1999)³³⁷

“[...]Um só elo do despotismo antigo não era quebrado sem que não respondessemos com a adesão armada [...]” (Manoel Deodoro da Fonseca, 1890)³³⁸

Ao investigarmos as transformações dos significados da democracia brasileira desde a transição do Império para a República, compreendemos não apenas que democracia não é um conceito estático, mas como uma construção histórica e simbólica em constante reinterpretação, mas suas questões não se encerram no passado consumado, mas nos “trouxeram de volta” às questões contemporâneas. Para abordá-las, continuaremos nossa análise documental apoiando-nos em periódicos, com foco na cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo*, agora, não apenas observando de perto os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, mas também a autoproclamada Revolução de 1930; o período democrático de 1945; a tentativa de impedimento de Juscelino Kubitschek em 1955; e a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros em 1961; o golpe de 1964, que instaurou uma ditadura militar; o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, seguido pela ascensão de lideranças que são consideradas antidemocráticas e os eventos de 8 de janeiro de 2023 que, ultrapassaram os limites da desobediência civil, ação política reconhecida elemento fundante da democracia³³⁹. Procuraremos examinar, neste capítulo, como o discurso democrático é mobilizado estrategicamente para legitimar projetos de poder e despertar afetos políticos. O ponto central a essa discussão é a instrumentalização do sentimento de medo diante da instabilidade e do caos, elemento que atua como fio condutor para compreender as fragilidades e as tensões entre a crença institucional e a desconfiança pública que atravessam o imaginário político

³³⁷ Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, 29 out 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 18 jan 2026.

³³⁸ Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de Novembro de 1890. **Camara dos Deputados**. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/uploads/r/camara-dos-deputados/c/e/9/ce9f8c5c0d3a60a1edeb13bbf224be7ffab80d22ec8fcaedf2f2953d4c2919a0a/c9fe503d-7a3c-4c87-b612-41f523c6ea7b-BR-DFCD-AC1891-SPCN-SSI-23.pdf>. Acesso em: 31 out 2025.

³³⁹ Cf. OGIEN, Albert; LAUGIER, Sandra. **Pourquoi désobéir en démocratie?**. Paris: La Découverte, 2010.

nacional desde o século XIX. Procura-se responder: quem tem medo da democracia? Quais as condições para a existência da democracia? E, afinal, de qual democracia se tem medo?

3.1 - A democracia restrita: elites, exclusão e a República sem povo (1889-1945)

Vimos neste trabalho que a Proclamação da República em 1889 não configurou uma experiência democrática fundamentada na soberania popular, mas sim um rearranjo institucional conduzido pelas elites e antecedido por um intenso fluxo de ideários europeus, como o positivismo e o liberalismo. A ausência de participação efetiva da população na gestão pública evidenciava a inexistência de um povo político ou de uma cidadania ativa, restringindo a política aos estados-maiores das classes dominantes. Assim, a transição de regime se deu como um arranjo de cúpula, no qual a modernização do vocabulário institucional não foi acompanhada pela democratização das práticas de poder.³⁴⁰ A participação política do povo na República era pouco significativa, segundo José Murilo de Carvalho em “Os bestializados” a exclusão de aproximadamente 80% da população do direito ao voto, decorrente da exigência de alfabetização, evidenciava a natureza restritiva do novo regime. Esse quadro se soma a uma elevada taxa de abstenção, na qual a escolha pela passividade política era alimentada pela percepção de inutilidade do pleito diante da institucionalização das fraudes eleitorais. O ato de votar era, simultaneamente, inútil e perigoso, as práticas de coação física, herdadas do Império com a atuação dos capoeiras e por meio do uso de capangas vinculados ao coronelismo. Essa violência e manipulação não apenas impedia a formação de um povo político, mas consolidava a cidadania como um conceito distante da realidade da maioria dos brasileiros.³⁴¹

Em 1932, no governo Vargas, com o código eleitoral o voto se tornou secreto e regido pela Justiça Eleitoral, que também “concedeu” o voto às mulheres. O jornal *O Estado de S. Paulo*, enxerga esse avanço na sociedade como algo positivo na notícia do dia 01 de março de 1932 e publica a notícia em “Notas e informações”³⁴² onde declara:

Saiu publicado, no “Diario Official”, de 25 do fevereiro ultimo, o codigo eleitoral do Brasil. Trinta dias depois daquela data, esse codigo entrara em vigor. O passo inicial para a volta do paiz ao regime da lei está dado. Demorou um pouco, mas antes tarde do que nunca. É bom o codigo? Não são numerosos os seus defeitos? O codigo é bom e os seus defeitos não são

³⁴⁰ CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 42 - 44.

³⁴¹ Ibid., p. 86-90.

³⁴² Notas e informações. **O Estado de S. Paulo**, 01 mar 1932. Anno: LVIII, N:19.104. p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19320301-19104-nac-0003-999-3-not/busca/mulheres>. Acesso em: 12 fev 2026.

em grande numero. Podem ser eleitores tanto os homens como as mulheres maiores de 21 annos. [...] Conquanto se nos afigurasse que a questão do voto feminino deveria ser debatida na Constituinte ou em assembléas ordinarias, não nos parece má a solução do código pois que deixa ás proprias mulheres a liberdade de se faserem eleitoras ou de permanecerem fóra da vida politica.[...] ³⁴³

Apesar de que possa parecer que a conquista do voto tenha uma concessão do governo Vargas, é evidente que esta resulta de um processo de luta travada por homens e mulheres no Brasil. ³⁴⁴ A luta pelo direito ao voto feminino foi uma troca entre feministas brasileiras, norte-americanas e europeias. ³⁴⁵ No Brasil, houve uma grande dificuldade de inclusão das mulheres no voto porque a Constituição de 1891 no Artigo 70 não as excluía, ou seja, não havia privação explícita ao direito ao voto:

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. ³⁴⁶

A exclusão das mulheres do processo eleitoral antes de 1932 não deve ser atribuída a um suposto desinteresse ou passividade feminina, mas sim a uma barreira institucional deliberada que impedia sua participação. Mesmo diante de brechas legais, as solicitações de alistamento eram sistematicamente rejeitadas pelas autoridades. ³⁴⁷ Um exemplo disso ocorreu durante as discussões da Constituinte de 1890, quando pedidos de inclusão foram negados sob o pretexto de que a omissão do termo mulheres no texto constitucional equivalia a uma proibição implícita. Casos excepcionais, como o de Celina Guimarães Viana e outras pioneiras no Rio Grande do Norte em 1926, comprovam que existia uma demanda ativa por direitos políticos, a qual era frequentemente frustrada por interpretações restritivas da legislação vigente. ³⁴⁸ Além disso, a experiência eleitoral nesse período foi curta devido ao

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ KARAJEWICZ, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013. p.325.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 24 De Fevereiro De 1891). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10 abr 2026.

³⁴⁷ AFLALO, Hannah Maruci. **Conquistas e percalços da luta pelo voto feminino no Brasil**. Trabalho de apresentação no VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 8 a 12 de maio de 2017. p.18.

³⁴⁸ Idem.

golpe de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo.³⁴⁹ No Estado Novo (1937-1945) foi criado o imaginário de um Estado democrático que só seria garantido por meio da instalação de um governo centralizado e autoritário.³⁵⁰

Segundo Ângela de Castro Gomes em “A invenção do Trabalhismo”³⁵¹, na perspectiva de Azevedo Amaral, o Estado Novo assumiu a missão de resgatar o conceito de revolução, que teria sido desvirtuado pela democracia liberal. Para o ideário liberal, o fenômeno revolucionário era reduzido a um colapso estrutural ou a uma substituição violenta de elites, adquirindo um caráter puramente destrutivo. Entretanto, a Revolução de 1930 representou uma ruptura autêntica e construtiva, fundamentada em forças sociais. Por esse motivo a revolução de 1930 constituía um acontecimento único na história do país, se diferenciando das experiências de 1822 e 1889, em que as forças renovadoras visavam a destruição das forças ultrapassadas e que não trazia em si uma proposta construtiva/revolucionária.³⁵²

A campanha presidencial de 1929 ocorreu em meio às suspeitas de fraudes e manipulações ainda mais intensas do que as de costume. O pleito ocorreu sob o símbolo de rivalidades regionais, rompendo a tradição de alternância entre as elites estaduais e colocando São Paulo em oposição direta a Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Diante da candidatura oficial de Júlio Prestes, apoiada pelo então presidente Washington Luís, se consolidou a Aliança Liberal, que lançou a chapa composta por Getúlio Vargas e João Pessoa. Antecipando o resultado desfavorável nas urnas, a coalizão dos opositores já articulava a possibilidade de um golpe.³⁵³

O jornal *O Estado de S. Paulo*, estava atento às movimentações da Aliança Liberal e no dia 01 de fevereiro de 1930 publicou uma reportagem intitulada “O homem sem palavra”³⁵⁴ reportando que Vargas não havia desmentido o editorial publicado em 01 de fevereiro de 1930, quando faltavam exatamente 28 dias para o pleito.

Quando o sr. Getulio Vargas ainda se achava no Rio, nós publicámos que, na entrevista havida entre o candidato da Aliança e o chefe da Nação, aquelle assegurará a este que, eleito o sr. Julio Prestes, reconhecerá a sua victoria e tudo ficaria como dantes... O sr. Getulio Vargas não desmentiu. Não desmentiu porque era verdadeiro o facto, e porque, então, elle não tinha

³⁴⁹GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus*: revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 2. 2018. p. 257.

³⁵⁰NETO, Flavio Benigno de Barros Freire. **Os intelectuais autoritários e o conceito de democracia na década de 1930 e 1940**. (Tese mestrado em História). Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2020. p. 67.

³⁵¹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.191.

³⁵² Idem.

³⁵³ SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Trad: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.153.

³⁵⁴ O homem sem palavra. *O Estado de S. Paulo*, 01 fev 1930. p.9. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300201-18460-nac-0009-999-9-not/busca/GETULIO+VARGAS+Getulio+Vargas>. Acesso em: 20 jan 2026.

necessidade de negal-o. Mas de lá para cá, as coisas mudaram. O sr. Getulio, passeado e exibido, como um animal exótico, em São Paulo, trabalhando diariamente pelos “liberaes”, acabou acreditando no que lhe diziam. Isto é, que a sua victoria era um facto. Agora, um jornal carioca repetiu o que dissemos, naquelle tempo, accrescentando, como pormenor novo, que essa entrevista se realisou, secretamente, no Palacio Guanabara.³⁵⁵

E continua:

Pudera, não! O sr. Getulio, agora, tem todo interesse em desmentir aquelle facto, preparando-se, outra vez, para faltar a este novo compromisso, assumido, de espontanea vontade, sem solicitação de ninguém, com o sr. Washington Luis. A palavra, para elle, não tem valor algum. A verdade não lhe merece a minima consideração. Por isso, mente e desmente, com a maior simplicidade. [...]³⁵⁶

Ao rotular Getúlio Vargas como um líder de caráter volúvel e desprovido de compromisso com a verdade, o jornal não apenas exercia seu papel de opositor à Aliança Liberal, como também buscava ativamente deslegitimar a candidatura de Getúlio perante a opinião pública, tentando de fato, pintar Getúlio como um perdedor por antecipação. Essa estratégia discursiva de reduzir o oponente a uma figura inconfiável e externa à honra da elite política é um recurso utilizado em momentos de iminente ruptura, funcionando como uma vacina retórica contra a mudança que a Aliança Liberal representava naquele momento. Isso se caracteriza com o poder simbólico que é segundo Pierre Bourdieu um poder de construção da realidade que tenta estabelecer uma ordem,³⁵⁷ isto é, a capacidade de construir e impor uma visão de mundo legítima, capaz de instituir uma ordem social específica. As ideologias, são produto coletivo e servem para apresentar interesses particulares,³⁵⁸ ou seja, o jornal atua como uma ferramenta de conformação da realidade, ao rotular o oponente como inconfiável, o periódico não apenas comunica uma opinião, mas tenta estabelecer uma verdade absoluta que interdita a mudança política, preservando o domínio daqueles que detêm o capital simbólico de ditar as normas da conduta pública.

Durante a década de 1930, o periódico exercia uma hegemonia intelectual sobre a imprensa de São Paulo, pautado pela imagem fabricada pelos iluministas.³⁵⁹ Sob essa ótica, os jornalistas apresentavam-se como guias, ou formadores da opinião pública, indicando à sociedade a trajetória necessária para alcançar a harmonia e a felicidade. Essa postura era a herança do ideário das Luzes, que considerava o intelectual como o detentor de uma verdade

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad: Fernando Tomaz. Ed. Bertrand Brasil S.A. 1989. p.9

³⁵⁸ Ibid., p.10.

³⁵⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). **Rev. Bras. de Hist.** S. Paulo. v.12 nº23/24. pp.55-75. set.91/ago.92. p.55.

absoluta, que tinha a vocação de acabar com a mentira e o equívoco do debate político nacional.³⁶⁰ O redator Júlio de Mesquita, encarnava essa autoridade moral, sendo ele e outros jornalistas frequentemente apresentados como “seres irrepreensíveis”, figuras que a conduta e discernimento estariam acima de qualquer contestação.³⁶¹

No dia 01 de março de 1930, antes mesmo dos resultados das apurações Getúlio Vargas escreveu um manifesto ao povo brasileiro que foi publicado pelo *O Estado de S. Paulo* onde dizia:

[...] É indispensavel que cada eleitor porfie em depositar a sua cedula nas urnas, sobrepondo-se a qualquer violencia, desmascarando a fraude, velando pela verdade do pleito, afim de que possamos fazer valer, no reconhecimento, em sua plenitude, os nossos direitos.[...] A cruzada patriotica que tão profundamente interessou o paiz todo, deve ter o seu desfecho natural dentro da ordem e da lei. Contra as expectativas de desalento que a fraude, o suborno, a compressão e a violencia possam ter inoculado como virus dissolvente da consciencia nacional, durante 40 annos de Republica, eu não hesito en reafirmar a nossa certeza de vencer.³⁶²

O que Getúlio Vargas tenta fazer nessa publicação é convencer o [e]leitor que ele está à frente nas eleições presidenciais, para a análise do discurso a linguagem não é transparente, ela tem sua própria ordem.³⁶³ Patrick Charaudeau, diz que todo ato de linguagem é uma ação sobre o outro, com a finalidade comunicacional do objetivo de ação, que consiste em colocar o outro em uma posição de obrigação, em uma relação de submissão daquele que fala, o poder político verdadeiro não pode ser baseado no medo ou na violência, pois ele deve nascer da vontade do povo e ser concedido por ele.³⁶⁴ O jornal funciona como uma espécie de praça pública impressa, onde as pessoas trocam ideias e formam a opinião pública. No entanto, esse espaço não é neutro, nele ocorre uma verdadeira batalha de palavras. Diversas estratégias são usadas para convencer o leitor, como a manipulação de informações, a tentativa de converter as pessoas a uma ideia ou até o uso de promessas e ameaças. O objetivo dessa disputa é sempre o mesmo, conseguir que uma determinada opinião prevaleça sobre as outras e seja aceita como a verdade.³⁶⁵

³⁶⁰ Ibid.p.56.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Um manifesto do presidente Getulio Vargas ao povo brasileiro. **O Estado de S. Paulo**, 01 mar 1930. ANNO: LVI, N: 18.484. p.5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300301-18484-nac-0005-999-5-not/busca/GETULIO+VARGAS>. Acesso em: 20 jan 2026.

³⁶³ ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11ª Edição, Campinas, SP. Pontes Editores, 2013. p.20.

³⁶⁴ CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. **Análise Do Discurso**: Gêneros, Comunicação E Sociedade. p. 256.

³⁶⁵ CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. **Análise Do Discurso**: Gêneros, Comunicação E Sociedade. p.257.

Além disso, todo discurso mobiliza paixões segundo Pierre Ansart.³⁶⁶ É exatamente essa a estratégia de Getúlio, aderir o discurso (mesmo se perder) a toda escala das emoções políticas, desde o amor até o ódio, isso faz se caso eleito, seja aceito e caso perca a disputa possa dar o golpe usando o discurso de fraudes eleitorais.³⁶⁷

No dia 20 de março de 1930, *o Estado de S. Paulo* publicava a matéria “As declarações do sr. Borges de Medeiros a respeito da situação política”³⁶⁸ que declarava Júlio Prestes vencedor com mais de um milhão de votos. Júlio Prestes venceu com 1.091.709 votos contra 724.794 de Getúlio Vargas, em São Paulo a quantidade de votos foi expressiva 350 mil contra 30 mil.³⁶⁹ O noticiário estava atento às eleições e publicou o resultado das urnas em várias localidades da capital e de São Paulo.³⁷⁰ A Aliança Liberal durante a campanha já desconfiava da contagem de votos e já teria considerado um golpe contra Júlio Prestes quando este fosse declarado vencedor, o que aconteceu. Muitos na oposição declararam o resultado fraudulento.³⁷¹

As fraudes eleitorais eram na maioria das vezes impossíveis de serem provadas, Getúlio Vargas reconheceu a vitória de Prestes e reassumiu o governo do Rio Grande do Sul,³⁷² mas mudou de ideia quando João Pessoa, seu companheiro de chapa, foi assassinado a queima-roupa com três tiros em Recife, por motivos alheios à política. A Aliança Liberal não poderia achar melhor pretexto para acusar o Catete de instigar a rebelião.³⁷³ Em 3 de outubro teve início a revolta civil e militar de 1930 e fizeram primeiramente o ataque ao governo federal, Washington Luís se recusava a renunciar, o cardeal D. Sebastião Leme convenceu o então presidente a deixar o cargo e assim Washington seguiu para exílio.³⁷⁴ Os comandantes do Exército e da Marinha do Rio compuseram a junta governante que entregou o poder a

³⁶⁶ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Trad: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019.

³⁶⁷ Não muito diferente dos tempos mais recentes da política brasileira, como é o caso de Jair Bolsonaro no dia 08 de janeiro de 2023, que discursava para mobilizar as paixões. Cf. SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política**: a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023.

³⁶⁸ As declarações do sr. Borges de Medeiros a respeito da situação política. **O Estado de S. Paulo**, 20 mar 1930. ANNO: LVI, N:18.499. p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300320-18499-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 20 jan 2026.

³⁶⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.355.

³⁷⁰ A sucessão presidencial e a renovação do Congresso Nacional. **O Estado de S. Paulo**, ANNO: LVI, N:18.485. p.4, 2 mar 1930. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300302-18485-nac-0004-999-4-not/busca/Getulio+Vargas>. Acesso em: 20 jan 2026.

³⁷¹ SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Trad: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.154.

³⁷² SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.355.

³⁷³ Ibid., p. 358.

³⁷⁴ SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Trad: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.154.

Getúlio Vargas³⁷⁵, concluindo a etapa da Primeira República por meio de uma ruptura que substituiu o rito eleitoral pela força das armas. Esse desfecho evidenciou que o regime carecia de uma base democrática sólida, consolidando uma transição de poder decidida nas cúpulas militares e políticas. A revolução de 1930 é consolidada na memória histórica como o movimento de maior alcance popular da trajetória republicana no Brasil. Segundo Carlos Alberto Vesentini, a revolução de 30 teve a capacidade de promover uma convergência entre forças sociais tradicionalmente divergentes, o que conferiu ao processo um selo de legitimidade nacional e a imagem de uma vontade coletiva unificada.³⁷⁶ Ao integrar as massas na narrativa política, o movimento deixou de ser visto apenas como uma disputa entre elites regionais para ser apresentado como uma reação histórica necessária, capaz de superar as estruturas oligárquicas por meio de uma ampla mobilização que buscava efetivar os ideais da República.³⁷⁷

É fundamental considerar que o intervalo entre a ruptura de 1930 e a instituição do Estado Novo em 1937 não se deu de forma linear ou sob um planejamento prévio das cúpulas governamentais. Pelo contrário, esse período foi marcado por uma experimentação política constante, onde o regime se viu obrigado a negociar com forças heterogêneas e a reagir a crises que ameaçavam a própria permanência de Getúlio Vargas no poder. Além disso, a consolidação de um projeto autoritário, não surgiu como uma meta estabelecida, mas foi sendo moldada gradualmente pelas circunstâncias e foi se alimentando das fragilidades do sistema e das intensas disputas entre diferentes setores da sociedade brasileira que buscavam definir os rumos da modernização nacional.

O período varguista, especialmente durante 1937, se caracterizou pela consolidação de um projeto autoritário e centralizador que justificava a suspensão da democracia liberal em favor de um Estado forte para uma modernização nacional.³⁷⁸ Amparado por intelectuais como Azevedo Amaral, o regime ressignificou o conceito de revolução como uma força eminentemente e necessária para sanar a ineficácia das estruturas políticas anteriores, utilizando o temor de ameaças ideológicas, como o comunismo, para legitimar o cerceamento de direitos civis e o fortalecimento do aparato repressivo. Ao mesmo tempo que implementou avanços sociais tutelados pelo Estado e buscava a integração econômica do país, o governo Vargas estabelecia um controle onipresente sobre a mídia e a sociedade, silenciando oposições

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato**: Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec; História Social USP, 1997, p. 101.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Trad: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.161-162.

e tratando a política como uma experiência de mobilização controlada sob a liderança de um Executivo extraordinário.³⁷⁹

3.2 - O medo como arma: anticomunismo, golpes e rupturas institucionais (1945–1985)

O ano de 1945 era promissor para a democracia brasileira, no início do ano, a ditadura do Estado Novo entrou em crise e foi quando o país começou a vivenciar um processo de transição democrática. Isso porque no Palácio do Catete, o grupo que apoiava Getúlio estava dividido, tinha perdido suas bases de sustentação política e o que restava era controlar o processo de democratização. Agora a imprensa era livre novamente e com isso voltaram as publicações contra o presidente.³⁸⁰ O jornal *O Estado de S. Paulo*, havia se mantido no período de intervenção até 06 de dezembro do mesmo ano, no acervo online do periódico consta um *link* com os dizeres: “período de intervenção” e a nota explicativa:

Período de intervenção: De 25 de março de 1940 a 6 de dezembro de 1945, o jornal foi tomado de seus proprietários pela Ditadura Vargas e por isso o Estadão não reconhece o conteúdo produzido nesse período como de sua autoria. Apesar disso, essas edições estão sendo compartilhadas como documento histórico.³⁸¹

Figura 9: Intervenção O Estado de S. Paulo (1945)



³⁷⁹ Ibid., p. 162-166.

³⁸⁰ FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. Jorge Ferreira; coordenação Maria Helena Capelato; Maria Ligia Prado. São Paulo: Atual, 2006. p.13.

³⁸¹ Acervo *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19450605-23219-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 20 jan 2026.

Isso porque em março de 1940 o jornal *O Estado de S. Paulo* foi invadido pela polícia e o jornal permaneceu sob intervenção do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)³⁸³ até o final do Estado Novo.³⁸⁴ A família Mesquita, proprietária do veículo, foi afastada e a redação passou a ser gerida por nomes indicados pelo regime. Ao declarar que não reconhece o conteúdo produzido nesse período como de sua autoria, o jornal pretende preservar sua identidade histórica. O jornal busca se desvincular das opiniões, reportagens, porque elas não representariam o pensamento de seus editores legítimos, mas sim as imposições do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP.

Mesmo com a atuação do DIP e talvez por isso mesmo, em abril de 1945 surgiu o queremismo com frases “queremos Getúlio”, “nós queremos” esse movimento era da base popular e o único ideário era a permanência de Getúlio no poder.³⁸⁵ As forças políticas de oposição lançaram a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, comandante da Força Aérea Brasileira, à presidência da República. Sem saída diante da pressão pela abertura política, Getúlio Vargas declarou que não seria candidato e anunciou seu apoio à candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra.³⁸⁶ Entre o brigadeiro e o general, a república continuava tão militar como começou. As Eleições ocorreram em 2 de dezembro de 1945, Eurico Gaspar Dutra venceu com 55,39% dos votos enquanto Eduardo Gomes conseguiu apenas 35,75%.³⁸⁷ Com Dutra na presidência foi promulgada uma nova Constituição que sustentou a democracia, implantada pela primeira vez no Brasil.³⁸⁸ A Constituição de 1946, garantiria eleições diretas nas esferas da União, estados e municípios e

³⁸²Acervo *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19450605-23219-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 20 jan 2026.

³⁸³ Órgão governamental criado pelo Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, durante a vigência do Estado Novo, com o objetivo de difundir a ideologia estado-novista e promover pessoal e politicamente o chefe do governo, bem como as realizações governamentais. Constituiu-se, desta forma, no porta-voz oficial do regime. Foi extinto em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei nº 7.582, que criou o Departamento Nacional de Informações (DNI). (Cf. Departamento De Imprensa E Propaganda (DIP), Verbete. **CPDOC**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em: 20 jan 2026.

³⁸⁴Departamento De Imprensa E Propaganda (DIP), Verbete. **CPDOC**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em: 20 jan 2026.

³⁸⁵ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil: (1945-1964)**. Jorge Ferreira; coordenação Maria Helena Capelato; Maria Ligia Prado. São Paulo: Atual, 2006. p. 15

³⁸⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.386.

³⁸⁷ Op.cit. p.21-22.

³⁸⁸ Idem.

garantia a liberdade da imprensa e opinião, além disso ampliava a democracia aderindo como eleitores, mais de um quarto da população com idade a partir de 18 anos.³⁸⁹

A relevância da Carta de 1946 é confirmada pela análise da presença do termo democracia em relação aos textos anteriores. Na Constituição de 1891, a palavra figurava apenas em sua abertura: “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte.”³⁹⁰ A Carta de 1934, o termo aparece apenas uma vez no preâmbulo: “Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte.”³⁹¹ A presença da palavra democracia na Carta de 1946 marca um contraste nítido com os textos anteriores, a da Constituição de 1937 notamos a ausência total da palavra democracia, refletindo o caráter autoritário do Estado Novo. Na Constituição de 1946, o termo democracia aparece em duas ocasiões fundamentais. A primeira ocorre no preâmbulo: “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil.”³⁹² A segunda menção encontra-se no Capítulo II, Art. 141, que estabelece limites para a organização partidária: “§ 13 - É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer Partido Político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.”³⁹³ A trajetória do termo após 1946 revela as tensões políticas do período militar. Na Constituição de 1967, embora o caráter do regime fosse autoritário, a palavra democracia não foi suprimida como ocorreu em 1937, mas sim ressignificada, estando presente em quatro situações distintas. O termo aparece inicialmente no Art. 148, sendo utilizado como justificativa para restrições políticas: Art. 148 - “A lei complementar poderá estabelecer outros casos de inelegibilidade visando à preservação: I - do

³⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.396.

³⁹⁰ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Presidência da República. **Casa civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 11 abr 2026.

³⁹¹ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (16 de julho de 1934). Presidência da República. **Casa civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 11 abr 2026.

³⁹² Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946). Presidência da República. **Casa civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 abr 2026.

³⁹³ Idem.

regime democrático.”³⁹⁴ No Capítulo III, Art. 149, a palavra surge para definir as diretrizes das agremiações políticas: Art 149 - “A organização, o funcionamento e a extinção dos Partidos Políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios: I - regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.”³⁹⁵ Além disso, o Art. 166, em seu § 2º, utiliza o conceito de democracia associando-o ao controle dos meios de comunicação e à segurança nacional: § 2º - “Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiodifusão, no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção.”³⁹⁶ Diferente da Carta de 1946, onde o termo visava a expansão de direitos, no texto de 1967 a palavra democracia é frequentemente mobilizada para legitimar o controle estatal, a preservação da ordem e o combate ao que o regime definia como subversão. O rompimento definitivo com o uso restritivo do termo ocorre na Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã. Nela, observa-se uma verdadeira explosão terminológica: a palavra democracia e suas derivações aparecem em 19 ocasiões ao longo do texto. Diferente de todas as experiências anteriores, a democracia deixa de ser uma menção periférica ou um mecanismo de exclusão para se tornar o pilar central da República, definida já em seu Artigo 1º: “Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito...”³⁹⁷ Nesta Carta, o conceito assume um caráter polifônico e transversal, ramificando-se para além da estrutura política eleitoral. A democracia passa a ser exigida na gestão de áreas fundamentais, como na “gestão democrática do ensino público”³⁹⁸ no Art. 206, VI e no “caráter democrático e descentralizado da administração”³⁹⁹ da seguridade social no Art. 194, parágrafo único, VII. Assim, a onipresença da palavra na redação de 1988 ratifica um novo projeto de sociedade, no qual a democracia não é apenas um regime de governo citado em preâmbulos, mas um princípio operativo que deve reger a participação popular, o acesso à cultura e a garantia dos direitos fundamentais, consolidando-se como um valor jurídico supremo e inegociável.

³⁹⁴ Constituição da República Federativa do Brasil 1967. Presidência da República. **Casa civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 10 abr 2026.

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 abr 2026.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Idem.

Retornando ao contexto imediato da promulgação de 1946, a recepção desse novo momento democrático não foi isenta de críticas pela imprensa da época. O jornal *O Estado de S. Paulo* voltou a manifestar suas opiniões editoriais sobre o governo apenas em 22 de janeiro de 1946. Na matéria intitulada “A campanha contra as forças armadas”⁴⁰⁰, o periódico analisou o que classificava como uma falsa interpretação das eleições de dezembro, expondo o conflito entre o ex-ditador e os militares.

É perfeitamente explicável o ódio do sr. Getúlio Vargas e dos seus amigos às forças armadas, e de um modo muito especial ao Exército. Os fatos já demonstraram fartamente que seria impossível destruir a ditadura e sua profunda organização fascista, sem a intervenção do elemento militar. Por isso mesmo o sr. Getúlio Vargas sempre se dirigiu aos “queremistas” fazendo referências sibilinas a “forças reacionárias ocultas”, que não lhe permitiam falar francamente. Isto é: não lhe permitiam continuar na obra da mistificação do povo já suficientemente intoxicado e iludido por oito anos de mentiras, violências e corrupção. [...] ⁴⁰¹

Para o editorial de *O Estado de S. Paulo*, a fala de Vargas não passava de uma estratégia para ocultar a realidade de um governo marcado por oito anos de censura e corrupção. Ao utilizar termos fortes como “intoxicação” e “mistificação”, o jornal defendia que o apoio das massas ao regime não era um processo natural, mas sim o resultado do controle rigoroso sobre a informação exercido pelo DIP. Essa retórica das “referências sibilinas”, denunciada pelo periódico como uma tática para inflamar os queremistas, revela-se como o embrião de um modelo comunicativo que acompanharia Getúlio até seu ato final. Ao apontar que as forças reacionárias ocultas eram, na visão da oposição liberal, o próprio Exército que impunha limites ao seu poder, o jornal antecipava a estrutura narrativa que ganharia contornos trágicos na Carta-Testamento de 1954. Como observa Thomas Skidmore, a denúncia de uma campanha subterrânea dos grupos internacionais aliados aos nacionais foi o apelo nacionalista mais vigoroso já feito por Vargas, transformando o inimigo invisível em um bloqueio sistêmico ao seu projeto de proteção ao trabalho. ⁴⁰²

Essa postura crítica do jornal em 1946 não foi um fato isolado, mas sim o início de uma vigilância constante contra a figura de Vargas, que retornaria ao cenário político pouco tempo depois por meio do voto direto. No fundo, a tensão entre o projeto popular varguista e a oposição liberal e militar não era apenas uma disputa por cargos, mas um conflito sobre quem

⁴⁰⁰ OLIVEIRA, Rafael Corrêa. A campanha contra as forças armadas. *O Estado de S. Paulo*, 22 jan 1946. Ano: LXVII, N:21.687. p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19460122-21687-nac-0003-999-3-not/busca/Getulio>. Acesso em: 20 jan 2026.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.180.

detinha a legitimidade para definir a democracia.⁴⁰³ Diante disso, restam os questionamentos fundamentais: afinal de contas, quem tinha medo da democracia? Quais as condições para sua existência? E de qual democracia se tinha medo? Essas ditas forças ocultas eram apenas uma criação discursiva ou a própria materialização de uma elite que via na organização das massas um perigo à ordem estabelecida?

A resposta aponta para as elites da época, uma vez que o medo da democracia opera como um mecanismo de preservação de hierarquias. Segundo Jacques Rancière, em sua obra “O ódio à democracia”⁴⁰⁴, esse regime não é apenas um modelo de governo, mas o escândalo de um poder exercido por quem não possui títulos específicos, como riqueza, nascimento ou saber, para mandar. Assim, o medo da democracia revela-se como o temor da contingência e da ausência de uma hierarquia rígida.⁴⁰⁵ Esse receio se manifesta na tentativa de converter a política em uma gestão puramente técnica e moral, esvaziando o seu potencial conflitivo. O medo, que segundo Zygmunt Bauman é o demônio mais sinistro de nosso tempo, compartilha com o ódio uma mesma gênese, operando em uma simbiose onde ambos nascem e se alimentam mutuamente. Para o autor, o medo demanda a invenção ou construção de objetos específicos sobre os quais o ódio possa ser descarregado, inversamente, o ódio necessita da natureza ameaçadora desses objetos para justificar sua existência.⁴⁰⁶ No contexto brasileiro, esse entrelaçamento é instrumentalizado pelas elites como um dispositivo de controle, ativado sempre que a soberania popular coloca em risco privilégios estabelecidos. Esse mecanismo opera através da estigmatização das classes populares, rotuladas como “populistas” ou “perigosas”, e da demonização do Estado por meio de um discurso seletivo de combate à corrupção.⁴⁰⁷ Apoiada por uma esfera pública mediada pela grande imprensa e legitimada por setores acadêmicos, essa retórica busca capturar a classe média moralista para conferir uma aparência de legalidade a rupturas institucionais. Assim, o medo da ascensão das massas e da inclusão social justifica o uso de táticas de difamação e manipulação jurídica para neutralizar a regra democrática e preservar o mandonismo das elites.⁴⁰⁸

⁴⁰³ D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. p.37.

⁴⁰⁴ RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad: Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁴⁰⁵ Ibid., p.63.

⁴⁰⁶ PACI, Francisco. “O medo e o ódio têm a mesma origem.” Entrevista com Zygmunt Bauman. **Instituto Humanitas Unisinos**. 12 jul 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/557602-go-medo-e-o-odio-tem-a-mesma-origemq-entrevista-com-zygmunt-bauman>. Acesso em: 15 abr 2026.

⁴⁰⁷ SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. p.141-142.

⁴⁰⁸ Ibid., p.145

A existência da democracia necessita de mais que meros ritos eleitorais, depende da esfera pública que não seja capturada por interesses privados e uma base social incluída nos processos de decisões. Para que a democracia exista é necessário que a população seja reconhecida como atores políticos legítimos. O medo que as elites manifestam não parece ser de democracia enquanto sistema, mas da possibilidade da ascensão das massas e a redistribuição de poder, o que poderia ferir o privatismo das elites. Esse sentimento opera como um mecanismo de defesa que, ao se sentir ameaçado pela soberania popular, ativa discursos de ordem e moralidade para deslegitimar a vontade do povo. Em última instância, o medo recai sobre a democracia que deixa de ser um arranjo controlado para se tornar um instrumento de transformação social.

A concretização desse medo e a ativação dos dispositivos de estigmatização são evidentes desde o primeiro governo “democrático” no Brasil e podemos observar com mais clareza esse fenômeno nos governos subsequentes. Após o governo de Getúlio Vargas, eleito democraticamente em 1950, e seu posterior suicídio em 24 de agosto de 1954, o Brasil mergulhou em outra profunda crise política.⁴⁰⁹ Já em 1955, o país se deparou com novas tentativas de golpe que visavam impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek e de seu vice, João Goulart.

A candidatura de João Goulart, por ser considerado um comunista, causava arrepios na União Democrática Nacional (UDN), estes anticomunistas, e colocou para concorrer o general Juarez Távora, uma das lideranças que romperam com Vargas.⁴¹⁰ As eleições foram apertadas, Juscelino com 36% dos votos, contra 30% de Juarez, 26% de Ademar de Barros e 8% de Plínio Salgado, líder dos antigos integralistas. A eleição para vice-presidência ocorria de forma independente e João Goulart venceu com mais votos do que Juscelino com 39,5% dos votos.⁴¹¹ Portanto, a UDN abrigava em sua legenda adeptos da intervenção militar, a exemplo de Carlos Lacerda.⁴¹² O político deflagrou uma campanha para impugnar a posse dos eleitos e impor ao país, com o apoio das Forças Armadas, um governo de emergência, preferencialmente de base parlamentarista, capaz de “reformular a democracia para livrar o Brasil de bandidos políticos”.⁴¹³ O principal entrave aos planos golpistas era o General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra, do qual a liderança impedia o

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 412.

⁴¹¹ Ibid., p. 413.

⁴¹² CARLONI, Karla G. O 11 de Novembro de 1955. **Militares e Política**, n.º 5 (jul.-dez. 2009), pp. 102-119. p.107.

⁴¹³ Idem.

avanço de conspirações no Exército. Carlos Luz, ao assumir a presidência devido à enfermidade de Café Filho, se alinhou aos setores que contestavam a eleição de Juscelino Kubitschek. Confiante de que poderia remover Lott sem resistência, Luz chamou o militar ao Catete logo após a posse. Deixou-o aguardando por duas horas antes de desautorizar uma ordem ministerial, em uma estratégia deliberada para provocar o seu pedido de demissão.⁴¹⁴

O Estado de S. Paulo, da família Mesquita, se posicionou como um crítico implacável de Getúlio Vargas, especialmente devido à intervenção que o periódico sofreu no Estado Novo. Alinhado aos interesses da UDN, o veículo de comunicação atacou sistematicamente a legalidade da candidatura, o resultado das urnas e o direito à posse dos eleitos em 1955.⁴¹⁵ Em 28 de setembro de 1955, o jornal publicava na coluna “notas e informações” a nota “O nosso conselho”⁴¹⁶ em que se classifica como jornal de oposição.

[...]Jornal de oposição, isto é, jornal que não se enfeuda nem se enfeudou nunca a grupos, partidos, ou governos – a independência de que legitimamente nos orgulhamos dá-nos força moral, neste momento delicado da vida nacional, para aconselhar a quem nos lê a quem perfilhe como sua a causa de moralização, de ordem e de respeito encabeçada pela UDN.⁴¹⁷

Essa postura editorial está fixada na visão de que jornais e jornalistas se destacavam do emaranhado de interesses da política, agindo, de uma perspectiva, senão neutra, pelo menos superior e desinteressada.⁴¹⁸ Ao reivindicar essa posição moral, esquecendo-se, por exemplo, de sua atuação na campanha republicana entre 1873 e 1889, período em que não apenas noticiava, mas articulava ativamente o projeto político das elites cafeeiras, o jornal *O Estado de S. Paulo* utiliza o argumento de que não se enfeuda a grupos para validar seu apoio à UDN, como uma missão ética, e não meramente partidária. Dessa forma, a independência proclamada pelo periódico funciona como um capital simbólico, ela permite que o jornal apresente o ato de “perfilhar” a causa udenista como um dever de salvação nacional, transformando o que seria um conflito de interesses em uma luta desinteressada pela moralização da República contra o legado varguista. No dia 01 de novembro do mesmo ano,

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ BIROLI, Flávia. Jornalismo, Democracia e Golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 87-99, jun. 2004. p. 89.

⁴¹⁶ O nosso conselho. **O Estado de S. Paulo**, 28 set 1955. ANNO: LXXVI, N:24.662. p.8. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19550928-24662-nac-0003-999-3-not/busca/conselho>. Acesso em: 20 jan 2026.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ BIROLI, Flávia. Jornalismo, Democracia e Golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 87-99, jun. 2004. p.95.

publica a notícia “O apoio dos comunistas ao sr. Kubitschek” que são “declarações do sr. Luís Carlos Prestes”.⁴¹⁹

Ressalta o líder comunista a importância do apoio de seus camaradas ao sr. Juscelino Kubitschek e lamenta o recente golpe de Estado na Argentina, que tirou Peron do poder e que atribui “à agressividade dos monopólios norte-americanos”. Cobrando o apoio à chapa “J.J” diz o sr. Prestes que sabem os comunistas como vencer todos os obstáculos que se opuserem à sua frente na liderança das classes operárias e rurais, na defesa da Constituição, na posse dos eleitos e da legalidade do Partido Comunista.⁴²⁰

O apoio de Prestes à chapa “J.J”, ou seja, Juscelino e Jango, demonstra a instrumentalização do anticomunismo como ferramenta eleitoral. Ao dar visibilidade para essa notícia, o jornal tenta fazer uma ligação direta entre o novo governo e os comunistas o que, segundo sua avaliação, seria perigoso para o país. Diante da expansão da zona de influência da União Soviética, os Estados Unidos assumiram a liderança global da contenção anticomunista, posicionando-se como o eixo coordenador da ofensiva contra o avanço das ideologias de esquerda.⁴²¹ Essa postura não se limitava a uma convicção doutrinária, mas fundamentava-se em uma convergência de interesses econômicos e imperativos geoestratégicos. Na Guerra Fria, a defesa do que se convencionou chamar de mundo livre exigiu a aglutinação de diversas nações sob a égide de Washington, muitas vezes de forma impositiva.⁴²² Esse esforço resultou em uma escala internacional de anticomunismo, na qual o Estado norte-americano mobilizou seu capital e influência para sustentar grupos aliados, fornecendo o suporte logístico, político e ideológico necessário para o enfrentamento sistemático do adversário comum. Por isso, seria necessário impedir a posse para proteger o país dessa ameaça.⁴²³ O comunismo era retratado como uma força maligna associada à dor, à transgressão moral e à destruição. E se acreditava que o avanço comunista causaria desgraças como a miséria e a escravidão, além de ferir os valores cristãos ao apoiar temas como o aborto e o divórcio. Além disso, a imagem dos revolucionários era ligada à violência extrema, sendo eles acusados de promover execuções em massa e conflitos armados.⁴²⁴

Na edição de 02 de novembro, o jornal retomava o debate sobre o processo eleitoral com a notícia intitulada “Os dissidentes pessedistas do Rio Grande do Sul favoráveis à tese da

⁴¹⁹ O apoio dos comunistas ao sr. Kubitschek. **O Estado de S. Paulo**, 01 nov 1955. ANNO:LXXVI, N:24.691. p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551101-24691-nac-0004-999-4-not/busca/Kubitschek>. Acesso em: 24 jan 2026.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2000. p. 6.

⁴²² Idem.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Ibid., p.72.

UDN de anulação do pleito”.⁴²⁵ O texto descreve como as eleições de 03 de outubro se transformaram em uma intensa disputa jurídica. O periódico destacava que setores do próprio PSD gaúcho apoiavam a tentativa da UDN de invalidar o resultado na justiça eleitoral. O jornal também apontava que Juscelino Kubitschek ignorava as contestações, agindo como se tivesse obtido uma vitória incontestável, conforme descreve o trecho a seguir:

Enquanto as forças políticas lideradas pela UDN se apresentam para a luta perante a Justiça Eleitoral, a fim de impugnar os resultados do pleito de 3 de outubro, o sr Juscelino Kubitschek e seus partidários agem no pressuposto de que obtiveram uma vitória líquida e certa. O candidato pessedista vai realizar uma série de visitas aos Estados, para “agradecer as votações obtidas”. E hoje se realizou uma reunião de líderes juscelinista e técnicos em assuntos econômicos, financeiros e administrativos, no Hotel Quitandinha, sob a presidência do sr. Lucas Lopes, para “planificar o programa de governo”. O suposto presidente eleito esteve presente.[...] ⁴²⁶

Observamos que o editorial utiliza o termo “suposto presidente eleito” para desautorizar o resultado das urnas e sustentar a tese udenista de que a vitória de Juscelino Kubitschek era juridicamente nula por não ter alcançado a maioria absoluta dos votos. Ao contrastar a postura de Juscelino, que já agia como chefe de Estado ao planejar seu governo no Hotel Quitandinha, com as manobras de impugnação na Justiça Eleitoral, o jornal tenta pintar o candidato como um líder isolado que atropelava o rito legal e ignorava a suposta falta de consenso dentro do próprio (PSD). Essa estratégia discursiva buscava esvaziar a legitimidade política de Juscelino Kubitschek, apresentando seus preparativos administrativos como uma afronta às instituições e preparando o terreno para justificar uma intervenção que impedisse sua posse sob o argumento de defesa da moralidade e da legalidade.

No dia 11 de novembro de 1955, a cobertura jornalística consolidou a união entre a contestação jurídica do resultado eleitoral e o discurso anticomunista. Na matéria intitulada “Contesta a UDN a validade do pleito nos Estados do Rio e Espírito Santo”⁴²⁷, o jornal expõe os fundamentos utilizados pela oposição para tentar invalidar a vitória da chapa Juscelino-Jango nas cortes eleitorais:

[...] Nos dois primeiros recursos contesta o recorrente a validade das eleições sob a alegação de que o Partido Comunista agremiação política ilegal e subversiva, participou da campanha eleitoral, apoiando ostensivamente as candidaturas Juscelino Kubitschek e João Goulart e sustenta ainda que esses

⁴²⁵ Os dissidentes pessedistas do Rio Grande do Sul favoráveis à tese da UDN de anulação do pleito. **O Estado de S. Paulo**, 02 nov 1955. ANNO: LXXVI, N:24.692. p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551102-24692-nac-0003-999-3-not/busca/Juscelino+Kubitschek>. Acesso em: 23 jan 2026.

⁴²⁶ Idem.

⁴²⁷ Contesta a UDN a validade do pleito nos Estados do Rio e Espírito Santo. **O Estado de S. Paulo**, 11 nov 1955. ANNO: LXXVI, N:24.699. p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551111-24699-nac-0004-999-4-not/busca/Juscel%C3%ADn%C3%B3+Kubitschek>. Acesso em: 23 jan. 2026.

dois candidatos não podem ser considerados eleitos, uma vez que não obtiveram a maioria dos votos computados no pleito. [...]⁴²⁸

A ofensiva da UDN não se restringia aos tribunais, ela fornecia a base ideológica para uma ruptura definitiva com a ordem constitucional. Nesse cenário jurídico e de movimentações políticas que visavam impedir a posse dos eleitos, o General Lott entendeu que a legalidade democrática dependia de uma resposta imediata. Na madrugada de 11 de novembro, às ordens preventivas que ele havia articulado foram postas em prática. No Rio de Janeiro, as forças ocuparam pontos estratégicos, como o Palácio do Catete e o Arsenal da Marinha, visando neutralizar possíveis focos de resistência golpista. Ao mesmo tempo, unidades em todo o território nacional foram mobilizadas via rádio e telefone, manifestando apoio unânime à operação. A articulação em Minas Gerais ficou a cargo do General Denys, que coordenou o cerco militar sobre o Distrito Federal.⁴²⁹ O contragolpe de Lott foi decisivo para garantir estabilidade política de um governo que começou contestado e transferiu ao Congresso Nacional a resolução da crise institucional. Mesmo com a tentativa de Café Filho de reassumir a Presidência após sua alta hospitalar, o Legislativo manteve o impedimento. Assim, culminando na posse do presidente eleito em 31 de janeiro de 1956.⁴³⁰ A democracia, em sua experiência iniciada em 1945, manteve-se até 1964, quando houve novamente uma crise e o poder foi tomado pelos militares por meio de um golpe.

A chamada normalidade democrática do período 1945-1964 não se referia ao funcionamento autônomo das instituições, mas sim a uma estabilidade garantida pelo arbítrio das Forças Armadas. Essa lógica de excepcionalidade encontra eco, décadas depois, no pensamento de figuras como Jair Bolsonaro, que em 1999 afirmou: “A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo.”⁴³¹ Embora o governo de Juscelino Kubitschek tenha alcançado uma estabilidade incomum, conseguindo tomar posse e transmitir o cargo regularmente, tal cenário não resultou de um amadurecimento institucional espontâneo. A manutenção da ordem no período foi sustentada pela habilidade de conciliação do PSD e pela gestão política de conflitos sociais, como as greves operárias, que foram

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ CARLONI, Karla G. O 11 de Novembro de 1955. **Militares e Política**, n.º 5 (jul.-dez. 2009), pp. 102-119. p.113.

⁴³⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.415.

⁴³¹ Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, 29 out 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 18 jan 2026.

mediadas em vez de reprimidas violentamente.⁴³² Contudo, o sustentáculo real da gestão foi o Marechal Henrique Lott. O fato de Lott ser o grande fiador de Kubitschek revela que a sobrevivência do regime não dependia da força das leis, mas da proteção direta de uma ala do Exército que neutralizou constantes ameaças de golpe. Era uma democracia operando sob tutela: uma paz garantida por armas leais ao governo, e não pela solidez das instituições civis.⁴³³ Essa normalidade era permanentemente testada por levantes, como a Revolta de Aragarças em 1959, que evidenciavam a insatisfação castrense com o sistema político. Essa tensão colocava em xeque a soberania das urnas, pois a classe política vivia sob o dilema de até quando os militares aceitariam o jogo democrático se os resultados não servissem aos seus ideais de ordem.⁴³⁴ No fim, o sucesso administrativo de JK mascarava uma fragilidade institucional profunda, na qual a democracia era meramente tolerada, e não respeitada como um valor absoluto.

O Brasil dos anos 1960, como sabemos, vivenciava o desenvolvimento e o crescimento acelerado industrial das cidades, marcas do governo de Juscelino Kubitschek, serviram de pano de fundo para a disputa.⁴³⁵ Em abril de 1959, a candidatura de Jânio Quadros ganhou corpo com a criação de um movimento popular na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro.⁴³⁶ Jânio Quadros venceu o pleito com a maior votação do país com 5.636.623 votos e João Goulart, mais uma vez eleito vice com 4.547.010 e se tornou o primeiro vice-presidente eleito da chapa adversária do presidente.⁴³⁷ Na véspera das eleições de 1960, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou matéria defendendo abertamente a postura de Jânio Quadros. O texto justificou o estilo popular do candidato como uma estratégia necessária para lidar com o que chamou de falta de educação política do povo brasileiro. Segundo o jornal, essa deficiência era um reflexo direto da ditadura de Getúlio Vargas e dos políticos demagogos que assumiram o poder depois de 1945, deixando os eleitores com deformações psicológicas.

O menos que se pode dizer da campanha do sr. Janio Quadros é que toda ela se desenvolveu em obediência a uma linha harmoniosa e ascendente. Nos seus primeiros contactos com a multidão, não pôde s. exa. fugir aos metodos

⁴³² FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015. p. 39.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Ibid., p.40.

⁴³⁵ OLIVEIRA, Nilo Dias de. O governo de Juscelino Kubitschek e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas 1956-1960. **Antíteses**, v. 4, n. 7, p. 267-289, jan./jun. 2011. p.268.

⁴³⁶ Jânio Quadros. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/janio-quadros>. Acesso em: 25 jan 2026.

⁴³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.431.

que, iniciados pela ditadura e continuados pela chusma de baixos demagogos que se apoderaram da República após o movimento de outubro de 45. Tinham por fim lisonjear a falta de educação cívico-política que o povo brasileiro trouxera do Estado Novo. Diante dessa lamentável realidade, viu-se o sr. Janio Quadros na necessidade de proceder com cautela, levando em consideração as deformações psicológicas que o eleitorado nacional sofrera desde o advento da ditadura até aos dias de hoje.⁴³⁸

O editorial culpa o governo de Getúlio Vargas e os políticos que o seguiram por terem deixado o povo sem educação cívica, o que na visão deles teria criado problemas na mentalidade dos eleitores. Em contrapartida, a teoria política reforça que a promoção da educação cívica é um pilar indispensável para o fortalecimento e a difusão do ideal democrático,⁴³⁹ uma vez que a sobrevivência desses regimes depende diretamente de indivíduos que reúnam o saber técnico, as capacidades práticas e a inclinação ética necessários ao exercício da cidadania.⁴⁴⁰ Entretanto, embora exista um consenso sobre o propósito de desenvolver uma participação informada e eficaz, persiste um debate profundo sobre quais conhecimentos e competências seriam realmente essenciais para que esse ideal se concretize sem se transformar em um instrumento de exclusão ou tutela.

A propósito, a mesma acusação para uma obediência civil anti-democrática vislumbrada em outros momentos políticos, serve frequentemente como justificativa para restringir a participação popular ou validar intervenções na ordem constituída. Por esse motivo, o jornal defende que Jânio precisou usar métodos populares e cautelosos para conversar com a multidão. Essa postura do jornal reflete o apoio de grupos que desejavam uma mudança moral na política brasileira e que acreditavam que o estilo excêntrico de Jânio era o único caminho para vencer os herdeiros do getulismo, também populares. Na mesma página lemos a matéria intitulada “Tranquilo e otimista comando janista aguarda vitória total”⁴⁴¹

A vitória do sr. Janio Quadros por uma diferença que oscila entre 500 mil e 1 milhão de votos, podendo ampliar-se com a notória tendência de parte do eleitorado a acompanhar uma maré do favoritismo, está sendo anunciada por todas as prévias eleitorais elaboradas por organizações idôneas. É essa também a estimativa do comando janista, que encerrou a campanha em clima de tranquilo otimismo.⁴⁴²

⁴³⁸ Notas e Informações. **O Estado de S. Paulo**, 02 out 1960. ANNO: LXXXI N: 26207 .p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19601002-26207-nac-0003-999-3-not/busca/janio%20quadros>. Acesso em: 26 jan 2026.

⁴³⁹ SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto na educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. 19, nº 2, novembro, 2013, p.380-402. p. 398.

⁴⁴⁰ ANDERSON, Lorin W. Educação Cívica, Cidadania, e Democracia. Dossiê Especial. **Educação e os Desafios para a Democracia**. V. 31, N. 103, 19 de setembro 2023. p. 3.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² Idem.

O jornal *O Estado de S. Paulo* construía a narrativa de que a vitória de Jânio era algo inevitável. Na verdade, o comando janista e os veículos de comunicação trabalharam em sintonia para transformar as previsões estatísticas em um fato consumado, legitimando a ascensão de Jânio como um desejo incontornável das massas antes mesmo da abertura das urnas. Nesse cenário, Jânio Quadros focou sua estratégia eleitoral em ataques diretos aos problemas econômicos que atingiam o bolso do brasileiro, como a inflação e o custo de vida elevado. Ele criticava duramente o governo anterior de Juscelino Kubitschek, classificando a construção de Brasília como um desperdício de dinheiro público e chamando o presidente de irresponsável. Essa postura antissistêmica atraiu uma multidão de eleitores que não se sentiam representados pelos partidos tradicionais.⁴⁴³ Consequentemente, o comando janista em 1960 guarda semelhanças profundas com o fenômeno político de 2018, especialmente na construção de uma aura de inevitabilidade em torno de uma candidatura dita anti-sistêmica. Jair Bolsonaro prometia “romper com tudo que o Brasil carregava de ruim.”⁴⁴⁴ e disse: “todos juntos, restabeleceremos os padrões éticos e morais”.⁴⁴⁵ Assim como Jânio Quadros utilizou o símbolo da vassoura para prometer uma limpeza moral e atacou o legado de Juscelino Kubitschek como sinônimo de desperdício e corrupção, a retórica contemporânea mobilizou o ressentimento contra a política tradicional para apresentar um salvador capaz de romper com o sistema.⁴⁴⁶ Em ambos os casos, a mídia e as redes de comunicação atuaram como câmaras de eco que transformaram tendências estatísticas em um destino manifesto das massas, silenciando o debate institucional em favor de um messianismo político.

O início de 1961 foi marcado por um aumento na tensão anticomunista, alimentada pela expansão dos movimentos de esquerda tanto no Brasil quanto no exterior. Esse cenário colocou os setores conservadores diante de novos e complexos obstáculos políticos. Logo após assumir o poder, entretanto, Jânio Quadros implementou a Política Externa Independente (PEI), que buscava aproximar o Brasil de países que não seguiam as diretrizes dos Estados Unidos. Essa nova postura foi um choque para seus apoiadores, que esperavam uma gestão

⁴⁴³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. Editora Brasiliense, 1981. [versão online]. p.12

⁴⁴⁴ PINHO, José Antônio G. de. Bolsonaro ficou sem discurso. **O Estado de S. Paulo**, 18 nov 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/bolsonaro-ficou-sem-discurso/?srsltid=AfmBOoqgza8uGO6moy5LS19pw34GoyCV5gy111OEIAWRukSUd9SV57Uk>. Acesso em: 15 abr 2026.

⁴⁴⁵ Após receber faixa, Bolsonaro defende fim de corrupção e de vantagens. **Agência Brasil**, 01 jan 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/apos-receber-faixa-bolsonaro-defende-fim-de-corruptcao-e-de-vantagens>. Acesso em: 15 abr 2026.

⁴⁴⁶ Jânio Quadros. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/janio-quadros>. Acesso em: 25 jan 2026.

focada no combate à esquerda e ao legado de Vargas, provocando fortes protestos desses setores.⁴⁴⁷ Ainda assim, Jânio Quadros formou um ministério nitidamente conservador, aprovou uma série de decretos, vetou corridas de cavalos e rinhas de galo, proibiu o uso de lança perfume no carnaval e o uso de biquínis nas praias e regulamentou o tamanho dos maiôs. Segundo a expressão de Heloisa Murgel Starling e Lilia Schwarcz, ele queria governar o país como bem entendesse.⁴⁴⁸

Tal postura conservadora nos lembra o governo Jair Messias Bolsonaro que mais de meio século depois institucionaliza pautas conservadoras, como por exemplo, as escolas cívico-militares, flexibilização de armas e pautas de costumes e direitos humanos. Em 2019, o governo Bolsonaro previa cerca de 216 escolas cívico-militares até 2023, o modelo previa a atuação de equipe militar, que são geridas pelo exército, a justificativa do governo era que os indicadores das escolas militares eram melhores e por atacarem o problema da indisciplina.⁴⁴⁹ O então presidente tentou também proibir o uso da linguagem neutra em projetos financiados pela lei Rouanet.⁴⁵⁰ A linguagem neutra é utilizada para representar pessoas não binárias, que não se identificam com o gênero masculino ou feminino. O secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, André Porciúncula, postou no *Twitter*: “Entendemos que a linguagem neutra (que não é linguagem) está destruindo os materiais linguísticos necessários para a manutenção e difusão da cultura. É que submeter a língua a um processo artificial de modificação ideológica é um crime cultural de primeira grandeza.”⁴⁵¹ Esse posicionamento revela uma faceta do conservadorismo estatal que buscava fixar a língua em um padrão tradicional, ignorando sua natureza dinâmica e utilizando o poder de fomento do Estado para excluir representações de identidades que fogem ao binarismo de gênero, sob o pretexto de defesa do patrimônio nacional. Bolsonaro também flexibilizou o uso de armas, o governo liberou cerca de 904 mil

⁴⁴⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2000. p.289.

⁴⁴⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.432.

⁴⁴⁹ COLETTA, Ricardo Della; SALDANÃ, Paulo. Governo prevê 216 escolas militares até 2023 e Bolsonaro diz que modelo tem de ser imposto. **Folha de S. Paulo**, 05 set 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/governo-preve-216-escolas-militares-ate-2023-e-bolsonaro-diz-que-modelo-tem-de-ser-imposto.shtml>. Acesso em: 17 mar 2026.

⁴⁵⁰ A Lei 8.313/1991 foi criada com o objetivo de captar e canalizar recursos para o setor cultural de modo a facilitar o acesso de todas as pessoas do país às fontes da cultura e promover o pleno exercício dos direitos culturais, além de estimular e fomentar a produção, preservação e difusão cultural, principalmente por meio de incentivo fiscal concedido a quem patrocina projetos com esse fim. (Cf. O que é lei Rouanet? Ministério da Cultura. **Go.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-rouanet/textos/o-que-e-a-lei-rouanet/view>. Acesso em: 17 mar 2026.

⁴⁵¹ BERGAMO, Mônica. Governo Bolsonaro veta uso de linguagem neutra em projetos financiados pela Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 28 out 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/10/governo-bolsonaro-veta-uso-de-linguagem-neutra-em-projetos-financiados-pela-rouanet.shtml>. Acesso em: 17 mar 2026.

registros para compra de armas ao grupo formado por caçadores, atiradores e colecionadores. Foram totalizados, em média, 691 registros de novas armas por dia para CAC 's, o que daria um total de 26 armas por hora.⁴⁵² Além disso, o governo zerou as alíquotas do imposto de importação sobre Jet skis, balões e dirigíveis.⁴⁵³ E ainda, aderiu o protocolo do aborto no qual destacava a necessidade dos médicos informarem a polícia caso atendessem mulheres que buscavam interromper a gestação em casos de estupro, o que fere o direito de sigilo em atendimentos em serviços de saúde e traz o risco de levar mulheres ao aborto ilegal e também se torna possível a instauração de procedimentos jurídicos, sendo tratadas como criminosas.⁴⁵⁴

Tanto no governo de Jânio Quadros quanto no de Jair Bolsonaro, observamos uma tentativa deliberada de transformar o corpo feminino em um campo de afirmação do ato político e da moralidade estatal. Enquanto Jânio, em 1961, utilizou decretos para proibir o uso de biquínis em concursos de miss e praias, sob o pretexto de preservar a decência da família brasileira, Bolsonaro reeditou esse controle por meio de uma retórica de proteção aos valores tradicionais e de restrições institucionais a direitos reprodutivos e discussões de gênero. Em ambos os casos, o corpo da mulher deixa de ser um território de autonomia individual para se tornar um símbolo de ordem pública, onde o governante projeta uma imagem de guardião da moralidade para mobilizar sua base de apoio. Esse dispositivo revela que, em diferentes momentos da história brasileira, o controle sobre o comportamento e a estética feminina serviu como ferramenta de coesão política e de demarcação de um projeto conservador de sociedade. Paralelamente a essa agenda de costumes, Jânio articulava movimentos no tabuleiro político para garantir sua hegemonia, o que incluía o envio de aliados indesejados para missões distantes.

Em julho de 1961, João Goulart, o Jango, partiu para uma jornada que mudaria os rumos de sua carreira política. O convite para chefiar uma missão diplomática na China de Mao Tsé-tung não foi visto com naturalidade. Por não ter intimidade com o presidente Jânio Quadros, Jango desconfiou de que a viagem pudesse ser uma estratégia para mantê-lo afastado do Brasil. Mesmo com o pé atrás, o vice-presidente embarcou acompanhado de uma comitiva,

⁴⁵² Governo Bolsonaro liberou 904 mil registros para compras de armas; 26 armas por hora. **Gazeta do povo**, 19 jan 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/governo-bolsonaro-liberou-904-mil-registros-para-compra-de-armas-26-armas-por-hora/>. Acesso em: 17 mar 2026.

⁴⁵³ CARAM, Bernardo. Governo zera imposto de importação sobre jet-ski, balão e dirigível. **Uol economia**, 02 mar 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2022/03/02/governo-zera-imposto-de-importacao-sobre-jet-ski-balao-e-dirigivel.htm>. Acesso em: 17 mar 2026.

⁴⁵⁴ CANSIAN, Natália. Após críticas, Ministério da Saúde recua em trechos de portaria sobre aborto, mas mantém aviso a polícia. **Folha de S. Paulo**, 24 set 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/apos-criticas-ministerio-da-saude-recua-em-trechos-de-portaria-sobre-aborto-mas-mantem-aviso-a-policia.shtml>. Acesso em: 17 mar 2026.

formada por diplomatas, políticos e empresários interessados em novos mercados. Antes de chegar ao destino final, o grupo parou em Moscou, onde Jango se reuniu com o líder soviético Nikita Krushev.⁴⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, publicou a notícia da viagem intitulada “Deputado acusa a Camara de submissão ao Poder Executivo”⁴⁵⁶

[...] divulga-se o convite para missão oficial á China, de onde, como simples turista, o vice voltaria em algumas horas, mas que, como chefe de uma missão, não retornará tão cedo e nem á hora que quiser. O presidente, que distratou o seu vice, continua a humilhá-lo. Fá-lo enfeitar de lantejoulas e, na mesma hora, o fere no seu nome e na sua dignidade, fazendo-o parecer perante o povo como cúmplice de uma manobra que o exclui da suprema floria dada pelo povo de poder se intitular, ainda que transitoriamente, chefe de Estado. Então, o que foi anunciado com tanta antecedencia pelo povo e pelo secretario do presidente está se cumprindo. E, o que é pior, os jornais ligados ao governo, como “o Estado de S. Paulo” e o “Jornal do Brasil” divulgam a noticia de que, acertada a partida do sr. João Goulart, para a China, o presidente prepara também suas malas.⁴⁵⁷

Apesar das notícias que circulavam nos periódicos do Brasil, ao desembarcar em Pequim, o clima foi de festa. Os brasileiros foram recebidos com grandes honras pelos líderes chineses Chou En-lai e Mao Tsé-tung. O resultado prático do encontro foi a criação de linhas de crédito entre o Banco do Brasil e o Banco da República Popular da China, facilitando as primeiras trocas comerciais entre as duas nações. Enquanto Jango fazia acordos do outro lado do mundo, o cenário em Brasília desmoronava.

No dia 25 de agosto de 1961, uma notícia pegou a população de surpresa e mergulhou o país em uma crise profunda, Jânio Quadros havia renunciado à presidência.⁴⁵⁸ Sem o titular no cargo e com o vice em solo comunista, no dia 26 de agosto, *O Estado de S. Paulo*, dedicou uma página inteira à renúncia do presidente Jânio Quadros. Dentro da notícia principal: “Quadros renuncia; Mazzilli presidente.”⁴⁵⁹ havia várias outras como: “Quadros comunicou aos governadores as razões de sua renuncia”; “Quadros comunica a renuncia ao Congresso”; “A Carta de Janio Quadros” e “O ex-presidente está na Base de Cumbica”⁴⁶⁰ que conta sobre a renúncia do presidente dizendo:

⁴⁵⁵ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil**: (1945-1964). Jorge Ferreira; coordenação Maria Helena Capelato; Maria Ligia Prado. São Paulo: Atual, 2006. p.68.

⁴⁵⁶ Deputado acusa a Camara de submissão ao Poder Executivo. **O Estado de S. Paulo**, 18 jul 1961. Anno: LXXXII N:26451. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610718-26451-nac-0004-999-4-not/busca/China>. Acesso em: 29 jan 2026.

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil**: (1945-1964). Jorge Ferreira; coordenação Maria Helena Capelato; Maria Ligia Prado. São Paulo: Atual, 2006. p.68.

⁴⁵⁹ Quadros renuncia; Mazzilli presidente. **O Estado de S. Paulo**, 26 agos 1961. p.48. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610826-26485-nac-0048-999-42-not/busca/renuncia>. Acesso em: 29 jan 2026.

⁴⁶⁰ Idem.

O sr. Janio Quadros renunciou á Presidencia da Republica ontem pela manhã e partiu de Brasilia para São Paulo. A comunicação oficial de sua decisão foi feita ás 15 horas, simultaneamente no Senado e no Palacio do Planalto. Duas horas depois, o presidente da Camara o Deputado, sr. Ranieri Mazzili, tomou posse da chefia do Governo.⁴⁶¹

A renúncia de Jânio Quadros não foi um gesto de fraqueza, mas sim uma tentativa de golpe articulada pelo próprio presidente. Segundo Jorge Ferreira, ao renunciar, ele esperava que o clamor público e a pressão dos generais garantissem sua volta com plenos poderes para governar sem a interferência do Congresso Nacional. O envio estratégico de João Goulart para a China comunista foi um cálculo político para aumentar o temor dos militares e tornar o nome de Jânio a única alternativa viável para a estabilidade do país.⁴⁶² Mas não foi isso que aconteceu, os líderes do congresso já estavam insatisfeitos e imediatamente aceitaram a renúncia. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente o governo. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, agiu imediatamente e ao saber que Jango sofreria um veto militar na posse declarou aos jornalistas: “Desta vez não darão o golpe por telefone”,⁴⁶³ houve manifestação popular em Porto Alegre mas isso não foi suficiente para garantir a posse de Jango. Para enfrentar a censura do governo federal que silenciava as rádios brasileiras, Leonel Brizola, cunhado de Jango, organizou a Cadeia da Legalidade a partir de 27 de agosto. A rede integrou cerca de 150 emissoras de rádio e utilizou ondas curtas para levar a mensagem da resistência ao exterior em três idiomas. No mesmo dia, *O Estado de S. Paulo*, publicou a notícia “Manifestam-se os partidos e os politicos sobre a substituição do mandatario”.⁴⁶⁴

Na madrugada do sabado, o governador do Rio Grande do Sul, sr. Leonel Brizola, numa reunião com deputados, declarou: “Não aceito qualquer golpe de Estado e pretendo resistir, se for desfechado”. Disse que havia um “esquema golpista em plena marcha” e que os objetivos eram contrarios não só ao sr. Janio Quadros, mas também ao sr. João Goulart. O governador reuniu também os secretarios de Estados e transmitiu-lhes o texto da informação oficial, procedente de Brasília, sobre a renuncia do ex-presidente. Na Assembléia, que esteve ontem em sessão permanente, os lideres de todos os partidos solidarizaram-se com a política externa do governo passado e alguns referiram-se a eventuais pressões que teria sofrido o sr. Quadros.⁴⁶⁵

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil**: (1945-1964). Jorge Ferreira; coordenação Maria Helena Capelato; Maria Ligia Prado. São Paulo: Atual, 2006. p. 69.

⁴⁶³ FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil**: (1945-1964). Jorge Ferreira; coordenação Maria Helena Capelato; Maria Ligia Prado. São Paulo: Atual, 2006. p. 70.

⁴⁶⁴ Manifestam-se os partidos e os politicos sobre a substituição do mandatario. *O Estado de S. Paulo*, 27 ago 1961. Anno: N: p.14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610827-26486-nac-0014-999-14-not/busca/Brizola>. Acesso em: 29 jan 2026.

⁴⁶⁵ Idem.

Essa iniciativa foi essencial para romper o isolamento de informação e mobilizar a sociedade em favor da posse de João Goulart. Pelos microfones, Brizola enfrentou os ministros militares e inflamou o apoio popular na defesa da ordem constitucional do país.⁴⁶⁶ Isso porque Jango, era a principal figura da ala esquerda e isso assustava os setores conservadores da sociedade, que temiam o avanço de ideias de esquerda no governo brasileiro. Para resolver o impasse e permitir que ele assumisse a presidência sem causar uma guerra, os políticos adotaram o parlamentarismo como solução de emergência.⁴⁶⁷ N’*O Estado de S. Paulo*, foi veiculada a notícia dia 15 de setembro sobre a consulta do plebiscito o jornal escreveu:

“Por uma ironia do destino, para muitos, o parlamentarismo foi visto e está sendo visto como remendo providencial para salvar o presidencialismo” – declarou hoje ao “Estado”, o senador Mem de Sá, ao fazer um balanço da crise política que se instalou no País, e que resultou na adoção de um novo sistema de governo. Ressaltou o senador gaúcho que “não está consagrada a forma clássica do parlamentarismo, e tudo permite afirmar que as alterações introduzidas, com o fito de obter apoio da maioria, só podem prejudicar e comprometer o bom funcionamento do sistema”.⁴⁶⁸

Mesmo não sendo bem aceito pela elite, com esse novo sistema, Jango tomou posse no Palácio do Planalto, mas teve seus poderes reduzidos, dando ao Congresso Nacional uma autonomia muito maior nas decisões do país. No governo Bolsonaro o Congresso também se fortaleceu, desta vez com um “parlamentarismo informal”, o ex-presidente perdia cada vez mais autonomia e com isso o Congresso tende a ganhar maior protagonismo e com isso era possível adotar medidas que também limitava alguns poderes do presidente, diferentemente de Bolsonaro, João Goulart indicava o primeiro-ministro, que precisava ter seu nome aprovado no Congresso, mas na prática era Jango que detinha o poder.⁴⁶⁹ Esse período foi um marco de polarização, aumentando a força dos grupos de esquerda e unindo ainda mais os movimentos anticomunistas no Brasil.⁴⁷⁰ João Goulart transferiu a crise política para o Rio de Janeiro em março de 1964 para retomar o protagonismo do governo por meio de um comício em defesa das Reformas de Base. A intenção era utilizar a mobilização popular e o apoio da esquerda

⁴⁶⁶ Ibid., p. 71.

⁴⁶⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2000. p.290.

⁴⁶⁸ Senador acredita que não será antecipada a consulta plebiscitária. **O Estado de S. Paulo**, 15 set 1961. Anno: LXXXII, N: 26502. p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610915-26502-nac-0004-999-4-not>. Acesso em: 01 fev 2026.

⁴⁶⁹ SCHREIBER, Mariana. ‘Parlamentarismo informal’: afinal, Bolsonaro está perdendo liderança do governo para o Congresso?. **Uol Notícias**, 28 mai 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/05/28/parlamentarismo-informal-bolsonaro-governo-congresso.htm>. Acesso em: 15 abr 2026.

⁴⁷⁰ Idem.

para convencer o Congresso Nacional, dominado por setores conservadores, a aprovar as mudanças na Constituição.⁴⁷¹

No dia 13 de março de 1964 aconteceu o comício da Central do Brasil que se consolidou como o marco definitivo da polarização política nacional ao reunir cerca de 200 mil pessoas em apoio às Reformas de Base. Enquanto a esquerda celebrava o evento como uma prova de força popular e compromisso presidencial, os setores conservadores reagiram com pânico diante do tom radical de oradores como Leonel Brizola, que defendia a substituição do Congresso por uma Assembleia Constituinte.⁴⁷² O jornal *O Estado de S. Paulo*, publicou no mesmo dia “O comício ilegal será hoje no Rio; deputados darão apoio a Lacerda”⁴⁷³

Todas as providências para a realização do comício de hoje na Guanabara já foram tomadas, principalmente a arregimentação de trabalhadores, a fim de garantir a presença de grande número de pessoas. A máquina do governo federal funcionou não só na locomoção do pessoal como também na preparação das praças da República e Cristiano Oloni, onde se realizará a concentração popular “espontânea”. O palanque onde ficarão as autoridades foi cedido pelo Ministério da Marinha e da Central do Brasil. O orador principal será o presidente Goulart, que falará de improviso, depois de assinar o decreto da SUPRA sobre desapropriação de faixas de terras ao longo das rodovias e ferrovias federais e às margens dos açudes, segundo revelou ontem o ministro da Justiça.[...] ⁴⁷⁴

No discurso o próprio João Goulart, embora menos agressivo no discurso, utilizou o palanque para criticar a velha constituição e pressionar o Legislativo, ignorando a baixa adesão das manifestações prévias e selando a ruptura que precipitaram o golpe militar semanas depois.⁴⁷⁵ A percepção do discurso de João Goulart oscilou entre a leitura de uma pressão política sobre o Congresso e o pânico de setores conservadores que viram no evento uma declaração de revolta popular, portanto, democrática. O impacto dos decretos da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e da refinaria de Capuava foi interpretado pela oposição radical como um atentado à propriedade privada e o início de uma revolução esquerdista.⁴⁷⁶ Ao solicitar mudanças constitucionais que permitiam a delegação de poderes e desapropriação sem indenização prévia em dinheiro, o presidente alimentou o temor de uma

⁴⁷¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2000. p.323.

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ O comício ilegal será hoje no Rio; deputados darão apoio a Lacerda. *O Estado de S. Paulo*, 13 mar 1964. Anno: LXXXV N: 27267. p. 38. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640313-27267-nac-0038-999-38-not/busca/Central+Brasil>. Acesso em: 10 fev 2026.

⁴⁷⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2000. p.323.

⁴⁷⁵ Idem.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 325.

guinada comunista, o que consolidou a união definitiva das frentes anticomunistas contra sua permanência no poder.⁴⁷⁷

A saída de João Goulart da presidência não aconteceu por acaso, ela foi resultado de uma pressão que vinha de dentro e de fora do Brasil. Os Estados Unidos agiram em segredo para incentivar o movimento contra o presidente. A estratégia era não aparecer diretamente para evitar que os brasileiros ficassem ofendidos com uma interferência estrangeira, mas os agentes controlaram a situação por trás das cortinas. Para conquistar a opinião pública, foram usadas campanhas baseadas na religião e no medo do comunismo. Essas mensagens ganharam força entre a classe média, que já estava irritada com o aumento constante dos preços e a inflação.⁴⁷⁸ O clima de briga aumentou, e o governo começou a perder o apoio do centro político. Ao perceber que grandes empresários estavam financiando os protestos contra ele, Jango tentou uma medida drástica: ordenou que o Banco do Brasil cortasse o crédito e os empréstimos de entidades. Essa decisão causou uma crise interna no governo, levando até à demissão do presidente do banco, que não queria aceitar ordens por motivos políticos.⁴⁷⁹ A tentativa de João Goulart de instrumentalizar o Banco do Brasil como arma contra a oposição empresarial antecipa, em certa medida, as tensões institucionais que marcariam o governo de Dilma Rousseff décadas depois.

Enquanto no governo Goulart a crise no Banco do Brasil evidenciou a ruptura com a elite financeira e o empresariado, no governo Rousseff as chamadas “pedaladas fiscais”⁴⁸⁰ ou crime de responsabilidade, serviram como o suporte jurídico necessário para o processo de impeachment. Em ambas as situações, a acusação de uso político ou irregular das instituições financeiras foi o catalisador que uniu o descontentamento do centro político e dos setores econômicos para validar a queda do Executivo. Isso porque essas “pedaladas fiscais” segundo a defesa da presidente existiram não apenas nos governos anteriores ao de Dilma como

⁴⁷⁷ Idem.

⁴⁷⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)** 4 ed. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978. p.166.

⁴⁷⁹ Ibid., p.167.

⁴⁸⁰ Manobra contábil feita pelo Poder Executivo para forjar o equilíbrio entre receitas e despesas nas contas públicas. Foi apontada como motivo para o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Na ocasião, o Tribunal de Contas da União (TCU) entendeu que o governo teria atrasado o repasse de recursos aos bancos oficiais para o pagamento de benefícios sociais. Com isso, os bancos faziam o pagamento com recursos próprios, enquanto o governo adiava a contabilização dos repasses. Assim, as contas públicas apresentavam resultados melhores, porém irreais. Com base no entendimento do TCU, deputados e senadores concluíram ao final do processo que a presidente tinha cometido crime de responsabilidade ao editar decretos de crédito suplementar para equilibrar as contas, sem autorização do Congresso. (Cf. Pedalada fiscal. **Senado Notícias**. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acesso em: 17 mar 2026.)

sempre foram encaradas meras questões de ordem contábil.⁴⁸¹ No caso das pedaladas, Dilma atrasou o pagamento de dívidas da União junto a instituições responsáveis pelo repasse de programas sociais, o que não demonstrou ter tido tamanho impacto na economia⁴⁸² como no caso de João Goulart com o Banco do Brasil.

Entretanto, a fragilidade de Goulart não se limitava ao campo econômico, ela se estendia perigosamente para a base de sustentação do Estado, manifestando-se em uma erosão da disciplina nas Forças Armadas. O cenário era de total insubordinação e crise militar no Brasil. De um lado, marinheiros e fuzileiros se revoltaram contra a hierarquia no Sindicato dos Metalúrgicos. De outro, oficiais da Marinha exigiam punições rigorosas e o afastamento do almirante Aragão para restaurar a ordem.⁴⁸³ Ao chegar ao Rio de Janeiro, João Goulart foi alertado sobre a gravidade da situação, que se tornava ainda mais perigosa pelo fato de o Ministério da Guerra estar sob o comando interino do General Castelo Branco, que era Chefe do Estado-Maior conferia ao movimento de 1964 uma pátina de institucionalidade e representava o perfil do militar intelectual, formado nos quadros da Escola Superior de Guerra⁴⁸⁴, assim como Deodoro da Fonseca no ocaso do Império: ambos funcionaram como o ponto de convergência que transformou a insatisfação militar em uma ruptura política definitiva. Ao assumir o Ministério da Guerra interinamente, Castelo Branco não era apenas um oficial de alta patente, mas o fiador de um projeto de Estado que via na deposição de João Goulart o único caminho para a preservação de uma ordem democrática idealizada pela elite civil-militar.⁴⁸⁵

O sentido da expressão “democracia idealizada” é essencial para compreender o golpe. Para esse grupo, a democracia era indissociável da hierarquia e da estabilidade jurídica, excluindo qualquer projeto que flertasse com a mobilização das massas. O que Castelo Branco chamava de preservação democrática era, na prática, a salvaguarda de uma institucionalidade que não suportava as tensões das reformas de base. Nesse momento a crise da autoridade passava a ser vista como o fim da própria democracia. Nesse cenário de conceitos em colisão, João Goulart buscava uma solução diplomática para evitar o conflito, mas a revolta dos

⁴⁸¹ TOLEDO, Caio Navarro. O golpe de 2016 e a fragilidade da democracia no Brasil. In: **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. Org. NORONHA, Gilberto Cezar de; Lima, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina. 1. ed. Jundiaí, SP. Paco Editorial, 2020. p.40.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. [versão online]. p.423.

⁴⁸⁴ Humberto de Alencar Castelo Branco. Arquivo Nacional. Centro de referência de acervos presidenciais. **Gov.br**. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/91-castello-branco>. Acesso em: 17 mar 2026.

⁴⁸⁵ Idem.

marinheiros era vista pelos militares como um ataque direto à hierarquia das Forças Armadas. Embora assessores alertassem que a disciplina militar era intocável, Jango resistia em punir os rebeldes por entender que o Ministro da Marinha havia desobedecido suas ordens anteriores ao proibir reuniões da associação e prender os líderes. Sob uma lógica política e civil, o presidente considerava a anistia como saída, subestimando o peso que a quebra da autoridade militar teria no desfecho de seu governo.⁴⁸⁶ A reação à revolta dos marinheiros gerou versões diferentes sobre quem realmente deu as ordens. Após um acordo, os rebeldes se entregaram ao Exército para evitar vinganças da Marinha e acabaram libertados no mesmo dia. Não se sabe ao certo se essa decisão de soltar os marinheiros foi uma ordem direta de João Goulart ou se o ministro Paulo Márcio agiu por conta própria ou interpretou mal as instruções recebidas.⁴⁸⁷

Diferente de João Goulart, Dilma Rousseff não lidou com uma rebelião armada de soldados, mas enfrentou uma forte resistência política e institucional que começou logo após sua reeleição em 2014. Essa insubordinação partiu do Congresso Nacional e da oposição, liderada por Aécio Neves (PSDB), que como aqueles que perderam de Juscelino, tentou invalidar o resultado das urnas e cassar sua chapa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) antes mesmo da posse.⁴⁸⁸ Isso gerou um desgaste silencioso com as Forças Armadas, criando um ambiente de isolamento que, assim como no caso de Jango, fragilizou sua autoridade e preparou o caminho para a interrupção de seu mandato.

Se no período contemporâneo essa fragilidade se desenhou nos tribunais e nos generais, em 1964 ela se tornou pública através apenas da voz dos quartéis, que utilizaram a imprensa para oficializar o rompimento com o Executivo. No dia 29 de março, os almirantes publicaram um manifesto, o presidente do Clube Militar entregou outro à imprensa.⁴⁸⁹ N’*O Estado de S. Paulo* dizia: “Almirantes e o Clube Naval alertam: falta de autoridade”⁴⁹⁰ no Manifesto dos almirantes diz:

Diz o manifesto dos almirantes e dos oficiais: “Á Nação, ao Congresso Nacional, às Assembléias, aos governantes, aos chefes militares e a todos os cidadãos. Alertamos o povo – nós, almirantes, comandantes e oficiais de Marinha – para o golpe aplicado contra a disciplina da Marinha ao admitir-se que minoria insignificante de subalternos imponha demissão de ministros e autoridades navais que se atrevem a indicar substituto. Em lugar de

⁴⁸⁶ Ibid., p. 424.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 426.

⁴⁸⁸ TOLEDO, Caio Navarro. O golpe de 2016 e a fragilidade da democracia no Brasil. In: **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. Org. NORONHA, Gilberto Cezar de; Lima, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina. 1. ed. Jundiaí, SP. Paco Editorial, 2020. p.41.

⁴⁸⁹ Ibid., p. 428.

⁴⁹⁰ Almirantes e o Clube Naval alertam: falta de autoridade. *O Estado de S. Paulo*, 29 mar 1964. ANNO: LXXXV, N:27280. p.6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640329-27280-nac-0006-999-6-not/busca/Almirantes>. Acesso em: 10 fev 2026.

promover-se a devida punição disciplinar, licenciam-se marinheiros amotinados que não representam absolutamente os dignos suboficiais, sargentos, marinheiros e fuzileiros que em compacta maioria continuaram e continuam fieis ao seu juramento de disciplina e de dedicação á Marinha. O que este golpe representa de ameaça a todas as instituições do País está patente na forma e na essência e so nos resta alertar a Nação para que se defenda enquanto estão de pé as instituições e os cidadãos dignos da liberdade e da Pátria.⁴⁹¹

Na noite de 29 de março, Juscelino Kubitschek visitou o ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, no hospital para alertar sobre a perda de controle de João Goulart, que estaria isolado por aliados de esquerda. Para Juscelino, o ministro era a única figura capaz de restaurar a ordem no governo e nas Forças Armadas em um momento que ele classificou como a maior crise política e militar da história brasileira.⁴⁹²

Na noite do dia 31 de março o posicionamento das tropas do II Exército no Ibirapuera consolidou a ruptura do general Amaury Kruel com o governo de João Goulart. Esse movimento foi validado publicamente pelo governador Ademar de Barros, que anunciou a aliança civil e militar entre São Paulo e Minas Gerais. Em seu pronunciamento, Kruel justificou a ação como uma medida para combater a ameaça comunista e restaurar a ordem institucional e a hierarquia militar, apresentando a intervenção não como um golpe, mas como uma defesa da legalidade e da democracia.⁴⁹³ Esse recurso discursivo de apropriação do ideal democrático para justificar rupturas institucionais estabelece um paralelo direto com crises brasileiras contemporâneas, como a observada no processo de impeachment de Dilma Rousseff, onde setores militares e civis se autodenominavam “gente disposta a lutar pela verdadeira democracia”.⁴⁹⁴ Assim, a “verdadeira democracia” evocada em 1964 ou 2016 funciona como uma licença poética e jurídica para que o Poder Moderador, formal ou informal, intervenha na política, sob o pretexto de salvar o sistema destruindo suas bases de representação popular.

Diante das pressões do general Amaury Kruel, Jango decidiu por não aceitar uma presidência de fachada e limitada pelas Forças Armadas, o que impediria suas reformas de base. Essa decisão marcou o destino de seu governo, levando ao desencadeamento de uma

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. [versão online]. p.429.

⁴⁹³ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. [versão online]. p. 458.

⁴⁹⁴ AUGUSTO, Robson. Cento e trinta (130) Generais se manifestam contra a Presidente Dilma. **Revista Sociedade Militar**, 17 ago 2013. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2013/08/cento-e-trinta-130-generais-de-manifestam-contra-a-presidente-dilma.html>. Acesso em: 16 abr 2026.

ofensiva militar coordenada na madrugada de 1º de abril. Com o apoio de tropas paulistas e de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, sob o comando de Emílio Garrastazu Médici, duas grandes colunas militares avançaram simultaneamente de Minas Gerais e São Paulo em direção à Guanabara para efetivar a deposição do presidente.⁴⁹⁵ No dia 01 de abril de 1964, o jornal *O Estado de S. Paulo*, publicou “O discurso de Goulart fêz precipitar a crise política”⁴⁹⁶ onde diz:

O sr. João Goulart alterou, calculadamente, o discurso que deveria pronunciar na manifestação subversiva de ontem, dos sargentos e suboficiais, no Automovel Clube, abandonando o texto escrito para improvisar os trechos provocadores, os quais terminavam por desencadear a fase aguda da crise, que se vinha desenrolando desde o episodio de indisciplina dos marinheiros na quinta feira ultima. Ate as primeiras horas da tarde, o sr. João Goulart estava no confessado proposito de fazer um pronunciamento afirmativo mais cauteloso que pudesse significar a abertura de uma saida para a crise.⁴⁹⁷

O discurso final no Automóvel Clube radicalizou as baixas patentes militares e catalisou a união das forças opositoras, que encontraram no levante de Minas Gerais, liderado pelo general Olímpio Mourão Filho, que foi o estopim para a derrubada do governo.⁴⁹⁸ Ainda no dia 01 de abril de 1964, o jornal publicou a notícia “Expectativas nos meios políticos paulista; normal o trabalho”.⁴⁹⁹ diz: “[...] Insistentemente perguntado sobre o desenrolar da crise político-militar, o sr. A. de Barros limitou-se a dizer que recomendava a todos para se prevenir contra o mau tempo.”⁵⁰⁰ Na mesma página consta a matéria intitulada “Goulart tenta eximir-se de culpa pela crise”.⁵⁰¹

Ao receber, esta manhã, no Palácio das Laranjeiras, representantes das classes produtoras de São Paulo, Rio Grande do Sul e de outros Estados, o presidente da Republica manifestou que o governo federal é o mais interessado na preservação da ordem e das instituições. Acrescentou que “quem está pretendendo intranquilizar o país são políticos movidos por interesses políticos, candidatos a candidatos, que, através de boatos, esperam criar um clima de confusão do qual possam tirar algum proveito, ou satisfazer as suas frustrações.”⁵⁰²

⁴⁹⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. [versão online]. p. 459.

⁴⁹⁶ O discurso de Goulart fêz precipitar a crise política. **O Estado de S. Paulo**, 01 abr 1964. Anno: LXXXV, N:27282. p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640401-27282-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 01 fev 2026.

⁴⁹⁷ Idem.

⁴⁹⁸ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Série Descobrimos o Brasil). [versão online].p.18.

⁴⁹⁹ Expectativas nos meios políticos paulista; normal o trabalho. **O Estado de S. Paulo**, 01 abr 1964. Anno: LXXXV, N:27282. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640401-27282-nac-0004-999-4-not>. Acesso em: 10 fev 2026.

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² Idem.

É possível observar que enquanto o governador Ademar de Barros empregava metáforas evasivas sobre o “mau tempo” para mascarar o avanço das tropas golpistas, João Goulart tentava manter uma postura de normalidade institucional ao atribuir a instabilidade unicamente a manobras oportunistas de adversários políticos. O governo federal buscava deslegitimar a revolta de alguns setores como se fosse apenas um boato eleitoral, enquanto as lideranças estaduais já faziam a transição para a ruptura definitiva da ordem democrática. Diante do colapso iminente e do receio de uma guerra civil, João Goulart optou pela passividade e pelo exílio, deixando um rastro de desorientação que desarticulou completamente as esquerdas. Sem a liderança de Jango e com a rápida dissolução de seu suposto dispositivo de segurança, os grupos reformistas ficaram paralisados e foram dispersados sem oferecer resistência significativa ao golpe.⁵⁰³ A opção de João Goulart pela passividade e pelo exílio, motivada pelo receio de uma guerra civil, encontra um paralelo direto na postura adotada por Dilma Rousseff durante a crise de 2016. Em ambos os casos, a decisão de não convocar uma resistência de massas ou um confronto direto não foi um sinal de submissão, mas de responsabilidade política, uma escolha política para evitar derramamento de sangue⁵⁰⁴. Essa postura fica evidente no pronunciamento de despedida de Dilma, em 31 de agosto de 2016, quando afirmou: “Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus”.⁵⁰⁵ Ao evocar seu passado de resistência à ditadura, a então presidente estabeleceu uma ponte entre as rupturas de 1964 e 2016, reforçando que sua defesa se daria estritamente dentro das instituições. No dia de seu afastamento, Dilma declarou: “[...] Eu já sofri a dor indizível da tortura. A dor aflitiva da doença. E, agora, eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça”.⁵⁰⁶ Para o jornal *O Estado de S. Paulo*, no entanto, esse tom de vitimização era lido como um artifício retórico, ignorando que, assim como Jango, a escolha de Dilma pelo rito jurídico visava, em última instância, evitar uma convulsão social que ela considerava

⁵⁰³ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Série Descobrimos o Brasil). [versão online]. p.18.

⁵⁰⁴ Talvez não tenhamos dados suficientes para avaliar se a postura da Vice-presidente da Venezuela Delcy Rodríguez diante do Ataque Militar Golpista dos Estados Unidos de 05 de janeiro de 2026 tem o mesmo sentido.

⁵⁰⁵ ROSA, Vera. Pronunciamento de Dilma no Senado é registro histórico de despedida. **O Estado de S. Paulo**, 30 ago 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/pronunciamento-de-dilma-no-senado-e-registro-historico-de-despedida/?srsltid=AfmBOorwRr35DqGkOz-zOj495OwoT2PsQsYeZbrHkgmZISxBA4kEYdfW>. Acesso em: 17 mar 2026.

⁵⁰⁶ Sofro a dor da injustiça, diz Dilma após afastamento. **UOL**, 12 mai 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/pronunciamento-de-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 17 mar 2026.

catastrófica para o país. No entanto, para além das escolhas pessoais dos governantes, é preciso compreender as estruturas que tornaram essas quedas inevitáveis.

A deposição de João Goulart resultou de uma articulação interna conduzida por atores nacionais, unindo setores militares e civis em um movimento que, embora fragmentado e por vezes contraditório, ganhou força progressivamente. Essa coalizão de interesses foi capaz de desestruturar sistematicamente os focos de resistência que poderiam sustentar o governo, neutralizando qualquer tentativa de reação efetiva. Como consequência dessa erosão política e estratégica, o enfrentamento real planejado por aliados de Jango acabou por não se concretizar, permitindo a consolidação do golpe sem grandes conflitos armados.⁵⁰⁷ No dia 02 de abril de 1964, o golpe virou vitória nas páginas d’*O Estado de S. Paulo* que escreveu a manchete “O significado maior de uma vitória”.⁵⁰⁸

A grande vitória de ontem, conduzida pela mão segura do general Amaury Kruel a frente do II Exército, vem, como era inevitável, sendo interpretada das mais diversas maneiras. Para os que tendem a encarar os acontecimentos pelo seu lado superficial, ela surge como epílogo dos fatos que tiveram início na Semana Santa. Na realidade, porém, o significado do 1º de Abril é muito mais profundo e complexo. Antes do mais, o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava.⁵⁰⁹

É importante analisarmos que o jornal coloca o governo constitucional como uma “ditadura sob a qual a nação vegetava” e o golpe militar como uma vitória democrática brasileira, que o jornal tenta legitimar o golpe como uma mudança necessária para o futuro do Brasil. O golpe civil-militar de 1964 não foi um fenômeno isolado, mas um evento que contou com a participação de setores da sociedade brasileira sob a liderança de elites civis e militares. Naquele momento, os agentes envolvidos tinham dúvidas e faziam escolhas sem a certeza de um futuro definido. O objetivo central era, pela deposição do presidente João Goulart, interromper as reformas de base, com a agrária, a educacional e a bancária, que ele fazia convergir com as demandas populares. Não havia, inicialmente, um plano deliberado para estabelecer uma ditadura de longa duração e de extrema violência.⁵¹⁰ Muitos apoiadores do golpe de 1964 não previam a permanência dos militares no poder ou a escala de brutalidade

⁵⁰⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. [versão online]. p. 484.

⁵⁰⁸ Notas e Informações. O significado maior de uma vitória. **O Estado de S. Paulo**, 02 abr 1964. Anno: N: . p.3. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640402-27283-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 10 fev 2026.

⁵⁰⁹ Idem.

⁵¹⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. [versão online]. p. 494.

que viria, a violência estatal se manifestou de forma imediata. A repressão não foi um fenômeno tardio restrito ao Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, ela surgiu assim que as garantias institucionais e os mecanismos de controle democrático foram desmantelados.

O impeachment de Dilma, diferentemente de Jango, não teria sido uma articulação dos militares e sim do congresso nacional e de seu vice Michel Temer. Ainda que as conjunturas de 1964 e 2016 guardem suas especificidades históricas, nota-se nos últimos anos um movimento de retração das soberanias regionais. Esse fenômeno aponta para uma desarticulação das políticas externas independentes que haviam ganhado força na América Latina, sinalizando um realinhamento de forças no continente. O processo que culminou na queda de Dilma Rousseff baseou-se tecnicamente em atrasos de repasses financeiros, mas funcionou, na prática, como uma manobra oportunista para consolidar um projeto político derrotado nas urnas em 2014, 2010, 2006 e 2002. Embora tenha respeitado os ritos externos exigidos pela lei, a utilização de instrumentos legais para fins estritamente políticos caracteriza o que se denomina golpe parlamentar.⁵¹¹ A natureza política do processo foi admitida inclusive por quem presidia o rito. O então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), embora tenha votado a favor do afastamento⁵¹², fez uma advertência fundamental sobre a necessidade de rigor jurídico que, segundo ele, parecia ausente. Em sua fala, Calheiros pontuou:

Eu acho que o impeachment, em circunstância normal, é uma coisa normal. Mas é bom que as pessoas saibam e a democracia exige que nós façamos essa advertência, que para haver impeachment tem que haver caracterização do crime de responsabilidade da presidente da República. Quando o impeachment acontece sem essa caracterização, o nome sinceramente não é impeachment, é outro nome.⁵¹³

Essa declaração é emblemática por partir de uma das lideranças centrais do PMDB e futuro articulador do governo de Michel Temer. Ao sugerir que o processo deveria receber um “outro nome” na ausência de uma caracterização clara de crime de responsabilidade, o senador corroborou a tese de que o dispositivo constitucional do impeachment estava sendo utilizado como mera roupagem legal. Para a análise histórica, essa fala sinaliza que a

⁵¹¹ TOLEDO, Caio Navarro. O golpe de 2016 e a fragilidade da democracia no Brasil. In: **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. Org. NORONHA, Gilberto Cezar de; Lima, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina. 1. ed. Jundiaí, SP. Paco Editorial, 2020. p.41.

⁵¹² LIS, Lais. Renan Calheiros vota pelo impeachment de Dilma Rousseff. **G1 Política**, 31 ago 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/renan-calheiros-vota-pelo-impeachment-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 17 mar 2026.

⁵¹³ GARCIA, Gustavo. Renan: impeachment sem crime de responsabilidade tem outro nome. **G1 política**, 22 mar 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/03/renan-impeachment-sem-crime-de-responsabilidade-deve-ter-outro-nome.html>. Acesso em: 17 mar 2026.

deposição de Dilma Rousseff foi movida por uma conveniência parlamentar e política, e não propriamente por uma ilicitude administrativa que justificasse a interrupção de um mandato presidencial.

A seletividade editorial d’*O Estado de S. Paulo* se torna evidente ao constataremos os registros oficiais do Senado com as páginas do jornal. Em 22 de março de 2016, enquanto o presidente do Legislativo, Renan Calheiros, alertava que o impedimento sem crime de responsabilidade descaracterizaria o instituto do impeachment, o *Estado de S. Paulo* optou pela omissão dessa advertência. Ao silenciar a fala da autoridade máxima da casa onde o julgamento ocorreria, fala esta que colocava em xeque a própria natureza jurídica do processo, o jornal atuou para sustentar uma aparência de consenso institucional. Esse comportamento repete o padrão observado na cobertura de 1964, ao filtrar vozes e argumentos que pudessem deslegitimar a ruptura em curso e expor a fragilidade democrática do momento.

O cenário de 2016 foi marcado por um anticomunismo de nova roupagem: o antipetismo. Embora o PT tenha surgido do esquerdismo sindical do ABC paulista e da oposição à ditadura, a trajetória de quatorze anos de governo com Lula e Dilma Rousseff afastou a legenda de práticas puramente socialistas.⁵¹⁴ Mesmo que o Partido dos Trabalhadores tenha incorporado ideais de matriz socialista em sua fundação e no combate à Ditadura Militar, sua trajetória no poder foi marcada por profundas adaptações. Em vez de uma ruptura com o sistema, os quatorze anos de gestões petistas consolidaram um modelo de conciliação que manteve as bases econômicas estabelecidas desde o governo Sarney. Essa postura aproximou o PT muito mais de uma agenda de continuidade neoliberal do que de um projeto comunista. Assim, o rótulo de “ameaça vermelha” utilizado por setores da opinião pública funcionou como uma construção retórica de oposição, o que fez se distanciar da realidade administrativa de um partido que governou dentro da ordem capitalista.⁵¹⁵

Dessa forma, o afastamento da presidente não exigiu uma mobilização de tropas, mas uma articulação de votos e pareceres jurídicos. Diferente da ruptura ocorrida com Jango, o processo de 2016 não foi marcado pelo uso da força física, prisões políticas ou perseguições fatais. Dilma Rousseff permaneceu no território nacional, seus colaboradores próximos mantiveram a liberdade e as legendas que compunham sua base aliada continuaram em pleno funcionamento institucional. Além disso, o direito de defesa foi respeitado, permitindo que a

⁵¹⁴BATISTA, Ariel Chexes. O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto. In: XI SEMANA DE HISTÓRIA UFES **Golpes e Revoluções Utopia, Desilusão e Lutas Sociais**, 2017, Vitória - ES. Anais da XI Semana de História UFES, 2017. p.4.

⁵¹⁵ Idem.

própria presidente ocupasse a tribuna do Senado na fase final do julgamento para apresentar sua contestação diretamente aos parlamentares.

Essa manutenção das garantias individuais em 2016 contrasta drasticamente com o cenário de 1964, onde o novo poder buscou a imposição pela força. A ausência de direitos civis permitiu que episódios de tortura e humilhação pública, revelando que a marca autoritária do regime foi estabelecida desde seu nascimento.⁵¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, no dia “Os extremismos não vingarão”, diz Sodré⁵¹⁷.

“Enquanto o govêrno se conserva ao lado do povo, defendendo a democracia e a Revolução, os extremismos, a oligarquia e os esquemas de ocupação estrangeira no País não vingarão. Não vingarão porque não estamos na praça da Sé como aqui, sempre de pé – asseverou o governador Abreu Sodré ontem, em Bebedouro, ao receber manifestações da população e autoridades municipais.”⁵¹⁸

O trecho do discurso de Abreu Sodré demonstra o esforço discursivo do jornal e da elite política civil que apoiava o regime militar para legitimar a quebra da ordem democrática sob o pretexto de proteção nacional, evocando outra (ou a velha) ideia de democracia, para os militares, a verdadeira democracia, sem povo. Ao utilizar termos como democracia e Revolução para se referir ao sistema estabelecido em 1964, o governador tentava afastar a imagem de autoritarismo, posicionando o Estado como um escudo contra ameaças externas e extremismos políticos. A fala propõe uma união entre governo e povo, justificando que a presença das autoridades em cidades do interior, como Bebedouro, representava a verdadeira vontade popular, em oposição aos movimentos de resistência que ocupavam espaços centrais como a Praça da Sé. Já em 1973, no dia 06 de setembro, o jornal publicou “Candidato emedebista aponta requisitos para a democracia”⁵¹⁹.

Barbosa Lima Sobrinho, candidato do MDB a vice-presidente da República, disse ontem, durante almoço do Clube dos Reporteres Políticos da Guanabara, que nenhum regime poderá ser rotulado de democracia se não dispuser dos predicados básicos da liberdade de informação, participação popular na escolha de seus governantes, efetiva fiscalização dos atos do governo e a existência de um Parlamento livre e capaz de promover o debate a fiscalização.⁵²⁰

⁵¹⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. [versão online]. p. 496.

⁵¹⁷ “Os extremismos não vingarão”, diz Sodré. **O Estado de S. Paulo**, 04 mai 1968. Ano: 89, N: 28546. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680504-28546-nac-0004-999-4-not/busca/democracia>. Acesso em: 20 fev 2026.

⁵¹⁸ Idem.

⁵¹⁹ Candidato emedebista aponta requisitos para a democracia. **O Estado de S. Paulo**, 06 set 1973. Ano: 97, N: 30197. p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730906-30197-nac-0004-999-4-not/busca/democracia>. Acesso em: 20 fev 2026.

⁵²⁰ Idem.

Aqui já é possível observar uma mudança no discurso onde o candidato à vice-presidência pelo MDB, apresenta a visão crítica sobre as condições necessárias para a existência de uma democracia real no Brasil. Ele destaca que, nenhum regime é democraticamente legítimo sem liberdade de informação, participação popular direta na escolha de governantes, fiscalização efetiva dos atos oficiais e um Parlamento autônomo é capaz de debater livremente. De fato, nesse período, a democracia era (apenas) uma promessa. Em 05 de setembro de 1978, o jornal publica a fala do presidente Figueiredo sobre democracia em “Figueiredo reitera promessa de democracia”.⁵²¹

Domingo, ao ser homenageado com churrasco por amigos civis e militares, Figueiredo disse que deseja “uma democracia de acordo com os nossos costumes e com as nossas tradições, dentro dos princípios cristãos”, mas advertiu que repelir “violentamente, com a mesma violência de 31 de março de 1964, quaisquer desvios para ideologias extremistas”.⁵²²

O discurso de João Baptista Figueiredo em 1978 cristaliza a visão de uma democracia tutelada, na qual a cúpula do regime militar condiciona a abertura política a uma suposta adequação aos costumes, tradições e princípios cristãos da nação. Ao investigar a natureza desses “costumes”, percebe-se que eles operam como dispositivos de uma cultura política historicamente autoritária e elitista, marcada pela desconfiança institucional e pelo personalismo. Conforme evidenciado nas dinâmicas de poder no Oeste de Minas Gerais, essa estrutura fundamenta-se em relações de clientelismo e mandonismo, em que a “ordem” é mantida por meio de um controle social rígido e da exclusão da participação popular efetiva.⁵²³ Para Figueiredo, a democracia pretendida era uma liberdade vigiada, onde o Estado e as elites locais delimitavam os limites da atuação do povo, utilizando o parâmetro de força de 1964 para criminalizar qualquer oposição que desafiasse esse modelo. Essa postura sintetiza a essência do regime em seu desfecho, que é a tentativa de preservar as bases rígidas de uma cidadania restrita que, desde a Proclamação da República e a atuação de periódicos como o *Estado de S. Paulo*, oscila entre breves avanços democráticos e o retorno constante à tutela das elites tradicionais.

O golpe militar durou 21 anos, consolidando um sistema que alterou as estruturas sociais e políticas no Brasil. Durante esse longo período, o autoritarismo não apenas silenciou

⁵²¹ Figueiredo reitera promessa de democracia. *O Estado de S. Paulo*, 05 set 1978. Ano:99 , N: 31740 . p. 5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780905-31740-nac-0005-999-5-not/busca/democracia>. Acesso em: 26 fev 2026.

⁵²² Idem.

⁵²³ NORONHA, Gilberto Cezar de. Das relações de poder no Oeste de Minas Gerais. *OPIS*, Catalão, v. 12, n. 2, p. 151-173 - jul./dez. 2012.

a oposição por meio da censura e da tortura, mas também promoveu uma reconfiguração do Estado e da economia. O legado desse ciclo só começou a ser desfeito por meio de uma transição lenta e gradual que culminou no processo conhecido como redemocratização, embora as marcas da impunidade e da violência ainda ecoem na experiência política brasileira atual. É importante destacar que o arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, diferentemente do período de Getúlio Vargas, não tem uma nota explicativa dizendo que estava em período de intervenção militar. Essa ausência de ressalva nos editoriais da época sugere uma convivência ambígua com o regime, evidenciando como a censura e o controle estatal foram naturalizados como parte do cotidiano institucional, o que dificulta, ainda hoje, a plena percepção da profundidade da ruptura democrática ocorrida naquele período. Certamente, também é uma legitimação/reconhecimento da postura que assumiu, favorável ao regime.

Nesse caso, quem teme uma democracia direta, participativa ou representativa e efetiva é a elite burguesa. Isso ocorre porque, naquele período, o fortalecimento das discussões sobre a reforma agrária criou um ambiente propício para a mobilização no campo. O movimento dos trabalhadores rurais se expandiu rapidamente para áreas anteriormente sem organização. As pautas iam desde o fim do cambão (sistema de trabalho obrigatório e mal remunerado para latifundiários) até exigências por melhores salários e acesso a serviços públicos básicos, como escolas e saneamento.⁵²⁴ A queda de Goulart em 1964 representou uma ruptura drástica com o projeto de democracia participativa que vinha se consolidando desde 1945, substituindo o avanço da inclusão popular por um sistema semi-autoritário voltado para a estabilização econômica e institucional sob controle da cúpula.⁵²⁵ Diante da incapacidade de legitimar seus programas perante a maioria do eleitorado, os novos detentores do poder interromperam a trajetória de ampliação da participação política, convertendo as eleições diretas em processos indiretos e promovendo expurgos em legislaturas estaduais para garantir o domínio do novo partido governista. Esse fechamento progressivo do sistema político, evidenciado pelas intervenções nos governos do Rio Grande do Sul e de São Paulo em 1966, demonstrou que o regime priorizava a ordem autoritária em detrimento do livre exercício democrático e da soberania popular. Dessa forma, consolidou-se um padrão de intervenção onde a instabilidade institucional era utilizada como pretexto para o cerceamento da vontade das urnas sempre que os interesses das elites eram postos em xeque.

⁵²⁴DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 299.

⁵²⁵ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.386.

3.3. O medo ressignificado: antipetismo, bolsonarismo e os limites da democracia contemporânea (1985 - 2023)

Décadas após o fim da ditadura, a democracia brasileira tem sido testada de diversas outras formas para além da dimensão política, pelas crises econômicas, pela desigualdade social, pelas questões sociais e voltou a ser explorada por uma severa crise de governabilidade que culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. As novas cenas atualizam velhos enredos: o desgaste teve início logo após o pleito de 2014, quando o PSDB, partido do candidato derrotado Aécio Neves, questionou o resultado das urnas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a alegação de “manipulação de dados socioeconômicos”.⁵²⁶ *O Estado de S. Paulo* noticiou:

Sob a alegação de “desconfianças” propagadas nas redes sociais que “colocam em dúvida desde o processo de votação até a totalização” da contagem nas eleições presidenciais, o PSDB pediu à Justiça Eleitoral uma auditoria no resultado do 2.º turno que deu vitória à presidente Dilma Rousseff sobre o candidato tucano Aécio Neves.⁵²⁷

Dessa forma, a legitimidade do pleito foi uma forma de enfraquecer o governo antes mesmo da posse, criando o ambiente de “terceiro turno” que paralisaria a gestão petista. No Congresso, essa fragilidade foi explorada sistematicamente por grupos que buscavam a ruptura. Essa contestação inicial alimentou uma crise política que se agravou com a ascensão de uma oposição parlamentar agressiva, liderada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. O acolhimento do pedido de impeachment por Cunha em 2016 se tornou um marco histórico ao revelar como ritos legais e parlamentares podem ser instrumentalizados para remover um governante eleito, permitindo que novos grupos assumam o poder sem a legitimidade direta do voto popular e gerando profundos questionamentos sobre a estabilidade das instituições democráticas no Brasil.⁵²⁸ Esse período sintetizou as críticas de diversos grupos que ocupavam as ruas desde as manifestações de 2013, inicialmente motivadas pela pauta do passe livre. Impulsionadas pela Operação Lava Jato,⁵²⁹ essas mobilizações

⁵²⁶ MAFEI, Rafael. O Impeachment fiscal. In: **Como remover um presidente**. Teoria, história e prática do impeachment no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 183.

⁵²⁷ BULLA, Beatriz; MATAIS, Andreza; ROSA, Vera. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. **O Estado de S. Paulo**, 30 out 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao/?srsltid=AfmBOopCDdzZlqYYsy63yg3PWNUqdeUrsjlKndyK24S9vJnb-70gKIEo>. Acesso em: 18 mar 2026.

⁵²⁸ GOMES, Ângela de Castro. A Política brasileira em tempos de cólera. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. [versão online]. p.149.

⁵²⁹ A Operação Lava Jato, iniciada em 2014, foi a maior investigação contra a corrupção no Brasil, revelando um esquema de desvios na Petrobras que envolvia políticos e empresas. A operação foi conduzida pela Polícia Federal, que executou mais de mil mandados judiciais, incluindo prisões e buscas, para desarticular esquemas de lavagem de dinheiro que movimentaram bilhões de reais em propinas. Sob o comando do juiz Sérgio Moro, na

consolidaram um discurso que apontava a corrupção partidária como a única causa dos problemas nacionais, elegendo o PT como alvo principal por sua longa permanência no poder e pelo envolvimento real de membros em escândalos.⁵³⁰ Embora essa explicação seja simplista e ignore a complexidade histórica do país, sua facilidade de compreensão a tornou altamente convincente para o grande público. Assim, o antipetismo se expandiu além da crítica partidária, se fundindo a narrativas de anticomunismo e antiterrorismo, o que ampliou ainda mais sua base de apoio.⁵³¹

O clima de polarização no país era tão intenso que o processo de impeachment, ao se deslocar das ruas para as instituições, trouxe incertezas reais sobre a sobrevivência da própria democracia brasileira. No dia 17 de abril de 2016, em uma sessão com quórum quase total, os deputados deveriam seguir um rito rigoroso de votação rápida. No entanto, ao ser convocado, o então deputado Jair Bolsonaro rompeu as normas estabelecidas e utilizou o microfone para proferir um discurso agressivo, marcando um momento de ruptura com a formalidade do Congresso e evidenciando a tensão política que cercava a queda de Dilma Rousseff.⁵³² Diferentemente das rupturas clássicas causadas por golpes militares, as democracias atuais enfrentam ameaças que operam dentro da legalidade, como processos de impeachment ou ações de governantes eleitos que corroem as instituições por dentro (de dentro pra fora). Esse fenômeno se manifesta no fim do pluralismo e dos direitos fundamentais por meio de manobras jurídicas e políticas que mantêm uma aparência de normalidade.⁵³³ A criação de estruturas de poder hipertrofiadas, como o superministério da Justiça sob a gestão de Sérgio Moro, exemplifica essa nova engenharia, na qual o endurecimento da repressão e a definição de crimes passam a servir a um projeto político específico, colocando em risco os valores essenciais do regime democrático⁵³⁴.

O antipetismo, atualização das paixões anticomunistas, que observamos ser difundido pela mídia tradicional tem explicações práticas associadas a escândalos envolvendo o PT,

13ª Vara Federal de Curitiba, a operação centralizou os julgamentos em primeira instância desde 2014. Mesmo com processos importantes ainda pendentes, o magistrado chegou a sinalizar que o ciclo da força-tarefa poderia estar próximo de um encerramento. (Cf. COUTO, Mirella da Silva Luz. Operação lava jato: o estopim para pensar a política brasileira. **Revista Panorâmica On-Line**. Barra do Garças - MT, vol. 26, p. 299 - 306, jul./dez. 2018. p.301)

⁵³⁰ Ibid., p.150.

⁵³¹ Idem.

⁵³² STARLING, Heloisa Murgel. Brasil. país do passado. In: BIGNOTTO, Newton; LAGO, Miguel; STARLING, Heloisa Murgel. **Linguagem da destruição**. A democracia em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. [versão online]. p. 62.

⁵³³ GOMES, Ângela de Castro. A Política brasileira em tempos de cólera. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. [versão online]. p.151.

⁵³⁴ Idem.

como por exemplo o “mensalão”, ocorrido em 2007. E em 2014, no governo Dilma, outro estardalhaço aconteceu, o “petrolão”. Jair Messias Bolsonaro, que era deputado, se aproveitou de todo clima de instabilidade e insatisfação, colocando sua imagem como “anticorrupto”, com uma linguagem política popular capaz de mobilizar as massas, que poderia nos remeter a Jânio Quadros em sua performance política, caracterizada por um visual deliberadamente desalinhado e atos de um populismo *kitsch*⁵³⁵, antecipa elementos da estética política mobilizada por Jair Bolsonaro décadas depois.⁵³⁶ Se Jânio exibia caspa nos ombros e comia mortadela diante das câmeras para forjar uma identidade com o “homem comum”, Bolsonaro utilizou o pão com leite condensado como signo de uma simplicidade planejada. Em ambos os casos, a construção do “messias” ou do “mito” que atua como um disfarce para uma atuação política que se reivindica contrária ao sistema, mas que utiliza o pitoresco e o bizarro para encobrir as fragilidades do exercício do poder institucional. Essa estratégia de humanização deliberada foi explorada por Jair Bolsonaro ao projetar uma imagem de simplicidade extrema, frequentemente mediada por símbolos do cotidiano popular. *O Estado de S. Paulo*, em 15 de fevereiro de 2019, noticiou que o então presidente participou de uma reunião oficial vestindo uma réplica informal, ou “pirata”, da camisa do Palmeiras. O jornal lembrou que, ainda durante a campanha eleitoral, esse mesmo modelo foi utilizado em um vídeo no qual o candidato consumia pão com leite condensado no café da manhã.

[...] Esta não foi a primeira vez que o presidente apareceu publicamente com essa camisa do Palmeiras. Durante a campanha eleitoral, ele gravou um vídeo mostrando que comia pão com leite condensado no café da manhã e estava usando o mesmo modelo de uniforme do clube alviverde.”⁵³⁷

Essa encenação do rústico não se limita à estética pessoal, mas desdobra-se em uma gramática política que visa produzir um sentimento de pertencimento coletivo. Ao fundir esses signos da vida comum com a exaltação da bandeira nacional, o bolsonarismo mobilizou um patriotismo desmedido que serviu para misturar a figura do líder à própria identidade da nação. Assim, o que o *Estado de S. Paulo* registrou como uma curiosidade de costumes era, na verdade, a engrenagem de um populismo simbólico que buscava converter o apoio eleitoral

⁵³⁵ Objeto ou estilo que, simulando obra de arte, é apenas imitação de mau gosto para desfrute de um público que alimenta a indústria da cultura de consumo ou cultura de massa; atitude ou reação desse público em face de obras ou objetos com essa característica. (São exemplos típicos de kitsch, estatuetas de plástico que imitam obras clássicas, flores artificiais, certos móveis de fórmica e quejandos.). (Cf. Kitsch. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/kitsch/>. Acesso em: 18 mar 2026.)

⁵³⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. Editora Brasiliense, 1981. [versão online]. p.8.

⁵³⁷ Bolsonaro participa de reunião em Brasília com camisa ‘pirata’ do Palmeiras. **O Estado de S. Paulo**, 15 fev 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/esportes/futebol/bolsonaro-participa-de-reuniao-em-brasilia-com-camisa-pirata-do-palmeiras/?srsltid=AfmBOoq-Y5Wom0s0VATEm461NNw4fTiGwJtNYn4wTyYeXsQKQgyY7X22>. Acesso em: 18 mar 2026.

em uma devoção cega, imune às críticas institucionais. Produzindo um sentimento comum ao tentar cultivar a bandeira nacional trazendo à tona o patriotismo desmedido.⁵³⁸ No dia 16 de novembro de 2014, Bolsonaro liderava um ato com cerca de 150 pessoas no Rio de Janeiro pedindo o *impeachment* da presidente Dilma, em discurso deputado Jair Messias Bolsonaro disse que as “Forças Armadas são tão vítimas quanto nós”⁵³⁹, no ato as pessoas pediam por intervenção militar, com bandeiras do Brasil e vestindo verde e amarelo.

Figura 10: Protestos contra Dilma 2014.



Ato na Paulista

Manifestação contra a presidente Dilma Rousseff em São Paulo atraiu diferentes grupos de oposição e reuniu 10 mil pessoas, segundo a PM; também houve protestos no Rio, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre. **POLÍTICA / PÁG. A13**

Fonte: *O Estado de S. Paulo*.⁵⁴⁰

Bolsonaro catalisou (res)sentimentos políticos, em toda a escala das emoções humanas do amor ao ódio. De acordo com Pierre Ansart, as democracias parlamentares, os produtores de bens simbólicos e emocionais formam um grupo composto por políticos, jornalistas, intelectuais e candidatos que possuem alta visibilidade pública. Esses agentes atuam na construção de narrativas e discursos que moldam as percepções e os sentimentos da sociedade, ocupando uma posição estratégica na mediação entre o poder e a opinião popular.⁵⁴¹ O ressentimento atua como um catalisador emocional capaz de unir diferentes estratos sociais sob um sentimento comum de injustiça e perda de espaço. Ao se perceberem como vítimas despojadas de seus direitos ou privilégios pelo avanço da inclusão social, os indivíduos

⁵³⁸ SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política:** a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023. p.23.

⁵³⁹ MOURA, Rafael Moraes; TOMAZELLI, Idiana; PORTELA, Marcelo. ‘Intervenção militar’ divide ato em SP. **O Estado de S. Paulo**, 16 nov 2014. Ano: 135, N: 44224. p.12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20141116-44224-nac-12-pol-a13-not>. Acesso em: 21 fev 2026.

⁵⁴⁰ Delatores falam em propina de R\$ 200 milhões a PT e PMDB. **O Estado de S. Paulo**, 16 nov 2014. Ano: 135, N: 44224. p.12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20141116-44224-nac-1-pri-a1-not>. Acesso em: 21 fev 2026.

⁵⁴¹ ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. Trad: Jacy Seixas. Curitiba, PR. Ed: UFPR, 2019. p.19.

nutrem uma hostilidade que alimenta o radicalismo e a intolerância. Esse estado psicológico substitui o ideal de igualdade por uma lógica de exclusão, na qual a violência surge como um meio de regeneração nacional e de preservação de crenças ameaçadas pela expansão de direitos a novos grupos.⁵⁴² As técnicas de governo utilizam uma vasta gama de afetos, que variam do entusiasmo ao ódio, para manipular a opinião pública e consolidar o poder. Ao mobilizar sentimentos de união ou hostilidade, os governantes criam divisões entre quem pertence e quem deve ser excluído do corpo social, utilizando a esperança e o medo como ferramentas universais de controle. Independentemente da cultura, essa dinâmica de capturar emoções para definir inimigos e aliados é uma estratégia constante na manutenção de regimes políticos.⁵⁴³ Em 2015 e 2016, os protestos se reafirmaram e clamaram contra Dilma e a corrupção no Brasil, buscando pelo patriotismo.⁵⁴⁴

A mídia foi essencial para o processo de impeachment da presidente Dilma, *O Estado de S. Paulo*, dedicou em 18 de abril de 2016 a primeira página inteira para “O impeachment avança”.⁵⁴⁵

Figura 11: O Estado de S. Paulo 2016.



⁵⁴²STARLING, Heloisa Murgel. Brasil. país do passado. In: BIGNOTTO, Newton; LAGO, Miguel; STARLING, Heloisa Murgel. **Linguagem da destruição**. A democracia em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. [versão online]. p.83.

⁵⁴³ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. Trad: Jacy Seixas. Curitiba, PR. Ed: UFPR, 2019. p.59.

⁵⁴⁴SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política**: a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023. p.30.

⁵⁴⁵ O impeachment avança. *O Estado de S. Paulo*, 18 abr 2016. Ano: 137, N: 44743. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160418-44743-nac-1-pri-a1-not>. Acesso em: 20 fev 2026.

No mesmo dia publicava a notícia “A Ameaça Petista”.⁵⁴⁷ Nesse momento o Brasil estava em uma intensa polarização política, manifestando uma visão crítica em relação à postura do PT diante do processo de impedimento da então presidente Dilma Rousseff. O jornal argumenta que a resistência petista não configurava uma defesa da legalidade, mas sim uma incapacidade histórica de aderir aos ritos institucionais e democráticos brasileiros, que corresponde a uma obediência civil esperada, conforme se observa no trecho a seguir:

[...] A ameaça petista de incendiar o País - e de transformar o Palácio da Alvorada em uma cidadela para defender Dilma de um “golpe”, que nada mais é do que a decisão soberana de um Congresso legitimamente eleito - é expressão clara do espírito golpista de seus líderes. Nenhum observador mais atento da vida nacional pode se dizer surpreso. O PT sempre demonstrou muita dificuldade em aceitar as regras do jogo democrático quando esteve na oposição. Recusou-se a dialogar com todos os governos, sabotou todos esforços para estabilizar a economia mas dificultou ao máximo a aprovação das necessárias reformas constitucionais para modernizar o Estado, tudo com o objetivo de criar uma atmosfera de confronto - sob a qual, calculou, teria mais chances eleitorais. É na confusão moral que costuma vicejar o tipo de política praticada pelo PT. [...]⁵⁴⁸

Essa retórica editorial revela uma continuidade histórica na postura da grande imprensa brasileira: a utilização do termo “democracia” como um valor seletivo. Ao classificar a resistência política, ou a desobediência política como força democrática, como “incapacidade de aderir aos ritos”, o jornal opera uma interdição do conflito, sem o qual não poderíamos falar, de fato, de uma legítima democracia. Segundo Chauí: “contra a ideia liberal” de que a democracia é “o regime da lei e da ordem”, a filósofa diz que “a democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento”⁵⁴⁹. Se em 1964 a “ameaça” era o comunismo e as reformas de base, em 2016 a “ameaça petista” serviu como o espantalho necessário para validar uma ruptura institucional sob o manto da legalidade formal. O golpe de 2016 retirou do poder uma governante eleita pelo voto popular, a primeira mulher presidente do Brasil, sem a existência de um embasamento constitucional real que justificasse sua saída. Esse movimento quebrou as regras de convivência política que estabilizavam o país, eliminando as barreiras que antes continham

⁵⁴⁶ Idem.

⁵⁴⁷ A Ameaça Petista. *O Estado de S. Paulo*, 18 abr 2016. Ano: 137, N: 44743. p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160418-44743-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 20 fev 2026.

⁵⁴⁸ Idem.

⁵⁴⁹ CARIELLO, Rafael. Democracia é conflito, não ordem, diz Chauí. *Folha de São Paulo*, 03 ago 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0308200314.htm>. Acesso em: 16 abr 2026.

e organizavam os embates diretos entre as forças sociais brasileiras.⁵⁵⁰ Para promover o desmantelamento democrático, formou-se uma coalizão heterogênea unida apenas pela hostilidade ao governo vigente. Parte dessa cúpula política, encabeçada por Michel Temer e lideranças do PMDB, enxergou no afastamento de Dilma Rousseff a chance estratégica de interromper o avanço de apurações sobre corrupção que ameaçavam o próprio grupo.⁵⁵¹

Durante o desenrolar do processo, segmentos inicialmente tratados como meras ferramentas de pressão política e força de choque contra os movimentos populares conquistaram um protagonismo imprevisível por seus articuladores originais. A ascensão de Jair Bolsonaro aglutinou esses grupos, compostos por entusiastas do regime militar, fundamentalistas religiosos, seguidores de teorias conspiratórias e setores do judiciário focados no punitivismo messiânico, imprimindo um caráter de extrema-direita que rompeu com a tentativa de estabilizar uma democracia limitada e tutelada, pretendida pelos idealizadores do golpe de 2016.⁵⁵² A derrubada de Dilma Rousseff em 2016 não teve como objetivo primordial a ascensão de Jair Bolsonaro. O ex-militar e seus seguidores ocupavam papéis menores em um cenário controlado pelos atores principais, a elite política tradicional, o grande empresariado, interesses estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos, conglomerados de mídia e a estrutura repressiva estatal.⁵⁵³ No dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal aprovou, por 61 votos a 20, o afastamento definitivo da presidente. Sobre o desfecho do processo, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou:

O Senado Federal aprovou às 13h35 desta quarta-feira, 31, por 61 votos a 20 o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff (PT). Quase dois anos após ser reeleita com 54,5 milhões de votos, ela se tornou o segundo presidente da República da história do Brasil a sofrer impeachment. Com a destituição, Michel Temer (PMDB) assumirá o comando do País. Ele já estava como presidente em exercício desde 12 de maio, quando o Senado tinha aprovado o afastamento temporário da petista.⁵⁵⁴

A cobertura e o posicionamento do veículo reforçam a tese de que o golpe de 2016 possuiu uma dimensão não apenas política, mas fundamentalmente midiática, revelando uma continuidade histórica na atuação do impresso. Como observado desde a Primeira República e em outros momentos de crise democrática no Brasil, o jornal, sob a liderança de Júlio de

⁵⁵⁰ MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da construção do golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. p.179.

⁵⁵¹ Idem.

⁵⁵² Ibid., p. 180.

⁵⁵³ Ibid., p.181.

⁵⁵⁴ AMARAL, Luciana; GADELHA, Igor; GAMARSKI, Rachel. Impeachment é aprovado no Senado e Dilma é cassada. **O Estado de S. Paulo**, 31 ago 2016. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/impeachment-e-aprovado-no-senado-e-dilma-e-cassada/?srsltid=AfmBOoqj_HmT8N2U9A5so-ufNxJhqXVrllmJJsJwpzcRDZsV6IYhuiZu. Acesso em: 19 mar 2026.

Mesquita, manteve uma postura de ativa intervenção nos rumos do país. Distante do ideal de observador imparcial, Mesquita operou como um autêntico ator político, exercendo influência direta no cenário público tanto por sua filiação ao Partido Republicano Paulista (PRP) quanto pelo exercício de mandatos legislativos.⁵⁵⁵ É fundamental considerar que o jornal se consolidou como uma empresa capitalista voltada ao lucro ainda no início do século XX. Nelson Werneck Sodré aponta que a contradição da imprensa brasileira naquele período residia no fato de que, embora operasse em moldes capitalistas, ela ainda se submetia a estruturas de poder baseadas em relações pré-capitalistas. Essa tensão manifestava-se em campanhas sucessórias violentas e em jornais de oposição agressivos que, muitas vezes, careciam de fundamentos ideológicos reais. Esse momento permitia que detentores do poder comprassem a opinião pública nos periódicos, estratégia utilizada por figuras como Campos Sales para tentar organizar politicamente as forças arcaicas do país por meio de métodos e infraestruturas modernas.⁵⁵⁶

Essa herança de intervenção direta manifestou-se novamente em 2016, quando o *Estado de S. Paulo* manifestou um apoio direto ao processo de impeachment, assumindo uma postura semelhante à de um promotor de acusação no campo mediático. Por meio de seus editoriais, o veículo buscou sistematicamente desmentir as justificativas apresentadas pela presidenta Dilma, contrapondo-as ao que denominava como “As verdadeiras razões do impeachment”.⁵⁵⁷ Nessa perspectiva, o jornal buscava invalidar o que considerava, dentro de sua própria visão de mundo, narrativas enganosas construídas pela mandatária, por Lula e pelo PT.⁵⁵⁸ O jornal sustentou a tese de que a “pedalada fiscal” constituía um crime de responsabilidade, chegando a ridicularizar a figura da mandatária ao traçar analogias entre suas pedaladas matinais e as manobras contábeis em questão, no dia 16 de abril de 2016 em “Pedalada fiscal vira base de crise política”.⁵⁵⁹

⁵⁵⁵ GUILHERME, Cássio. **O jornal O Estado de S. Paulo no impeachment de 2016: forjando o consenso contra o Lulismo (2011-2016)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2021. p. 300.

⁵⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.276.

⁵⁵⁷ As verdadeiras razões do impeachment. *O Estado de S. Paulo*, 06 dez 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/as-verdadeiras-razoes-do-impeachment/?srsltid=AfmBOorPppXdL0mIXGwMNwb-xEX2rcsxYPI-JYoKaaBaF-NKC2SXf3em>. Acesso em: 19 mar 2026.

⁵⁵⁸ GUILHERME, Cássio. **O jornal O Estado de S. Paulo no impeachment de 2016: forjando o consenso contra o Lulismo (2011-2016)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2021. p. 307.

⁵⁵⁹ FERNANDES, Adriana. Pedalada fiscal vira base de crise política. *O Estado de S. Paulo*, 16 abr 2016. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/adriana-fernandes/pedalada-fiscal-vira-base-de-crise-politica/?srsltid=AfmBOoY3K331NDvX8P9MsITeRDPB_BkaFXjR8qGS3yWWS-rX25i1QFX. Acesso em: 19 mar 2026.

Por capricho da história, as pedaladas matinais da presidente Dilma Rousseff nos arredores do Palácio da Alvorada, como parte de uma rigorosa dieta alimentar, foram confundidas no imaginário popular com a manobra contábil que acabaria servindo de justificativa para o seu impeachment.⁵⁶⁰

Ao atuar como um verdadeiro auxiliar de acusação, o periódico buscou desqualificar o depoimento de Dilma perante a Comissão, classificando sua defesa como uma “singela peça retórica”.⁵⁶¹ Essa postura editorial demonstra que o veículo não se limitou a informar, mas empenhou-se em construir um ambiente de deslegitimação técnica e moral da presidente, transformando um debate jurídico complexo em um espetáculo de ironia e condenação antecipada. Para que o processo de impedimento ganhasse uma face de legitimidade, foi indispensável que a ruptura institucional contasse com alguma adesão popular visível nas ruas. Nesse cenário de disputa, as forças políticas em oposição mobilizaram suas respectivas bases, e o *Estado de S. Paulo* foi ativo nessa polarização por meio de seus editoriais. Na visão de mundo do jornal, estabeleceu-se uma distinção clara e ideológica: de um lado, figurava o “povo brasileiro”, retratado como o defensor legítimo do impeachment; do outro, a “militância profissional” de esquerda, descrita como uma força a serviço do lulismo e como uma suposta ameaça à estabilidade democrática.⁵⁶²

É preciso notar, contudo, que essa arquitetura de deslegitimação e violência simbólica não emergiu espontaneamente em 2016, ela começou a ser delineada ainda no rescaldo das eleições de 2014. A mobilização política de 2014 aproveitou o descontentamento popular iniciado pelos protestos contra o aumento das tarifas de transporte e os gastos da Copa do Mundo, o que impulsionou um patriotismo marcado pelo resgate de símbolos nacionais. Nessa conjuntura de oposição à reeleição de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro e seus filhos participaram ativamente das manifestações de rua.⁵⁶³ O jornal *O Estado de S. Paulo* registrou que, em 1º de novembro de 2014, Eduardo Bolsonaro ocupou o único carro de som do ato para afirmar que, caso seu pai tivesse concorrido à presidência naquele pleito, ele teria

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ Retórica singela. *O Estado de S. Paulo*, 06 abr 2016. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160406-44731-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 19 mar 2026.

⁵⁶² GUILHERME, Cássio. *O jornal O Estado de S. Paulo no impeachment de 2016: forjando o consenso contra o Lulismo (2011-2016)*. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2021. p. 308-309.

⁵⁶³ SILVA, Diessika Costa. NORONHA, Gilberto Cezar de. Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas: sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro. *Boletim Historiar*, vol. 09, n. 04. Out./Dez. 2022, p. 03-24. p.8.

fuzilado a mandatária recém-eleita. No discurso, o então deputado federal pelo PSC declarou: “Ele teria fuzilado Dilma Rousseff se fosse candidato.”⁵⁶⁴

Essa postura, amplamente divulgada pela mídia, reflete como o discurso de radicalização política ocupava o espaço público, apresentando a família Bolsonaro como agentes empenhados em uma transformação drástica da realidade política brasileira. Bolsonaro manteve uma mobilização eleitoral contínua e, embora não liderasse formalmente todos os movimentos, soube capitalizar a instabilidade institucional do país para se projetar.⁵⁶⁵

Ao se distanciar da imagem do político tradicional, ele utilizou a fragilidade institucional da nação como plataforma de autopromoção, alinhando-se à descrição de lideranças que exploram lacunas de representação para conquistar a adesão das massas. Nesse processo, mobilizou o sentimento nacionalista com o propósito específico de alcançar e, posteriormente, manter-se na presidência.⁵⁶⁶ Esse esforço visava capturar a identidade e o sentimento nacional para, por meio da mobilização das paixões políticas, angariar os votos necessários para atingir seu objetivo final: a Presidência da República.

Já na campanha eleitoral de 2018, Jair Messias Bolsonaro apropriou-se da bandeira nacional, transformando-a em um símbolo partidário que identificava os autodenominados “cidadãos de bem”. Em contrapartida, aqueles que divergiam dessa visão eram sumariamente rotulados como “esquerdistas” ou “comunistas”, que nessa visão maniqueísta estariam no pólo do mal. Durante esse período, não se observou uma reação articulada da esquerda brasileira para disputar essa simbologia, profundamente⁵⁶⁷ enraizada no imaginário social antes, durante e após o pleito.⁵⁶⁸ Bolsonaro soube manejar as paixões políticas e utilizar livremente essa mensagem para atrair seu eleitorado, confirmando a ideia de que “toda gama de sentimentos e emoções, do contentamento à angústia, do amor ao ódio, pode ser encontrada nas nossas experiências políticas, em todas as intensidades.”⁵⁶⁹ Ao mobilizar esses afetos, ele transformou símbolos pátrios em ferramentas de distinção entre aliados e inimigos, explorando a subjetividade do eleitor para consolidar sua base de apoio.

⁵⁶⁴ CHAPOLA, Ricardo. Ato por impeachment de Dilma reúne 2,5 mil em São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, 01 nov 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ato-por-impeachment-de-dilma-reune-2-5-mil-em-sao-paulo/>. Acesso em: 20 mar 2026.

⁵⁶⁵ SILVA, Diessika Costa. NORONHA, Gilberto Cezar de. Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas: sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro. **Boletim Historiar**, vol. 09, n. 04. Out./Dez. 2022, p. 03-24. p.9.

⁵⁶⁶ Ibid., p. 10.

⁵⁶⁷ Talvez, mais apropriadamente pudéssemos dizer “razamente”, já que se trata de estereótipo, que são “tipos estereis” que não têm profundidade histórica. São imagens achatadas, rasas e por isso mesmo “colam” fácil.

⁵⁶⁸ SILVA, Diessika Costa. p.38

⁵⁶⁹ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Trad: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019. p.14.

Essa não é uma prática nova na história do Brasil. A utilização de símbolos nacionais por Getúlio Vargas, iniciada em 1930, buscou mobilizar elementos do imaginário social para legitimar estruturas vigentes, alterar tradições e estabelecer novas diretrizes políticas. Especialmente durante o Estado Novo, o projeto varguista empenhou-se na reconstrução de um ideal nacionalista fundamentado em rituais cívicos, iconografia e valores sociais e culturais normativos. Conforme analisam Araújo e Moraes, essa estratégia visava consolidar uma identidade nacional coesa.⁵⁷⁰ Do mesmo modo, o governo de Emílio Garrastazu Médici, durante a ditadura militar na década de 1970, aproximou-se das estratégias varguistas ao utilizar o patriotismo e a propaganda como pilares de sustentação. O projeto de construção de um “Brasil Grande” e de uma “potência mundial” tornou-se central na comunicação oficial para legitimar o regime e consolidar a percepção de força e prosperidade atrelada ao “milagre econômico”. Essas campanhas publicitárias buscavam fabricar o consenso e angariar o apoio de diversos setores sociais, uma vez que o governo militar carecia de uma imagem positiva espontânea perante a sociedade brasileira.⁵⁷¹ Os governos de Vargas, Médici e Bolsonaro utilizaram a publicidade para exaltar o nacionalismo, fundamentando-se no forte apelo emocional que as imagens exercem sobre a população. Essa estratégia envolveu a substituição de textos densos por elementos visuais diretos, permitindo uma manipulação mais eficaz dos símbolos pátrios. Ao priorizar a iconografia em detrimento do debate racional, essas gestões conseguiram mobilizar afetos e construir narrativas de unidade nacional que serviram para legitimar seus respectivos projetos de poder em diferentes contextos históricos.⁵⁷²

Por conseguinte, nas eleições de 2018, as mídias digitais consolidaram-se como o principal canal de debate e discussão política. Elas desempenharam um papel fundamental na estratégia que viabilizou a vitória de Jair Messias Bolsonaro, cuja campanha foi estruturada prioritariamente em torno do uso de redes sociais como *YouTube*, *Twitter* e *WhatsApp*. Essa transição do modelo tradicional de propaganda para o ambiente digital permitiu uma comunicação mais direta e fragmentada, adaptada à dinâmica de consumo de informação de seus eleitores. Com isso, surgiram as discussões sobre o fenômeno das notícias falsas, que dominaram as redes sociais durante os períodos eleitorais e proliferaram sob a aparência de informações legítimas. O motor de impulsão dessas notícias é, em grande medida, o

⁵⁷⁰ ARAÚJO, Carla Camila M. V.; MORAIS, Cleide da Silva. A educação como projeto estatal - A (re) construção da identidade nacional na era Vargas (1930-1945): práticas e rituais cívicos. **Revista de História**. Seção artigos. Bilros, Fortaleza, V.3, N.4, p.54-68.

⁵⁷¹ ALVES, Regilany da Silva. Propaganda, legitimação e violência simbólica no governo Médici (1969-1974). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN.2013.

⁵⁷² OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempos de repressão**: A publicidade inspirada na propaganda do Governo Médici. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, Rio de Janeiro, 2014. p.45.

sentimento de pertencimento; o desejo de companheirismo e a identificação com um grupo incentivam os compartilhamentos. Ou seja, existe um componente emocional determinante para que essas informações sejam disseminadas, priorizando a validação de crenças e afetos em detrimento da veracidade dos fatos.⁵⁷³

Quatro anos depois, o cenário de disputa eleitoral revelou que tais posicionamentos não eram episódicos, mas estruturais. Nas eleições de 2022, ocupando o topo da hierarquia executiva, Jair Messias Bolsonaro mobilizou discursos ainda mais incisivos para inflar ataques à democracia, testando os limites institucionais e repetindo, agora com o peso da máquina pública, as dúvidas sobre a integridade do sistema que o elegera anteriormente. Em julho de 2021, ele condicionou a aceitação do resultado das eleições de 2022 à implementação do voto impresso, alegando, sem apresentar provas, que o pleito de 2014 teria sido fraudado e que Aécio Neves (PSDB) teria, na verdade, derrotado Dilma Rousseff (PT). Essa retórica não apenas buscava desacreditar a integridade das urnas eletrônicas, mas também servia para mobilizar sua base de apoio em torno de uma narrativa de vulnerabilidade institucional.⁵⁷⁴

Às vésperas do primeiro turno, em 28 de setembro de 2022, o Partido Liberal (PL) protocolou um documento questionando a integridade das urnas eletrônicas. A investida ocorreu em um momento de desvantagem de Jair Bolsonaro nas pesquisas eleitorais, contrastando com sua declaração anterior, feita em sabatina no *Jornal da Record*, de que aceitaria o resultado das urnas desde que o pleito fosse considerado limpo por ele. Essa movimentação da sigla reforçou a estratégia de lançar dúvidas sobre o sistema de votação, servindo como um mecanismo de pressão política e mobilização de sua base aliada diante de um cenário de possível derrota.⁵⁷⁵ Bolsonaro voltou a questionar a credibilidade dos institutos de pesquisa, classificando como “palhaçada” o início das novas rodadas de levantamentos, especificamente ao comentar os dados da Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec). No primeiro turno, a apuração oficial registrou 48,43% dos votos válidos para Lula contra 43,20% para Bolsonaro, evidenciando uma distância menor do que a projetada pelas principais sondagens. Na véspera do pleito, o Datafolha indicava o petista com 50% e o candidato à

⁵⁷³ MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FREITAS, Viviane Gonçalves; AGGIO, Camilo de Oliveira; SANTOS, Nina Fernandes. Fake News e o repertório contemporâneo de ação política. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20200213, 2023. p. 6.

⁵⁷⁴ Bolsonaro diz que pode não aceitar o resultado de 2022 e volta a mentir sobre eleições de 2014. **Carta Capital**. 07 jul 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-pode-nao-aceitar-o-resultado-de-2022-e-volta-a-mentir-sobre-eleicoes-de-2014/>. Acesso em: 20 mar 2026.

⁵⁷⁵ GALZO, Wesley. TSE acusa partido de Bolsonaro de fabricar relatório ‘mentiroso’ para ‘tumultuar’ eleição. **O Estado de S. Paulo**, 28 set 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/tse-acusa-partido-de-bolsonaro-de-fabricar-relatorio-mentiroso-para-tumultuar-eleicao/?srsltid=AfmBOooKVggRdZFoJmviD4EIDm_-rC2oFnfdq5dFTxZ0zGvzJF7Ft_3n. Acesso em: 20 mar 2026.

reeleição com 36%, enquanto o Ipec apontava 51% e 37%, respectivamente. Essa divergência entre as previsões e o resultado das urnas serviu de base para que o chefe do Executivo e seus aliados concentrassem ataques sistemáticos contra as empresas de pesquisa.⁵⁷⁶

Após a confirmação da vitória de Lula (PT) com 50,90% dos votos válidos contra 49,10% de Jair Bolsonaro (PL), a derrota do atual mandatário desencadeou uma onda de reações antidemocráticas. Inflados pela retórica de contestação do sistema eleitoral mantida pelo presidente, apoiadores extremistas organizaram atos com teor golpista em pelo menos 18 estados e no Distrito Federal. Essas mobilizações incluíram bloqueio de estradas e a montagem de acampamentos em frente a Quartéis-Generais (QGs), onde se pedia intervenção federal contra o resultado das urnas.⁵⁷⁷ Caracterizados pelo uso sistemático de camisas da seleção brasileira e pela posse da bandeira nacional, os manifestantes transformaram símbolos patrióticos em emblemas de resistência à alternância de poder e à ordem democrática.

Figura 12: Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro contestam resultado da eleição presidencial.



Fonte: *O Estado de S. Paulo*.⁵⁷⁸

Com o intuito de mitigar acusações de golpismo durante as manifestações convocadas para a festa da República em 15 de novembro em frente aos quartéis, os grupos organizaram

⁵⁷⁶ PORCELLA, Iander. Bolsonaro fala em ‘problemas’ na apuração do 1º turno e volta a criticar o STF. **O Estado de S. Paulo**, 05 out 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-fala-em-problemas-na-apuracao-do-1-turno-e-volta-a-criticar-stf/?srsltid=AfmBOoooY8psBp08Z8Cih7U771APhYZiAZ-NiA6Dip1L1p6ckCIMwDMf>. Acesso em: 20 mar 2026.

⁵⁷⁷ FEITOSA, Cézar; MARCHESINI, Lucas; OLIVEIRA, Thaísa. Generais evitam condenar apoiadores de Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**. Brasília, 03 nov 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/generais-evitam-condenar-atos-golpistas-de-apoiadores-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 20 mar 2026.

⁵⁷⁸ POMPEU, Lauriberto. Ex-desembargadores defendem golpe militar em audiência convocada por bolsonaristas no Senado. Foto: Felipe Rau/Estadão. **O Estado de S. Paulo**, 02 nov 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/ex-desembargadores-defendem-golpe-militar-em-audiencia-convocada-por-bolsonaristas-no-senado/?srsltid=AfmBOorhOcZOA1Y_zIOnoqnMVpm2HgPf6r8r7u24Z8CjFXZvqCWA_Lax. Acesso em: 22 mar 2026.

uma espécie de manual estratégico. A intenção central é desvincular o movimento de atos criminosos por meio de uma mudança no discurso público.⁵⁷⁹ Em Brasília, o acampamento estabelecido diante do Quartel-General do Exército, composto por apoiadores de Jair Bolsonaro, mantém o objetivo de impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, para evitar implicações jurídicas, passaram a adotar pautas genéricas e abstratas, como a defesa da liberdade de expressão e da soberania popular. No local, as mensagens diretas de intervenção foram substituídas ou acompanhadas por pedidos de “socorro” às Forças Armadas, materializados em faixas com os dizeres “SOS Forças Armadas” ou “Exército nos salve”.⁵⁸⁰ No dia 1 de janeiro de 2023, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva ocorreu sem o registro de ameaças diretas ou riscos concretos contra o presidente e seus apoiadores na Esplanada dos Ministérios. Um dos maiores temores da equipe de transição residia na permanência dos acampamentos de apoiadores de Jair Bolsonaro em frente ao Quartel-General em Brasília. No entanto, a segurança do novo governo avaliou que essas mobilizações haviam perdido força⁵⁸¹ após a viagem de Jair Bolsonaro para os Estados Unidos, em 30 de dezembro de 2022.⁵⁸²

Ao deixar o país, o ex-mandatário sinalizou que não participaria do ato simbólico de passar a faixa presidencial ao seu sucessor, quebrando uma tradição importante na alternância de poder e expondo o medo explícito deste ritual democrático. Diante dessa ausência, o ato de entrega da faixa foi realizado por um grupo de cidadãos que representavam a diversidade da sociedade brasileira: uma criança, um indígena, um operário, um catador de materiais

⁵⁷⁹ WETERMAN, Daniel. Manifestantes fazem manual para evitar serem chamados de golpistas durante ato no feriado. **O Estado de S. Paulo**, 15 nov 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/manifestantes-fazem-manual-para-evitar-serem-chamados-de-golpistas-durante-ato-no-feriado/?srsltid=AfmBOoru7LZsvSqTTqpn-maxIKmlFu6CHw4QKNwob3pte9yY9b1SIWfA>. Acesso em: 20 mar 2026.

⁵⁸⁰ Idem.

⁵⁸¹ Posse de Lula termina sem ocorrências graves após temor com segurança. **Folha de São Paulo**. Brasília, 01 jan 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/posse-de-lula-termina-sem-ocorrencias-graves-apos-temor-com-seguranca.shtml>. Acesso em: 20 mar 2026.

⁵⁸² FRAZÃO, Felipe. Bolsonaro viaja aos EUA para não passar faixa a Lula e vai para resort onde Trump tem casa. **O Estado de S. Paulo**, 28 dez 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-viaja-aos-eua-para-nao-passar-faixa-a-lula-e-vai-para-resort-onde-trump-tem-casa/?srsltid=AfmBOoesutoa2MH3u6OqkJSJA9zF92-27cgTbrl9ze9I-Secn4oVrvF>. Acesso em: 20 mar 2026.

recicláveis e uma pessoa com deficiência⁵⁸³. Na ocasião, o senador Randolfe Rodrigues (REDE) afirmou: “Quem entrega a faixa é o povo brasileiro, que, segundo a Constituição, é o detentor do poder”.⁵⁸⁴

Figura 13: Presidente Lula e representantes da população na rampa no Palácio do Planalto.



Fonte: *O Estado de S. Paulo*⁵⁸⁵

Essa ruptura na liturgia política da Nova República, deslocou o rito de uma formalidade burocrática para uma performance de reafirmação democrática. Ao delegar o ato a um grupo representativo da pluralidade social, o novo governo operou uma transferência da legitimidade do cargo, na ausência da institucionalidade personificada pelo antecessor, recorreu à fonte do poder democrático mais amplo e participativo, a democracia não se esgota no cumprimento de prazos ou na liturgia das togas, ela é o exercício direto e simbólico da

⁵⁸³ Francisco Carlos do Nascimento, uma criança negra de 10 anos, moradora de Itaquera, periferia de São Paulo; Aline Sousa, de 33 anos, catadora de recicláveis desde os 14 anos, terceira geração de catadores na família; Cacique Raoni Metuktire dedica sua vida à defesa da Amazônia e dos povos da floresta e tem grande reconhecimento internacional. Da aldeia Kraitopy-yaka, onde nasceu, o cacique rodou o mundo pedindo paz, aos 90 anos; Wesley Viesba Rodrigues Rocha, de 36 anos, é metalúrgico do ABC Paulista desde os 18 anos; Murilo de Quadros Jesus, de 28 anos, é professor, formado em letras português e inglês e mora em Curitiba; A cozinheira Jucimara Fausto dos Santos, paranaense nascida em Palotina; O *influencer* Ivan Baron é um jovem potiguar que tem paralisia cerebral e Flávio Pereira, de 50 anos, é natural de Pinhalão, no Paraná. Trabalha como artesão. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/saiba-quem-sao-pessoas-que-entregaram-faixa-presidencial-lula>. Acesso em: 10 abr 2026.

⁵⁸⁴ AZEVEDO, Victoria; OLIVEIRA, Thaísa; REZENDE, Thiago; SEABRA, Catia. Lula recebe faixa de criança, indígena, negro, mulher, operário e pessoa com deficiência em nome do ‘povo brasileiro’. *Folha de S. Paulo*, Brasília, 01 jan 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/lula-recebera-faixa-de-crianca-indigena-negro-e-mulher-em-nome-do-povo-brasileiro.shtml>. Acesso em: 22 mar 2026.

⁵⁸⁵ Saiba quem são os cidadãos que passaram a faixa para Lula. Foto: Eraldo Peres/ AP. *O Estado de S. Paulo*, 01 jan 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/saiba-quem-sao-os-cidadaos-que-passaram-a-faixa-para-lula/?srsltid=AfmBOoruknzDEhfPyxfZFCGU82H8UHYX4sbON_1pmIUZUvYcHL-xjyOY. Acesso em: 22 mar 2026.

soberania popular. Conforme sinalizado pela fala de Randolfe Rodrigues (REDE), a cerimônia modificou a entrega do objeto em um manifesto jurídico-político, fundamentado no princípio constitucional de que a soberania reside no povo. Assim, a imagem da diversidade brasileira subindo a rampa do Planalto não apenas preencheu um vácuo protocolar, mas buscou reconstruir simbolicamente o pacto democrático, apresentando o cidadão comum como o verdadeiro fiador da alternância de poder.

Transcorridos setenta dias do pleito eleitoral e apenas uma semana após a cerimônia de investidura presidencial, os eventos de 08 de janeiro de 2023 revelaram que a transição de governo permanecia sob forte contestação. A concretização de investidas antidemocráticas manifestou-se na incursão de aproximadamente quatro mil militantes vinculados ao ex-mandatário Jair Bolsonaro, que ocuparam e depredaram as sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário em Brasília. Mais do que uma simples recusa ao resultado das urnas de 2022, o episódio configurou-se como um evento preparado para precipitar uma intervenção militar sob a égide de uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ou de um estado de sítio, visando a anulação do rito democrático. Esse caráter subversivo foi camuflado pelo uso ostensivo de símbolos nacionais, como a bandeira e o uniforme da seleção brasileira.⁵⁸⁶ Essa apropriação estética não serviu apenas à identificação ideológica, ela foi uma tentativa deliberada de revestir um ato de insurgência com uma pátina de patriotismo e “verdadeira democracia”. Ao buscar o colapso físico e simbólico das instituições, o movimento não pretendia discutir o resultado eleitoral, mas sim interromper a continuidade do Estado Democrático de Direito, forçando uma solução de força que ecoava as intervenções tutelares da história política brasileira.

Figura 14: Golpistas em frente ao Congresso Nacional

⁵⁸⁶ SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política:** a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023. p.67.



Fonte: *O Estado de S. Paulo*⁵⁸⁷

A Polícia Militar do Distrito Federal, instituição incumbida constitucionalmente da preservação da ordem na Praça dos Três Poderes, demonstrou uma postura de passividade, para não dizer de conivência, diante da investida em primeiro momento. Essa omissão facilitou a incursão aos edifícios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, culminando na depredação severa do plenário de julgamentos. O patrimônio público foi alvo de vandalismo sistemático, com a destruição de mobiliário, vidraçarias e o descarte de documentos oficiais. Registros da ocasião expuseram o distanciamento de contingentes da PMDF que, sem oferecer resistência direta, assistiam bestializados à consumação da tentativa de golpe contra a Sexta [ou a nova] República brasileira. Em resposta ao episódio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assegurou a responsabilização dos envolvidos e decretou intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal até o encerramento de janeiro de 2023.⁵⁸⁸ A ausência de um reconhecimento formal da derrota eleitoral por parte de Jair Bolsonaro, somada à sua saída do território nacional antes da sucessão presidencial, atuou como um catalisador para as expectativas de uma intervenção militar entre seus apoiadores. Esse cenário de instabilidade foi alimentado por anos de retórica belicosa contra as instituições democráticas e por manifestações ambíguas acerca do papel

⁵⁸⁷ Ataques aos Três Poderes: veja as principais imagens dos ataques na Esplanada dos Ministérios. Foto: Eraldo Peres/ AP. *O Estado de S. Paulo*, 08 jan 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/ataques-aos-tres-poderes-veja-as-principais-imagens-dos-ataques-na-esplanada-dos-ministerios/?srsltid=AfmBOoqMoIgM8rGeHVf_D9Rk7xGrpW2dXHAGkb5qHjckGpRjpqfbKCJR. Acesso em: 22 mar 2026.

⁵⁸⁸ SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política**: a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023. p.67-68.

constitucional das Forças Armadas. Somente após seis horas do início das ofensivas em Brasília, o ex-mandatário manifestou-se via redes sociais para repudiar as depredações, classificando-as como excepcionais. Escreveu que: “Manifestações pacíficas, na forma da lei, fazem parte da democracia. Contudo, depredações e invasões de prédios públicos como ocorridos no dia de hoje, assim como os praticados pela esquerda em 2013 e 2017, fogem à regra”.⁵⁸⁹ Embora sua declaração reconhecesse o caráter antidemocrático das ações, buscou estabelecer uma falsa simetria entre o vandalismo e as estratégias democráticas de luta que não se restringiram à esquerda ao mesmo tempo em que dirigiu críticas à gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.⁵⁹⁰ É válido observar que *O Estado de S. Paulo* não fez publicações sobre essa declaração do ex-presidente.

No dia 09 de janeiro de 2023, um dia após as invasões, o jornal *O Estado de S. Paulo* adotou uma postura editorial oscilante ao referir-se aos manifestantes apenas como apoiadores extremistas do ex-presidente⁵⁹¹. Essa escolha vocabular evitou o uso de termos mais severos, como terroristas ou golpistas, o que demonstra uma retração em comparação à cobertura do próprio veículo no dia anterior, quando as classificações de golpismo haviam sido empregadas⁵⁹². Essa flutuação terminológica é sintomática da dificuldade da imprensa tradicional em nomear a ruptura institucional, com a qual, desde pelo menos a Proclamação da República não raro, coadunava. Revelava-se ainda uma disputa narrativa interna sobre a gravidade dos fatos e a responsabilidade direta dos agentes envolvidos. No mês seguinte, foi noticiado que havia preparativos para a execução de um atentado contra o presidente Lula. O plano consistia em assassinar o mandatário com um tiro de fuzil de longa distância no dia de sua posse. O ministro da Justiça, Flávio Dino, confirmou que investigadores encontraram conversas com esse teor no celular apreendido com um dos envolvidos na tentativa de

⁵⁸⁹ SOARES, Jussara; BARBOSA, Kathlen. Bolsonaro nega responsabilidade e compara invasão terrorista a atos ‘praticados pela esquerda’. **O Globo**. Brasília, 08 jan 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/bolsonaro-nao-condena-atos-terroristas-critica-lula-e-compara-invasao-a-acao-da-esquerda.ghtml>. Acesso em: 22 mar 2026.

⁵⁹⁰ Idem.

⁵⁹¹ Invasão em Brasília: o que você precisa ler sobre o ataque aos três poderes no domingo. **O Estado de S. Paulo**, 09 jan 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/veja-tudo-o-que-se-sabe-sobre-a-invasao-de-grupos-radicaais-as-sedes-dos-tres-poderes/?srsltid=AfmBOoqPQxLN0N_kJsP73liRO0Yo_fnZuOIvWCbtYL-6WW-6Ag_d60UM. Acesso em: 22 mar 2026.

⁵⁹² AFFONSO, Julia; ANATER, Rubens; BORGES, André; CAMBRICOLI, Fabiana; GALZO, Wesley; ROSA, Vera; VALFRÉ, Vinicius; WETERMAN, Daniel. Golpistas invadem Congresso STF e Palácio do Planalto; governo Lula intervém na segurança do DF. **O Estado de S. Paulo**, 08 jan 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/manifestantes-invadem-congresso-e-seguem-para-palacio-do-planalto/?srsltid=AfmBOor0CAQFTZLqjyioSVzHRPsCv8atBcmfU11u7u-B-YMsg9E22Utz>. Acesso em: 22 mar 2026.

explosão de uma bomba no Aeroporto de Brasília⁵⁹³. Sobre o caso, o ministro afirmou: “Esse cidadão que está preso, da bomba, do aeroporto, no dia 24 de dezembro, ele estava fazendo treino e obtendo instruções de como dar um tiro de fuzil de longa distância. Havia atos preparatórios para a execução de um tiro que ia ser um tiro no dia da posse de Lula.”⁵⁹⁴

Mas por que tanta energia para impedir a posse do presidente? Novamente estamos diante do medo da democracia que nada mais é do que a mais triste das paixões tristes por ser o caminho da servidão.⁵⁹⁵ Percebemos que nesse período diferente da ditadura militar, o medo foi capilarizado em uma base popular mais ampla, além de setores do agronegócio e dos militares. O medo não é apenas do comunismo (agora ressignificado), mas da perda de identidade e valores tradicionais. O temor é de que as instituições democráticas (STF, urnas eletrônicas, sistema eleitoral) sejam instrumentos de uma elite corrupta ou progressista para impor uma agenda que fere a família tradicional patriarcal e a liberdade individual. Essa mentalidade revela um profundo receio voltado tanto para a elite quanto para o próprio povo, manifestando-se como uma resistência à diversidade e à consolidação de uma sociedade inclusiva. No bolsonarismo, o medo recai sobre a democracia procedimental e seus freios e contrapesos. O sistema democrático é visto como um obstáculo à vontade direta do líder e do povo verdadeiro. É o medo de uma democracia que protege minorias e que possui mecanismos de controle (como o Judiciário) que limitam o poder executivo. Em suma, é o medo de uma democracia que protege minorias e limita o poder executivo, e isso transborda para o medo da resistência antifascista, o que explica a tentativa de controle e criminalização de vozes dissidentes, como exemplificado na elaboração de dossiês contra jornalistas e professores⁵⁹⁶ que personificam o pensamento crítico e a defesa dos direitos fundamentais.

⁵⁹³ No dia 24 de dezembro, a Polícia Civil do Distrito Federal prendeu um homem, de 54 anos, gerente de um posto de combustível. Ele confessou ter instalado um artefato explosivo em um caminhão nas proximidades do Aeroporto de Brasília com o objetivo de instaurar o caos e protestar contra a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Apoiador do presidente, Jair Bolsonaro, o detido possuía vínculos com grupos acampados em frente ao Quartel General do Exército, conhecidos por defender pautas antidemocráticas. (Cf. Polícia encontra material explosivo em região de mata próxima a Brasília. O Estado de S. Paulo, 26 dez 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/explosivos-mata-brasilia/?srsltid=AfmBOoqq_Atza_Tqs074a9wqEHBwcXcwuhvmpdoJ0wv8liZf-XpnZxk. Acesso em: 22 mar 2026.)

⁵⁹⁴ FRAZÃO, Felipe; MATAIS, Andreza; ROSA, Vera. ‘Havia atos preparatórios para execução de um tiro no dia da posse de Lula’, diz Flávio Dino. **O Estado de S. Paulo**, 24 fev 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/havia-atos-preparatorios-para-a-execucao-de-um-tiro-no-dia-da-posse-diz-ministro-de-lula/?srsltid=AfmBOopVZbT6NgrrrMKMeNY-SwEBxUtRRpDAYa-ZTRpULKtQOsj_PSoE. Acesso em: 22 mar 2026.

⁵⁹⁵ CHAUI, Marilena. Sobre o medo. In: **Os sentidos da paixão**. org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/sobre-o-medo/>. Acesso em: 22 mar 2026.

⁵⁹⁶ Dossiê contra antifascista entregue aos EUA por Eduardo Bolsonaro cita jornalistas e professores. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, **Artes y Humanidades**. Disponível em: <https://www.clacso.org/dossie-contra-antifascistas-entregue-aos-eua-por-eduardo-bolsonaro-cita-jornalistas-e-professores/>. Acesso em: 16 abr 2026.

Ao longo de seu mandato (2019-2022) e desde a campanha de 2018, Jair Bolsonaro proferiu sucessivos ataques ao sistema eleitoral e às instituições, buscando deslegitimar a confiabilidade das urnas eletrônicas perante a opinião pública. Essa estratégia sistemática de desinformação não apenas inflamou a desconfiança em parte do eleitorado, mas reavivou sentimentos de medo por meio de discursos de ódio que produziram intolerâncias.⁵⁹⁷ Ao afetar os pilares da estrutura do regime e interferir diretamente no processo democrático, essa radicalização serviu como catalisador para a mobilização de grupos extremistas. Bolsonaro utilizou o medo da fraude eleitoral como ferramenta estratégica para promover a adesão de seu eleitorado. Nessa perspectiva, o sistema do medo, articulado ao campo das paixões, produz teorias que funcionam como esconjuros efêmeros, cuja fragilidade renovada serve para prolongar o pavor social.⁵⁹⁸ Esse sistema nasce de afetos que podem ser diminuídos por paixões contrapostas mais fortes, mas também podem ser ampliados por sentimentos de tristeza e insegurança.⁵⁹⁹ Ao unir conexões passionais a imagens mentais imaginativas, esse mecanismo constrói um tecido de relações e causalidades abstratas. Essas elaborações se apresentam como explicações definitivas para os fatos, atuando tanto na interpretação dos afetos quanto em um suposto reconhecimento da realidade.⁶⁰⁰ Sob a ótica de Spinoza, a mente pode ser afetada simultaneamente por afetos distintos, como a alegria e a tristeza, o que impacta diretamente sua potência de agir. Consequentemente, a força da mente e a do corpo são aumentadas ou diminuídas conforme a natureza dessas afecções. Nesse processo, torna-se possível amar ou odiar determinados objetos sem que se conheça a causa real, movendo-se apenas por impulsos de simpatia ou antipatia.⁶⁰¹ Durante o governo de Bolsonaro (2019-2022), a manipulação das afecções de medo operou como uma ferramenta de deslegitimação das instituições vigentes. Ao sustentar que as condições fundamentais da democracia brasileira estavam irremediavelmente corrompidas, esse discurso converteu o pavor em um imperativo de ação. Dessa forma, atos de violência política, como a invasão e o ataque às sedes dos Três Poderes, foram apresentados aos seus executores não como uma ruptura

⁵⁹⁷FRAZÃO, Felipe; MATAIS, Andreza; ROSA, Vera. 'Havia atos preparatórios para execução de um tiro no dia da posse de Lula', diz Flávio Dino. **O Estado de S. Paulo**, 24 fev 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/havia-atos-preparatorios-para-a-execucao-de-um-tiro-no-dia-da-posse-diz-ministro-de-lula/?srsltid=AfmBOopVZbT6NgrrrMKMeNY-SwEBxUtRRpDAYa-ZTRpULKtQOsj_PSoE. Acesso em: 22 mar 2026.

⁵⁹⁸ CHAUI, Marilena. Sobre o medo. In: **Os sentidos da paixão**. Org: Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 58-59.

⁵⁹⁹ Idem.

⁶⁰⁰ SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Trad: Tomaz Tadeu. 2 ed., 15. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p.109.

⁶⁰¹ Ibid., p.110-111.

autoritária, mas como uma medida necessária para resgatar uma suposta democracia pura e livre de interferências institucionais.

A condição estabelecida por Bolsonaro e seus apoiadores permite identificar que a existência de uma democracia considerada legítima por esse grupo fundamentava em uma visão majoritária e personalista, na qual a vontade do líder e de seus seguidores deveria se sobrepor às mediações institucionais. Nessa perspectiva, o regime democrático era condicionado à aceitação de critérios arbitrários, como a implementação do voto impresso visando a inviolabilidade do voto, com potencial de retornar ao processo da primeira república e a subordinação dos demais Poderes ao Executivo, sob a ameaça constante de uma intervenção das Forças Armadas. Ao deslegitimar os pilares que preveem limites ao poder e a proteção de minorias, esse discurso operou uma inversão, o medo da suposta corrupção do sistema serviu para justificar o ataque ao sistema representado pelas sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, apresentando a ruptura institucional como o único caminho para o resgate de uma democracia purificada e fiel à vontade direta do povo: provavelmente uma ideia de democracia próxima à de Médici e dos militares que assinaram o manifesto contra Dilma em 2013, denominada, quase ironicamente, como “a verdadeira democracia”.

Cada um dos momentos de tensão democrática no Brasil apresentou uma reiteração da lógica do medo como instrumento de coesão política e de deslegitimação do outro, é como se fosse o fio condutor do nosso autoritarismo. Na Proclamação da República, esse mecanismo operou contra a figura de Isabel e a ascensão dos libertos, uma vez que a lógica do medo recaía sobre a possibilidade de um Terceiro Reinado que consolidasse uma aliança com as massas negras recém-emancipadas. Esse pavor das elites agrárias e militares não era apenas político, mas cultural e social, manifestando-se na aversão à ideia de que a coroação de Isabel como rainha pudesse ser legitimada nas ruas pela presença mística de Reisados negros e outras expressões de soberania popular africana. Assim, a deslegitimação desse “outro” racializado serviu para justificar o golpe republicano como uma medida de contenção, impedindo que a democracia brasileira nascesse sob o signo de uma integração festiva e popular. O temor das elites não era apenas contra a figura feminina da monarca, mas contra o protagonismo negro. O medo de uma democracia social. Assim, a República foi erguida como uma barreira de contenção a essa diversidade, deslegitimando a monarquia como um “atraso” para mascarar o pavor de uma democracia verdadeiramente inclusiva e multirracial. Na Era Vargas, nas tentativas de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek, no governo João Goulart, na Ditadura Militar de 1964, no golpe de 2016 ou no governo Bolsonaro, a crise foi alimentada pela construção de uma ameaça iminente, fosse o comunismo ou a suposta fraude

eleitoral. O medo de uma democracia política⁶⁰². Reconhecer que esse pavor serviu para justificar a suspensão das normas democráticas em nome de uma pretensa salvação nacional é desnudar que a democracia brasileira é frequentemente tensionada por movimentos que, ao operarem por meio de afecções de ódio e antagonismo, tentam substituir o pluralismo institucional por uma vontade majoritária e autoritária.

Não raro, na história brasileira, quando o regime democrático ensaia passos firmes rumo à estabilidade e à inclusão, surge uma tentativa de golpe articulada para reconduzir a nação ao silêncio das ditaduras. Identificar esse padrão de interrupção é perceber que o arbítrio funciona como um freio de emergência das elites contra qualquer avanço da soberania popular. Diante dessa reiteração do autoritarismo, se torna necessário questionar o porquê do pânico generalizado diante da possibilidade de uma social-democracia. Por que interditar, sistematicamente e por meio da força, a construção de um nível digno de bem-estar social? Compreender que o medo não recai apenas sobre a “ameaça vermelha” imaginária, ou sobre as ameaças de Isabel e D’Eu, que simbolizavam a possibilidade de um Terceiro Reinado sustentado pelo apoio dos libertos, mas sobre a eficácia real de políticas que garantam direitos básicos à maioria, é expor que o projeto das elites brasileiras prefere a barbárie do controle ao risco da igualdade.

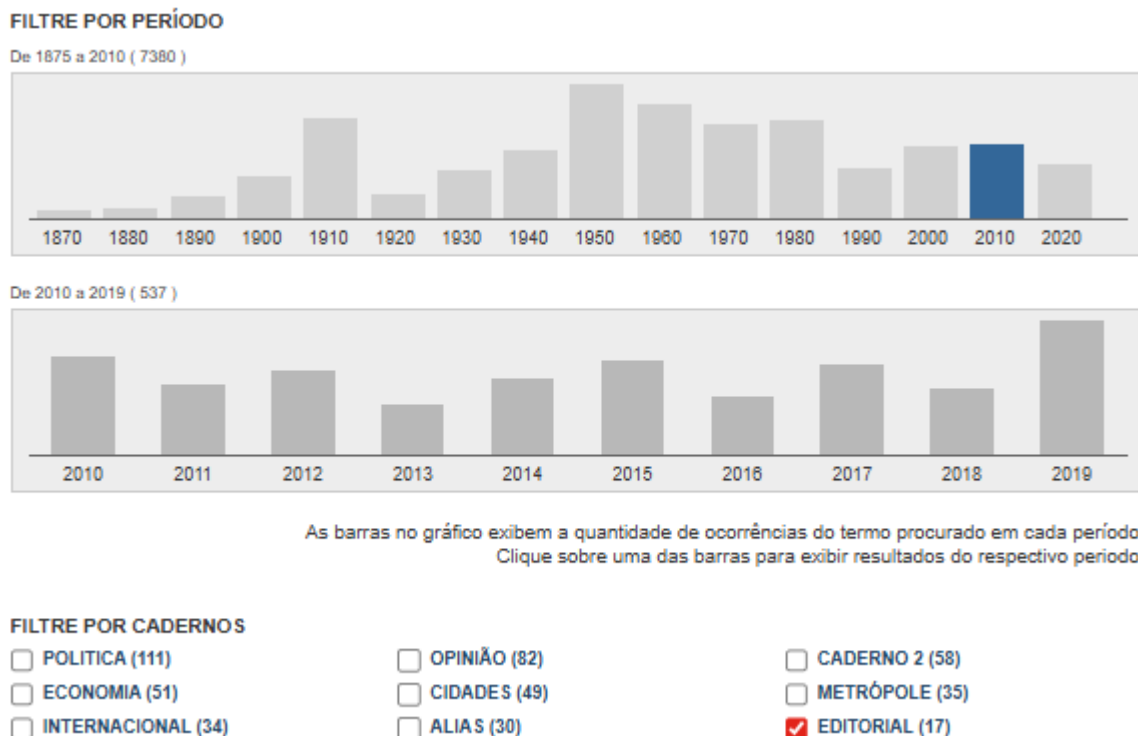
3.4 - Guardiões da democracia? O Estadão entre a autocelebração e o esquecimento estratégico

É tempo de voltarmos às nossas questões iniciais e ao nosso ponto de partida: os sentidos da democracia que circularam no periódico que nos ocupa desde sua cobertura da Proclamação da República. Afinal, como o jornal *Estado de S. Paulo* reagiu às mudanças/ameaças? E como ele lidou/elaborou a própria memória de sua atuação na construção da República e sua posição frente à luta pela democracia? Com essas questões em mente, como último movimento deste capítulo, deslocamos o olhar do objeto analisado, os eventos políticos, abordados pelo jornal para o próprio instrumento de análise, fechando o capítulo com uma reflexão metalinguística sobre como o jornal constrói, seleciona e instrumentaliza sua própria memória republicana.

⁶⁰² Ao se referir à situação da democracia no período que antecede o golpe de 1964, José Murilo de Carvalho observa que “A democracia política era vista com desconfiança pelos reformistas sociais, assim como a democracia social não era tida pelos liberais como condição de sustentação da própria liberdade.” CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 127.

Para tanto, revisitamos editoriais publicados entre 2010 e 2026 (período de maior precisão do acervo digitalizado), utilizando-se do descritor específico “Proclamação da República” como palavra-chave de busca. Essa metodologia nos permite a identificação de 70 textos centrais sob esta temática, organizados em colunas bem definidas pelo sistema de indexação do jornal.

Figura 15: Distribuição de editoriais (2010 - 2026)

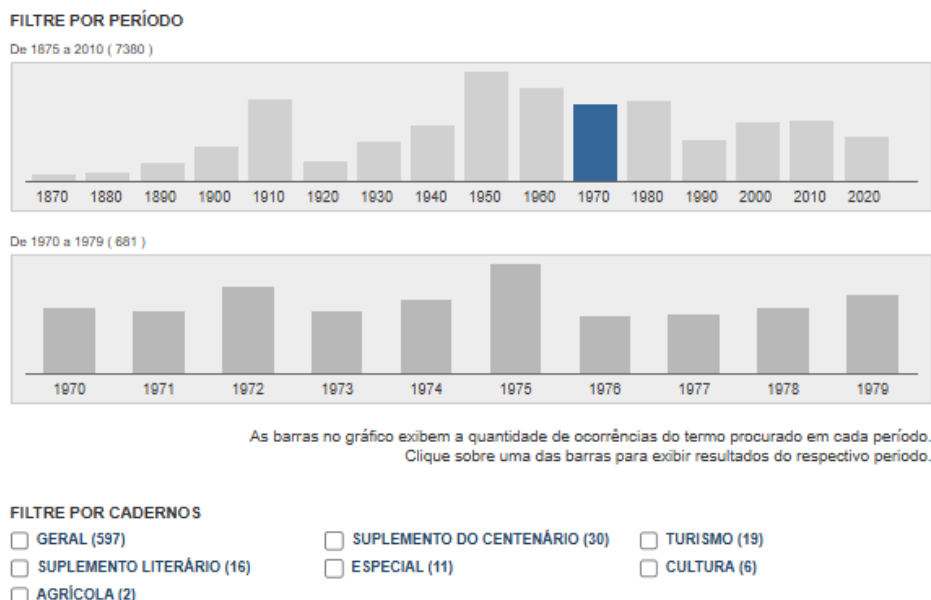


Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*⁶⁰³

Para períodos anteriores, dada a inexistência de filtros automatizados e a fluidez na estruturação das colunas de opinião, optou-se por uma “garimpagem” qualitativa em datas-chave e momentos de crise institucional. Esse procedimento híbrido permite contrastar a densidade estatística contemporânea com as nuances discursivas de momentos históricos distintos, como os anos de 1961, 1962 e 1972.

Figura 16: Distribuição de editoriais em 1970

⁶⁰³ Acervo O Estado de S. Paulo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/Proclama%C3%A7%C3%A3o%20da%20rep%C3%BAblica/Acervo///1/1990///Editorial>. Acesso em: 14 abr 2026.



Fonte: Acervo *O Estado de S. Paulo*⁶⁰⁴

Em 2023, o editorial evocou a lembrança da Proclamação da República na matéria intitulada “Justiça não é vingança”⁶⁰⁵ em que questionava se “a democracia saiu ou não saiu fortalecida do 8 de janeiro?” Respondendo positivamente à questão, argumenta que a resposta era dada pela própria Constituição de 1988 e que o vigor da democracia depende da combinação entre a força da lei e a concentração política. E assume que na prática, cabe a todos um profundo exame de consciência sobre suas responsabilidades.

A justiça precisa mostrar rigor à altura da ameaça. Mas é crucial que esse rigor se volte sobre a própria forma de seus atos e os limites de suas competências. Como apontou [Nelson] Jobim [ex-ministro da defesa e ex-ministro do STF], quando adversários políticos se transformaram em inimigos, a política começou a perder sua capacidade de administrar conflitos, e os próprios políticos levaram à Suprema Corte suas desavenças. Mas essa judicialização da política acabou levando à politização da Justiça, que passou a tomar muitas decisões que caberiam ao Legislativo ou ao Executivo. Todos esses protagonistas têm lições a recolher da história. Da Independência à Proclamação da República e ao nascimento da Nova República, o Brasil tem um histórico de rupturas necessárias, mas conduzidas através de acomodações e compromissos pacíficos. É preciso resgatar esse patrimônio.⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ Acervo O Estado de S. Paulo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/Proclama%C3%A7%C3%A3o%20da%20rep%C3%BAblica/Acervo///1/1970/>. Acesso em: 14 abr 2026.

⁶⁰⁵ Justiça não é vingança. *O Estado de S. Paulo*, 25 jan 2023. p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20230125-47216-spo-3-edi-a3-not/busca/Proclama%C3%A7%C3%A3o+Rep%C3%BAblica>. Acesso em: 13 abr 2026.

⁶⁰⁶ Idem.

A reativação da memória da Proclamação da República pelo *O Estado de S. Paulo* em 2023 não é um recurso retórico aleatório, mas uma reafirmação estratégica de sua identidade política fundacional. Ao evocar 1889, o jornal resgata sua própria origem como *A Província de São Paulo*, periódico que não apenas noticiou, mas que articulou o ideal e o golpe republicano, tratando a mudança de regime como um projeto de modernização institucional necessário ao país. Essa conexão histórica serve para legitimar sua autoridade atual ao definir o que deve ser democracia: um sistema que, embora nascido de rupturas consideradas por ele como “necessárias”, deve ser traduzido por acomodações e pelo império da lei, evitando o que o jornal classifica como vingança ou excesso judicial. O posicionamento do veículo reflete a persistência de um liberalismo conservador que busca na história as bases para a estabilidade do presente. Em 1889, o jornal via na República a promessa de um novo ordenamento político, embora a palavra democracia estivesse curiosamente ausente de suas páginas imediatas ao golpe de 15 de novembro, indicando que o foco era a estruturação do regime e não necessariamente a participação popular de forma ampla. A reportagem sobre a interpretação de Nelson Jobim em 2023, dialogando com a condenação dos golpistas do oito de janeiro, em favor de uma anistia, reforça a visão que o jornal alerta que a judicialização política é uma distorção que ameaça o equilíbrio democrático. Portanto, o jornal indica que a política deve recuperar a capacidade de autogestão e compromisso, inspirando-se em um histórico de transições pacíficas, aberturas lentas e graduais, povo bestializado que, em sua perspectiva, compõem o patrimônio institucional brasileiro. Ao criticar essa politização da justiça, o periódico mantém sua linha histórica na defesa das competências estritas de cada Poder, se posicionando como um mediador que preza pela ordem sobre o conflito direto, mesmo que para garantir tal ordem, seja necessário recorrer à violência, enfim, renunciar à própria democracia.

Ao celebrar 146 anos de existência, o editorial do dia 04 de fevereiro de 2021, ainda no governo Bolsonaro, o jornal não apenas comemorava a efeméride, mas promovia um exercício de reafirmação identitária que buscava blindar sua trajetória contra revisões críticas. Sob o título “146 anos de coerência”⁶⁰⁷, o periódico constrói uma narrativa de retidão inabalável, se apresentando como um guardião atemporal de valores republicanos que teriam permanecido imutáveis desde a sua fundação.

⁶⁰⁷ 146 anos de coerência. *O Estado de S. Paulo*, 04 de jan 2021, p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20210104-46465-nac-3-edi-a3-not/busca/proclama%C3%A7%C3%A3o+Rep%C3%BAblica>. Acesso em: 13 abr 2026.

[...] Mas na história deste jornal o que mais se destaca não é tanto a passagem do tempo, tampouco as adversidades superadas. O que salta aos olhos é a defesa intransigente, desde sua fundação – quando se chamava A Província de São Paulo –, dos valores e princípios republicanos que são cultivados até hoje e que nos apontam os rumos do porvir. Fundado para defender a abolição da escravidão e a proclamação da República, este jornal nunca aceitou promover ou manter-se omissos diante de ideias ou práticas liberticidas, por maiores que fossem as pressões, por mais que determinados setores da opinião pública exigissem, em alguma circunstância, transigir com o arbítrio. [...] O compromisso fundacional do jornal requer da corporação que mantém intactos seus valores há 146 anos visceral honestidade de propósitos. A defesa dos valores republicanos exige não apenas autonomia em relação aos governantes e poderosos de cada época, mas também independência em relação aos diversos modismos, por mais aplausos que recebam em determinado momento. Só assim o jornal tem podido fazer-se ouvir e respeitar quando manifesta contra o populismo, a demagogia e os extremismos.⁶⁰⁸

O editorial opera uma mitificação da própria trajetória ao forjar uma narrativa de defesa intransigente de valores republicanos ininterruptos desde 1889. Para sustentar essa imagem de guardião moral, o texto mobiliza o termo liberticida, cujo sentido etimológico remete à destruição direta do direito fundamental à autonomia. Segundo o Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes de 1955: “Liberticida - De *libert*, abreviatura do lat. *libertate*, liberdade, e *cid*, raiz alterada. de *caedere*, matar.”⁶⁰⁹ Essa carga semântica de aniquilação é reafirmada em definições contemporâneas, como a do dicionário online Houaiss: “Liberticida - que ou aquele que atenta contra ou destrói as liberdades de um país.”⁶¹⁰ Ao apropriar-se dessa definição, o jornal constrói uma oposição binária onde ele se posiciona como a vida das instituições e rotula qualquer divergência ou pressão popular como uma ameaça mortal, ignorando que, historicamente, a definição do que é liberdade foi moldada conforme os interesses de classe da própria corporação.

Além disso, essa suposta coerência, mascara o fato de que o conceito de República para *O Estado de S. Paulo* é sinônimo de um ordenamento liberal-conservador que prioriza a manutenção da ordem e das hierarquias em detrimento de uma participação democrática efetiva. Ao declarar que jamais se omitiu diante de ideias liberticidas, o jornal apaga deliberadamente suas convenientes ambiguidades em momentos de ruptura, como o apoio ao golpe de 1964 ou a leniência com o autoritarismo quando este servia para conter a ação

⁶⁰⁸ Idem.

⁶⁰⁹ NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro, 1955. p.298

⁶¹⁰ Liberticida. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. **Houaiss online**. Disponível em: <https://houaiss.online/houaission/apps/www2/v9-1/html/index.php>. Acesso em: 16 abr 2026.

popular, o que o jornal classificava como ameaça populista. Nessas conjunturas, a liberdade defendida pelo periódico se revelou, frequentemente, restrita à liberdade econômica e aos interesses políticos das elites paulistas, sacrificando o rigor democrático sempre que a estabilidade das classes dominantes esteve sob ameaça, o que explica sua atual resistência em punir com severidade os atos de 2023 em nome de uma pacificação que, historicamente, só beneficia os estratos superiores do poder. O medo das reivindicações e do exercício da liberdade do povo se revela em termos como liberticídio e extremismo.

Em 12 de março de 2019, no editorial “A missão do ‘Estado’”⁶¹¹ o jornal aborda sua estratégia de construção de um mito fundacional ao se auto atribuir o papel de protagonista e “porta-voz” dos democratas.

O Estado esteve ao lado dos democratas nas principais lutas políticas brasileiras desde a Proclamação da República, servindo-lhes de porta-voz. Foi assim, por exemplo, que o Estado enfrentou a truculência de Getúlio Vargas, ao reivindicar o regime de lei que aquele caudilho prometeu e afinal não respeitou. Foi assim, também, que este jornal se insurgiu contra a ditadura militar, sofrendo, em razão disso, uma feroz censura. Nem isso fez o Estado vergar-se: no lugar das muitas notícias censuradas, o jornal publicou poemas de Camões com sugestivas estrofes para comunicar aos leitores a violência a que estava sendo submetido. Assim, o Estado foi protagonista da luta que estabeleceu a democracia no País.⁶¹²

O editorial reelabora sua memória histórica como ferramenta de intimidação e autodefesa institucional frente aos ataques sistemáticos direcionados à grande mídia. Em 2019, a gestão de Jair Bolsonaro foi inaugurada sob críticas severas e ameaças de corte de verbas publicitárias, o que forçou o jornal a deslocar seu foco do populismo de esquerda para confrontar um populismo de direita que ignorava os ritos liberais-conservadores defendidos pelo periódico. Ao evocar as figuras de Getúlio Vargas e da ditadura militar, o *Estadão* opera uma estratégia de “falsa simetria”, tentando equiparar as hostilidades do momento ao patamar de caudilhismo⁶¹³ e ditaduras históricas. Dessa forma, o jornal prepara o público para a ideia

⁶¹¹ A missão do “Estado”. **O Estado de S. Paulo**, 12 mar 2019, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190312-45801-nac-3-edi-a3-not/busca/Proclama%C3%A7%C3%A3o+Rep%C3%ABlica>. Acesso em: 13 abr 2026.

⁶¹² Idem.

⁶¹³ O conceito de caudilhismo é aqui compreendido não apenas como o exercício do poder carismático e militar, mas como um fenômeno sociopolítico complexo fundamentado em uma rede de clientelismo. O caudilho atua como o eixo de uma sociedade estratificada, gerindo relações de negociação e lealdade entre diversos atores, desde grandes proprietários e comandantes militares até lavradores. Portanto, o caudilhismo ultrapassa a simples dominação pessoal, configurando-se como um conjunto de práticas políticas onde a interação entre o rural e o urbano, o uso de rituais de poder e a estrutura administrativa provincial convergem para sustentar a autoridade do líder por meio de trocas e dependências mútuas. Diferente do clientelismo que é a engrenagem (a prática), o caudilhismo é o sistema em movimento (o fenômeno político). Cf. TELES, Luciano Everton Costa. Caudilhismo e clientelismo na América Latina: uma discussão conceitual. **Faces de Clio**. Revista Discente do Programa de Pós graduação em História - UFJF. Vol.1, N. 2, Jul/Dez 2015. p. 100-112.

de que ele seria a única instituição capaz de manter a coerência republicana diante do caos político, ocultando suas próprias responsabilidades na desestabilização democrática anterior e posicionando-se como um bastião moral inabalável contra o que classifica como o desmando de governantes de ocasião. No mesmo dia, o jornal publicou a matéria “Imprensa é alvo de Bolsonaro no Twitter a cada 3 dias”⁶¹⁴.

Quase metade das críticas e acusações contra a imprensa que aparecem na conta de Bolsonaro é feita por meio de retuíte de aliados e familiares, como dos filhos Carlos e Eduardo e as páginas que costumam reunir simpatizantes do presidente. Foi o caso do site Terça Livre, que neste domingo, 10, publicou texto que falsamente atribui à repórter do **Estado** Constança Rezende a declaração “a intenção é arruinar Flávio Bolsonaro e o governo”, ao tratar da cobertura jornalística das movimentações suspeitas de Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador e filho mais velho do presidente.⁶¹⁵

Fica evidente que ao se ver alvo de uma máquina de desinformação coordenada, o periódico assume um tom de indignação institucional, utilizando seus editoriais para traçar paralelos entre o comportamento de Bolsonaro e os períodos mais sombrios da história brasileira. Essa reação, contudo, é complexa, porque ao mesmo tempo que cumpre o papel essencial de denunciar o autoritarismo e a desonestidade intelectual do governo, o jornal utiliza esses ataques como um escudo retórico para reafirmar sua infalibilidade e apagar as nuances de seu próprio apoio a medidas que pavimentaram o caminho para a crise política vigente. No dia 15 de novembro de 2019, aniversário da República e curiosamente o ano que o presidente atacava a imprensa, o jornal publicou “Os desafios da República”⁶¹⁶

Os 130 anos da proclamação da República são uma ocasião especial para refletir sobre o futuro do Brasil. A mudança de regime ocorrida em 1889 foi o resultado de um amplo movimento cívico, que teve a ousadia de pensar os problemas nacionais, apresentar propostas concretas e lutar por elas. Momento especial dessa trajetória foi o *Manifesto Republicano de 1870*, que conclamava, juntamente com o fim da monarquia, a ampliação dos direitos políticos, a melhora da educação e a instalação do federalismo. Com sua história intimamente ligada à proclamação da República – foi fundado em 1875 com o objetivo de propugnar pela abolição da escravidão e pelo fim da monarquia –, o **Estado** está publicando nesta semana uma série de reportagens sobre os novos desafios da República.[...] ⁶¹⁷

⁶¹⁴ BERALDO, Paulo; LARA, Matheus; KRUSE, Tulio. Imprensa é alvo de Bolsonaro no Twitter a cada 3 dias. **O Estado de S. Paulo**, 12 mar 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/imprensa-e-alvo-de-bolsonaro-no-twitter-a-cada-3-dias/?srsltid=AfmBOooooovfOqcz5doXid9YkDmNULPqDBI_wNCA2lqFnnklU-ngsbjD. Acesso em: 14 abr 2026.

⁶¹⁵ Idem.

⁶¹⁶ Os desafios da República. **O Estado de S. Paulo**, 15 nov 2019, p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20191115-46049-spo-3-edi-a3-not/busca/Rep%C3%BAblica>. Acesso em: 14 abr 2026.

⁶¹⁷ Idem.

Nesse editorial, o jornal mobiliza sua própria certidão de nascimento para confrontar a retórica hostil do governo Bolsonaro. Ao evocar sua fundação em 1875 e o Manifesto Republicano de 1870, o *Estado de S. Paulo* se projeta como um tutor da nação, assumindo uma postura de superioridade histórica que visa deslegitimar os ataques do Executivo ao reduzi-los a meros ruídos de governantes transitórios. Aqui ele deixa de ser um alvo político passivo para se posicionar como o próprio fiador da memória republicana, sugerindo que sua existência é anterior e mais sólida que as instituições que o atacam. A liberdade de imprensa é vital para os jornais porque dela depende sua própria existência. Entre 1920 e 1945, esse direito sofreu as mesmas oscilações pelas quais passaram outras formas de liberdade; em anos de rigorosa censura, alguns periódicos resistiram, enquanto outros se sujeitaram às exigências do poder político.⁶¹⁸ A imprensa no Brasil nasce lutando por sua liberdade, e o próprio *Estado de S. Paulo* carrega essa cicatriz institucional, o jornal sofreu intervenção direta e foi tomado pelo DIP durante o Estado Novo, retomando sua autonomia plena e atividades normais apenas em 1946.

Essa retórica de resistência institucional, contudo, é acionada de forma seletiva e estratégica, o que fica evidente quando contrastada com períodos de menor tensão administrativa. A ausência de menções à fundamentação da República nos editoriais do *Estadão* durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016) sugere que, embora o jornal mantivesse uma oposição ideológica ferrenha e sistemática à gestão petista, ele não identificava na figura da presidente um risco existencial imediato à sua estrutura. Diferente do cenário de 2019, em que a retórica de Bolsonaro mirava a inviabilidade financeira e a integridade do fazer jornalístico, o embate com o governo Dilma operava dentro das molduras da política tradicional e do debate econômico liberal. Para o periódico, o populismo de esquerda era combatido como um erro de gestão e de doutrina, mas não como uma força capaz de romper os ritos liberais-conservadores que garantiam a permanência do jornal como ator político. Assim, a mobilização da memória heroica e da genealogia republicana foi guardada como um recurso de última instância, sacado apenas quando o jornal sentiu que a própria sobrevivência do quarto poder estava sob ataque direto.

Essa seletividade memorialística⁶¹⁹ se torna ainda mais evidente ao recuarmos ao período da ditadura militar (1964-1985). Ao silenciar sua colaboração ativa com o golpe, o jornal opera uma reconstrução do passado em que o esquecimento não é uma lacuna acidental,

⁶¹⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945). *Rev. Bras. de Hist.* S. Paulo, V.12, N. 23/24. pp. 55-75. Set. 91/ago.92. p.65-67.

⁶¹⁹ cf. SEIXAS, Jacy Alves. *Da memória e seus “caminhos secretos para entrar em nós”*: Ensaio sobre memória, esquecimento, história, historiografia. São Paulo: Intermeios, 2021.

mas uma ferramenta política de gestão da própria imagem. Como observa a historiografia clássica sobre o tema, a memória coletiva é frequentemente moldada por meio de seleções e exclusões que visam fornecer uma identidade coerente ao presente, ocultando as rupturas e conveniências históricas.⁶²⁰ Diferente do tom alarmista e da mobilização de princípios republicanos observada em 2019, o comportamento do periódico durante o golpe de 1964 foi de articulação e suporte direto à queda de João Goulart, enxergando na intervenção militar um meio de preservar a ordem liberal contra as demandas populares, o que classificava como ameaça subversiva. Durante grande parte do regime, não se verificam nos editoriais as mesmas denúncias de ruptura democrática que seriam disparadas contra Bolsonaro ou as críticas doutrinárias direcionadas a Dilma, ao contrário, o jornal operou em uma zona de cumplicidade tática. Portanto, a ausência de um discurso em defesa da República naquele momento histórico reforça que o *Estadão* não reage ao autoritarismo em si, mas apenas se mobiliza quando o regime de turno deixa de reconhecer o jornal como um mediador legítimo e intocável do poder político. O que observamos durante esse período são apenas notícias sobre comemorações do dia 15 de novembro, assim como no dia 15 de novembro de 1972 “República comemora hoje o seu dia”.⁶²¹

A passagem do 83º aniversário da proclamação da República será comemorada hoje, na Guanabara, pelas organizações militares com solenidades que se estenderão por todo o dia. Três salvas de tiros se sucederão na alvorada, ao meio-dia e ao pôr do sol; haverá, também, a leitura de ordens do dia dos ministros militares.⁶²²

Em 1972 o jornal revela o esvaziamento do sentido político da República em favor de uma liturgia puramente militar, aceita e reproduzida pelo jornal sem contestação, é preciso considerar que ele poderia estar se censurando ou autocensurando. Ao focar em ritos como salvas de tiros e leituras de ordens do dia, o *Estadão* atua como um boletim oficial das Forças Armadas, substituindo o debate sobre direitos civis e participação popular pela exaltação da hierarquia e da força. Essa postura passiva demonstra que, durante o regime militar, já em 1961, de janeiro a agosto, período de Jânio Quadros, também não tem opiniões sobre o

⁶²⁰ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

⁶²¹ República comemora hoje o seu dia. *O Estado de S. Paulo*, 15 nov 1972, p. 17. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19721115-29946-nac-0017-999-17-not/busca/proclama%C3%A7%C3%A3o+Republica>. Acesso em: 14 abr 2026.

⁶²² Idem.

governo e a Proclamação da República. Em 26 de junho de 1962, no governo João Goulart, em “Notas e Informações”⁶²³ que fala sobre a cédula única nas votações.

[...] É certo que, olhando para trás e considerando o caminho percorrido desde a proclamação da República aos nossos dias no campo das conquistas democráticas, não podemos, de maneira nenhuma, deixar de ser otimistas. Na República de 1889, o processo normal de disputar cargos efetivos era a fraude, sob todas as suas modalidades, praticada pelos homens do Poder. Imperava o bico de pena, o voto dos mortos; e, quando estes recursos não bastavam, intervinha diretamente a força: – a da polícia, em primeiro lugar; a dos batalhões das milícias estaduais, se aquela não chegava; e, se o caso o exigia, fazia-se intervir na contenda os regimentos federais.⁶²⁴

Diferente do tom de autodefesa institucional de 2019 ou do silêncio protocolar de 1972, o editorial de 26 de junho de 1962, durante o governo de João Goulart, revela um *Estadão* que ainda apostava no aperfeiçoamento técnico da democracia liberal. Ao comentar sobre a implementação da cédula única nas votações, o periódico utiliza a Proclamação da República como um marco de partida para medir o progresso civilizatório do país. Para o jornal, o caminho percorrido desde 1889 justificava um certo otimismo, uma vez que as “conquistas democráticas” estariam superando as fraudes estruturais da República Velha, como o “bico de pena” e o “voto dos mortos”. O otimismo demonstrado pelo jornal em 1962 quanto à cédula única e ao fim das fraudes da República Velha não era uma adesão à democracia plena, mas sim ao que o periódico considerava o aperfeiçoamento das instituições liberais. Para o *Estadão*, a democracia possui uma linha vermelha intransponível, que é a ordem. Quando o jornal menciona o progresso desde 1889, ele o faz sob a ótica de uma evolução civilizatória que repudia o que chama de liberticídios, intervenções que rompem a legalidade, mas que igualmente teme o excesso de democracia. Esse excesso, na visão do periódico, manifesta-se no populismo e na ascensão de lideranças que mobilizam as massas fora do controle das elites técnicas e parlamentares.

Em 15 de novembro de 1955, o jornal reforça a ideia de que a República foi uma necessidade histórica, um gesto de predestinação irresistível. Ao afirmar que:

[...] Apesar das contraditas com que consideram a Proclamação da República gesto momentâneo de um chefe impulsivo, o certo é que a Nação a recebeu com aplausos sinceros e profundos. A tranquilidade do povo e a rápida

⁶²³ Notas e Informações. O poder corruptor do dinheiro. O Estado de S. Paulo, 26 jun 1962, p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620726-26765-nac-0003-999-3-not/busca/Republica>. Acesso em: 14 abr 2026.

⁶²⁴ Idem.

implantação do novo regime comprovaram que a atitude do Exército refletia a eclosão de um sentimento coletivo. O mérito dos proclamadores da República exulta-se com o passar dos tempos. A ela se deve o início de uma fase histórica e evolutiva, que se mede pelo progresso e prestígio crescente do Brasil no consenso universal. E se houvessem com tal acerto e patriotismo, que consumaram a grande revolução de forma incruenta e sem a quadra da paz da família brasileira. Atuaram por impulso de uma predestinação irresistível, para exercer a gloriosa missão de mudarem o regime político quando isso se fazia mister. Em Deodoro, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, Ruy Barbosa, Quintino Bocaiuva e tantos outros valores civis e militares reverenciamos, na data de hoje, aqueles que deram a República, forma de governo compatível com os sentimentos democráticos do povo brasileiro.⁶²⁵

Essa visão de 1955 serve para legitimar a intervenção militar de 11 de novembro (Movimento de 11 de Novembro) liderada por Lott, garantindo a posse de Juscelino Kubitschek. Para o jornal, a força armada é a garantidora da forma de governo compatível com os sentimentos democráticos, desde que essa força atue para restaurar a ordem liberal e não para subvertê-la.

Já em 1930, logo após a vitória da Aliança Liberal, o tom é de renovação moral. O jornal vê na queda da República Velha (que em 1962 chamaria de época do bico de pena) a oportunidade de polir o metal da democracia:

Estamos em 15 de Novembro de 1930. Não foi organizada para hoje nenhuma grande festa oficial, nem decretado entusiasmo cívico por 24 horas. A urgência que há em calafetar o barco da administração pública, que faz água por todas as juntas, ainda não permitiu aos novos timoneiros o luxo de um embandeiramento em arco. Se não fosse o amor de cada cidadão pela data que lembra a proclamação da República, este sábado passaria apagadamente, entre habituais comemorações escolares e os poucos frequentados concertos dados pelas bandas de cada bairro. Apesar disso, o 15 de Novembro de 1930 oferece hoje o brilho de um metal polido de novo. Tudo mudou de um dia para o outro. As rígidas solenidades de outros anos, inexpressivas que o povo não amava nem sentia, sucedeu este contentamento que de improviso iluminou a alma de toda gente.⁶²⁶

Neste editorial de 1930, o jornal estabelece uma distinção clara entre a legalidade formal e a legitimidade moral, sugerindo que a República, até então, havia se tornado um rito vazio e burocrático. A descrição de um “barco da administração pública que faz água por todas as juntas” serve como uma condenação direta ao sistema oligárquico anterior, apresentando a Revolução de 1930 como uma operação de salvamento indispensável e

⁶²⁵ As comemorações no Rio de Janeiro. **O Estado de S. Paulo**, 15 de nov 1956. ANNO: LXXVII, Nº 25012. p. 60. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19561115-25012-nac-0060-999-60-not>. Acesso em: 17 abr 2026.

⁶²⁶ Notícias diversas. 15 de Novembro. **O Estado de S. Paulo**, 15 de nov 1930. p.4. ANNO: LVI, Nº 18706. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19301115-18706-nac-0004-999-4-not/busca/proclama%C3%A7%C3%A1o+Republica>. Acesso em: 17 abr 2026.

urgente. O tom do texto indica que o verdadeiro espírito de 1889 só poderia ser recuperado através desse novo começo, o que explica a imagem do “brilho de um metal polido de novo”, para o periódico, o entusiasmo do povo não vinha de decretos oficiais, mas da percepção de que as “rígidas solennidades, antes frias e inexpressivas, davam lugar a uma renovação que finalmente conectava a alma da nação ao regime republicano”.

O medo aqui, é que se repetirá na discussão da Constituição de 1891, que a democracia se torne apenas uma fachada para a corrupção administrativa. Ao recuar para a discussão da Constituição de 1891, percebe-se o nascimento desse trauma institucional. O medo de Deodoro da Fonseca, e o medo que o jornal herdou dele, era o da ingovernabilidade. Deodoro via no Congresso e no excesso de parlamentarismo um entrave ao poder executivo forte, necessário para manter a unidade nacional. O *Estadão*, por sua vez, cristaliza desde o início a defesa de uma República que seja liberal no papel, mas conservadora na prática social. O liberticídio original, para o jornal, seria tanto a ditadura pessoal (como o fechamento do Congresso por Deodoro em 1891) quanto a desordem vinda de baixo, o que explica por que em 1962 o jornal elogia o aperfeiçoamento técnico (a cédula única), mas já prepara o terreno para condenar o governo de Goulart sob a mancha do populismo.

Em 1891, o medo que emerge nos debates da Constituição de 1891, reside na fragilidade de uma ordem republicana recém-nascida que se via acuada entre o autoritarismo militar e a dispersão do poder civil. Para Deodoro da Fonseca, o trauma da ingovernabilidade manifestava-se na oposição a um Legislativo que ele considerava um entrave ao progresso nacional, enquanto para o *Estadão*, o perigo residia na possibilidade de a democracia se converter em uma fachada para a corrupção administrativa ou para o descontrole das massas. Esse período fundou o conceito de liberticídio que atravessaria as décadas seguintes, de um lado, o receio da ditadura pessoal e do arbítrio executivo e de outro, o pavor da desordem vinda de baixo. Assim, a defesa de uma República liberal no papel, mas conservadora na prática, cristalizou-se como a estratégia do periódico para evitar que o excesso de democracia degenerasse no que mais tarde classificaria como populismo, estabelecendo uma linha vermelha que buscava conciliar a técnica institucional com a contenção das pressões sociais.

Observamos, portanto, que a postura do *Estadão* em 1962 não representava uma adesão súbita à soberania popular, mas o amadurecimento de um projeto de República técnica que buscava, desde 1891, neutralizar o trauma da ingovernabilidade. Ao celebrar o fim do voto de cabresto através da cédula única, o periódico reafirmava sua aposta em uma democracia procedimental onde o progresso civilizatório era medido pela eficiência das instituições liberais, e não pela ampliação da participação das massas. Essa busca pelo

aperfeiçoamento institucional servia como uma blindagem estratégica. Para o jornal, a linha vermelha da democracia era o populismo, visto como uma degeneração que ameaçava repetir os liberticídios do passado. Assim, ao projetar sobre o governo de João Goulart o medo herdado de Deodoro e as incertezas de 1930, o periódico cristalizou uma visão de Brasil onde a liberdade deveria ser tutelada pela ordem, justificando a condenação de qualquer movimento que ousasse ultrapassar os limites do que considerava uma política cientificamente organizada.

Considerações finais

Acostumado na escola a ligar ação e pensamento, perguntei-me logo: como foi possível que ninguém tivesse previsto aquele tipo de golpe, embora todos falassem, e muitos pensassem, em golpe? Como foi possível ignorar as mudanças por que passara esse ator político, responsáveis por sua nova postura? (José Murilo de Carvalho, Belo Horizonte, 1964)⁶²⁷

Assim como o choque de realidade política que o Golpe de 31 de março de 1964 que levou José Murilo de Carvalho a estudar a ação dos militares na história política brasileira, esta dissertação originou-se das inquietações suscitadas pela tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, evento que motivou o objetivo de investigar as mutações e os usos políticos do conceito de democracia nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a transição do Império para a República (1889-1890). A hipótese central sustenta que, para as elites letradas representadas pelo periódico, a democracia não se configurava como um valor absoluto, mas como um conceito disputado e frequentemente instrumentalizado para conter o pluralismo e assegurar a ordem estabelecida por meio da manipulação de sentimentos políticos. O que buscamos verificar foi como o jornal atuou na condição de intelectual coletivo, moldando um significado de democracia que atendessem aos interesses das elites cafeeiras paulistas, enquanto lidava com os fantasmas da desordem e da participação popular indesejada.

Esse exercício analítico nos levou a refletir sobre como o jornal *O Estado de S. Paulo* (então *A Província de São Paulo*) atuou não apenas como um relator de fatos, mas como um arquiteto da transição entre o Império e a República no Brasil. Percebemos que o periódico foi um braço estratégico da elite cafeeira paulista e que a neutralidade anunciada em seus editoriais era, na verdade, uma construção retórica. Ao analisar o uso da palavra democracia, fica evidente a intenção de desgastar a legitimidade monárquica, associando-a ao atraso e ao despotismo, enquanto a República era pintada com as cores do progresso e da liberdade. É importante considerar o salto quantitativo do termo democracia em 1889, com 101 menções, e o seu subsequente silenciamento logo após o golpe de 15 de novembro é um dos pontos mais reveladores deste estudo. A palavra desaparece das páginas do periódico quando o novo regime se instalava militarmente, isso ajuda a desmistificar a ideia de um movimento de bases populares. É preciso reconhecer que o “povo” citado pelo jornal era uma parcela restrita e alfabetizada, e que a euforia democrática de 1889 funcionou como uma ferramenta de

⁶²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.8.

convencimento, inclusive utilizando o discurso religioso para legitimar a ruptura política perante uma sociedade conservadora.

Ao avançar para o ano de 1890, observamos a mudança de postura do periódico. Com a queda para 63 menções ao termo democracia, o debate deixa de ser uma promessa de “governo do povo” para se tornar uma discussão técnica sobre federalismo e autonomia estadual. A democracia, naquele momento, estava condicionada aos interesses econômicos da elite paulista. Isso é fundamental para que possamos entender as raízes da nossa República. Além disso, não se pode ignorar a própria fragilidade material do período, ao identificar a queda na qualidade do papel e da impressão em 1890 foi possível perceber, fisicamente, os impactos da crise do Encilhamento e da inflação no cotidiano da imprensa. Portanto, devemos admitir que a democracia defendida pelo jornal era um ideal institucional e excludente, mais voltado à descentralização do poder do que à participação social ampla. Ao confrontar as fontes e os silêncios do arquivo, é possível enxergar que a República brasileira nasceu sob o signo de uma tensão entre o discurso democrático e a prática oligárquica. Essas nuances percebidas pela interpelação do sentido das palavras, foram usadas para moldar uma nova ordem política que, embora se dissesse moderna, e talvez por isso mesmo, guardava ainda profundas marcas de exclusão⁶²⁸.

Ao aprofundar a análise sobre as diferentes abordagens e interpretações da democracia, reconhecemos que o conceito, embora rico e multifacetado, foi operado nas páginas do jornal sob uma lógica de conveniência política. Revisitar as abordagens clássica, liberal e marxista permite identificar que o Brasil do final do século XIX tentava harmonizar preceitos modernos com uma realidade social ainda marcada pelo analfabetismo e pelas heranças do escravismo. Essa tensão ajuda a desconstruir a ideia de uma democracia plena, revelando que, mesmo no Império, o governo representativo funcionava como um espaço de negociação restrito às elites, onde a participação popular era irrisória e frequentemente mediada por fraudes e clientelismo.

⁶²⁸ Como observou Denis Rosenfield, “salta aos olhos a vinculação de fato entre a democracia e o Estado moderno. Mais precisamente, observa-se frequentemente que a democracia tornou-se uma adjetivação do Estado em expressões como “Estado democrático”. É como se a democracia tivesse perdido a sua significação prática de ser o lugar público do processo de identificação da sociedade consigo em proveito de uma nova forma de organização política. Com efeito, o Estado moderno vem a cumprir este papel de estruturação da sociedade a partir de uma nova posição: o lugar onde se cria o mecanismo que, independentemente do espaço público dos cidadãos, ganha existência própria e controla a sociedade desde fora. O conceito de democracia sofre aqui um deslocamento que altera o seu sentido, pois, de “organização da polis”, ele se tornou uma forma de governo possível do Estado. O Estado moderno configura historicamente um fenômeno político desconhecido que termina por fazer da democracia uma forma de legitimação do seu próprio poder”. ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.12-13.

É essencial destacar que o imaginário democrático grego foi reivindicado para legitimar o novo regime, ainda que a prática republicana brasileira estivesse distante da participação direta de Atenas. A vitória da democracia celebrada por figuras como Deodoro da Fonseca e Rangel Pestana possuía significados distintos e esse é um dos pontos nodais desta reflexão. Enquanto para Deodoro a democracia surgia como um marcador civilizacional e de ordem, muitas vezes sacralizado por um tom quase religioso de sacrifício e martírio, para Pestana ela se traduzia em federalismo, educação e autonomia municipal. Essa clivagem permite enxergar que a República nasceu de um projeto descentralizado[r] que buscava, antes de tudo, proteger as prerrogativas estaduais contra o fantasma do despotismo centralizador.

Por sua vez, o campo semântico do periódico entre 1889 e 1890 revela uma transição lexical estratégica, uma ferramenta de ruptura usada para derrubar a Monarquia, a democracia passou a ser um instrumento de qualificação institucional. Notamos a centralidade de termos como “autonomia municipal” e “soberania popular” em 1890, quando o jornal buscava fiscalizar a “pureza” do regime. No entanto, é preciso admitir que essa soberania era profundamente excludente. Ao desvelar que o projeto republicano institucionalizado pelo Decreto nº 510 restringia o voto aos letrados, se tornou claro que a democracia defendida era, na verdade, excludente, e substituiu a paróquia religiosa pelo distrito civil sem, contudo, integrar as massas ao processo decisório.

A reflexão sobre o desfecho da ditadura de Deodoro e a ascensão de Floriano Peixoto em 1891 permite constatar a fragilidade das instituições que o próprio jornal ajudou a fundar. Explicitar o desencanto de Rangel Pestana, que terminou seus dias como um idealista desiludido, é revelar que a prática política rapidamente atropelou o texto constitucional. A República brasileira inaugurou um ciclo de instabilidade e autoritarismo que ecoa até os dias atuais e o conflito entre o poder de fato e a legalidade democrática permanece como uma ferida aberta. Entender esse processo é fundamental para situar as crises contemporâneas como desdobramentos de uma democracia que, desde o seu nascimento, foi gestada sob o signo da exclusão e da tutela militar.

Ao investigar as raízes de quem, afinal, tem medo da democracia no Brasil, é inevitável reconhecer que esse afeto não é um subproduto acidental, mas um projeto deliberado de controle social que atravessa a nossa história republicana com uma resiliência assustadora. O medo da soberania popular une as elites de 1889, o golpe de 1930, os articuladores de 1964, o Golpe de 2016 e os movimentos de 2022, nos leva a existência de uma ferida aberta que se recusa a cicatrizar e que é constantemente cutucada por discursos de ódio. É preciso admitir que a democracia, quando deixa de ser um arranjo técnico de gabinete

para se tornar um instrumento de ascensão das massas e de redistribuição de poder, passa a ser vista por setores dominantes como um escândalo institucional. Nesse sentido, o medo opera como um gatilho de preservação de hierarquias rígidas, justificando o uso de discursos de ordem, moralidade e anticomunismo para deslegitimar a vontade das urnas sempre que os privilégios da elite são postos em xeque por projetos de inclusão.

A trajetória do voto no Brasil, desde a exclusão deliberada de 80% da população na Primeira República sob o pretexto do analfabetismo até a conquista do sufrágio feminino em 1932, demonstra que os avanços democráticos resultaram de lutas árduas contra barreiras institucionais, e não de concessões das elites. Entretanto, essa mesma democracia é fragilizada por um roteiro quase coreografado de estigmatização que remonta à crise do Segundo Reinado. O isolamento de Pedro II, retratado pela propaganda republicana como um monarca senil e alheio à modernidade, e a resistência à Princesa Isabel, alvo de um profundo preconceito de gênero e de classe por parte das elites escravocratas após a Abolição, serviram como o primeiro grande pretexto para a ruptura de 1889 em nome de uma suposta eficiência técnica. Esse padrão de difamação se repetiu contra Getúlio, Juscelino, Jango e Dilma (a primeira presidente mulher da história do Brasil), revelando que o rigor jurídico na história brasileira é frequentemente uma máscara para a conveniência parlamentar. O uso político de instituições como o Banco do Brasil em 1964 ou as manobras das “pedaladas” em 2016 são exemplos de como se forjam pretextos técnicos incertos para camuflar a convicção das rupturas. Ao silenciar advertências sobre a falta de crime de responsabilidade, enquanto o jornal *O Estado de S. Paulo* sustentava teses de ameaça institucional, a grande imprensa atuou como um promotor de acusação que forjou consensos contra a soberania popular, perpetuando o trauma da ingovernabilidade como ferramenta de controle das elites.

O fenômeno do bolsonarismo, da mesma forma, teve o objetivo de capitalizar o medo através das mídias digitais e da gestão das paixões políticas em larga escala. É notório que o patriotismo foi sequestrado e transformado em um símbolo de exclusão e a eficácia de um populismo *kitsch*, que substitui o debate racional pela performance de um líder deliberadamente simplório. O uso estratégico de signos como o consumo de pão com leite condensado e o uso de camisas “piratas” demonstra uma tentativa de mimetizar uma identidade com o “homem comum”, forjando uma proximidade artificial com as massas. É preciso denunciar que essa encenação do rústico não é um gesto espontâneo, mas uma engrenagem de manipulação das afecções, que visa converter o sentimento de pertencimento em uma ferramenta de divisão social e de deslegitimação do pensamento crítico. A invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 não foi um surto isolado de vandalismo,

mas o ápice de um processo de erosão institucional alimentado por anos de retórica belicosa e desinformação sistemática. O “medo da fraude” foi o esconjuro utilizado para tentar destruir a própria base da convivência democrática, dessa maneira a subjetividade do eleitor foi capturada por “paixões tristes”, convertendo o pavor em uma forma decisiva de ação violenta contra o próprio Estado.

Reconhecemos que o “perigo vermelho”, constantemente ressignificado do governo Jango ao governo Dilma, continua sendo o espantalho mais eficiente para mobilizar a classe média moralista contra projetos de autonomia nacional. Ao confrontar os arquivos do Estadão, fica evidente a seletividade editorial que, ao longo de décadas, validou rupturas sob o manto de uma falsa legalidade, seja ao rotular o comício da Central do Brasil como “subversivo” ou ao omitir as mensagens de repúdio à dissolução do Congresso por Deodoro. É necessário admitir que o medo da democracia nada mais é do que o temor da contingência e da ausência de títulos de nobreza para mandar, revelando o pânico de uma elite que prefere o mau tempo das ditaduras à insubordinação das massas que reivindicam o fim da servidão do campo e o acesso a direitos básicos.

A existência da democracia necessita de mais que meros ritos eleitorais, depende de uma esfera pública que não seja capturada por interesses privados e de uma base social incluída nos processos de decisão. O desvirtuamento do rito de 1964, apresentado pelo jornal como uma “vitória contra a ditadura de Jango”, nos mostra a inversão semântica que permite ao autoritarismo se travestir de salvação nacional. Da mesma forma, a hesitação da imprensa em nomear os golpistas de 2023 como terroristas, preferindo o termo “extremistas”, é identificar a permanência de uma disputa narrativa que tenta proteger os articuladores civis das rupturas. O medo da democracia, portanto, é o medo de um poder exercido por quem não tem título para mandar, um receio que se manifesta na tentativa de converter a política em gestão técnica e moral, esvaziando seu potencial de transformação social.

Por fim, ao encerrar este percurso de reflexão, cabe reafirmar que a democracia brasileira vive sob a constante tutela de “forças ocultas” e paixões manipuladas. A liberdade de informação, o pluralismo e a fiscalização do poder são condições inegociáveis é o que nos permite resistir ao autoritarismo que se transforma de Jânio a Bolsonaro, mas que mantém o desprezo pela soberania popular. Contrapor a imagem da diversidade brasileira subindo a rampa do Planalto à imagem de generais belicosos em tons de cinza é alcançar a conclusão que se impõe, de que a democracia só sobrevive se formos capazes de enfrentar o sistema do medo. Cabe a nós, pesquisadores, no silêncio dos arquivos e no barulho das ruas, explicitar as engrenagens do retrocesso e garantir que o poder resida, de fato, na pluralidade conflituosa e

vibrante de um povo que se recusa a permanecer “bestializado”. Nesse sentido, a investigação histórica pode ser entendida também como um ato de resistência, ao propor que a memória das rupturas sirva como sentinela contra a reiteração do autoritarismo. Somente ao exercitar essa vigilância crítica sobre o passado será possível garantir que a pluralidade democrática resista às cíclicas investidas do medo e da exclusão. Como bem escreveu José Murilo de Carvalho, “Para tal trabalho é fundamental ganhar tempo, o maior tempo possível, pois a maturação democrática só se faz na democracia”⁶²⁹. Eis aqui a nossa pequena contribuição à desobediência à ordem do discurso d’*O Estado de São Paulo*, em busca de uma narrativa histórica mais democrática.

⁶²⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.137.

Referências

Fontes

146 anos de coerência. **O Estado de S. Paulo**, 04 de jan 2021, p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20210104-46465-nac-3-edi-a3-not/busca/proclama%C3%A7%C3%A3o+Rep%C3%BAblica>. Acesso em: 13 abr 2026.

8 de janeiro: O que se sabe sobre os ataques golpistas em Brasília após um mês da invasão. **Estadão/Política**. 08 fev 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/8-janeiro-mes-ataques-golpistas-invasao-brasilia-o-que-se-sabe/>. Acesso em: 22 abr 2024.

A Ameaça Petista. **O Estado de S. Paulo**, 18 abr 2016. Ano: 137, N: 44743. p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160418-44743-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 20 fev 2026.

A ditadura e os conspiradores. **A Província de São Paulo**. ANNO: XV, 22 de dez 1889. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891222-4418-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 24 set 2024.

A missão do ‘Estado’. **O Estado de S. Paulo**, 12 mar 2019, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20190312-45801-nac-3-edi-a3-not/busca/Proclama%C3%A7%C3%A3o+Rep%C3%BAblica>. Acesso em: 13 abr 2026.

A Província de São Paulo, 13 ago 1889. Anno: XV. N.4307. p 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890813-4307-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 09 jan 2026.

A Província de São Paulo, 15 de mai 1888. Anno: XIV, Nº3936. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18880515-3936-nac-0001-999-1-not/busca/regente>. Acesso em: 05 out 2025.

A quem tem direito. **O Estado de S. Paulo**, 17 ago 1890. Anno: XVI, N: 4650, p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900817-4650-nac-0001-999-1-not/busca/patriotas>. Acesso em: 07 fev 2026.

A sucessão presidencial e a renovação do Congresso Nacional. **O Estado de S. Paulo**, ANNO: LVI, N:18.485. p.4, 2 mar 1930. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300302-18485-nac-0004-999-4-not/busca/Getulio+Vargas>. Acesso em: 20 jan 2026.

Acervo **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19450605-23219-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 20 jan 2026.

Adesões. **A Província de São Paulo**, 26 jun 1889. Anno XV. n.4267. p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890626-4267-nac-0002-999-2-not/busca/democracia>. Acesso em: 04 fev 2025.

AFFONSO, Julia; ANATER, Rubens; BORGES, André; CAMBRICOLI, Fabiana; GALZO, Wesley; ROSA, Vera; VALFRÉ, Vinicius; WETERMAN, Daniel. Golpistas invadem Congresso STF e Palácio do Planalto; governo Lula intervém na segurança do DF. **O Estado de S. Paulo**, 08 jan 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/manifestantes-invadem-congresso-e-seguem-para-palacio-do-planalto/?srsltid=AfmBOor0CAQFTZLqjyioSVzHRPsCv8atBcmfU11u7u-B-YMMsg9E22Utz>. Acesso em: 22 mar 2026.

AGOSTINI, Angelo. **Revista Ilustrada**. Rio de Janeiro, 16 nov 1889. Anno 14. N°569.p.1. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/332747/per332747_1889_00569.pdf. Acesso em: 07 nov 2024.

ALESSI, Gil. Bolsonaro: “Democracia só existe quando suas Forças Armadas assim o querem”. **El País**, 07 mar 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/07/politica/1551980781_040595.html#:~:text=Bolsonaro:%20%E2%80%9CDemocracia%20s%C3%B3%20existe%20quando,%E2%80%9D%20%7C%20Brasil%20%7C%20EL%20PA%C3%8DS%20Brasil. Acesso em: 18 dez 2025.

Almirantes e o Clube Naval alertam: falta de autoridade. **O Estado de S. Paulo**, 29 mar 1964. ANNO: LXXXV, N:27280. p.6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640329-27280-nac-0006-999-6-not/busca/Almirantes>. Acesso em: 10 fev 2026.

AMARAL, Luciana; GADELHA, Igor; GAMARSKI, Rachel. Impeachment é aprovado no Senado e Dilma é cassada. **O Estado de S. Paulo**, 31 ago 2016. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/impeachment-e-aprovado-no-senado-e-dilma-e-cassada/?srsltid=AfmBOoqj_HmT8N2U9A5so-ufNxJhqXVrllmJJJsJwpzcRDZsV6IYhuiZu. Acesso em: 19 mar 2026.

AMIN, Júlia; BRÊTAS, Polyanna; CORRÊA, Hudson; EVELIN, Guilherme; Bolsonaro diz que Bíblia prega armamento. **O Globo**. 18 ago 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-biblia-prega-armamento-22991102>. Acesso em: 07 dez 2025.

Ao Partido republicano brasileiro. A Província de São Paulo, 24 mai 1889. N. 4242, ANNO: XV. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890524-4242-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 03 fev 2025.

Ao povo. Conferências Republicanas. **A Província de São Paulo**, 10 jan 1889. Anno: XV, N. 4133. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890110-4133-nac-0001-999-1-not/busca/Democracia>. Acesso: 13 jan 2025.

Após receber faixa, Bolsonaro defende fim de corrupção e de vantagens. **Agência Brasil**, 01 jan 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/apos-receber-faixa-bolsonaro-defende-fim-de-corrupcao-e-de-vantagens>. Acesso em: 15 abr 2026.

As comemorações no Rio de Janeiro. **O Estado de S. Paulo**, 15 de nov 1956. ANNO: LXXVII, Nº 25012. p. 60. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19561115-25012-nac-0060-999-60-not>. Acesso em: 17 abr 2026.

As declarações do sr. Borges de Medeiros a respeito da situação política. **O Estado de S. Paulo**, 20 mar 1930. ANNO: LVI, N:18.499. p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300320-18499-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 20 jan 2026.

As verdadeiras razões do impeachment. **O Estado de S. Paulo**, 06 dez 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/as-verdadeiras-razoes-do-impeachment/?srsId=AfmBOorPppXdL0mIXGwMNwb-xEX2rcsxYPI-JYoKaaBaF-NKC2SXf3em>. Acesso em: 19 mar 2026.

Ataques aos Três Poderes: veja as principais imagens dos ataques na Esplanada dos Ministérios. Foto: Eraldo Peres/ AP. **O Estado de S. Paulo**, 08 jan 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/ataques-aos-tres-poderes-veja-as-principais-imagens-dos-ataques-na-esplanada-dos-ministerios/?srsId=AfmBOoqMoIgM8rGeHVf_D9Rk7xGrpW2dXHAGkb5qHjckGpRjpqfbKCJR. Acesso em: 22 mar 2026.

AZEVEDO, Victoria; OLIVEIRA, Thaísa; REZENDE, Thiago; SEABRA, Catia. Lula recebe faixa de criança, indígena, negro, mulher, operário e pessoa com deficiência em nome do ‘povo brasileiro’. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 01 jan 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/lula-recebera-faixa-de-crianca-indigena-negro-e-mulher-em-nome-do-povo-brasileiro.shtml>. Acesso em: 22 mar 2026.

BERALDO, Paulo; LARA, Matheus; KRUSE, Tulio. Imprensa é alvo de Bolsonaro no Twitter a cada 3 dias. **O Estado de S. Paulo**, 12 mar 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/imprensa-e-alvo-de-bolsonaro-no-twitter-a-cada-3-dias/?srsId=AfmBOooooovfOqcz5doXid9YkDmNULPqDBI_wNCA2lqFnnkIU-ngsbjD. Acesso em: 14 abr 2026.

BERGAMO, Mônica. Governo Bolsonaro veta uso de linguagem neutra em projetos financiados pela Rouanet. **Folha de S. Paulo**, 28 out 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/10/governo-bolsonaro-veta-uso-de-linguagem-neutra-em-projetos-financiados-pela-rouanet.shtml>. Acesso em: 17 mar 2026.

Bolsonaro nega responsabilidade e compara invasão a atos ‘praticados pela esquerda’. **O Globo**. Brasília, 08 jan 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/bolsonaro-nao-condena-atos-terroristas-critica-lula-e-compara-invasao-a-acao-da-esquerda.ghml>. Acesso em: 22 mar 2026.

Bolsonaro diz que pode não aceitar o resultado de 2022 e volta a mentir sobre eleições de 2014. **Carta Capital**. 07 jul 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-pode-nao-aceitar-o-resultado-de-2022-e-volta-a-mentir-sobre-eleicoes-de-2014/>. Acesso em: 18 jan 2023.

Bolsonaro diz que pode não aceitar o resultado de 2022 e volta a mentir sobre eleições de 2014. **Carta Capital**, 07 jul 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-pode-nao-aceitar-o-resultado-de-2022-e-volta-a-mentir-sobre-eleicoes-de-2014/>. Acesso em: 20 mar 2026.

Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, 29 out 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 18 jan 2026.

Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, 29 out 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 18 jan 2026.

Bolsonaro participa de reunião em Brasília com camisa 'pirata' do Palmeiras. **O Estado de S. Paulo**, 15 fev 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/esportes/futebol/bolsonaro-participa-de-reuniao-em-brasilia-com-camisa-pirata-do-palmeiras/?srsltid=AfmBOoq-Y5Wom0s0VATEm461NNw4fTiGwJtNYn4wTyYeXsQKQgyY7X22>. Acesso em: 18 mar 2026.

BRITO, Luiz Ferreira de Moura. Governo Provisório. **Gazeta da Tarde**. 16 de nov 1889. Anno X, nº 311. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&pagfis=10277>. Acesso em: 10 jul 2025.

BULLA, Beatriz; MATAIS, Andreza; ROSA, Vera. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. **O Estado de S. Paulo**, 30 out 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao/?srsltid=AfmBOopCDdzZlqYYsy63yg3PWNUqdeUrsjlKndyK24S9vJnb-70gKIEo>. Acesso em: 18 mar 2026.

CAMPOS, Américo de; PESTANA, F. Rangel. O contencioso administrativo. **A Província de São Paulo**, Anno I, N. 48. 05 mar 1875. p .1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18750305-48-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 22 abr 2024.

CAMPOS, Américo de; PESTANA, F. Rangel. O contencioso administrativo. **A Província de São Paulo**, Anno I, N. 48. 05 mar 1875. p .1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18750305-48-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 22 abr 2024.

CANCIAN, Natália. Após críticas, Ministério da Saúde recua em trechos de portaria sobre aborto, mas mantém aviso a polícia. **Folha de S. Paulo**, 24 set 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/apos-criticas-ministerio-da-saude-recua-em-trechos-de-portaria-sobre-aborto-mas-mantem-aviso-a-policia.shtml>. Acesso em: 17 mar 2026.

Candidato emedebista aponta requisitos para a democracia. **O Estado de S. Paulo**, 06 set 1973. Ano: 97, N: 30197. p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730906-30197-nac-0004-999-4-not/busca/democracia>. Acesso em: 20 fev 2026.

Capitais reúnem mais de 10 mil em atos contra governo. **Folha de S Paulo**. Brasília, São Paulo, Rio, 16 nov 2014. Caderno: Primeiro Caderno, p.A15. Disponível em: <https://bityli.com/tXKVvY>. Acesso em: 15 jun 2021.

CARAM, Bernardo. Governo zera imposto de importação sobre jet-ski, balão e dirigível. **Uol economia**, 02 mar 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2022/03/02/governo-zera-imposto-de-importacao-sobre-jet-ski-balao-e-dirigivel.htm>. Acesso em: 17 mar 2026.

CARIELLO, Rafael. Democracia é conflito, não ordem, diz Chauí. **Folha de São Paulo**, 03 ago 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0308200314.htm>. Acesso em: 16 abr 2026.

CARVALHO, Horácio de. “O Chromo” Estudo de temperamentos. O artista. **A Província de São Paulo**, 05 jan 1889. N. 4129, Anno XV. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890105-4129-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso: 13 jan 2025.

CHAPOLA, Ricardo. Ato por impeachment de Dilma reúne 2,5 mil em São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, 01 nov 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ato-por-impeachment-de-dilma-reune-2-5-mil-em-sao-paulo/>. Acesso em: 20 mar 2026.

COELHO, Latino. A republica futura no Brazil. **A Província de São Paulo**, 22 de set 1889. Anno: XV, N: 4342. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890922-4342-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 09 jan 2026.

COELHO, Latino. Confrontos. **A Província de São Paulo**, 12 jan 1889. N. 4135, ANNO: XV. pag.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890112-4135-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso: 13 jan 2025.

COLETTA, Ricardo Della; SALDANÃ, Paulo. Governo prevê 216 escolas militares até 2023 e Bolsonaro diz que modelo tem de ser imposto. **Folha de S. Paulo**, 05 set 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/governo-preve-216-escolas-militares-ate-2023-e-bolsonaro-diz-que-modelo-tem-de-ser-imposto.shtml>. Acesso em: 17 mar 2026.

Conego Miguel Martins. Sessão Livre. A Republica e a Religião. **A Província de São Paulo**, 5 out 1889. Anno XV, N. 4353. p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891005-4353-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 15 out 2024.

Contesta a UDN a validade do pleito nos Estados do Rio e Espirito Santo. **O Estado de S. Paulo**, 11 nov 1955. ANNO: LXXVI, N:24.699. p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551111-24699-nac-0004-999-4-not/busca/Juscel%C3%ADn%C3%B3+Kubitschek>. Acesso em: 23 jan 2026.

Correio Paulistano. **CPDOC FGV**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20PAULISTANO.pdf>. Acesso em: 12 mai 2025.

D. Thereza Christina. **A Província de São Paulo**. Anno XV, N: 4.426. 31 dez 1889, p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891231-4426-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 16 dez 2025.

Delatores falam em propina de R\$ 200 milhões a PT e PMDB. **O Estado de S. Paulo**, 16 nov 2014. Ano: 135, N: 44224. p.12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20141116-44224-nac-1-pri-a1-not>. Acesso em: 21 fev 2026.

Deputado acusa a Camara de submissão ao Poder Executivo. **O Estado de S. Paulo**, 18 jul 1961. Anno: LXXXII N:26451. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610718-26451-nac-0004-999-4-not/busca/China>. Acesso em: 29 jan 2026.

Despotismo e Democracia. **A Província de São Paulo**, 14 jan 1889. N.4137, ANNO: XV. pag.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890114-4137-nac-0001-999-1-not/busca/DEMOCRACIA>. Acesso em: 13 jan 2025.

Despotismo e Democracia. **A Província de São Paulo**, 14 jan 1889., Anno: XV, N.4137. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890114-4137-nac-0001-999-1-not/busca/DEMOCRACIA>. Acesso em: 13 jan 2025.

A eleição. **O Estado de S. Paulo**, 28 set 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/tse-acusa-partido-de-bolsonaro-de-fabricar-relatorio-mentiroso-para-tumultuar-eleicao/?srsltid=AfmBOooKVggRdZFoJmvID4EIDm - rC2oFnfdq5dFTxZ0zGvzJF7Ft_3n. Acesso em: 20 mar 2026.

Em competência. **A Província de São Paulo**, 23 jun 1889. Anno XV. n.4266. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890623-4266-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 09 jan 2026.

Expectativas nos meios políticos paulista; normal o trabalho. **O Estado de S. Paulo**, 01 abr 1964. Anno: LXXXV, N:27282. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640401-27282-nac-0004-999-4-not>. Acesso em: 10 fev 2026.

FEITOSA, César; MARCHESINI, Lucas; OLIVEIRA, Thaísa. Gerais evitam condenar apoiadores de Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**. Brasília, 03 nov 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/gerais-evitam-condenar-atos-golpistas-de-apoiadores-de-bolsonaro.shtml> Acesso em: 20 mar 2026.

FERNANDES, Adriana. Pedalada fiscal vira base de crise política. **O Estado de S. Paulo**, 16 abr 2016. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/adriana-fernandes/pedalada-fiscal-vira-base-de-crise-politica/?srsltid=AfmBOooY3K331NDvX8P9MsITeRDPB_BkaFXjR8qGS3yWWS-rX25i1QFX. Acesso em: 19 mar 2026

FERREIRA, Carlos. Carta Confidencial. **O Estado de S. Paulo**. Anno:XVI. 27 jul 1890. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900727-4626-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 27 ago 2025.

Figueiredo reitera promessa de democracia. **O Estado de S. Paulo**, 05 set 1978. Ano:99 , N: 31740 . p. 5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780905-31740-nac-0005-999-5-not/busca/democracia>. Acesso em: 26 fev 2026.

FRAZÃO, Felipe. Bolsonaro viaja aos EUA para não passar faixa a Lula e vai para resort onde Trump tem casa. **O Estado de S. Paulo**, 28 dez 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-viaja-aos-eua-para-nao-passar-faixa-a-lula-e-vai-para-resort-onde-trump-tem-casa/?srsltid=AfmBOoesutoa2MH3u6OqkJSJA9zF92-27cgTbrl9ze9I-Secn4oVrvF>. Acesso em: 20 mar 2026.

FRAZÃO, Felipe; MATAIS, Andreza; ROSA, Vera. 'Havia atos preparatórios para execução de um tiro no dia da posse de Lula', diz Flávio Dino. **O Estado de S. Paulo**, 24 fev 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/havia-atos-preparatorios-para-a-execucao-de-um-tiro-no-dia-da-posse-diz-ministro-de-lula/?srsltid=AfmBOopVZbT6NgrrrMKMeNY-SwEBxUtRRpDAYa-ZTRpULKtQOsj_PSoE. Acesso em: 22 mar 2026.

GARCIA, Gustavo. Renan: impeachment sem crime de responsabilidade tem outro nome. **G1 política**, 22 mar 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/03/renan-impeachment-sem-crime-de-responsabilidade-deve-ter-outro-nome.html>. Acesso em: 17 mar 2026.

Governo Bolsonaro liberou 904 mil registros para compras de armas; 26 armas por hora. **Gazeta do povo**, 19 jan 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/governo-bolsonaro-liberou-904-mil-registros-para-compra-de-armas-26-armas-por-hora/>. Acesso em: 17 mar 2026.

História do grupo estado nos anos 1870. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. Acesso em: 26 jun 2024.

Invasão em Brasília: o que você precisa ler sobre o ataque aos três poderes no domingo. **O Estado de S. Paulo**, 09 jan 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/veja-tudo-o-que-se-sabe-sobre-a-invasao-de-grupos-radicais-as-sedes-dos-tres-poderes/?srsltid=AfmBOoqPQxLN0N_kJsP73IiRO0Yo_fnZuOIvWCbtYL-6WW-6Ag_d60UM. Acesso em: 22 mar 2026.

Jornal **O Estado de S. Paulo**. Acervo do Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/democracia/Acervo/acervo//1/1870/>. Acesso em: 25 fev 2023.

Justiça não é vingança. **O Estado de S. Paulo**, 25 jan 2023. p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20230125-47216-spo-3-edi-a3-not/busca/Proclama%C3%A7%C3%A3o+Rep%C3%BAblica>. Acesso em: 13 abr 2026.

Lição aproveitável. **A Província de São Paulo**, 10 de set 1889. Anno: XV, N: 4331. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890910-4331-nac-0001-999-1-not/busca/conservadores>. Acesso em: 09 jan 2026.

Líderes e republicanos. **A Província de São Paulo**, 08 fev 1889. N. 4156, ANNO: XV. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890208-4156-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em 15 jan 2025.

LIS, Lais. Renan Calheiros vota pelo impeachment de Dilma Rousseff. **G1 Política**, 31 ago 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/renan-calheiros-vota-pelo-impeachment-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 17 mar 2026.

Manifestam-se os partidos e os politicos sobre a substituição do mandatario. O Estado de S. Paulo, 27 ago 1961. Anno: N: p.14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610827-26486-nac-0014-999-14-not/busca/Brizola>. Acesso em: 29 jan 2026.

Manifesto do centro republicano de Santos. **O Estado de S. Paulo**. 27 fev 1890. p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900227-4481-nac-0002-999-2-not/busca/democracia>. Acesso em: 08 jul 2025.

MARTINS, Cónego Miguel. A República e a Religião. **A Província de São Paulo**, 05 out 1889. p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891005-4353-nac-0002-999-2-not/busca/democracia>. acesso em: 07 abr 2025.

Medidas Transitorias. **O Estado de S. Paulo**. Anno: XVI, Nº 4441. 17 jan 1890. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900117-4441-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 25 ago 2025.

MESQUITA, Julio César Ferreira. **Estado de S. Paulo**. 18 ago 1862. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/personalidades/julio-mesquita/?srsltid=AfmBOorhvaFlzveSx3xxPSAzSm4TUbOGuC5H2R-MPBRBqewvNIwyqrUR>. Acesso em: 22 set 2025.

MESQUITA, Julio. Glorioso centenario da grande revolução. **A Provincia de São Paulo**, 16 de nov 1889. p.2. Acesso em: 15 out 2024. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891116-4373-nac-0002-999-2-not>. acesso em 15 out 2024.

Ministro da marinha resiste a voz de prisão e acaba baleado. **Folha online**, 15 nov 1889. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2001/republica/ministro_da_marinha.shtml. Acesso em: 15 out 2024.

MOURA, Rafael Moraes; TOMAZELLI, Idiana; PORTELA, Marcelo. ‘Intervenção militar’ divide ato em SP. **O Estado de S. Paulo**, 16 nov 2014. Ano: 135, N: 44224. p.12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20141116-44224-nac-12-pol-a13-not>. Acesso em: 21 fev 2026.

Notas e informações. **O Estado de S. Paulo**, 01 mar 1932. Anno: LVIII, N:19.104. p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19320301-19104-nac-0003-999-3-not/busca/mulheres>. Acesso em: 12 fev 2026.

Notas e Informações. **O Estado de S. Paulo**, 02 out 1960. ANNO: LXXXI N: 26207 .p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19601002-26207-nac-0003-999-3-not/busca/janio%20quadros>. Acesso em: 26 jan 2026.

Notas e Informações. O poder corruptor do dinheiro. **O Estado de S. Paulo**, 26 jun 1962, p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620726-26765-nac-0003-999-3-not/busca/Republica>. Acesso em: 14 abr 2026.

Notas e Informações. O significado maior de uma vitória. **O Estado de S. Paulo**, 02 abr 1964. Anno: N: . p.3. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640402-27283-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 10 fev 2026.

Noticias diversas. 15 de Novembro. **O Estado de S. Paulo**, 15 de nov 1930. p.4. ANNO: LVI, Nº 18706. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19301115-18706-nac-0004-999-4-not/busca/proclama%C3%A7%C3%A1o+Republica>. Acesso em: 17 abr 2026.

O apoio dos comunistas ao sr. Kubitschek. **O Estado de S. Paulo**, 01 nov 1955. ANNO:LXXVI , N:24.691. p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551101-24691-nac-0004-999-4-not/busca/Kubitschek>. Acesso em: 24 jan 2026.

Os dissidentes pessedistas do Rio Grande do Sul favoráveis á tese da UDN de anulação do pleito. **O Estado de S. Paulo**, 02 nov 1955. ANNO: LXXVI, N:24.692. p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551102-24692-nac-0003-999-3-not/busca/Juscelino+Kubitschek>. Acesso em: 23 jan 2026.

“Os extremismos não vingarão”, diz Sodré. **O Estado de S. Paulo**, 04 mai 1968. Ano: 89, N: 28546. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680504-28546-nac-0004-999-4-not/busca/democracia>. Acesso em: 20 fev 2026.

O comício ilegal será hoje no Rio; deputados darão apoio a Lacerda. **O Estado de S. Paulo**, 13 mar 1964. Anno: LXXXV N: 27267. p. 38. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640313-27267-nac-0038-999-38-not/busca/Central+Brasil>. Acesso em: 10 fev 2026.

O Congresso. **O Estado de S. Paulo**, 09 nov 1890. Anno: XVI, N: 4714. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18901109-4714-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 01 fev 2026.

O Congresso. **O Estado de São Paulo**. 09 nov 1890. p. 1. Anno XVI, Nº4714. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18901109-4714-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 01 set 2025.

O discurso de Goulart fêz precipitar a crise política. **O Estado de S. Paulo**, 01 abr 1964. Anno: LXXXV, N:27282. p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640401-27282-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 01 fev 2026.

O Estado de S. Paulo, 14 de julho de 1890. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900714-4613-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 15 ago 2025.

O Estado de S. Paulo, 31 dez 1889. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891231-4426-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 05 jun 2025.

O Estado de São Paulo, 01 jan 1890. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900101-4427-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 05 jun 2025.

O fim da ditadura. **O Estado de S. Paulo**, 24 de nov 1891. ANNO: XVII, N: 5018. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18911124-5018-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 18 jan 2026.

O homem sem palavra. **O Estado de S. Paulo**, 01 fev 1930. p.9. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300201-18460-nac-0009-999-9-not/busca/GETULIO+VARGAS+Getulio+Vargas>. Acesso em: 20 jan 2026

O nosso conselho. **O Estado de S. Paulo**, 28 set 1955. ANNO: LXXVI, N:24.662. p.8. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19550928-24662-nac-0003-999-3-not/busca/conselho>. Acesso em: 20 jan 2026.

O projecto de constituição. **O Estado de S. Paulo**, 04 dez 1890. Anno: XVI. p.1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18901204-4734-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 06 jan 2026.

OLIVEIRA, Rafael Corrêa. A campanha contra as forças armadas. **O Estado de S. Paulo**, 22 jan 1946. Ano: LXVII, N:21.687. p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19460122-21687-nac-0003-999-3-not/busca/Getulio>. Acesso em: 20 jan 2026.

Os desafios da República. **O Estado de S. Paulo**, 15 nov 2019, p.3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20191115-46049-spo-3-edi-a3-not/busca/Rep%C3%BAblica>. Acesso em: 14 abr 2026.

PACI, Francisco. “O medo e o ódio têm a mesma origem.” Entrevista com Zygmunt Bauman. **Instituto Humanitas Unisinos**. 12 jul 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/557602-qo-medo-e-o-odio-tem-a-mesma-origemq-entrevista-com-zygmunt-bauman>. Acesso em: 15 abr 2026.

PINHO, José Antônio G. de. Bolsonaro ficou sem discurso. **O Estado de S. Paulo**, 18 nov 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/bolsonaro-ficou-sem-discurso/?srsltid=AfmBOoqgza8uGO6moy5LS19pw34GoyCV5gy111OEIAWRukSUd9SV57Uk>. Acesso em: 15 abr 2026.

Polícia encontra material explosivo em região de mata próxima a Brasília. O Estado de S. Paulo, 26 dez 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/explosivos-mata-brasil/?srsltid=AfmBOoqq_Atza_Tqs074a9wqEHBwcXcwuhvmpdoJ0wv8lliZf-XpnZxk. Acesso em: 22 mar 2026.)

POMPEU, Lauriberto. Ex-desembargadores defendem golpe militar em audiência convocada por bolsonaristas no Senado. Foto: Felipe Rau/Estadão. **O Estado de S. Paulo**, 02 nov 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/ex-desembargadores-defendem-golpe-militar-em-audiencia-convocada-por-bolsonaristas-no-senado/?srsltid=AfmBOorhOcZOA1Y_zlOnoqnMVpm2HgPf6r8r7u24Z8CjFXZvqCWA_La_x. Acesso em: 22 mar 2026.

PORCELLA, Iander. Bolsonaro fala em ‘problemas’ na apuração do 1º turno e volta a criticar o STF. **O Estado de S. Paulo**, 05 out 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-fala-em-problemas-na-apuracao-do-1-turno-e-volta-a-criticar-stf/?srsltid=AfmBOoooY8psBp08Z8Cih7U771APhYZiAZ-NiA6Dip1L1p6ckCIMwDMf>. Acesso em: 20 mar 2026.

Posse de Lula termina sem ocorrências graves após temor com segurança. **Folha de São Paulo**. Brasília, 01 jan 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/posse-de-lula-termina-sem-ocorrencias-graves-apos-temor-com-seguranca.shtml>. Acesso em: 20 mar 2026.

Primeiro anúncio colorido. História do grupo Estado nos anos 1870. **A Província de São Paulo**. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtml. acesso em: 04 jul 2024.

Propaganda Eleitoral (Presidente) - 06/09/2022. Lula (PT). **OHF News**. YouTube, 06 set 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=20jm6QmDFxQ>. Acesso em: 06 set 2022.

Protestamos. **O Estado de S. Paulo**. 10 abr 1890, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900410-4521-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 12 mai 2025.

Quadros renuncia; Mazzilli presidente. **O Estado de S. Paulo**, 26 ago 1961. p.48. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610826-26485-nac-0048-999-42-not/busca/renuncia>. Acesso em: 29 jan 2026.

República comemora hoje o seu dia. **O Estado de S. Paulo**, 15 nov 1972, p. 17. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19721115-29946-nac-0017-999-17-not/busca/proclama%C3%A7%C3%A3o+Republica>. Acesso em: 14 abr 2026.

Retórica singela. **O Estado de S. Paulo**, 06 abr 2016. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160406-44731-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em: 19 mar 2026.

RODRIGUES, A. Candido. Aos meus amigos correligionarios do 6º districto. **A Província de São Paulo**, 18 nov 1889. p.1. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18891118-4375-nac-0001-999-1-not/busca/democracia>. Acesso em: 07 nov 2024.

ROSA, Vera. Pronunciamento de Dilma no Senado é registro histórico de despedida. **O Estado de S. Paulo**, 30 ago 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/pronunciamento-de-dilma-no-senado-e-registro-historico-de-despedida/?srsltid=AfmBOorwRr35DqGkOz-zOj495OwoT2PsQsYeZbrHkgmZ1SxBA4kEYdfW>. Acesso em: 17 mar 2026.

Saiba quem são os cidadão que passaram a faixa para Lula. Foto: Eraldo Peres/ AP. **O Estado de S. Paulo**, 01 jan 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/saiba-quem-sao-os-cidadaos-que-passaram-a-faixa-para-lula/?srsltid=AfmBOoruknzdEhfPyxfZFCGU82H8UHYX4sbON_1pmlIUZUvYcHL-xjyOY. Acesso em: 22 mar 2026.

Santa Rita do Passa-Quatro. **A Provincia de São Paulo**, 09 de ago 1889. Anno:XV, N: 4304. p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18890809-4304-nac-0001-999-1-not/busca/civismo>. Acesso em: 11 jan 2026.

SCHREIBER, Mariana. ‘Parlamentarismo informal’: afinal, Bolsonaro está perdendo liderança do governo para o Congresso?. **Uol Notícias**, 28 mai 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/05/28/parlamentarismo-informal-bolsonaro-governo-congresso.htm>. Acesso em: 15 abr 2026.

Senador acredita que não será antecipada a consulta plebiscitária. **O Estado de S. Paulo**, 15 set 1961. Anno: LXXXII, N: 26502. p. 4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610915-26502-nac-0004-999-4-not>. Acesso em: 01 fev 2026.

Sofro a dor da injustiça, diz Dilma após afastamento. **UOL**, 12 mai 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/pronunciamento-de-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 17 mar 2026.

Um manifesto do presidente Getulio Vargas ao povo brasileiro. **O Estado de S. Paulo**, 01 mar 1930. ANNO: LVI, N: 18.484. p.5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300301-18484-nac-0005-999-5-not/busca/GETULIO+VARGAS>. Acesso em: 20 jan 2026.

URIBE, Gustavo. Seis dias após o 2º turno, protesto em São Paulo pede saída de Dilma. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 nov 2014. Caderno: Primeiro caderno, p.A14. Disponível em: <https://bityli.com/AqTLYW>. Acesso em: 15 jun 2021.

WETERMAN, Daniel. Manifestantes fazem manual para evitar serem chamados de golpistas durante ato no feriado. **O Estado de S. Paulo**, 15 nov 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/manifestantes-fazem-manual-para-evitar-serem-chamados-de-golpistas-durante-ato-no-feriado/?srsltid=AfmBOoru7LZsvSqTTqpn-maxIKmlFu6CHw4QKNwob3pte9yY9b1SIWfA>. Acesso em: 20 mar 2026.

Bibliografia

AFLALO, Hannah Maruci. **Conquistas e percalços da luta pelo voto feminino no Brasil**. Trabalho de apresentação no VII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 8 a 12 de maio de 2017.

ALMEIDA, Ian Coelho de Souza; CROCE, Marcus Antônio. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana. **Rev. Econ. do Centro-Oeste**, Goiânia, v.2, n.2, pp.19-36, 2016.

ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de; SILVA, Clodoaldo Matias de; STRIBEL, Guilherme Pereira. Os obstáculos de estabelecer a democracia moderna no século XXI: conceito, qualidade e crise. **Nova Hileia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia**. Vol. 13. Nº3, julho-dezembro/2022. ISSN: 2525-4537.

ALVES, Regilany da Silva. Propaganda, legitimação e violência simbólica no governo Médici (1969-1974). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN.2013.

ANDERSON, Lorin W. Educação Cívica, Cidadania, e Democracia. Dossiê Especial. **Educação e os Desafios para a Democracia**. V. 31, N. 103, 19 de setembro 2023.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Trad: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2019

ARAÚJO, Carla Camila M. V.; MORAIS, Cleide da Silva. A educação como projeto estatal - A (re) construção da identidade nacional na era Vargas (1930-1945): práticas e rituais cívicos. **Revista de História**. Seção artigos. Bilros, Fortaleza, V.3, N.4, p.54-68.

AUGUSTO, Robson. Cento e trinta (130) Generais se manifestam contra a Presidente Dilma. **Revista Sociedade Militar**, 17 ago 2013. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2013/08/cento-e-trinta-130-generais-de-manifestam-contra-a-presidente-dilma.html>. Acesso em: 16 abr 2026.

AZZI, Riolando. Igreja e Estado no Brasil: Um Enfoque Histórico. **Perspectiva Teológica**, v. 13, n. 29, p. 7-17, 1981.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão; XAVIER, Ítalo Augusto Fonseca. **A disjunção entre neoliberalismo e democracia liberal**: uma análise da relação entre projetos políticos conflitantes no século XXI. (monografia em relações internacionais). Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964) 4 ed. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

BASILE, Marcello. **A politização nas ruas**: projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências. Brasília : Senado Federal, 2022.

BASTTISTONI FILHO, Duílio. Rangel Pestana e o Jornalismo. **Revista Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, nº 192, p. 5-11, jan./mar. 2004.

BATISTA, Ariel Chexes. O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto. In: XI SEMANA DE HISTÓRIA UFES **Golpes e Revoluções Utopia, Desilusão e Lutas Sociais**, 2017, Vitória - ES. Anais da XI Semana de História UFES,

BENEVIDES. Maria Victoria de Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. Editora Brasiliense, 1981. [versão online].

BERNARDI, Ana Julia; CHIODI, Alessander Dugno. A ameaça antidemocrática como instrumento de barganha no governo Jair Bolsonaro (2019-2021). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, jul. 2023.

BIGNOTTO, Newton. Uma república sem democracia. In: **O Brasil à procura da democracia**: da proclamação da República ao século XXI (1889-2018). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BIROLI, Flávia. Jornalismo, Democracia e Golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 87-99, jun. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000100008>

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. p. 556.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 13ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma Defesa das Regras do Jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

BONAVIDES, Paulo. O sistema representativo. **Revista de Informação Legislativa**, v. 7, n. 26, p. 69-100, abr./jun. 1970. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180895>. Acesso em: 10 mar 2023.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**: a nação em busca de seus portadores sociais ponto Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.56.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad: Fernando Tomaz. Ed. Bertrand Brasil S.A. 1989.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 21 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição Política Do Imperio Do Brazil (De 25 De Março De 1824)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 15 jul 2023.

BRASIL. **Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890**. Dá o Regulamento Provisório para a organização dos Estados, nos termos do art. 7º da Constituição. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1890-1899/decreto-510-22-junho-1890-502621-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2026.

CÂMARA, Nelson. **Academia Mackenzista de Letras AML**. 1. ed., Barueri, SP: Tira de Letra Editora, 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945). **Rev. Bras. de Hist.** S. Paulo, V.12, N. 23/24. pp. 55-75. Set. 91/ago.92.

CARLONI, Karla G. O 11 de Novembro de 1955. **Militares e Política**, n.º 5 (jul.-dez. 2009), pp. 102-119.

CARVALHO, José Murilo de (coord.). A construção nacional: 1830-1889. In: CARVALHO, José Murilo de. **A vida política**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v.2.

CARVALHO, José Murilo de. **Pecado original da república**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.141-157, jan/jun 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100007>

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Silmara Küster de Paula; KRÜGER, Eduardo; FRITOI, Clara Landim. História do papel: panorama evolutivo das técnicas de produção e implicações para sua preservação. **RICI: Revista Ibero-americana da Ciência e Informação**. ISSN 1983-5213, Brasília, v. 9, n. 2, p. 475-502, jul./dez. 2016. <https://doi.org/10.26512/rici.v9.n2.2016.2424>

CASTRO, Celso. A questão militar. In: **A Proclamação da República**. Ed. Zahar, 2000.

CAUDURO, Douglas Hinterholz. **A opinião do Estado de S. Paulo nos impeachments dos presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff**. 2018. Dissertação (Pós Graduação de Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2018.

Ogien, Albert; LAUGIER, Sandra. **Pourquoi désobéir en démocratie?**. Paris: La Découverte, 2010. <https://doi.org/10.3917/dec.ogien.2010.01>

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. Trad: Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2016. p. 19

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. **Análise Do Discurso**: Gêneros, Comunicação E Sociedade.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**, (1): 53-76, junio 2008.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v. 15, n. 2, p. 149 - 161, jul./dez. 2012.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: Os sentidos da paixão. org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/sobre-o-medo/> Acesso em: 22 mar 2026.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: **Os sentidos da paixão**. Org: Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Brasília: Senado Federal, 2019. (Edições do Senado Federal; v. 250). Livro I.

Congresso Nacional Constituinte 1890-1891. Anais da 27ª Sessão do Congresso Nacional Constituinte, em 8 de janeiro de 1891. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-ac1891-disc-1-27-325>. Acesso em: 31 out 2025.

Congresso Nacional Constituinte de 1890-1891 (AC1891). **Câmara dos Deputados**. Anexo II. 02 set 2022. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/downloads/congresso-nacional-constituente-de-1890-1891.pdf>. Acesso em: 11 out 2025.

Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 24 De Fevereiro De 1891). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10 abr 2026.

Constituição da República Federativa do Brasil 1967. Presidência da República. **Casa civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 10 abr 2026.

Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 abr 2026.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (16 de julho de 1934). Presidência da República. **Casa civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 11 abr 2026.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946). Presidência da República. **Casa civil**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 abr 2026.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Presidência da República. **Casa civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 11 abr 2026.

CORRÊA, Rubens Arantes. A Província de São Paulo (1875-1889). A trajetória de um jornal na transição monarquia-república. **Projeto História**, São Paulo, v.78, pp. 122 -157, Set .- Dez., 2023. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p122-157>

COUTO, Mirella da Silva Luz. Operação lava jato: o estopim para pensar a política brasileira. **Revista Panorâmica On-Line**. Barra do Garças - MT, vol. 26, p. 299 - 306, jul./dez. 2018.
CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: Periodismo e vida urbana - 1890-1915. São Paulo : Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2013.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora dos escravos”**: um estudo das representações sobre a princesa. Dissertação (mestrado em história). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio de periódicos. In: **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadora) – 2.ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2008.

Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 69. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 7. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 70. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890. Artigo 72. **Senado Federal**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625>. Acesso em: 02 jan 2026.

Decreto nº 510, de 22 de Junho de 1890. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-510-22-junho-1890-507621-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 out 2025.

Departamento De Imprensa E Propaganda (DIP), Verbete. **CPDOC**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em: 20 jan 2026.

DOLHNIKOFF, Miriam. O governo representativo no Brasil Imperial. In: **Democracia em foco** : um balanço dos desafios da trajetória política brasileira / Jaqueline Porto Zulini (Org.). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000200004>

Dossiê contra antifascista entregue aos EUA por Eduardo Bolsonaro cita jornalistas e professores. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, **Artes y Humanidades**. Disponível em: <https://www.clacso.org/dossie-contra-antifascistas-entregue-aos-eua-por-eduardo-bolsonaro-cita-jornalistas-e-professores/>. Acesso em: 16 abr 2026.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELYEL, Jhonatas.; NORONHA, Gilberto César de. Gazetas do tempo: documentos para a história? As contribuições da imprensa vintista à semântica dos tempos históricos no contexto da Independência. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 1–24, 2022. DOI: 10.64729/an.acervo.v35i3.1847. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1847>). Acesso em: 1 nov. 2025. <https://doi.org/10.64729/an.acervo.v35i3.1847>

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 436 [versão online]).

FELONIUK, Wagner Silveira. **A Criação do Supremo Tribunal Federal em 1890**. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação da Universidade de Direito da Faculdade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil**: (1945-1964). Jorge Ferreira; coordenação Maria Helena Capelato; Maria Ligia Prado. São Paulo: Atual, 2006.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. [versão online

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna**. Tradução de Waldéa Barcellos, Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1988.

FONSECA, Manoel Deodoro da. **Manifesto do Governo Provisório aos Concidadãos**. Rio de Janeiro, 15 de nov. 1889. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227303>. Acesso em: 12 jan. 2026.

FONSECA, Manuel Deodoro da. Manifesto. **O Presidente da República aos brasileiros**. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/59704/58045>. Acesso em: 18 jan 2026.

FRANCISCO, Henrique Sugahara. Assembleia Nacional Constituinte de 1891. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20CONSTITUINTE%20DE%201891.pdf>. Acesso em: 11 out 2025. p.8.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editora Nacional, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. A Política brasileira em tempos de cólera. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. [versão online].

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2. 2018. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2018.v24.20880>

GOMES, Fernanda da Silva. **Rousseau - Democracia e Representação**. Dissertação (mestrado em Ética e Filosofia Política). Departamento de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2006.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, v. 40, jan.-jun. 2018, p. 199-223. <https://doi.org/10.23871/dimensoes-n40-17905>

GUILHERME, Cássio. **O jornal O Estado de S. Paulo no impeachment de 2016: forjando o consenso contra o Lulismo (2011-2016)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2021.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; Jhon JAY. **O Federalista**. Belo Horizonte: Ed. Líder, 2003. [versão online].

HORBACH, Carlos Bastide. **O parlamentarismo no Império no Brasil (II) representação e democracia**. Brasília a. 44 n. 174 abr./jun. 2007.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** [CD-ROM]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Verbetes: “imparcial”.)

Humberto de Alencar Castelo Branco. Arquivo Nacional. Centro de referência de acervos presidenciais. **Gov.br**. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/91-castello-branco>. Acesso em: 17 mar 2026.

Indicação do Constituinte Chagas Lobato para que a verificação de poderes dos parlamentares seja feita em conjunto com o Senado Federal. **Arquivo da Câmara**. Disponível em:

<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-ac1891-spcd-1-1>. Acesso em: 31 out 2025.

Jânio Quadros. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/janio-quadros>. Acesso em: 25 jan 2026.

KARAWCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013.

Kitsch. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/kitsch/>. Acesso em: 18 mar 2026.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. tradução Markus Hediger. 1. ed. - Rio de Janeiro : Contraponto, 2020.

LACERDA, Eliane Santoro. **A democracia através do espelho**: uma investigação sobre o conceito de democracia nas páginas de Cultura Política. (Dissertação mestrado em história social). Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2007.

Legislação Informatizada - **Decreto nº 523, de 20 de Julho de 1847** - Publicação original. Câmara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-523-20-julho-1847-560333-publicacaooriginal-83096-pe.html>. Acesso em: 04 abr 2024.

LEMOS, Renato. Benjamin Constant. **CPDOC**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONSTANT%2C%20Benjamin.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 05 out 2025.

LEMOS, Renato. Deodoro da Fonseca. **CPDOC**. p.7. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>. Acesso em: 16 jan 2026.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

Liberticida. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. **Houaiss online**. Disponível em: <https://houaiss.online/houaiss/apps/www2/v9-1/html/index.php>. Acesso em: 16 abr 2026.

LOVE Joseph. O Poder dos Estados. Análise Regional. In: **O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. V. 8. Ed.8. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Do Despotismo da Gentalha à democracia da Gravata Lavada: História do Conceito de Democracia no Brasil (1770 - 1870). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, no 3, 2011, p. 355 a 390. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000300004>

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Momento Oligárquico: A Construção Institucional Da República Brasileira (1870-1891). **História Constitucional**, n. 12, 2011. p. 297-325.

LYNCH, Christian. Democracia. In: FERES JÚNIOR, João do. (org.) **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil** - 2. ed. rev. ampl. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

MAFEI, Rafael. O Impeachment fiscal. In: **Como remover um presidente**. Teoria, história e prática do impeachment no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Manifesto do centro republicano de Santos. **O Estado de S. Paulo**. 27 fev 1890. p.2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900227-4481-nac-0002-999-2-not/busca/democracia>. Acesso em: 08 jul 2025.

MEDEIROS, Nayara Fátima Macedo de. Democracia clássica e moderna: discussões sobre o conceito na Teoria Democrática. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 6, n. 2, 2015. <https://doi.org/10.5380/recp.v6i2.42359>

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o Sonho. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. .45, jan./jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100006>

MELLO, Maria Tereza Chaves de. República como ciência e evolução: “A razão do futuro”. In: **A República Consentida**. Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FREITAS, Viviane Gonçalves; AGGIO, Camilo de Oliveira; SANTOS, Nina Fernandes. Fake News e o repertório contemporâneo de ação política. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20200213, 2023. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.301>

Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo generalíssimo Manoel Deodora da Fonseca em 15 de Novembro de 1890. **Camara dos Deputados**. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/uploads/r/camara-dos-deputados/c/e/9/ce9f8c5c0d3a60a1edb13bbf224be7ffab80d22ec8fcaedf2f2953d4c2919a0a/c9fe503d-7a3c-4c87-b612-41f523c6ea7b-BR-DFCD-AC1891-SPCN-SSI-23.pdf>.. Acesso em: 31 out 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 483 a 511. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000300006>

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da construção do golpe de 2016. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MILL, Stuart. **Sobre a liberdade**. Trad: Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. [versão digital].

MIRANDA, Luis Uribe. Propedêutica do conceito de democracia. **Trans/Form/Ação**. Marília, v. 44, n. 3, p. 215-244, Jul./Set., 2021. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n3.18.p215>

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. Apresentação de Renato Janine Ribeiro; tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAES, João Quartim de. Democracia e liberalismo da ilustração à revolução francesa. **Revista de Sociologia e Política**. N° 9. 1997.

MOTTA, Luiz Eduardo. A respeito da questão da democracia no marxismo (a polêmica entre Althusser e Poulantzas). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 19-51. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522014000100002>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018. <https://doi.org/10.5965/2175180310232018109>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2000. p.289.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Segunda triagem do I tomo. Rio de Janeiro, 1955.

NETO, Flavio Benigno de Barros Freire. **Os intelectuais autoritários e o conceito de democracia na década de 1930 e 1940**. (Tese mestrado em História). Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2020.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: **História do Brasil Nação 1808-2010**. Objetiva, Rio de Janeiro, V.1. 2011.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge (org.) **O tempo do liberalismo oligárquico**: da Proclamação da República à Revolução de 1930 - Primeira República (1889- 1930). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. [versão digital].

NORONHA, Gilberto Cezar de. Das relações de poder no Oeste de Minas Gerais. **OPSIS**, Catalão, v. 12, n. 2, p. 151-173 - jul./dez. 2012. <https://doi.org/10.5216/o.v12i2.18347>

O Estado de S. Paulo. **CPDOC FGV**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>. Acesso em: 26 jun 2024.

O que é lei Rouanet? Ministério da Cultura. **Go.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-rouanet/textos/o-que-e-a-lei-rouanet/view>. Acesso em: 17 mar 2026.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. O governo de Juscelino Kubitschek e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas

1956-1960. **Antíteses**, v. 4, n. 7, p. 267-289, jan./jun. 2011. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2011v4n7p267>

OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempos de repressão**: A publicidade inspirada na propaganda do Governo Médici. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11ª Edição, Campinas, SP. Pontes Editores, 2013.

PAULA, Edylcéa Nogueira de. **Contencioso administrativo**. R. Inf. Legisl. Brasília a. 16 n.62 abr/jun 1979. Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181131/000365783.pdf?sequence=3>. acesso em: 22 abr 2024.

Pedalada fiscal. **Senado Notícias**. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acesso em: 17 mar 2026.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. A Lei Bancária de 1888. In: **História monetária do Brasil**: Análise da política, comportamento e instituições monetárias. IPEA/INPES. Rio de Janeiro, 1976.

PINHEIRO, Luciana. José da Costa Machado e Sousa. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Jos%C3%A9%20da%20Costa%20Machado%20e.pdf>. Acesso em 05 out 2025.

PINTO, Renata de Sousa. A democracia antiga e a moderna. **Prim@ Facie**, ano 2, n. 3, jul./dez. 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

R. JUNIOR, Magalhaes. **Deodoro**: a espada conta o Império. Companhia Editora Nacional, São Paulo. 1957.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad: Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Série Descobrindo o Brasil). [versão online].

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Atuação na República. In: Francisco Rangel Pestana. **CPDOC FGV**. p. 05. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>. Acesso em: 10 jul 2025.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Júlio Mesquita. **CPDOC**. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MESQUITA,%20J%C3%BAlio%20de.pdf>. Acesso em: 08 fev 2026.

RIBEIRO, Antonio Sergio. Rangel Pestana. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>. Acesso em: 09 out 2025.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cidadania e luta por direitos na Primeira República**: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Companhia editora nacional. São Paulo, 1957.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social e Ensaio sobre a origem das línguas**. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Trad: Pietro Nassetti. 3ª Ed. São Paulo. Martin Claret, 2011.

SALES, Campos. **CPDOC FGV**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SALES,%20Campos.pdf>. Acesso em: 28 set 2025.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto na educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. 19, nº 2, novembro, 2013, p.380-402. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200006>

SANTOS, Joaquim Octaviano dos. Contencioso Administrativo. **Diário de São Paulo**, Anno X, N. 2793. 03 mar 1875. p. 1. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/709557/per709557_1875_02793.pdf. acesso em: 22 abr 2025.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Fecundo**: civilización y barbarie en las pampas argentinas. Biblioteca Antológica, 2020. Disponível em: <https://www.biblioteca-antologica.org/es/wp-content/uploads/2020/12/SARMIENTO-Facundo-civilizaci%C3%B3n-o-barbarie.pdf>. Acesso em: 09 jan 2026.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Volume II: as questões clássicas. São Paulo, Ática, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

SEIXAS, Jacy Alves. **Da memória e seus “caminhos secretos para entrar em nós”**: Ensaio sobre memória, esquecimento, história, historiografia. São Paulo: Intermeios, 2021.

Senado **Notícias.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/27/entenda-o-significado-dos-21-tiros-de-canha-que-serao-disparados-na-abertura-dos-trabalhos-legislativos>. Acesso em: 15 out 2024.

SILVA, Alberto da Costa e. As marcas do período. Crise Colonial e Independência. 1808-1830. In: **História do Brasil Nação 1808-2010**. Objetiva, Rio de Janeiro, V.1. 2011.

SILVA, Beatriz Coelho. Clube Republicano. **CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLUBE%20REPUBLICANO.pdf>. Acesso em: 13 jan 2025.

SILVA, Diéssika Costa, NORONHA, Gilberto Cezar de. **Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas**: sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/18552>. Acesso em: 05 dez 2025.

SILVA, Diéssika Costa. **Artifícios da política**: a utilização da bandeira nacional nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Trabalho de monografia. Instituto de história da universidade federal de Uberlândia. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37177>. Acesso em: 06 dez 2025.

SILVA, Rodrigo Antonio. Comunhão: breve estudo da utilização do termo Koinonia na cultura helênica e sua incorporação no âmbito cristão do novo testamento e no período patrístico. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. Vol. 10, n. 17, jan/jun, 2016, p. 321-328.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Trad: Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.153.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). tese (doutorado em história) Programa de Pós Graduação em história social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Mariana Jantsch De. **O discurso de ódio na democracia brasileira**: uma análise discursiva do processo de rejeição e de destituição da presidenta Dilma Rousseff. Tese (doutorado em Letras). Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pelotas, 2017. <https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2018.35335>

SPINELLI, Tiago Cruz. **Racionalidade democrática do voto**: uma análise do estudo eleitoral brasileiro. Dissertação (mestrado em ciências sociais) Universidade Federal de São Carlos. Programa de pós graduação em ciências sociais. Departamento de ciências sociais. São Carlos/SP, 2007.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Trad: Tomaz Tadeu. 2 ed., 15. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

STARLING, Heloisa e LYNCH, Christian. República/Republicanos. In: FERES JÚNIOR, João do. (org.) **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil** - 2. ed. rev. ampl. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

STARLING, Heloisa Murgel. Brasil. país do passado. In: BIGNOTTO, Newton; LAGO, Miguel; STARLING, Heloisa Murgel. **Linguagem da destruição**. A democracia em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. [versão online].

TELES, Luciano Everton Costa. Caudilhismo e clientelismo na América Latina: uma discussão conceitual. **Faces de Clio**. Revista Discente do Programa de Pós graduação em História - UFJF. Vol.1, N. 2, Jul/Dez 2015. p. 100-112.

TOKARSKI, Flávia Millena Biroli. **Com a corrente**: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950. Tese (doutorado em história). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2003.

TOLEDO, Caio Navarro. O golpe de 2016 e a fragilidade da democracia no Brasil. In: **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. Org. NORONHA, Gilberto Cezar de; Lima, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina. 1. ed. Jundiaí, SP. Paco Editorial, 2020.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. 5. ed. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

Triunvirato: Governo exercido por três indivíduos. Cf. **Dicionário Michaelis Online**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=9oBkO>. Acesso em: 10 jul 2025.

VASCONNE, J. **Democracia pura**: teoria e prática do governo com participação direta de todos os cidadãos: história, atualidade e reforma política. [livro eletrônico]. 5. ed. Santo André, SP : Difusão Editora, 2024.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato**: Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec; História Social USP, 1997.

WEFFORT, Francisco. C. **Por que democracia?**. Ed. brasiliense s.a. São Paulo, 1984.

WESTIN, Ricardo. 1ª Constituinte da República teve queixas da Igreja e ausência do povo. **Senado Federal**. 05 fev 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/constituicao-de-1891-ha-130-anos-1a-constituente-da-republica-teve-queixas-da-igreja-e-ausencia-do-povo>. Acesso em: 09 nov 2024.

